

**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração**

**Herlane Chaves Paz**

**O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma  
investigação transformativa**

**Recife**

**2026**

**Herlane Chaves Paz**

**O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma  
investigação transformativa**

**Orientador: Prof. Dr. Salomão Alencar de Farias**

Tese apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutor em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Área de concentração: Administração.

**Recife**

**2026**

## Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Paz, Herlane Chaves.

O consumo de produtos derivados de animais silvestres - uma investigação transformativa / Herlane Chaves Paz. - Recife, 2026.  
217f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

Orientação: Salomão Alencar de Farias.

Inclui referências e apêndices.

1. Superstição; 2. Animais silvestres; 3. Pesquisa transformativa do consumidor; 4. Teoria da Cultura de Consumo; 5. Consumo pro-ambiental. I. Farias, Salomão Alencar de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração**

**O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma  
investigação transformativa**

**Herlane Chaves Paz**

Banca Examinadora: Prof. Salomão Alencar de Farias, Doutor, UFPE (Orientador)

Banca Examinadora: Marconi Freitas da Costa, Doutor, UFPE (Examinador Interno)

Banca Examinadora: Nelsio Rodrigues de Abreu, Doutor, UFPB (Examinador Externo)

Banca Examinadora: Viviane Santos Salazar, Doutor, UFPE (Examinador Externo)

Banca Examinadora: Eliana Andrea Severo, Doutor, UFPE (Examinador Interno)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, minha Mãe Rainha, por terem me dado força e sabedoria para prosseguir nesta jornada em direção à realização deste grande sonho. Sem a luz emanada do Espírito Santo, eu nada seria.

Aos meus amados pais, Helena Maria Chaves Paz e Erlando de Souza Paz, obrigada por todo apoio e suporte, principalmente por ter cuidado dos meus filhos Igor e João Ícaro com tanto amor, para que eu pudesse realizar o sonho de fazer o Doutorado.

Ao meu esposo Francisco Dennes Rocha Pereira, pelo apoio e por compreender minhas ausências.

Aos meus filhos, Igor e João Ícaro, pela paciência e amor incondicional que me deram força nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Salomão Alencar de Farias, pela orientação, paciência e dedicação ao longo de todo o processo.

À banca examinadora, pelas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram ainda mais este trabalho.

Aos meus amigos que durante a jornada do Doutorado estiveram presentes com palavras de força.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que contribuiu para a realização deste sonho.

A todos vocês, meu eterno agradecimento.

## RESUMO

A tese buscou compreender o que leva indivíduos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro à luz da Teoria da Cultura de Consumo - CCT. Com isso, parte-se do pressuposto de que o consumo de produtos derivados de animais silvestres (animais para alimentação, animais para o cativeiro, *souvenires*, uso de animais em rituais, etc.) ultrapassa o domínio utilitário ou econômico, configurando-se como prática cultural e simbólica, sustentada por crenças, tradições e valores transmitidos entre gerações. Fundamentada na Teoria da Cultura de Consumo (*Consumer Culture Theory* – CCT) e na Pesquisa Transformativa do Consumidor (*Transformative Consumer Research* – TCR), o estudo buscou compreender os significados culturais e supersticiosos associados a esse tipo de consumo, bem como propor caminhos transformadores orientados ao bem-estar humano, alimentar e ambiental. A pesquisa foi de natureza qualitativa e interpretativista, desenvolvida por meio de revisão teórica, entrevistas episódicas e registros fotográficos com consumidores que consomem produtos derivados animais silvestres, os dados foram analisados com base na Análise Temática e na Análise Semiótica da Imagem. Essa triangulação metodológica permitiu captar tanto as narrativas quanto as representações simbólicas que estruturam o fenômeno investigado. Os resultados revelam que o consumo de animais silvestres e/ou produtos derivados de animais silvestres é sustentado por um sistema simbólico que articula dimensões de identidade, memória, tradição e fé. Seis temas principais emergiram das análises: tempo de consumo, superstição, motivações, consumo simbólico, consumo funiconal/utilitário e impactos/representações. As narrativas demonstraram que o consumo está frequentemente vinculado a significados de proteção espiritual, cura, fortalecimento e sorte, indicando a persistência de crenças supersticiosas e rituais que conferem valor simbólico a partes de animais. Além disso, a prática é também legitimada por fatores culturais e afetivos, como herança familiar, pertencimento territorial e valorização da tradição. A investigação mostra que, embora o consumo de animais silvestres e/ou derivados de animais silvestre seja amplamente proibido pela legislação ambiental brasileira, essa prática permanece enraizada em práticas sociais que expressam identidades culturais e modos de vida. Essa constatação indica que políticas públicas de conservação devem considerar os contextos simbólicos e históricos dessas comunidades, a fim de promover transformações sustentáveis sem deslegitimar seus referenciais culturais. Do ponto de vista teórico, o estudo amplia o escopo da CCT ao evidenciar como crenças supersticiosas e estruturas culturais moldam práticas de consumo não convencionais, e contribui para a TCR ao propor intervenções transformativas voltadas à conscientização ambiental e à educação culturalmente sensível. As proposições apresentadas visam estimular o consumo pró-ambiental, fortalecer o diálogo entre cultura e sustentabilidade e promover a preservação da biodiversidade brasileira.

**Palavras-chave:** Superstição. Animais Silvestres. Pesquisa Transformativa do Consumidor. Teoria da Cultura de Consumo. Consumo Pro-Ambiental.

## ABSTRACT

This thesis sought to understand what leads individuals today to consume products derived from wild animals within the Brazilian cultural context, in light of the Theory of Consumer Culture (CCT)? It is based on the premise that the consumption of products derived from wild animals (animals for food, animals for captivity, souvenirs, use of animals in rituals, etc.) transcends the utilitarian or economic domain, configuring itself as a cultural and symbolic practice, sustained by beliefs, traditions, and values transmitted between generations. Grounded in Consumer Culture Theory (CCT) and Transformative Consumer Research (TCR), the study sought to understand the cultural and superstitious meanings associated with this type of consumption, as well as to propose transformative paths oriented towards human, food, and environmental well-being. The research was qualitative and interpretative in nature, developed through theoretical review, episodic interviews, and photographic records with consumers who consume products derived from wild animals. The data were analyzed based on Thematic Analysis and Semiotic Image Analysis. This methodological triangulation allowed us to capture both the narratives and the symbolic representations that structure the investigated phenomenon. The results reveal that the consumption of wild animals and/or products derived from wild animals is sustained by a symbolic system that articulates dimensions of identity, memory, tradition, and faith. Six main themes emerged from the analyses: time of consumption, superstition, motivations, consumption, consumption practices, and impacts/representations. The narratives demonstrated that consumption is frequently linked to meanings of spiritual protection, healing, strengthening, and good fortune, indicating the persistence of superstitious beliefs and rituals that confer symbolic value to animal parts. Furthermore, the practice is also legitimized by cultural and affective factors, such as family heritage, territorial belonging, and the valuing of tradition. The investigation shows that, although the consumption of wild animals and/or products derived from wild animals is widely prohibited by Brazilian environmental legislation, this practice remains rooted in social practices that express cultural identities and ways of life. This finding indicates that public conservation policies should consider the symbolic and historical contexts of these communities in order to promote sustainable transformations without delegitimizing their cultural references. From a theoretical point of view, the study broadens the scope of Transformative Consumer Research (TCR), by highlighting how superstitious beliefs and cultural structures shape unconventional consumption practices, and contributes to Consumer Culture Theory (CCT) by proposing transformative interventions aimed at environmental awareness and culturally sensitive education. The proposals presented aim to stimulate pro-environmental consumption, strengthen the dialogue between culture and sustainability, and promote the preservation of Brazilian biodiversity.

**Keywords:** Superstition. Wild animals. Transformative Consumer Research. Consumer Culture Theory. Pro-Environmental Consumption.

## LISTA DE FIGURA

Figura 01 – Framework da Pesquisa.....	23
Figura 02 – Framework sintético da CCT .....	25
Figura 03 - Quantitativo de Citações e Publicações .....	47
Figura 04 - Principais áreas de pesquisa.....	48
Figura 05 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	49
Figura 06 – Compromissos da TCR.....	54
Figura 07 – Diretrizes da TCR.....	55
Figura 08 – Perspectiva do Bem-estar alimentar .....	56
Figura 09 – Evolução quantitativa dos Artigos e Citações .....	61
Figura 10 –Desenho Metodológico.....	65
Figura 11 – Mapa Temático da pesquisa .....	86
Figura 12 – Nuvem de Palavras .....	86
Figura 13 - Conversa com Papagaio .....	98
Figura 14 - Mapa das Motivações.....	106
Figura 15 - É alegria pra mim, o bichinho gosta de cantar [...] .....	148
Figura 16 - Meu pai gostava de caçar e aí matava.....	150
Figura 17 – O couro do guaxinim eu carrego pra proteger do mau-olhado.....	151
Figura 18 – Aqui a gente guarda a carne da caça que foi conseguida .....	152
Figura 19 - Essa carne de tatu e pacá a gente guarda pra quando precisar.....	153
Figura 20 - Meu acervo de cachaças artesanais .....	154
Figura 21 -Esse é o macaquinho que a gente tem como parte da família [...]. .....	156
Figura 22 - Couro de Jacaré para cura” .....	157

Figura 23 - Aqui tá o pelo de guaxinim e pedaços de couro que servem pra proteção.....	158
Figura 24 -Esses jabutis a gente cria no quintal, mas serve pra remédio .....	159
Figura 25 - Esse é o chaveiro feito da patinha, que carrego comigo como proteção .....	160
Figura 26- Mandíbula de caititu que guardei de uma das minhas caçadas.....	162
Figura 27- Pé de catingueiro que guardo como lembrança de caçada no Maranhão.....	163
Figura 28 - Presas e pata de paca, que guardo como memória das caçadas que já fiz. ....	164
Figura 29 – Isso aqui é do veado catingueiro... ele é valente e ligeiro .....	165
Figura 30 – O chocalho da cascavel é pra espantar mau-olhado .....	166
Figura 31 – Isso aqui é couro de cascavel .....	167
Figura 32- O couro do guaxinim é usado pra fazer coisa que dura... bainha, bolsa .....	168
Figura 33- Essas são as presas do caititu .....	169
Figura 34 – O rabo de tatu é pra proteção.....	170
Figura 35 – Tanajuras já preparadas para o consumo pela mamãe .....	171
Figura 36 – Tanajuras prontas para o consumo após o processo de torrefação artesanal...	172
Figura 37 – Mapa dos elementos extraídos da análise das imagens .....	175
Figura 38 – Framework Teórico-Transformativo do Consumo de Animais Silvestres.....	179

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Visão Geral dos Estudos Cultura de Consumo Animais Silvestre .....	37
Quadro 2- Visão Geral dos animais mais consumidos .....	38
Quadro 3 – Sujetos da Pesquisa.....	66
Quadro 4- Visão Geral das Fases do Roteiro da Entrevista.....	72
Quadro 5 – Categorias e descrições interpretativas da análise temática.....	74
Quadro 6 –Códigos Identificados .....	77
Quadro 7 – categorias relacionadas aos Códigos.....	79
Quadro 8 – Caracterização dos Participantes da Pesquisa.....	87
Quadro 9 – Síntese das Motivações, Relação com a CCT e Aplicações da TCR .....	109
Quadro 10 - Animais silvestres citados pelos entrevistados.....	124
Quadro 11 – Síntese dos tipos de consumos.....	127
Quadro 12 - Síntese das percepções dos entrevistados [...] .....	139
Quadro 13- Relação entre CCT, TCR e o Consumo Supersticioso .....	142
Quadro 14- Caminhos de Reflexão e Diálogo Propostos pela TCR.....	145
Quadro 15 - Práticas, memórias [...] no consumo da tanajura (E9 x E12) .....	174

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Problematização.....</b>	<b>166</b>
<b>1.2. Objetivos Central.....</b>	<b>211</b>
1.2.1 Objetivos específicos.....	21
1.2.2 Objetivos específicos:.....	211
<b>1.3 Relevância da Problemática .....</b>	<b>211</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 O Consumo de Animais Silvestres e <i>Consumer Culture Theory</i> – CCT .....</b>	<b>29</b>
2.1.1 Consumo de Animais Silvestres e/ou derivados de animais silvestres no Brasil .....	39
<b>2.2 Superstição e/ou Ritual de superstição no Consumo.....</b>	<b>41</b>
2.2.1 Consumo supersticioso e/ou ritual de superstição de animais silvestres.....	49
<b>2.3 Pesquisa Transformativa do Consumidor.....</b>	<b>53</b>
<b>2.4 Consumo Pro-ambiental de animais silvestres .....</b>	<b>59</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO.....</b>	<b>62</b>
<b>3.1 Fundamentos Ontológicos e Epistemológico do Estudo .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2 Natureza da Pesquisa.....</b>	<b>62</b>
<b>3.3 Desenho Metodológico .....</b>	<b>64</b>
<b>3.4 Sujeitos da Pesquisa .....</b>	<b>66</b>
<b>3.5 Corpus da Pesquisa.....</b>	<b>68</b>
<b>3.5.1 Entrevistas .....</b>	<b>69</b>
<b>3.5.2 Fotografias.....</b>	<b>71</b>
<b>3.6 Análise dos Dados .....</b>	<b>76</b>
3.6.1 Análise Temática .....	77
3.6.2 Análise Semiótica das Imagens .....	80
<b>3.7 Critérios de qualidade da pesquisa .....</b>	<b>81</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>84</b>
<b>4.1 Análise Temática .....</b>	<b>84</b>
4.1.1 Caracterização dos Participantes da pesquisa.....	87
4.1.2 Categorias/temas identificados .....	89
4.1.2.1 Tempo de Consumo.....	89
4.1.2.2 Superstição .....	90
4.1.2.3 Motivações para o consumo .....	100
4.1.2.4 Consumo simbólico .....	107

4.1.2.5 Consumo funcional/utilitário .....	119
4.1.2.6 Impactos e Representações .....	131
4.1.3 A Superstição à Luz da CCT e da TCR: Entre Cultura e Transformação Social .....	141
4.1.4 Propostas de Ações Transformativas Orientadas ao Bem-Estar Humano, Alimentar e Ambiental .....	144
<b>4.2 Análise e Discussão das Fotografias.....</b>	<b>147</b>
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>205</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O consumo de animais silvestres<sup>1</sup> revela dimensões simbólicas e culturais que ultrapassam a simples relação entre seres humanos e natureza. Esse consumo está enraizado em tradições transmitidas entre gerações, em práticas e crenças voltadas à cura, proteção, sorte e ritual, evidenciando a força das representações culturais na manutenção de hábitos que desafiam os limites entre fé, medicina popular e exploração ambiental. Compreender essas manifestações permite refletir sobre como os significados atribuídos aos animais silvestres e/ou derivados de animais silvestres influenciam comportamentos de consumo, ao mesmo tempo em que refletem debates sobre conservação e sustentabilidade.

O comércio de animais silvestres movimenta bilhões de animais ou partes de animais consumidos por ano em todo o mundo, destinados a diferentes finalidades, como alimentação, moda, entretenimento, medicina tradicional e criação como animais de estimação. Esse mercado atinge uma vasta diversidade de espécies, que vão desde grandes mamíferos, como leões, até insetos amplamente comercializados, como grilos (Lambert, 2025). Além disso, segundo Marçal et al. (2024), o tráfico de animais silvestres no Brasil constitui o terceiro maior mercado ilegal do mundo, causando impactos significativos sobre a biodiversidade e representando riscos diretos à saúde pública.

Como o Brasil abriga uma biodiversidade notável, porém, desafios como a caça predatória, a degradação de habitats naturais e a escassez de conhecimento continuam a representar ameaças significativas à sobrevivência de diversas espécies faunísticas (MMA, 2020). Diante da necessidade de mitigar a pressão sobre os recursos faunísticos, torna-se essencial compreender os múltiplos aspectos associados ao consumo de produtos derivados de animais silvestres (amuletos, alimentos, etc.) e o impacto correspondente.

Um dos aspectos a serem considerados nesse contexto de consumo fora do *mainstream* é a superstição. Isso porque há produtos derivados de animais silvestres que se relacionam a promessa de cura de doenças, de proteção, dentre outros aspectos. As superstições estão inseridas em múltiplas esferas da vida cotidiana, exercendo influência significativa sobre as ações e decisões dos indivíduos, incluindo o consumo (Lody, 1977; Adeola, 1992). No contexto cultural do Brasil, a superstição desempenha um papel significativo no consumo de produtos derivados de animais silvestres (Farias, 2020). Os indivíduos acreditam que ao consumir esses

---

<sup>1</sup> Nesta tese quando se fala em consumo de animais silvestres, isso envolve o consumo de animais com pets, como alimentos, partes de animais para amuletos, em rituais simbólicos, consumo supersticioso. Não apenas como alimento, mas para outros fins emocionais e racionais.

produtos, estão acessando poderes especiais, curas ou proteção, muitas vezes movidas por crenças culturais e rituais profundamente enraizados regionalmente, nas quais essas práticas não apenas refletem tradições culturais, mas também destacam a interação entre as crenças supersticiosas e o impacto ambiental negativo dessa forma de consumo (Lody, 1977; Adeola, 1992; Farias, 2020).

Quando se trata do consumo de produtos derivados de animais silvestres, é imperativo compreender que o termo silvestre/selvagem se refere a animais que vivem naturalmente na selva, não sendo domesticados, ou seja, são provenientes da vida selvagem (Werther, 2008). Os animais que têm sua origem na fauna brasileira são referidos como animais silvestres, enquanto aqueles que provêm originalmente de outros países são designados como animais exóticos, de acordo com Werther (2008). Essa distinção destaca a diversidade de espécies presentes no Brasil, identificando aquelas naturalmente encontradas no território brasileiro e aquelas que foram trazidas de outras regiões do mundo. No entanto, nesta Tese serão utilizados como sinônimos os termos silvestres/selvagens/exóticos.

Para compreender o consumo de animais silvestre/selvagem na Tese, adota-se a lente da *Consumer Culture Theory* (CCT) – Cultura de Consumo na compreensão do contexto cultural brasileiro, pois a CCT amplia a compreensão do comportamento do consumidor ao se considerar os processos e estruturas socioculturais que o envolvem, tais como a construção da identidade do consumidor, as culturas de mercado, os padrões socio-históricos de consumo e as ideologias que permeiam o ambiente mercadológico. (Arnould; Thompson, 2005, 2007). Essa abordagem interdisciplinar fornece um panorama avançado sobre a cultura do consumo e sua influência nas escolhas e práticas individuais. Dentro desse contexto cultural, o principal foco desta Tese é o consumo supersticioso de produtos derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro.

A CCT fornece ferramentas teóricas e metodológicas para entender o consumo como prática cultural, incluindo os significados simbólicos, identitários e rituais envolvidos no consumo. Aqui o interesse na superstição como prática cultural, é investigar como crenças supersticiosas moldam o consumo de produtos de origem animal (ex: uso de partes de animais como amuletos, tópicos, etc.). Também, a construção simbólica do valor, ou seja, como o valor desses produtos é construído socialmente com base em mitos, tradições, identidade étnica ou espiritualidade. E finalmente as lógicas de mercado alternativas como mercados informais, ilegais ou tradicionais que escapam das lógicas convencionais de consumo funcional/utilitário.

As superstições são frequentemente interpretadas como manifestações de pensamentos

irracionais, destituídas de fundamentação lógica ou de consequências concretas, representando crenças que contrariam os princípios da racionalidade ou se mostram incompatíveis com as leis naturais reconhecidas pela ciência (Vyse, 1997, 2014, 2018). Também dependem do grau em que os consumidores confiam em crenças supersticiosas em suas decisões de consumo a algo inexplicável, provavelmente dependerá do nível associado de estresse, risco ou incerteza (Keinan 2002).

Diante disso, para entender o consumo de animais silvestres e encontrar formas de redução, outro termo importante a ser compreendido é a Pesquisa Transformativa do Consumidor (*Transformative Consumer Research* -TCR), que é compreendida como um movimento acadêmico fundamentado teoricamente, originado por pesquisadores vinculados à *Association for Consumer Research* (ACR) que investiga questões e oportunidades relacionadas ao consumo em níveis individuais e coletivos, com o propósito de promover o bem-estar do consumidor (Mick, 2006). Essa abordagem apoia e promove estudos que visam à melhoria da qualidade de vida de todos os seres impactados pelas tendências e práticas de consumo em escala global (Mick, 2006; Mick, 2012). Portanto, trata-se de um esforço voltado a respeitar, sustentar e aprimorar a vida humana diante das diversas condições, exigências, potencialidades e impactos associados ao ato de consumir.

A TCR foca na produção de conhecimento voltado para mudanças sociais e bem-estar, que podem incluir nesse contexto, reduzir o consumo nocivo à biodiversidade, conscientizar sobre os impactos ambientais, éticos e legais desse tipo de consumo; e, desenvolver estratégias de educação culturalmente sensíveis que respeitem a tradição, mas proponham alternativas sustentáveis.

Para apresentar propostas transformadoras por meio da TCR, é preciso entender as formas de consumo pro-ambiental para a proteção de animal silvestre no Brasil. Dermody (2015) revela que a identidade pró-ambiental desempenha um papel significativo na formação de atitudes pro-ambientais e, por sua vez, influencia positivamente os comportamentos de consumo sustentável, atuando como um mediador na relação entre crenças pró-ambientais e comportamentos concretos de consumo sustentável. O que demonstra a importância da proposta do movimento da TCR na Tese com intuito de uma mudança para reeducação e redução de consumo de animais silvestres.

Além de compreender o termo silvestre/selvagem, Cultura de Consumo, Superstição, TCR e Consumo Pro Ambiental, é importante observar as legislações voltadas para proteção do bioma, o que ajuda na redução da caça, pesca, venda desses animais. A primeira norma

brasileira relativa à fauna que se tem registro é o Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, que aprovou o Código de Caça e Pesca. Este decreto marcou um importante passo na conservação da fauna brasileira ao proibir a caça de animais úteis à agricultura, de pássaros canoros de ornamentação e outros de pequeno porte. Além disso, estabeleceu que a venda de animais e produtos relacionados só poderia ocorrer a partir de parques de criação, refúgios e reservas devidamente registrados (Trajano; Carneiro, 2019).

Internacionalmente, a assinatura da Convenção de Washington em 1940 marcou um momento crucial na conscientização global sobre a necessidade de conservação da natureza e proteção das espécies selvagens. Convenções importantes como a CITES, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção de Ramsar e a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS) visam preservar a diversidade biológica, proteger espécies ameaçadas e salvaguardar seus habitats naturais. Esses acordos refletem o compromisso de diversos países em garantir a sobrevivência das espécies selvagens e promover o uso sustentável dos recursos naturais (Flandrin; Montanari, 1998).

Percebe-se que esses marcos regulatórios refletem a evolução das políticas de conservação da fauna no Mundo e no Brasil ao longo do século XX. E porque em pleno ano de 2025 ainda se consomem produtos provenientes da animais silvestres? Ainda se nota, que em pleno século XXI existem problemas relacionados ao consumo de animais silvestres para vários fins e finalidades.

Diante disso, esta tese sugere que a preservação da cultura pode ser vista de uma perspectiva mais integrada, buscando métodos sustentáveis e éticos para manter tradições culturais sem prejudicar a vida selvagem. Portanto, na perspectiva da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) sugere que esforços de conscientização para redução ou eliminação do consumo de produtos derivados de animais silvestres e educação são essenciais para garantir que as práticas culturais se adaptem a um contexto contemporâneo, incorporando valores de preservação da vida selvagem e de sustentabilidade.

A combinação entre a *Consumer Culture Theory* (CCT) e a *Transformative Consumer Research* (TCR) neste estudo permite uma abordagem abrangente que, ao mesmo tempo em que aprofunda a compreensão dos significados simbólicos, culturais e identitários envolvidos no consumo de produtos derivados de animais silvestres, também busca promover impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Enquanto a CCT oferece o arcabouço teórico necessário para analisar como práticas supersticiosas e tradições locais moldam as escolhas de consumo, a TCR direciona o olhar para a transformação dessas práticas a partir de intervenções

sensíveis ao contexto cultural, visando o bem-estar coletivo, a conservação da biodiversidade e a justiça social. Assim, a integração dessas duas perspectivas contribui de forma original ao campo do comportamento do consumidor ao articular a análise crítica da cultura de consumo com um compromisso ético e transformador.

Por fim, esta pesquisa é relevante para a conservação da fauna e para a formulação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental, sendo imperativo estabelecer uma melhor definição do que explica o consumo de animais silvestres e/ou uso de partes desses animais devido a crenças específicas/superstições no contexto cultural brasileiro. O tópico seguinte apresenta a problemática de pesquisa que norteará este trabalho.

## **1.1 Problematização**

Os últimos anos tem sido marcado por um debate sobre como o crescimento populacional, processo de industrialização e comportamentos de compra não sustentáveis vem comprometendo o equilíbrio do meio ambiente, resultando no aquecimento global e no desaparecimento de espécies animais e/ou colocando algumas em processo de risco de extinção (Fromentin, 2023; Chaves, 2021). E o consumo de animais silvestres e/ou partes de animais silvestres é um desses processos de degradação, pois esse comportamento contribui para o esgotamento das populações de vida selvagem e perturba os ecossistemas, levando à degradação ambiental (Yu, 2022).

O consumo de animais silvestres representa uma ameaça significativa para a sociedade e o planeta, pois à medida que as práticas deste consumo para diversas finalidades (Adeola, 1992; Cajaíba, Silva Piovesan, 2015; Cantlay, Ingram e Meredith, 2017; Petrescu e Petrescu-Mag, 2018; El Bizri, Morcatty e Ferreira, 2020; Bassotto , 2022), inclusive supersticiosas persistem, como evidenciado pelo uso de partes específicas de animais em rituais e crenças (Adeola, 1992; Farias, 2020), o impacto ambiental se intensifica e contribui para a exploração desenfreada da fauna, aumentando o risco de extinção de várias espécies e desequilibrando ecossistemas frágeis .

Na Amazônia, estima-se que cerca de 1 milhão de toneladas de carne de caça sejam consumidas anualmente nas áreas rurais, conforme demonstrado em um estudo da Universidade Federal do Acre (UFAC) de 2017, revelando que 78% das 550 pessoas entrevistadas consumiam ou já haviam consumido animais silvestres. Além disso, de acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO),

aproximadamente 53% das famílias na Ásia, África e América Latina incluem animais selvagens em sua alimentação (AMDA, 2021). Percebe-se que tanto no contexto cultural brasileiro como em outros países esse consumo ainda é bastante enraizado, o que se torna um problema e precisa ser identificado os motivos desse consumo de animais.

Ao incentivar o consumo de animais silvestre ou partes de animais para diversos fins, as comunidades alimentam um mercado ilegal e prejudicial, contribuindo para o declínio das populações selvagens, minando os esforços de conservação. Além de colocar em risco a saúde pública, uma vez que práticas como a utilização de animais ou partes de animais podem promover a propagação de doenças zoonóticas (Wolfe *et. al*, 2005). Portanto, é imperativo promover uma conscientização abrangente sobre os perigos associados ao consumo de animais silvestres, visando alterar esses comportamentos prejudiciais em prol da preservação do meio ambiente e da harmonia entre as comunidades humanas e a fauna global.

Para entender esse consumo precisa-se observar que a relação do homem com a fauna por ser uma das formas mais antigas de interação com a biodiversidade, foi necessária para a sobrevivência através da caça por longos anos, e considerada a atividade mais antiga já registrada (Fernandes; Maia; Horta, 2019). Embora não haja mais a necessidade de caça predativa devido à disponibilidade de uma ampla variedade de alimentos à venda, ainda é observado o consumo de animais selvagens para fins supersticiosos (Block; Kramer, 2009). Diante desse contexto, esta tese investiga o comportamento do consumidor em relação ao consumo de animais silvestres ou derivados desses animais no contexto cultural brasileiro, como sendo crucial para desenvolver estratégias de conscientização e intervenção que promovam a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade, adaptando-se às mudanças nas necessidades culturais da sociedade brasileira.

O consumo de animais silvestres emerge como um fenômeno historicamente vinculado as comunidades indígenas no Brasil e ao processo de colonização europeia (Da Câmara Cascudo, 2017). A contemporaneidade, caracterizada pela diversidade regional que permeia o país, demonstra ainda a persistência de uma relevante utilização da fauna silvestre, por meio das práticas de caça e pesca, como fonte de alimentação (Nogueira-Filho; Nogueira, 2000). Essas atividades de caça e pesca mantêm-se como fontes significativas de proteína animal, desempenhando um papel crucial na subsistência das populações residentes nas áreas interiores do Brasil, como também pode ser reflexo de vários fatores culturais de consumo advindo das crenças por superstição, além da utilização dos seus derivados para outros fins diferentes da alimentação.

A prática de consumo de animais silvestres, especialmente como fonte alimentar, tem sido investigada em contextos rurais brasileiros, como evidenciado no estudo de Cajaíba, Silva e Piovesan (2015) em Urucá, Pará. Essas pesquisas oferecem uma visão da relação entre comunidades e recursos naturais locais, revelando o papel dos animais selvagens na dieta e cultura alimentar, uma prática também observada nos estudos de Petrescu e Petrescu-Mag (2018) e Bassotto (2022), que abordam o consumo de carne de coelho como alternativa alimentar. No entanto, esta tese propõe investigar as razões subjacentes a esse consumo que, além de impactar a biodiversidade, desafiam o objetivo 15 dos ODS voltado para a preservação da vida terrestre (ONU, 2025).

Além da caça para consumo alimentar, um outro problema é o Comércio Ilegal de Vida Selvagem, com estimativas anuais situando-se entre os valores de US\$ 7 bilhões a US\$ 23 bilhões, conforme relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) em conjunto com o Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Crime e Justiça (UNICRI), datado de 2018. Com isso, essa atividade ilícita exibe uma tendência de crescimento anual estimada entre 5% e 7% (UNEP; UNICRI, 2018). O que gera uma preocupação com desequilíbrio da biodiversidade, pois tanto os caçadores ou vendedores de animais quanto os consumidores são responsáveis para a existência deste mercado ilegal.

O tráfico de animais silvestres movimenta cerca de dez bilhões de dólares por ano, sendo a terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas e pessoas. O Brasil é um dos maiores protagonistas nesse cenário, com cerca de 38 milhões de animais retirados da natureza anualmente, destinados principalmente à Europa, Estados Unidos e Ásia. Infelizmente, 90% dos animais traficados morrem antes de chegarem ao destino (OBSERVATÓRIO 3 SETOR, 2024; UNODC, 2024).

Outros estudos, como os de El Bizri, Morcatty e Ferreira (2020), exploram o comércio de carne de animais selvagens na Amazônia Central e suas implicações socioeconômicas e ecológicas. Cantlay, Ingram e Meredith (2017) apontam que o comércio e a caça excessiva representam sérios riscos à biodiversidade e à saúde humana, sugerindo a importância de alternativas sustentáveis. A análise de Ye (2020) reforça a complexidade do consumo e comércio de espécies protegidas, ressaltando como fatores culturais e econômicos regionais moldam essas práticas. Assim como Curtin (2010) que visou compreender os comportamentos e experiências dos "turistas sérios da vida selvagem" e encontrar maneiras de promover o ecoturismo responsável e sustentável, beneficiando tanto os turistas quanto a natureza e as comunidades locais.

Além disso, o consumo de partes de animais silvestres está ligado a rituais religiosos e práticas supersticiosas no Brasil. Lody (1977) e Adeola (1992) abordam a relevância de animais na cultura religiosa, enquanto Farias (2020) destaca as superstições que envolvem partes específicas para práticas “mágicas”, propondo alternativas que conciliem a conservação ambiental com o respeito às tradições culturais.

Diante das pesquisas apresentadas sobre o consumo de animais silvestres e a relação deste com superstições (Vyse, 1997; Keinan, 2002; Alves, 2012; Farias, 2020), há uma lacuna no conhecimento sobre suas implicações no consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro. Esta tese visa colaborar com esse campo de investigação, oferecendo caminhos que respeitem a diversidade cultural brasileira e fomentem uma coexistência sustentável entre comunidades humanas e vida selvagem.

Um outro problema relacionado ao consumo de animais silvestres é o consumo por superstição, como já mencionado anteriormente. Block e Kramer (2009) argumentam que as expectativas motivadas pela superstição podem influenciar as decisões de compra dos consumidores de maneira que se afastam da racionalidade econômica, resultando em comportamentos de compra que podem ser considerados irracionais. Nesse sentido, a presença de comportamentos supersticiosos pode ser associada a escolhas de consumo que não seguem estritamente os princípios da lógica econômica (Block; Kramer, 2009). Adicionalmente, vale destacar que as superstições não apenas oferecem benefícios psicológicos, mas também podem implicar vantagens de desempenho que são diretamente observáveis, um aumento na confiança dos participantes em dominar as tarefas futuras (Danisch; Stoberock. Mussweiler, 2010). Assim, a superstição pode desempenhar um papel na explicação das razões pelas quais as pessoas adquirem animais selvagens ou partes de animais para consumo.

Conforme destacado por Vyse (2018), a superstição desempenha um papel incentivador nas estratégias de vendas, levando a oportunidade de explorar as crenças irracionais dos consumidores com o objetivo de maximizar lucros. Esta abordagem implica que os consumidores propensos à superstição tendem a buscar produtos que são caracterizados por qualidades mágicas ou sobrenaturais, as quais carecem de validação científica. Assim, ao adquirirem tais produtos, os indivíduos investem na alegação de que esses bens possuem atributos especiais, mesmo na ausência de evidências científicas sólidas que os respaldem, como destacado por Farias (2020). A questão destacada, até agora negligenciada nos estudos do consumidor, oferece uma oportunidade para examinar como a superstição influencia o consumo de animais ou partes de animais silvestres. Essa lacuna, destacada na tese, traz

oportunidades de pesquisa que têm o potencial de impulsionar o avanço do conhecimento nesse campo.

Assim, a análise deste estudo sugere que as superstições podem exercer uma influência significativa sobre o comportamento de compra dos consumidores, levando a escolhas que podem ser interpretadas como não alinhadas com a racionalidade econômica, ao mesmo tempo em que oferecem benefícios psicológicos, que com passar dos anos podem levar a mudanças comportamentais no consumo.

Diante disso, percebeu-se que os estudos recentes (Cantlay, Ingram e Meredith, 2017; Petrescu e Petrescu-Mag, 2018; El Bizri, Morcatty e Ferreira, 2020; Bassotto, 2022), têm investigado o consumo de animais silvestres de forma geral e apesar da ampla abordagem da literatura sobre consumo de animais silvestre, incluindo os autores mencionados, ainda há uma lacuna nos estudos sobre consumo desses animais com foco nas cresças supersticiosas.

As crenças supersticiosas dos consumidores como impulsionadores do consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro receberam pouca atenção na literatura de marketing. Essa lacuna na literatura é ainda mais surpreendente, dada a demanda em pleno século XXI de consumo de animais silvestres, apesar da disponibilidade de uma variedade de objetos alternativos para uso supersticioso, ou consumo alimentar que incluem animais domesticados como galinhas, carneiros, vacas, patos, etc. Portanto, surge a necessidade de compreender os motivos desse comportamento nos dias atuais, em uma época de informação abundante e amplo acesso a estas informações.

Nesse contexto, alguns questionamentos são apresentados: Qual é a relação entre cultura de consumo e o consumo de animais silvestres? Como a Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) pode contribuir para a compreensão e redução do consumo de produtos de animais silvestres? Quais são as implicações das descobertas desta pesquisa para o desenvolvimento de marketing, políticas públicas e campanhas governamentais voltadas para a redução do consumo de animais selvagens?

Diante desses questionamentos, a pergunta que norteou essa tese é: **O que leva indivíduos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro à luz da Teoria da Cultura do Consumo -CCT?**

Por fim, essa problematização aborda uma série de aspectos relevantes, desde as motivações individuais para o consumo de animais selvagens até o potencial papel das superstições nesse comportamento.

## **1.2 Objetivos**

A seguir apresentam-se o objectivo central e os específicos da tese.

### **1.2.1 Objetivo central**

Compreender o que leva indivíduos ao consumo de derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro à luz da Teoria da Cultura do Consumo -CCT.

### **1.2.2 Objetivos específicos:**

- ✓ Identificar os motivos pelos quais os consumidores compram/consomem animal silvestre/produtos derivados de animal silvestre.
- ✓ Interpretar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo de animais selvagens ou partes desses animais.
- ✓ Apresentar proposta transformadora orientada ao bem-estar humano, alimentar e ambiental, que respeite os contextos culturais locais e incentive formas de consumo mais conscientes, sustentáveis e pró-conservação da fauna silvestre no Brasil.

Esses objetivos específicos visam fornecer *insights* aprofundados sobre as motivações e práticas que permeiam o consumo de animais silvestres, bem como apresentar sugestões concretas para promover comportamentos mais sustentáveis e éticos, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade no Brasil.

## **1.3 Relevância da Problemática**

Os crimes contra a vida selvagem atingiram um estágio crítico, onde os animais estão sendo caçados em grande escala, não apenas para fins de alimentação ou obtenção de peles, mas também devido ao seu valor ornamental, superstição, atração turística, contrabando, para remédios tradicionais populares e outras manifestações de interesse como os influenciado por fatores culturais.

A comercialização de partes e produtos de animais selvagens é uma realidade global, encontrando compradores em várias partes do mundo (Fa *et al*, 2002; Mack; West, 2005; Nijman, 2010; Pruvot , 2019). O tráfico de vida selvagem representa um negócio lucrativo, alimentado pela crescente demanda por esses produtos (UNEP; UNICRI, 2018). A compra e o consumo de espécies e produtos de origem animal selvagem são questões profundamente enraizadas na cultura e tradição de diferentes localidades (Kramer; Block, 2008; Farias, 2020), manifestando-se de maneira diversificada ao redor do globo.

Compreender a superstição no contexto do consumo de animais silvestres, sob uma perspectiva transformadora, exige ir além dos limites tradicionais dos estudos que abordam esse consumo, conforme proposta por Mick et al. (2012). Para ajudar na preservação da vida selvagem, apresentando propostas transformadoras de bem-estar alimentar e formas de consumo pro-ambiental para a proteção da vida selvagem no Brasil.

A escolha do produto animais silvestres como objeto de estudo nesta tese, deve-se a relevância deste produto na discussão de sustentabilidade e pela necessidade de restaurar e promover o uso sustentável do ecossistema terrestre, alinhando-se com o Objetivo número 15 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, ou seja, a conservação da biodiversidade. O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo, abrigando uma vasta gama de espécies de animais e plantas (MMA, 2020). O consumo descontrolado de animais silvestres representa uma ameaça significativa para a fauna brasileira e contribui para a perda de biodiversidade. Entender o comportamento do consumidor nesse contexto é crucial para desenvolver estratégias eficazes de conservação.

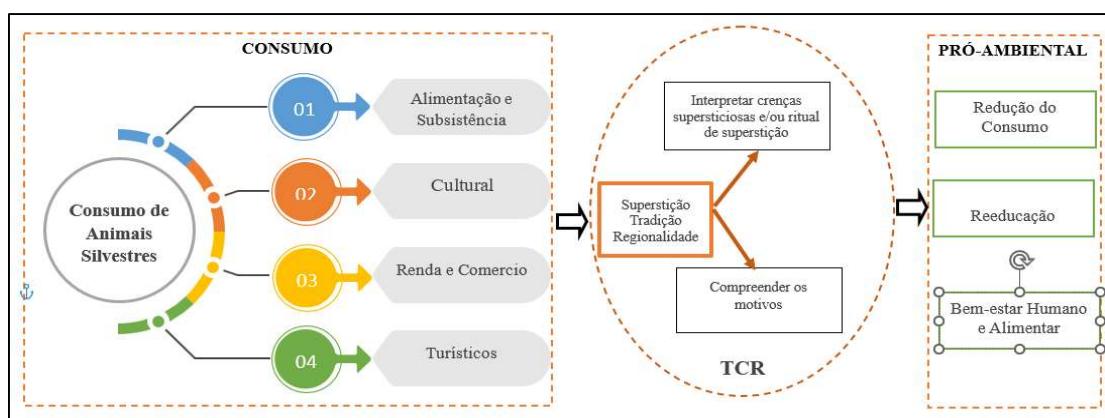
Ao investigar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo de animais selvagens no contexto cultural do Brasil, este estudo se justifica pela necessidade de identificar padrões de consumo e percepções que possam ajudar a promover o uso sustentável dos recursos naturais. Isso é crucial para garantir que as futuras gerações tenham acesso a esses recursos. O alinhamento com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 15 ajuda entender como a cultura brasileira influencia o consumo de animais silvestres, podemos desenvolver estratégias que contribuam para o cumprimento desse objetivo global, pois o consumo de animais silvestres no Brasil muitas vezes está enraizado em tradições culturais e práticas locais (Da Câmara Cascudo, 2017). É importante compreender esses aspectos culturais para desenvolver intervenções eficazes que respeitem as identidades culturais e promovam mudanças positivas.

Os resultados do estudo podem ajudar na elaboração de políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade e o combate ao tráfico ilegal de animais silvestres. Também pode ajudar na conscientização pública sobre os impactos negativos do consumo de animais silvestres.

Por fim, a pesquisa contribuirá através de publicações que conscientizam sobre o consumo de animais selvagens, identificando os motivos pelos quais os consumidores compram / consomem vida selvagem / produtos de vida selvagem para alimentação. Além disso, busca-se compreender o cenário atual e propor comunicações adequadas sobre a preservação da vida

selvagem e os riscos relacionados aos alimentos com animais selvagens, enquanto avança nas pesquisas sobre superstições e as consequências do consumo de animais selvagens.

**Figura 01** – Framework da Pesquisa



**Fonte:** Elaboração própria (2025)

## **II. REFERENCIAL TEORICO**

Este capítulo apresenta a revisão da literatura, orientada pelas temáticas centrais deste estudo. São discutidos, a seguir, os principais tópicos referentes ao Consumo de Animais Silvestres, primeiramente será demonstrado esse consumo na perspectiva geral, em seguida na perspectiva do Comportamento do Consumidor em relação ao consumo de animais silvestres ou partes desses animais no contexto cultural brasileiro. Também estão contidos estudos que abordam a superstição e/ou ritual de superstição, bem como explanações sobre a Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) na perspectiva do Bem-estar alimentar e consumo Pro-Ambiental.

Por conta disso, este referencial teórico foi delineado a partir das seções e principais temáticas abordadas abaixo.

### **2.1 O Consumo de Animais Silvestres e *Consumer Culture Theory* – CCT**

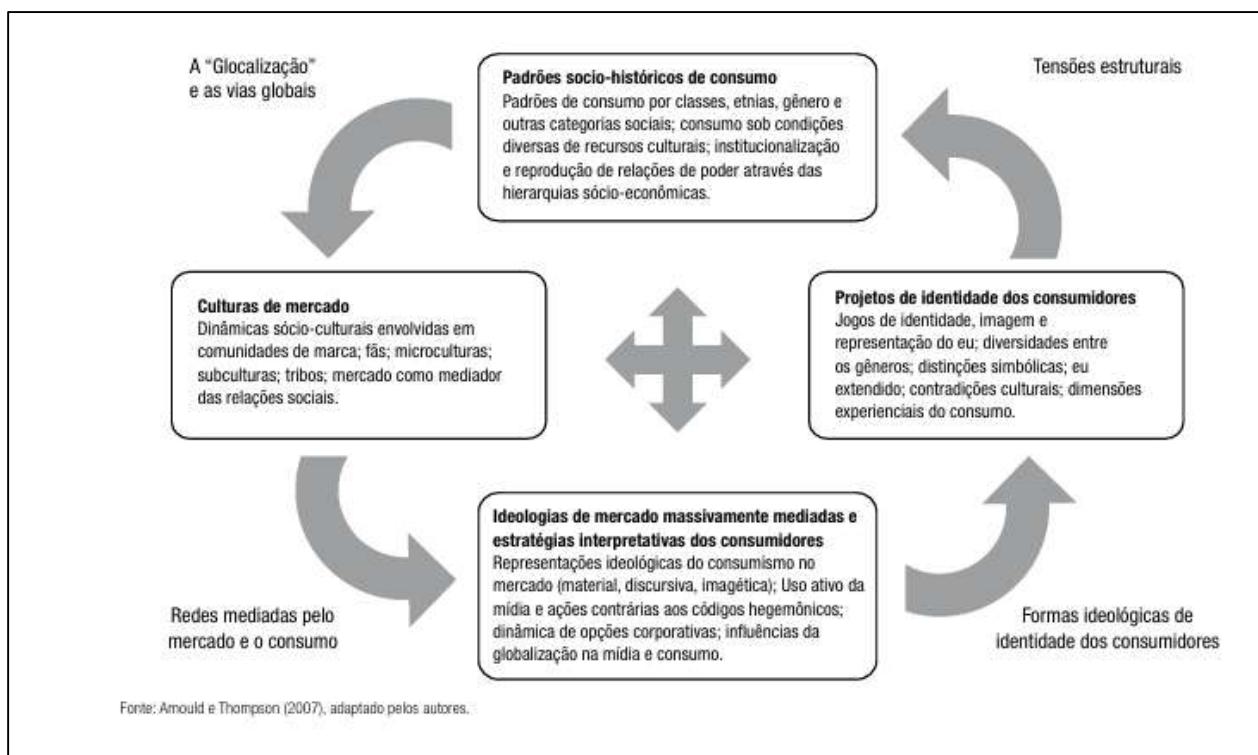
O consumo de animais silvestres está relacionado a vários contextos como por exemplo formas alternativas de alimentos, recursos alimentares e fonte de proteína animal (Robinson e Bennett, 2000; Davies, 2002; Piovesan, 2015; Petrescu e Petrescu-Mag, 2018; Bassotto , 2022); consumo de caça como fonte de renda (Da Silveira e Thorbjarnarson, 1999; Clayton e Milner Gulland, 2000; Cawthorn; Hoffman, 2016); como renda e comercio (Alves, Rosa, Neto e Voeks, 2012; Nunes *et al.* , 2019; Pruvot , 2019). No entanto, esses contextos não são o foco da Tese, eles são para ilustrarem formas de consumos diversos, dando suporte aos construtos desta Tese que é investigar o consumo de animais ou partes desses animais silvestres no contexto cultural brasileiro.

Além de entender o conceito e a diferença de terminologia de animais silvestres, é importante compreender a cultura de consumo associada a esses animais silvestres (Werther, 2008). Para isso precisa-se entender os conceitos de "*cultura de consumo*" (Arnould; Thompson, 2005). A cultura de consumo é um arranjo social complexo que envolve as relações entre culturas, recursos sociais e mercados, e abrange uma variedade de elementos, como classificação social, sistemas de comunicação, formação de identidade, rituais e construção de comunidade, todos influenciando as experiências individuais e coletivas (Askegaard; Linnet, 2011; Arnould; Thompson, 2005).

Arnould e Thompson (2007) discutem como o processo de marcação acadêmica da CCT contribuiu para consolidar o campo, combatendo a percepção de que os estudos de consumo

cultural seriam apenas qualitativos ou excessivamente situados. Entretanto, ao posicionar a CCT como um corpo teórico coeso, surgem críticas relacionadas ao risco de narrativas, reforçando a necessidade de manter sua flexibilidade interpretativa, alinhada a influências pós-estruturais. Os autores também abordam tensões entre agência e estrutura, mostrando como consumidores negociam identidades e projetos pessoais dentro de ideologias dominantes. Além disso, exploram temas como glocalização e o papel das redes mediadas pelo mercado, enfatizando a importância das interações entre dinâmicas locais e influências globais para compreender o comportamento do consumidor (Arnould; Thompson, 2007).

**Figura 02- Framework sintético da CCT**



**Fonte:** (Arnould; Thompson, 2007, p.4)

A figura sintetiza os quatro domínios analíticos da *Consumer Culture Theory* (CCT), mostrando como o consumo é moldado por padrões sócio-históricos, projetos de identidade, ideologias de mercado e culturas de mercado. Esses domínios se articulam por meio de tensões estruturais, formas ideológicas e redes mediadas pelo mercado, revelando o caráter dinâmico, relacional e culturalmente situado das práticas de consumo. Isso evidencia a interação entre influências globais e expressões locais, a chamada glocalização, e reforça que consumidores interpretam, negociam e ressignificam significados no contexto das relações mediadas pelo mercado (Arnould; Thompson, 2007).

Na perspectiva da CCT, a cultura é a fonte da experiência, do significado e da ação de interações entre consumidores e empresas, e essas interações constroem os significados do consumo, e a teoria da cultura do consumo (CCT) ao estudar o comportamento do consumidor e suas estruturas socioculturais (Askegaard; Linnet, 2011). Como a Teoria da Cultura do Consumo (CCT) tem como objetivo analisar as implicações da produção, troca e consumo de mercado para a sociedade e a cultura, oferecendo soluções para os dilemas impostos pela cultura de consumo global (Arnould; Salminen; Tillotson, 2019), torna-se relevante utilizá-la para compreender o consumo de animais silvestres. A CCT pode auxiliar na análise do processo sócio-histórico desse tipo de consumo, buscando entender suas motivações, sobretudo quando relacionado a práticas de consumo baseadas em superstições.

Gaião, Souza e Leão (2014) apresentam uma análise sobre a consolidação da *Consumer Culture Theory* (CCT) e propõem um framework que evidencia os principais eixos que estruturam a CCT: a dimensão das relações entre consumidores, mercado e cultura, a produção e expressão de identidades e significados por meio do consumo, as estruturas de mercado e práticas de mediação cultural e as dinâmicas de socialização e experiência de consumo. Esses eixos, interconectados, permitem compreender o consumo como um fenômeno cultural, simbólico e socialmente construído, que ultrapassa a lógica econômica tradicional e enfatiza os contextos históricos, ideológicos e relacionais que moldam as práticas cotidianas dos consumidores no decorrer do tempo.

Ao longo dos milênios, observamos transformações significativas no padrão de consumo alimentar, impulsionadas pela expansão das cadeias de alimentos e pelo progresso tecnológico, proporcionando a possibilidade de preparo caseiro de diversos produtos, incluindo aqueles derivados de carnes exóticas (Fernandes; Maia; Horta, 2019). No contexto específico das carnes exóticas, Bassotto (2022), Cajaíba, Silva Piovesan (2015), e Petrescu e Petrescu-Mag (2018) sugerem estratégias de marketing para promover o consumo de carne de coelho, propondo a transformação da percepção cultural existente ao enfatizar seus benefícios como alimento saudável e nutritivo. Além disso, outros autores destacam os aspectos do comportamento do consumidor supersticioso em relação aos alimentos, com crenças supersticiosas negativamente correlacionadas às atitudes em relação à engenharia genética de produtos alimentares, conforme indicado por Mowen e Carlson (2003).

Estudos que incentivam ao consumo de animais silvestres como formas alternativas de alimentação ou recursos alimentares também podem ser encontrados nos estudos de Cajaíba, Silva e Piovesan (2015) que investigaram o consumo de animais silvestres utilizados como

recurso alimentar em assentamentos rurais no município de Uruará, Pará, Brasil". Autores como Petrescu e Petrescu-Mag (2018) e Bassotto (2022) também incentivaram o consumo alimentar de animais silvestres como formas alternativas e funcional. Curiosamente, essas alternativas muitas vezes apresentam teores nutricionais elevados em comparação às carnes convencionais, como bovina, suína, aves e peixes (Sfaciotte, 2015)

De acordo com Bassotto (2022), as carnes exóticas apresentam-se como uma alternativa atrativa para os consumidores de carne, destacando a carne de coelho como uma opção particularmente benéfica. O autor recomenda a implementação de estratégias de marketing direcionadas para promover o consumo dessa carne, visando reconfigurar a perspectiva cultural existente e enfatizar seus atributos como uma escolha alimentar saudável e nutritiva. Considerando a crescente preferência por carnes de qualidade e a tendência atual de redução da captura de animais na natureza, Petrescu-Mag (2014) propõe a produção de carne de coelho como uma ferramenta otimizada para apoiar práticas alimentares sustentáveis.

Alinhado a isso, Petrescu e Petrescu-Mag (2018) destacam que a produção e consumo de carne de coelho oferecem uma solução viável em escala global, especialmente em regiões onde o crescimento econômico desempenha um papel crucial na promoção do progresso humano, contribuindo para a redução da pobreza, da fome e da desnutrição, ao mesmo tempo em que garante alimentos seguros e acessíveis.

Sfaciotte *et al.* (2015), ao estudar a qualidade da carne de avestruz, javali e jacaré vendida no comércio de Maringá, no Paraná, identificaram que as carnes consideradas como exóticas, operando como alternativas alimentares, que, não raro, oferecem elevados teores nutricionais, quando comparadas às carnes tradicionais (bovina, suína, aves e peixes).

Outro estudo que incentiva o consumo de animais de caça silvestre no Brasil é o de Nunes *et al.*, (2019) que ressalta a capacidade dessa prática em fornecer nutrientes essenciais, como proteínas, gorduras de alto valor e minerais, para famílias que não têm poder aquisitivo para adquirir carne de boi, os autores enfatizam a relevância da carne silvestre como uma estratégia viável para garantir a adequada nutrição local.

Já o estudo de Cawthorn e Hoffman (2016) busca fornecer uma visão global da demanda, oferta e aceitação de carnes "não convencionais" e "exóticas" e sugere que os pesquisadores examinaram práticas e tendências em diversos países ao redor do mundo. Portanto explora as atitudes sociais em relação à aceitação ou resistência ao consumo de carnes não convencionais, considerando tabus culturais, normas sociais e mudanças nas preferências alimentares. O que reforça o estudo desta Tese sobre o comportamento do consumidor em

relação ao consumo de animais silvestres ou partes desses animais no contexto cultural brasileiro, já que segundo Cawthorn e Hoffman (2016) existem visões conflitantes sobre as espécies entre países ocidentais, sociedades e em outros lugares.

Os animais silvestres desempenham um papel crucial como fonte essencial de alimento e receita em toda a bacia amazônica, especialmente para as comunidades que dependem da floresta e residem em áreas mais isoladas. (El Bizri, *et al.* 2023). Os autores abordam as correlações entre o consumo e comércio de carne de animais selvagens em comunidades rurais na Bacia do Rio Jutaí, na Amazônia Central. O estudo investiga fatores sociais e biológicos associados a essas práticas, fornecendo insights valiosos sobre os padrões culturais, socioeconômicos e ambientais que influenciam a relação entre as comunidades locais e a fauna selvagem. Portanto, a pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas humanas e ecológicas na região, com implicações potenciais para estratégias de conservação e manejo sustentável.

Em outros países a cultura de consumo de animais silvestres pode ser observada no estudo de Pruvot (2019) que analisou os mercados de carne de caça na República Democrática Popular do Laos e a relação entre a conservação da vida selvagem e a saúde pública e como as práticas de consumo relacionadas a esse tipo de alimento e como elas podem afetar tanto a biodiversidade quanto a saúde humana. Países do Sudeste Asiático também são conhecidos como ponto crítico de comércio de vida selvagem, onde o consumo de animais selvagens com base em razões médicas, superstições e nutricionais está profundamente enraizado na cultura (Nijman, 2010).

A carne selvagem é uma fonte vital de proteína em muitas regiões rurais de baixa renda da África subsaariana e é amplamente consumida pelas populações rurais próximas às florestas tropicais (Fa *et al.*, 2002, Mack; West, 2005), ou seja, neste contexto o consumo de animais silvestres está relacionado a sobrevivência humana. Portanto, as preferências culturais, crenças e tradições ou consumo para sobrevivência humana relacionadas aos animais selvagens podem influenciar a demanda por esses produtos e, consequentemente, afetar a conservação da vida selvagem e a saúde pública.

Se por um lado algumas pesquisas incentivam o consumo de animais silvestres como alternativa alimentar, por outro lado, é crucial destacar que essa prática pode acarretar sérios danos à saúde humana ao promover a propagação de doenças zoonóticas (Wolfe *et. al.*, 2005) e à biodiversidade (Pruvot, 2019). Portanto, as pesquisas de Cajaíba, Silva e Piovesan (2015), e de Petrescu e Petrescu-Mag (2018) e Bassotto (2022), que incentivaram o consumo de animais

silvestres como alternativa funcional, merecem consideração crítica ao indicar e incentivar o consumo de animais silvestre como fonte de alimentação alternativa.

Quando se trata de consumo de animais silvestres como renda e comercio (econômico), no contexto das décadas de 1980 e 1990, a busca incessante por novos mercados e a necessidade de oferecer novidades aos consumidores impulsionaram a introdução de carnes exóticas industrializadas (Cawthorn; Hoffman, 2016). Segundo os autores, a transição dessas carnes para o cotidiano do consumidor foi desafiadora devido a obstáculos como a falta de familiaridade e a escassez de matéria-prima para processamento industrial a custos acessíveis, ou seja, influenciam o consumo, a subsistência econômica e o comércio.

Segundo alguns autores, o consumo de carne de caça selvagem desempenha um papel significativo para diversas populações em todo o mundo, especialmente em regiões economicamente mais pobres, como as florestas tropicais (Robinson; Bennett, 2000; Davies, 2002; Petrescu; Petrescu-Mag, 2018; Bassotto, 2022). Nessas áreas, a caça ainda é uma importante fonte de renda (Da Silveira; Thorbjarnarson, 1999; Clayton; Milner Gulland, 2000; Cawthorn; Hoffman, 2016). Contudo, essas práticas podem ter impactos negativos, uma vez que podem levar à redução das populações de animais selvagens e afetar o equilíbrio dos ecossistemas locais. Confirmando nos estudos de Alves, Rosa, Neto e Voeks (2012) no Brasil, que revela uma extensa rede comercial envolvendo colecionadores, intermediários, lojistas e consumidores, onde a raridade de uma espécie muitas vezes está associada ao seu valor econômico.

Estudos recentes, como o de Xie *et al.*, (2021), investigaram as atitudes em relação ao consumo de carne de caça e alimentos orgânicos em diferentes faixas etárias, levando em consideração o impacto da crise do COVID-19. Este estudo revela atitudes predominantemente negativas em relação à carne de caça, especialmente entre as gerações mais jovens, que também apresentam uma maior frequência de consumo de alimentos orgânicos.

Os estudos de Nunes *et al.*, (2019) demonstram o valor socioeconômico crucial da extração de carne silvestre para a segurança alimentar local na Amazônia rural e destacam a importância inestimável dessa prática na garantia de alimentos para as comunidades locais na Amazônia. Segundo os autores, a caça de carne silvestre na Amazônia pode garantir nutrição adequada para muitas famílias rurais, incluindo gorduras de alto valor, proteínas e minerais, já que não têm poder aquisitivo para compra de proteína de carne de boi. Entretanto, conforme Nunes *et al.*, (2019), é essencial abordar as preocupações ambientais relacionadas ao consumo

de carne silvestre na Amazônia. Embora o estudo destaque o valor socioeconômico imediato dessa prática para as comunidades locais, há uma falta de discussão sobre a temática.

Com isso, essas influências positivas ou negativas sobre o consumo de caça podem trazer riscos à saúde quando associadas ao comércio de carne de caça na República Democrática Popular do Laos. (Pruvot, 2019) O autor destaca a importância de compreender o vínculo entre a conservação da vida selvagem e a saúde pública, ressaltando que o conhecimento dessas relações pode ser essencial para a sociedade.

Diante disso, o consumo de carne emerge como um tema profundamente controverso nas sociedades modernas, refletindo uma multiplicidade de visões e valores. Cawthorn e Hoffman (2016) buscam investigar as complexidades associadas ao consumo não convencional de carne, destacando as visões conflitantes que permeiam essa prática em todo o mundo e examinando os pontos de vista contraditórios sobre animais não convencionais (Cawthorn; Hoffman, 2016).

O estudo de Drury (2011), investiga a demanda dos consumidores urbanos por produtos animais selvagens no Vietnã. Explorando os padrões de consumo e analisando as razões subjacentes a essa demanda, a pesquisa destaca a urgência de compreender e abordar as implicações ambientais e de conservação associadas.

Diante disso, o consumo deixou de ser apenas uma questão de sociologia, economia ou estudos de negócios para se tornar uma interação complexa entre sociedade e indivíduo. (Askegaard; Linnet, 2011). Demonstrando, portanto, a importância dessa tese em avaliar o comportamento do consumidor em relação ao consumo supersticioso de animais silvestres ou partes desses animais no contexto cultural brasileiro.

Relacionados ao consumo de animais silvestres, os estudos sobre a temática têm sido investigados em diversas regiões do mundo, cada uma com sua própria cultura de consumo (Arnould; Thompson, 2005). Por exemplo, a Indonésia possui uma diversidade cultural significativa, influenciando as atitudes das pessoas em relação aos animais (Nekaris, 2010; Nijman; Nekaris, 2014). O Sudeste Asiático é conhecido por seu comércio de vida selvagem com base em motivos médicos, superstições e nutrição (Nijman, 2010; Kamp, 2015). Em muitas regiões rurais da África subsaariana, a carne selvagem é uma fonte importante de proteína (Fa; Peres; Meeuwig; Bushmeat, 2002; Mack; West, 2005).

Adeola (1992) destaca a relevância dos animais selvagens e de suas partes na cultura, festivais religiosos e medicina tradicional nigeriana e explora a interconexão entre a fauna selvagem e aspectos fundamentais da identidade cultural, práticas religiosas e sistemas de cura

tradicionais no contexto nigeriano. Segundo Adeola (1992), na década de 90, a compreensão da interconexão entre a vida selvagem e a cultura era vital para reconhecer a relevância dessas práticas tradicionais. No entanto, desde então, houve uma mudança notável nas atitudes globais em relação à conservação da biodiversidade e ao respeito pela vida selvagem, conforme demonstrado pelas crescentes legislações e estudos pró-ambientais.

Por sua vez, Pruvot (2019), indica que o consumo se manifesta na análise dos mercados de carne de caça na República Democrática Popular do Laos e na relação entre conservação da vida selvagem e saúde pública. Os autores investigam práticas de consumo relacionadas à carne de caça, considerando normas sociais e hábitos alimentares locais, destacando a influência das preferências culturais, crenças e tradições na demanda por esses produtos, afetando a conservação e a saúde pública.

O estudo realizado por Alves, Rosa, Neto e Voeks (2012) destaca a influência duradoura das crenças e práticas religiosas nas percepções humanas e no uso da natureza, com ênfase especial nos animais, que desempenham papel significativo nas práticas mágico-religiosas. O contexto da religião afro-brasileira Candomblé, introduzida por africanos escravizados e que combina tradições africanas com elementos assimilados pelos ameríndios, investiga as espécies de animais domesticados e selvagens utilizadas para propósitos espirituais e religiosos. Os autores identificaram 129 espécies, sendo 34,8% delas listadas como ameaçadas, e mamíferos, moluscos, peixes, aves e répteis foram os grupos mais mencionados.

Sánchez (2022) explora a cultura de consumo na intenção das pessoas de manter psitacídeos como animais de estimação. Portanto, para o autor, as crenças e valores em relação à posse e ao cuidado dessas aves são influenciados pela cultura local, moldando atitudes e comportamentos relacionados aos animais de estimação.

Farias (2020) destaca a necessidade urgente de conscientização e ação para proteger essas espécies vulneráveis. O autor não apenas identifica os fatores por trás desses crimes, mas também destaca a importância de políticas e estratégias de conservação que possam combater eficazmente essa ameaça à biodiversidade global.

Portanto, percebe-se que existem várias formas de consumo de animais silvestres que nos ajudarão a entender em que contexto está ocorrendo esse consumo (Adeola, 1992; Fa; Peres; Meeuwig; Bushmeat, 2002; Mack; West, 2005; Xie, 2021; Sánchez *et al*, 2022). No entanto, a importância do estudo desta Tese está na necessidade de investigar o comportamento do consumidor em relação ao consumo de animais silvestres ou partes desses animais no contexto cultural brasileiro, e apresentar propostas transformadoras de bem-estar alimentar para

o consumo desses animais ou parte de animais como alimento ou amuleto e formas de consumo pro-ambiental para a proteção e conservação da vida selvagem no Brasil conforme legislações globais e nacionais prevista para o consumo desses animais ou partes desses animais como forma de amuletos.

Destaca-se que a conservação da vida selvagem é uma questão global que é regulamentada por diversas leis e convenções internacionais, incluindo a convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção de Ramsar e a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestre (CMS) (ICMBio, 2013; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2020; Ibama, 2022).

A CITES é uma convenção internacional que tem como objetivo regular o comércio internacional de espécies da flora e fauna selvagens para garantir que tal comércio não ameace a sobrevivência dessas espécies. Adotada em 1973, a CITES estabelece controles sobre o comércio de animais e plantas selvagens, bem como de seus produtos, por meio de listas que classificam as espécies em diferentes apêndices, dependendo do nível de proteção necessário (Ibama, 2022).

A CDB é um tratado internacional que foi adotado na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992. Seu principal objetivo é a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso desses recursos genéticos. A CDB abrange temas como conservação de ecossistemas, diversidade genética e acesso a recursos genéticos, visando promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade em níveis global, nacional e local (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2020).

A Convenção de Ramsar, adotada em 1971, é um tratado internacional que se concentra na conservação e uso sustentável de zonas úmidas. Ela reconhece a importância dessas áreas para a biodiversidade e a prestação de serviços ecossistêmicos. Os países que aderem a esta convenção comprometem-se a designar zonas úmidas de importância internacional e a desenvolver e implementar planos de gestão para garantir sua conservação (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2020).

A CMS, também conhecida como a Convenção de Bona, foi adotada em 1979 e tem como objetivo a conservação das espécies migratórias de animais selvagens, abrangendo tanto espécies terrestres quanto aquáticas. Esta convenção promove acordos internacionais para a conservação dessas espécies e de seus habitats ao longo de suas rotas migratórias. Ela reconhece

a importância da cooperação internacional para garantir a sobrevivência de animais selvagens que se deslocam através de fronteiras nacionais (ICMBio, 2013).

Essas convenções têm como objetivo principal a conservação da biodiversidade, incluindo a proteção de espécies ameaçadas e seus habitats (ICMBio, 2013; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2020; Ibama, 2022). No contexto jurídico brasileiro, a legislação ambiental abrange diversas leis que desempenham papéis cruciais na proteção, conservação e manejo sustentável da fauna. Dentre essas leis, destaca-se a "Lei de Proteção à Fauna" como um instrumento jurídico específico voltado para a preservação dos animais e seus ecossistemas (Brasil, 1998).

A legislação brasileira referente à fauna silvestre é ampla e visa garantir a proteção e conservação das espécies nativas. A Lei nº 5.197/1967 proíbe a caça profissional e o comércio de animais silvestres, estabelecendo bases para a proteção da fauna brasileira. Já a Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, prevê sanções penais e administrativas para quem captura, mata ou mantém animais silvestres sem autorização legal. Complementando essas normas, a Portaria IBAMA nº 93/1998 regulamenta a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre e exótica, enquanto a Portaria MMA nº 443/2014 estabelece a lista oficial de espécies da flora ameaçadas de extinção, servindo de parâmetro para ações de preservação e manejo ambiental no país.

A "Lei de Proteção à Fauna" (Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) é regida por dispositivos legais que visam resguardar a diversidade biológica do país, com ênfase na fauna. Essa legislação estabelece normas para a proteção de espécies ameaçadas, o controle do comércio de animais silvestres, a regulamentação da caça e pesca, bem como a preservação de habitats naturais essenciais para a sobrevivência das diferentes espécies (Brasil, 1998).

A legislação também delimita penalidades para práticas que violem suas disposições, promovendo a dissuasão de atividades prejudiciais à fauna brasileira. Além disso, a "Lei de Crimes Ambientais" (Lei Federal nº 9.605/1998) complementa a proteção à fauna, estabelecendo sanções para infrações relacionadas ao meio ambiente, incluindo aquelas que afetam a fauna. No âmbito regional, a "Lei da Mata Atlântica" (Lei Federal nº 11.428/2006) se destaca por seu enfoque na preservação desse bioma, um dos mais ameaçados e biodiversos do Brasil. Essa legislação busca conciliar o desenvolvimento sustentável com a conservação da Mata Atlântica, estabelecendo diretrizes específicas para a proteção de sua fauna e flora (Brasil, 2006).

O consumo de produtos derivados de animais silvestres no Brasil, tema central desta pesquisa, está relacionado às políticas públicas de conservação e proteção da fauna nativa. A Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, atualiza a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, reforçando o papel do Estado na preservação da biodiversidade brasileira e na prevenção de práticas predatórias. Ao modificar os anexos das Portarias MMA nº 443, 444 e 445 de 2014, o Ministério do Meio Ambiente evidencia a urgência de medidas que coibam o comércio e o consumo ilegal de espécies silvestres, muitas delas exploradas por motivos culturais, supersticiosos ou econômicos. Assim, compreender as motivações e significados atribuídos ao consumo de animais silvestres torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias de conscientização e políticas públicas que conciliem o respeito às tradições culturais com a conservação ambiental e o bem-estar coletivo (BRASIL, 2022).

Essas leis, em conjunto, constituem um arcabouço jurídico abrangente que visa assegurar a preservação, conservação e manejo sustentável da fauna brasileira, considerando tanto as espécies quanto seus habitats, e refletem o compromisso do país em cumprir suas responsabilidades ambientais, promovendo a biodiversidade e contribuindo para a manutenção do equilíbrio ecossistêmico (Brasil, 1998; Brasil, 2006). Embora existam leis e convenções internacionais que demonstram um compromisso com a sobrevivência da vida selvagem e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais (Flandrin e Montanari, 1998), ainda há desafios significativos na implementação e fiscalização dessas leis, bem como na conscientização e mudança de comportamento das partes envolvidas no consumo e na cultura de consumo desses animais.

Diante disso, estudos que abordem o impacto das diferenças gerenciais nas percepções e atitudes, refletindo a influência da cultura do país nas escolhas alimentares, como o de Xie (2021), que considera a cultura de consumo ao explorar percepções e atitudes em relação a alimentos saudáveis e de risco, em meio a uma crise alimentar, devem ser incentivados. A cultura de consumo na interação de pessoas da região amazônica brasileira com o comércio de carne de caça, estudada por Chaves Baía Júnior (2010), destaca o conceito de consumo simbólico, em que alimentos como carne de caça expressam identidades culturais, valores e crenças específicas. Portanto, entende-se que a cultura de consumo nesse estudo é explorada para entender práticas e significados associados ao comércio de carne de caça e o desenvolvimento sustentável da região.

Chaves (2019) também evidencia a cultura de consumo na interação de comunidades locais na região central da Amazônia com o comércio e consumo de carne de animais silvestres.

O estudo busca compreender práticas e padrões associados ao comércio de carne de caça, analisando o impacto dessas atividades na biodiversidade e sustentabilidade do ecossistema amazônico. Portanto, entende-se que a cultura de consumo é influenciada por tradições, crenças e valores locais. Percebem-se também estudos multidisciplinares sobre o comércio de vida selvagem em primatas, sugerindo a possível presença da cultura de consumo nesse contexto em outros países (Adeola, 1992; Fa; Peres; Meeuwig; Bushmeat, 2002; Mack; West, 2005; Nekaris, 2010; Nijman; Nekaris, 2014; Nijman, 2010; Kamp , 2015; Blair , 2017; Pruvot , 2019).

Uma outra forma de consumo de animais silvestres é para fins turísticos, como o estudo de Pastrana (2020), mostrando que há indícios de consideração da cultura de consumo em fatores sociais e culturais que influenciam os atrativos turísticos e a satisfação dos visitantes com o consumo de animais silvestres. Os autores destacam a importância das dimensões culturais e sociais no comportamento do consumidor, refletindo na maneira como turistas consomem, representam simbolicamente destinos turísticos e constroem identidades durante suas experiências.

Curtin (2010) relaciona a cultura de consumo ao comportamento de "turistas sérios de vida selvagem". Suas atitudes e preferências em relação ao turismo de natureza e vida selvagem são moldadas por normas sociais, crenças e valores, evidenciando a influência cultural em suas experiências de consumo. Além desses tipos de consumo, também se percebe um aumento no hábito das pessoas de manter animais de estimação diferentes de cães e gatos domésticos por novos animais de estimação silvestres/selvagens, como mamíferos, aves, répteis, peixes (Werther, 2008). O que se torna essencial é compreender os múltiplos aspectos associados ao consumo de animais silvestres, com suas diversas finalidades e o impacto na sociedade.

Estudos recentes têm investigado o consumo de animais silvestres sob várias perspectivas teóricas, como a Teoria do Comportamento Planejado e da Neofobia Alimentar (De Moura Filho, 2020) e a resistência ao consumo de animais silvestres (Zhang, 2022), ampliando o conhecimento teórico sobre o tema. Esta tese procurará investigar o consumo de animais silvestres no contexto cultural do Brasil à luz da Teoria da Cultura do Consumo - CCT e, através da Pesquisa Transformativa do Consumidor -TCR, apresentar propostas transformadoras de bem-estar alimentar para aqueles que consomem animais ou partes de animais silvestres como alimento.

Para gerar um embasamento maior à pesquisa e contribuir para o avanço do debate, desenvolveu-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que auxiliou na compreensão do campo de estudos de cultura de consumo de animais silvestres a partir do seu mapeamento e

interpretação. Segundo Kitchenham e Charters (2007), uma abordagem útil na RSL é a estrutura PICOC (*Population, Intervention, Comparison, Outcomes e Context*). A principal questão de pesquisa definida foi: "Quais são os estudos que destacam as culturas de consumo dos animais silvestres?" Além dessa questão principal, foram exploradas questões secundárias para fornecer informações complementares e relevantes. As questões definidas nesta RSL incluíram: QS1: Quais culturas estão envolvidas no consumo de animais silvestres? QS2: Quais animais silvestres são mais consumidos? QS3: Quais métodos de pesquisa foram empregados na condução desses estudos? QS4: Quais autores e instituições de pesquisa são mais ativos nessa área?

Para responder a essas questões, foram selecionadas fontes de pesquisa baseadas em sua capacidade de utilizar expressões lógicas, recuperar o texto completo dos artigos e permitir buscas automatizadas. As bases de dados escolhidas para esta revisão sistemática foram: *Web of Science*, *ACM Digital Library*, *IEEE Explore*, *Science Direct (Elsevier)*, *Scopus* e *Springer Link*. Essas fontes foram consideradas as mais abrangentes e relevantes para os estudos exploratórios realizados sobre o tema em questão.

A *string* de pesquisa foi adaptada para os diferentes mecanismos de busca de cada base de dados, incluindo título, resumo e palavras-chave, para garantir a inclusão abrangente dos estudos relevantes, sendo a pesquisa realizada em junho 2023. A seleção das palavras-chave foi elaborada com base na estrutura PICOC e nos objetivos da RSL, garantindo a inclusão de termos relevantes. Após refinamentos em todas as bases previamente selecionadas, a string de busca utilizada foi: ("consumer culture") AND (wildlife OR "wild animals" OR "wild animal trade" OR "bushmeat" OR "exotic animals" OR "game animals").

Inicialmente identificou um total de 2125 estudos. Após a primeira seleção, 2070 estudos foram excluídos, resultando em 55 estudos relevantes para análise. Este processo permitiu uma visão abrangente e detalhada sobre as culturas de consumo de animais silvestres, destacando as práticas e implicações associadas a esse comportamento. Após analisado os 55 estudos, foram selecionados os 13 mais relevantes com base no Fator de Impacto para resumo em quadro abaixo.

Com relação às principais publicações sobre o tema, o Quadro 1 apresenta os estudos organizados por ID, DOI, título, autor, ano, jornal e número de citações.

**Quadro 1-** Visão Geral dos Estudos Cultura de Consumo Animais Silvestre

ID	DOI	Artigo	Autores	Ano de Publicação	Jornal	Citações
----	-----	--------	---------	-------------------	--------	----------

41	0034-7744	Non-legalized commerce in game meat in the Brazilian Amazon: a casestudy	Chaves Baia Junior	2010	Revista De Biologia Tropical	69
25	10.1002/jtr.734	The Self-presentation and Self-development of Serious Wildlife Tourists	Curtin	2010	International Journal Of Tourism Research	104
20	10.3390/ani7070052	A Cultural Conscience for Conservation	Good, Burnham, Macdonald,	2017	Animals	24
358	10.1002/ajp.22710	Multidisciplinary studies of wildlife trade in primates: Challenges and priorities	Blair	2017	American Journal Of Primatology	8
37	10.1038/s41538-018-0032-6	FoodOn: a harmonized food ontology to increase global food traceability, quality control and data integration	Dooley	2018	Npj Science Of Food	196
16	10.1016/j.scitotenv.2019.04.266	Toward a quantification of risks at the nexus of conservation and health: The case of bushmeat markets in Lao PDR	Pruvot	2019	Science of the Total Environment	27
27	10.1007/s10745-019-00107-6	Wild Meat Trade and Consumption in the Central Amazon, Brazil	Chaves	2019	Human Ecology	34
45	10.3390/ani10091703	Camel Genetic Resources Conservation through Tourism: A KeySociocultural Approach of Camelback Leisure Riding	Pastrana	2020	Animals	4
23	10.1002/mar.21423	Consumer engagement behaviors in the online wildlife trade: Implications for conservationists	Feddema	2020	Psychology e Marketing	18
14	10.1111/csp2.161	Effects of regional economics on the online sale of protected parrots and turtles in China	Ye	2020	Conservation Science And Practice	23
13	10.1108/BFJ-06-2020-0528	Differences in game consumption patterns between North and South China	Wei	2021	British Food Journal	3
350	10.1017/S003060532100017X	When good attitudes are not enough: understanding intentions to keep yellow-shouldered Amazons as pets on Margarita Island, Venezuela	Sánchez-Mercado	2022	Oryx	6
21	10.3390/ani13050771	Illegal Harvesting within a Protected Area: Spatial Distribution of Activities, Social Drivers of Wild Meat Consumption, and Wildlife Conservation	Bortolamiol	2023	Animals	0

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025)

O levantamento no Quadro 1 revela que todos os estudos primários selecionados foram publicados em periódicos, sendo a maioria nos últimos 10 anos. O Jornal *Animals* destaca-se com o maior número de publicações, com três estudos. O total de citações dos estudos selecionados é de 449, sendo o estudo mais citado o de Dooley (2018), com 196 citações. Este estudo descreve a ontologia *FoodOn* como uma ferramenta essencial para melhorar a rastreabilidade global de alimentos.

Os periódicos analisados demonstram as publicações recentes sobre o consumo pró-ambiental de animais silvestres, com destaque para o Jornal *Animals*, que apresentou o maior número de estudos. Estudos como o de Good *et al.*, (2017) mostram que o uso de símbolos de espécies ameaçadas pode engajar consumidores na conservação de animais em extinção, transformando o consumo em uma ação de preservação. Ye *et al.*, (2020) destacam a complexidade do comércio ilegal de animais silvestres, mostrando a influência de fatores sociopolíticos e culturais nas práticas de consumo. Embora o trabalho de Dooley *et al.*, (2018) se concentre na rastreabilidade dos alimentos, ele realça a importância da segurança alimentar e da transparência, aspectos relevantes para a cultura de consumo alimentar. Já Blair *et al.* (2017) e Pastrana *et al.* (2020) ilustram como o comércio de vida selvagem e o turismo são influenciados pelas práticas culturais de consumo.

A RSL identificou uma variedade de animais, com muitos autores fazendo uso das expressões “*animais silvestres*”, “*animais selvagens*” e “*vida selvagem*”, sem fornecer uma especificação clara quanto ao tipo de animal em questão.

**Quadro 2-** Visão Geral dos animais mais consumidos

Autores	Ano de Publicação	Tipo de Animal
Chaves Baia Junior	2010	Jacaré, paca, tatu, capivara, veado, mata mata, caimão, servo e gambá
Curtin	2010	Vida selvagem
Good, Burnham, Macdonald,	2017	Leão e águia careca
Blair	2017	Animais silvestres, animais primatas
Dooley	2018	Consumo alimentar
Pruvot	2019	Animais selvagens
Chaves	2019	Animais silvestre, mamíferos, tartarugas, peixe
Pastrana	2020	Camelo
Feddema	2020	Vida selvagem
Ye	2020	Papagaio e tartaruga
Wei	2021	Carne de caça
Sánchez-Mercado	2022	Animais silvestres, animais primatas
Bortolamiol	2023	Chimpanzés, ratos comedíveis porco selvagem, antílope,

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025)

Quanto aos métodos utilizados nos estudos revisados, observa-se que 46% deles (Baía Júnior, 2010; Pastrana, 2020; Ye, 2020; Xie, 2021; Sánchez, 2022; Bortolamiol, 2023)

adotaram questionários com perguntas sobre o consumo de animais silvestres, incluindo termos sinônimos como “vida selvagem” e “animais selvagens”. Um total de 24% dos estudos (Curtin, 2010; Blair, 2017; Pruvot, 2019) escolheu entrevistas como método de coleta de dados. Além disso, 15% dos estudos (Good, 2017; Dooley, 2018) utilizaram ensaios teóricos em sua abordagem metodológica. Por fim, os demais estudos (Chaves, 2019; Feddema, 2020; Wei, 2021) empregaram uma abordagem mista de pesquisa.

Através da RSL, ficou evidente a necessidade de reduzir o consumo de animais silvestres, destacando as principais lacunas na literatura e reforçando a importância de estratégias integradas para a conservação e sustentabilidade. Assim, o estudo contribui para o entendimento das culturas de consumo e suas implicações na preservação da biodiversidade.

Diante disso, precisa-se entender esse consumo e a cultura sobre o consumo de animais silvestres ou partes de animais silvestres, e como a superstição influencia esse tipo de comportamento e os prejuízos causados à fauna.

### **2.1.1 Consumo de Animais Silvestres e/ou derivados de animais silvestres no Brasil**

No norte do Brasil, especificamente na Amazônia, há uma grande inquietação em relação ao tema consumo de animais silvestres, pois a diminuição das populações de animais silvestres ocorre devido ao consumo de carne por parte das comunidades que habitam a região amazônica (Mendes, 2020). Esta tendência levanta sérias questões sobre os impactos ambientais e socioeconômicos associados à prática de caça e consumo excessivos na Amazônia.

Na zona semiárida do Nordeste brasileiro, caracterizada pelo predomínio da Caatinga, observa-se a caça e abate de animais como uma fonte crucial de proteína na dieta, atendendo não apenas às necessidades alimentares, mas também a diversas outras demandas, conforme destacado por Alves (2009).

O consumo alimentar de animais silvestres no sul e sudeste do Brasil é diverso e inclui tanto vertebrados quanto invertebrados (Alves, 2013; Sazima, 2013). Nessas regiões, animais como lagartos, marsupiais, roedores e espécies de elasmobrânquios foram observados consumindo uma variedade de alimentos. Foi relatado que lagartos, especificamente o tegu (*Salvator merianae*), atacam vertebrados podres, invertebrados vivos, ovos de pássaros, ovos de tartaruga e pequenos vertebrados vivos (Sazima, 2013).

No Brasil podemos observar hábitos alimentares que incluem o consumo de carnes de caça e de espécies não convencionais como a pacá (*Cuniculus paca*), tatu (*Gênero Euphractus*),

capivara (*Hydrochoerus hydrochaeri*), cutia (*Dasyprocta spp.*), jabuti (*Geochelone carbonaria*), veado (*Mazama spp.*), dentre outras espécies (Ribeiro, 2016). O hábito de consumir animais silvestres é antigo no semiárido nordestino e no norte do Brasil, onde a caça desempenha importante papel socioeconômico na região, por fornecer carne de alto valor nutritivo às famílias (Alves, 2009). Esses hábitos alimentares também podem desempenhar diversos papéis culturais e supersticiosos, o que pode causar prejuízos tanto para a biodiversidade como para os seres humanos.

O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade do mundo, e práticas de consumo e comércio de animais selvagens desafiam diretamente os esforços de conservação ambiental e o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 15, que visa a proteção da vida terrestre (ONU, 2025; BRASIL, 2017). A tese, portanto, busca abordar como essas práticas culturais podem ser compreendidas e reavaliadas para promover a sustentabilidade sem desrespeitar o patrimônio cultural.

Os usos tradicionais da vida selvagem no Brasil também envolvem o consumo de animais silvestres como alimento e remédio, com pelo menos 354 espécies de animais selvagens sendo usadas para ambos os fins (Alves, 2013). Vertebrados comestíveis, incluindo peixes, mamíferos e répteis, são usados na medicina tradicional para tratar várias condições de saúde (Alves, 2017). Espécies de elasmobrânquios no sul do Brasil apresentam padrões de sobreposição de nichos tróficos e especialização da dieta, com um padrão de dieta observado na comunidade (Hayata; Bornatowski; Freitas, 2021).

Também se descobriu o consumo de pequenos mamíferos nos fragmentos da Mata Atlântica no Brasil, consumo de artrópodes, sementes e crustáceos de água doce (De Carvalho, 1999). Percebe-se, portanto, que o consumo alimentar de animais silvestres nas regiões Sul e Sudeste do Brasil é caracterizado por uma notável diversidade de espécies, abrangendo tanto vertebrados quanto invertebrados. De acordo com Alves (2017), uma outra forma de consumo alimentar no contexto brasileiro, é a utilização de medicamentos alimentares associada a animais silvestres, notadamente com enfoque em espécies de vertebrados.

Diante disso, percebe-se que a diversidade no consumo de animais silvestres no Brasil não apenas reflete uma riqueza biológica, mas também desempenha papéis significativos em termos culturais e econômicos (Alves, 2009; Alves, 2013; Sazima, 2013; Hayata; Bornatowski; Freitas, 2021). A variedade de espécies consumidas e suas múltiplas utilizações evidenciam a profunda interação entre as comunidades humanas e os ecossistemas locais. Além de fornecer uma fonte alternativa de alimento em diferentes regiões, o consumo de animais silvestres

também desempenha um papel crucial nas práticas medicinais tradicionais, como indicado pelas pesquisas de Alves (2017).

Por fim, as fronteiras do Conhecimento deste estudo dizem respeito ao papel da superstição nesse comportamento e aos prejuízos causados à fauna. Estendendo-se à necessidade de uma compreensão mais profunda do comportamento do consumidor em relação ao consumo de animais silvestres no contexto cultural do Brasil. Diante disso, a investigação do comportamento de consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro revela-se de extrema importância. Além disso, destaca a importância de estratégias transformadoras que considerem a conservação da vida selvagem e a promoção de práticas mais sustentáveis tanto para consumo alimentar como para formas de amuletos.

## **2.2 Superstição e/ou Ritual de superstição no Consumo**

Crenças supersticiosas compreendem um conjunto de associações culturais que são adquiridas por meio de processos de socialização e compartilhadas na sociedade (Devine 1989). Segundo o autor, quando essas superstições se entrelaçam com o consumo de animais silvestres, uma perspectiva mais ampla e preocupante se revela e as tradições e crenças culturais podem influenciar diretamente as escolhas de consumo, muitas vezes levando à exploração irresponsável dos recursos naturais.

Um dos primeiros estudos sobre comportamento de superstição no consumo foi pesquisado por Skinner (1948). Este estudo sobre o comportamento supersticioso foi notável por lançar luz sobre a relação entre a ação e a superstição em contextos específicos, com pombos expostos a estímulos apetitivos. O autor generalizou esse resultado para superstições relacionadas a humanos, comparando o movimento circular da cabeça de um pombo com o de jogadores de boliche. No experimento de Skinner, os jogadores demonstraram comportamentos supersticiosos, como girar seus corpos ou fazer movimentos específicos após lançar a bola, na crença de que poderiam de alguma forma influenciar a trajetória da bola. Essas ações foram chamadas de "comportamento supersticioso" por Skinner e posteriormente exploradas em numerosos estudos subsequentes, incluindo trabalhos de Morse e Skinner (1957/1972), Catania e Cutts (1963), Neuringer (1970), Ono (1987), Pisacreta (1998), Aeschleman, (2003) e Bloom, Venard, Harden; Seetharaman (2007).

Influenciados pelos estudos de Skinner (1948) aplicados em pombos, os autores Catania e Cutts (1963) foram os pioneiros ao evidenciar o fenômeno do condicionamento supersticioso

em seres humanos, empregando uma abordagem metodológica inovadora. Esses pesquisadores delinearam uma modalidade particular de superstição, a qual denominaram de "superstição simultânea". Esse tipo de superstição surge quando contingências simultâneas estão presentes. Em situações em que uma resposta é recompensada enquanto a outra se mostra ineficaz, as superstições simultâneas são prontamente assimiladas.

De acordo com Ono (1987), o comportamento supersticioso pode ser categorizado em três tipos distintos: comportamento supersticioso individual, comportamento supersticioso social e comportamento supersticioso condicionado. O primeiro tipo é observado em situações em que as entregas frequentes de reforço são independentes do comportamento do organismo. O segundo tipo ocorre em cronogramas simultâneos de reforço, nos quais duas ou mais respostas espacialmente distintas são mantidas por horários independentes. O terceiro tipo de superstição envolve o controle de estímulos, em que a disponibilidade diferencial de reforço em resposta está correlacionada com estímulos específicos, levando os organismos a responderem de maneira diferenciada na presença desses estímulos (Ono, 1987). Essas categorias oferecem insights valiosos para compreender a complexidade do comportamento supersticioso em contextos experimentais.

Outras três abordagens metodológicas distintas têm sido empregadas para investigar a superstição e estereotipia (SeS) segundo Pisacreta (1998): SeS induzida por cronograma, SeS induzida por problemas espaciais e SeS induzida por problemas visuais. O primeiro método implica a utilização de esquemas de reforço que resultam na indução de estereotipias relacionadas ao cronograma de reforço. A segunda abordagem, SeS induzida por problemas espaciais, frequentemente requer que os participantes realizem movimentos espaciais com um estímulo dentro de uma matriz. O terceiro método, Experimentos SeS induzidos por problemas visuais, demanda que os sujeitos emitam respostas que modifiquem a natureza dos estímulos apresentados, ao invés de alterar a localização dos estímulos Pisacreta (1998). Essas diferentes metodologias proporcionam uma compreensão abrangente das manifestações de superstição e estereotipia, contribuindo para o avanço do conhecimento nesse domínio.

Percebe-se que ao longo da história, as crenças e práticas religiosas têm exercido uma influência significativa nas percepções humanas e na interação com a natureza, destacando o papel central dos animais em práticas mágico-religiosas (Alves, 2012).

No contexto brasileiro, o uso de partes de animais como amuletos é uma manifestação cultural enraizada segundo Alves (2012), sendo essencial compreender as motivações por trás desse comportamento para promover estratégias de conservação eficazes. Segundo o autor,

exemplos de práticas incluem o uso de penas, dentes, e outras partes de animais em amuletos para proteção ou busca de sorte, ressaltando a necessidade de uma abordagem abrangente que une aspectos culturais, ambientais e de conservação. Portanto, a investigação sistemática do consumo de animais silvestres e seu papel em práticas culturais é fundamental para orientar estratégias de conservação que respeitem a rica diversidade cultural brasileira e promovam a coexistência sustentável entre as comunidades humanas e a vida selvagem.

Complementando esses estudos, a observação perspicaz de Aeschleman (2003) destaca a tendência de comportamento supersticioso, a qual tem majoritariamente enfocado paradigmas de reforço positivo. Esses paradigmas caracterizam-se pela apresentação de estímulos apetitivos como recompensa pela manifestação de comportamentos específicos. Contrastando com essa abordagem, os paradigmas de reforço negativo direcionam a atenção para a remoção de estímulos aversivos como reforçadores do comportamento, constituindo uma vertente complementar na investigação desse fenômeno (Aeschleman, 2003). Essa distinção entre abordagens de reforço positivo e negativo contribui para uma compreensão mais abrangente dos mecanismos subjacentes ao comportamento supersticioso.

Diante da replicação das pesquisas conduzidas por Aeschleman (2003), Bloom; Venard, Harden e Seetharaman (2007) expandiram o conhecimento existente ao direcionar sua atenção para a influência crítica dos Esquemas Não Contingentes de Reforço Negativo (ENCRN) e do processo de evitação na perpetuação de manifestações patológicas. A presente investigação abordou essa complexa problemática mediante a meticulosa avaliação do reforço não contingente em quatro paradigmas operantes distintos: esforço negativo, reforço positivo, reforço negativo e evitação, e reforço positivo e evitação. Essa abordagem abrangente ofereceu uma compreensão aprofundada das inter-relações entre ENCRN e evitação, evidenciando, assim, contribuições significativas para a compreensão dos mecanismos subjacentes à manutenção de patologias específicas.

Diante disso, esses estudos (Morse e Skinner (1957/1972); Catania e Cutts (1963); Neuringer (1970); Ono (1987); Pisacreta (1998); Aeschleman (2003); Bloom, Venard, Harden e Seetharaman (2007); Alves (2012)) revelam como as pessoas frequentemente desenvolvem associações entre ações aparentemente aleatórias e resultados desejados, mesmo que não haja uma base real para essa conexão. Segundo os autores, esse comportamento supersticioso pode se estender a muitos aspectos da vida cotidiana e influenciar as ações das pessoas de maneira surpreendente. A pesquisa de Skinner e outros cientistas ajuda a compreender como a superstição pode surgir e ser mantida, mesmo em situações em que não há uma relação causal

real, destacando a complexidade do comportamento humano e a influência da aprendizagem no desenvolvimento de crenças e comportamentos supersticiosos.

Diante desse contexto, é importante entender as diferentes formas de superstições e como estas são frequentemente percebidas como crenças sem consequência de mentes irrationais, como, por exemplo, superstições, como cruzar os dedos (Vyse, 1997) e bater na madeira (Keinan, 2002). Block e Kramer (2009) se referem às "crenças supersticiosas" como aquelas crenças ou práticas que estão relacionadas a ações ou rituais que não têm uma base racional ou lógica, mas são realizados na esperança de influenciar positivamente o resultado de uma situação, mostrando como tais crenças supersticiosas afetam as expectativas dos consumidores em relação ao desempenho de produtos e como essas expectativas podem, por vezes, levar a decisões de compra que não seguem estritamente a lógica econômica, sugerindo que a superstição desempenha um papel na tomada de decisões dos consumidores.

A superstição também pode ser analisada como crenças ou práticas que envolvem a realização de rituais ou a adoção de comportamentos que não possuem uma base lógica evidente, mas são realizados na esperança de influenciar positivamente o resultado de uma situação (Damisch; Stoberock; Mussweiler, 2010). Os autores investigam como essas crenças supersticiosas podem afetar o desempenho das pessoas em tarefas específicas. Portanto, para os autores, a superstição refere-se a acreditar em ações ou rituais que supostamente trazem boa sorte, mas que não têm uma conexão lógica direta com o resultado desejado.

Uma outra forma de identificar a superstição é a interconexão entre a fauna selvagem e aspectos fundamentais da identidade cultural, práticas religiosas e sistemas de cura tradicionais, conforme Adeola (1992). Essa interconexão entre a fauna selvagem é aspecto fundamental da identidade cultural, práticas religiosas e sistemas de cura tradicionais no contexto nigeriano.

Embora muitas superstições sejam compartilhadas culturalmente e transmitidas de geração em geração, outras se manifestam como crenças ou rituais mais idiosincráticos. Este fenômeno encontra respaldo na pesquisa empírica de Block e Kramer (2009), que investigaram o papel das crenças supersticiosas na formação das expectativas de desempenho de produtos e seu impacto na probabilidade de compra inicial e na subsequente satisfação do consumidor. Portanto, os autores destacaram situações em que as expectativas moldadas pela superstição levam os consumidores a tomar decisões de compra que não seguem estritamente a lógica econômica.

Além disso, Damisch, Barbara Stoberock e Thomas Mussweiler (2010) exploraram como a crença em superstições pode influenciar de maneira positiva o desempenho das pessoas

em tarefas específicas. Suas experiências revelaram que a prática de rituais supersticiosos, como cruzar os dedos, levou a um desempenho superior em tarefas cognitivas e físicas, sugerindo que a superstição pode aumentar a autoconfiança e reduzir a ansiedade, resultando em um melhor desempenho em situações desafiadoras. Portanto, os resultados sugerem que a superstição pode aumentar a autoconfiança e reduzir a ansiedade, levando a um melhor desempenho em situações desafiadoras.

Quando o assunto é relacionado a superstições na tomada de decisões, Kramer e Lauren Block (2008) abordam a interação entre crenças supersticiosas conscientes e não conscientes no processo de tomada de decisões, demonstrando que a superstição desempenha um papel significativo nas decisões humanas, tanto de forma explícita quanto implícita, afetando as expectativas de desempenho e o comportamento do consumidor. Os autores utilizaram uma abordagem multidisciplinar do estudo, que incorpora elementos da psicologia e economia comportamental, oferecendo insights importantes para compreender como crenças supersticiosas afetam nossas escolhas e a forma como avaliamos o desempenho em diversas situações. Portanto, essas implicações são relevantes para a tese científica, permitindo a exploração mais aprofundada do impacto das crenças supersticiosas na tomada de decisões ao consumir animais silvestres e nos motivos de consumo.

Dentro desse contexto, o estudo de Wang, Oppewal e Thomas (2014) complementa essa perspectiva ao examinar atitudes e intenções de afiliação relacionadas a comportamentos supersticiosos socialmente compartilhados. Ao investigar estudantes em diferentes regiões, tanto orientais quanto ocidentais, o artigo destaca as nuances culturais que moldam as percepções sobre superstições e suas influências nas atitudes sociais. O estudo busca compreender as percepções culturais sobre comportamentos supersticiosos e suas influências nas atitudes e nas intenções de se afiliar socialmente. Portanto, ao analisar as diferenças entre as regiões orientais e ocidentais, o artigo oferece insights sobre as complexidades culturais que moldam as atitudes em relação a comportamentos supersticiosos e as implicações sociais dessas percepções.

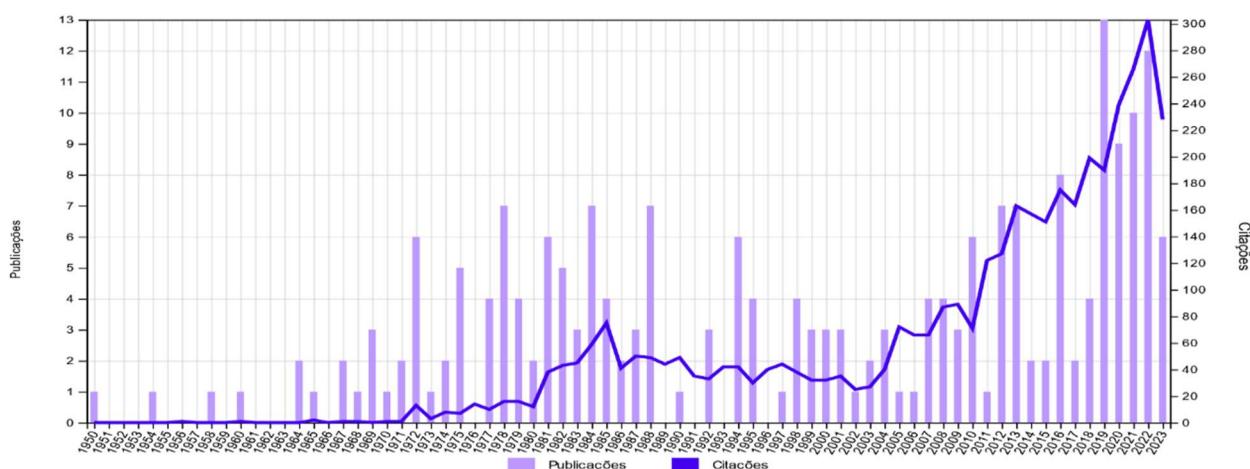
Outro fator importante a ser investigado na superstição é o papel da superstição e dos sacrifícios em crimes contra a vida selvagem, Farias (2020), abrange uma ampla gama de exemplos, como o consumo de barbatanas de tubarão na Ásia, chifres de rinoceronte na África, testículos e globos oculares de botos cor-de-rosa no Brasil, e outras formas de violações da vida selvagem. Ao explorar a conexão entre a superstição arraigada em algumas culturas e a exploração desenfreada da fauna selvagem, percebe-se a importância desta Tese ao identificar

os motivos pelo qual os consumidores compram / consomem vida selvagem / produtos de vida selvagem para alimentação e investigar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo alimentar ou da utilização de amuletos de animais selvagem.

Para fornecer uma base mais sólida à pesquisa e contribuir para o avanço do debate, foi realizado um estudo biométrico, que auxiliou na compreensão do campo de estudos sobre superstição e/ou ritual de superstição no consumo de animais silvestres por meio de seu mapeamento e interpretação. Este procedimento também reforçou a justificativa para a escolha do objeto de estudo. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de investigar como a superstição relacionada ao consumo de animais silvestres está sendo abordada na comunidade acadêmica e científica. Para isso, foram levantados artigos na base de dados *Web of Science* que tratassesem, de alguma forma, desse tema.

Os critérios de busca na base que foram adotados para esse estudo: “*superstition*” AND “*wild animal*” OR “*game animal*” em títulos, realizados em abril 2024. Nos resultados foram obtidas 356 publicações. O intervalo de tempo estabelecido foi com fim em 2024 e sem data de início, ao final da pesquisa, observou-se que os estudos com “*superstition*” AND “*wild animal*” OR “*game animal*” foram publicados entre 1950 e 2024. Diante da quantidade de documentos obtidos que não eram artigos, optou-se por aplicar filtros aos resultados, retirando os que não eram artigos ou artigos de revisão. Foram excluídos 62 documentos de crítica literária, 27 artigos de conferências, 20 de materiais editoriais, 8 resumos de reuniões, 5 acessos antecipado, 4 item de notícia, 3 cartas, 3 notas, e um documento de cada para correções, discursões, ficando somente artigos e artigos de revisão. Após critérios de refinamento, os anos de publicação ficaram de 1950 a 2023 e totalizaram 223 trabalhos a serem analisados.

**Figura 03 - Quantitativo de Citações e Publicações**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2025)

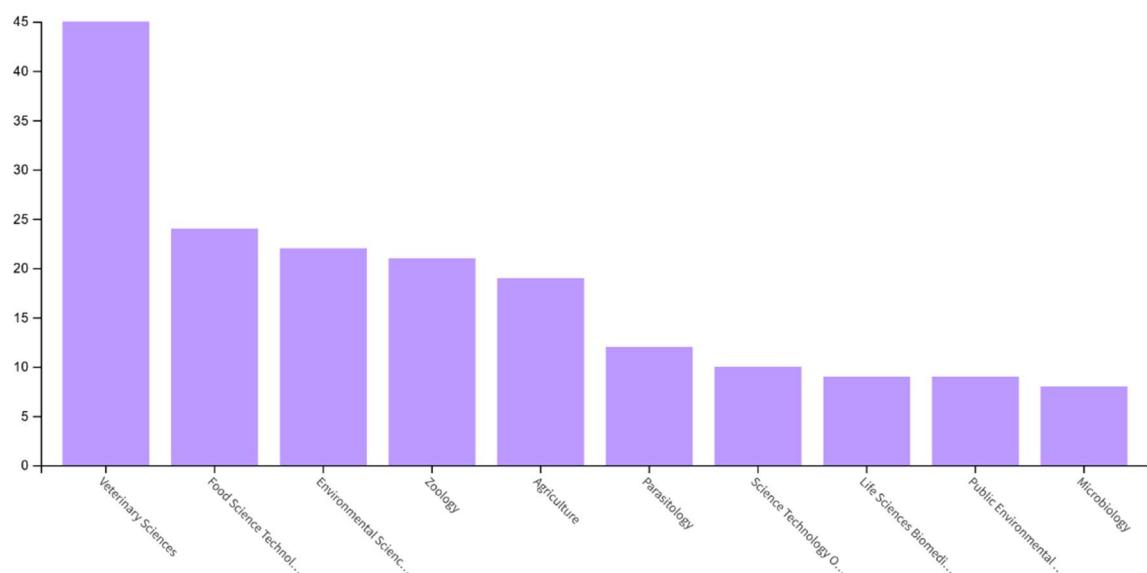
Conforme pode ser visualizado na Figura 2, a quantidade de publicações começa a apresentar tendência de crescimento nos últimos 20 anos, com grande crescimento na temática em 2019.

As publicações encontradas originaram-se de 10 países, sendo os mais relevantes, em quantidade de documentos, pode-se verificar que os Estados Unidos é o país do qual se originou a maior quantidade de publicações, seguido da Polônia e Alemanha. Com relação aos idiomas dos artigos, 169 são escritos em inglês, 33 em Alemão, 7 em Francês, 5 em Polonês, 3 em russo, 2 Húngaro e 1 Holandês.

A análise bibliométrica também identificou que os trabalhos foram publicados em dez diferentes editoras, indicando que o tema tem sido estudado continuamente. No entanto, precisa-se de mais estudos sobre a temática. Percebe-se que a editora Elsevier (34 publicações - 15.455%), Wiley (20 publicações - 9.091%), Springer Nature (17 publicações - 7.727%), Cambridge Univ Press (14 publicações- 6.364%) e Deutscher Fachverlag GmbH (10 publicações - 4.545%) são os mais produtivos na temática de superstição no consumo e caça de animais silvestre. Os autores mais produtivos foram Allsopp R e Zmudzki J (5 artigos cada autor), King, JM e Szkoda, J (4 artigos cada autor).

Em relação a área de pesquisa a análise bibliométrica mostra Veterinary Sciences (20.455% ) é o que tem maior campo de pesquisa na temática, seguida de Food Science Technology (10.909%), Environmental Sciences Ecology (10.000%), Zoology (9.545%) e Agriculture (8.636%). O que evidencia a escassez de pesquisa na área de Marketing.

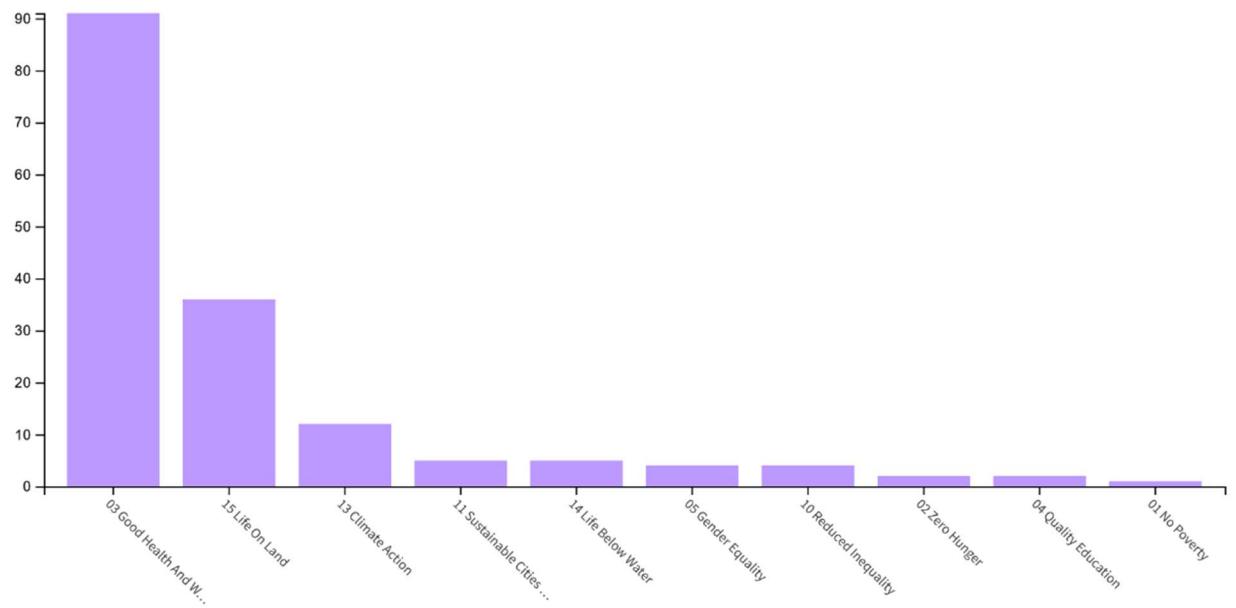
**Figura 04** - Principais áreas de pesquisa



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Na Figura 4 abaixo, estão os dez maiores temas do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) citados, que compõem a base de análise e que apresentaram no mínimo 2 artigos publicados. Foram Encontrados 91 registros para o tema 03 - Saúde e bem-estar, 36 registros par o tema 15- vida terrestre, 12 registro para o tema 13- ação contra o clima global do clima, 5 registro cada para o tema 11 – cidades e comunidades sustentáveis e 14 – vida na água, 4 registros cada para o tema 5- igualdade de gênero e 10 – redução das desigualdades, 2 registro cada para tema 2- fome zero e agricultura sustentável e 4 – educação de qualidade, e por fim 1 registro cada para o tema 1 - erradicação da pobreza e 12 – consumo e produção responsáveis. No entanto, 71 registros (32.273%) não contêm dados que falam especificamente do tema ODS.

**Figura 05** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Diante do exposto, percebe-se que essas pesquisas fornecem um insight fundamental sobre o impacto das superstições em diferentes contextos, desde decisões de consumo até realizações pessoais. O que pode ajudar a entender as várias formas de consumo supersticioso, sendo crucial abordar criticamente a aplicação desses achados em diferentes contextos, especialmente quando se trata da relação entre superstições e o consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro.

### **2.2.1 Consumo supersticioso e/ou ritual de superstição de animais silvestres**

Inicialmente, para este estudo, será feita a distinção entre amuletos e talismãs, o propósito de um amuleto é proteger, enquanto o propósito de um talismã é melhorar uma qualidade do usuário ou promover o sucesso (Hamid; Sami, 2016). Para o entendimento desta tese, o amuleto será visto como proteção e sorte.

Desde o período pré-dinástico até o período grego-romano do século XIX, os amuletos têm desempenhado um papel significativo. William e Petrie (1914) foram pioneiros ao classificar 275 tipos distintos de amuletos em cinco categorias principais: o primeiro, amuletos de semelhança; o segundo, amuletos de poder; o terceiro, amuletos de propriedade; o quarto, amuletos para proteção; e o quinto, amuletos de representação divina (William; Petrie, 1914).

Segundo Hamid e Sami (2016), os amuletos, considerados vitais para a proteção, eram utilizados para proporcionar ao falecido acesso aos lugares secretos da vida após a morte, ao mesmo tempo conferindo aos vivos a habilidade e o poder para se resguardarem das forças malignas. Segundo os autores, a variedade de tipos de amuletos, muitos baseados na iconografia dos deuses egípcios, aumentou ao longo do tempo. Ainda segundo os autores, o processo evolutivo dos amuletos, influenciado pela multiplicidade de deuses e crenças em diferentes regiões e períodos da história do Antigo Egito, torna desafiadora a definição específica de significado e poder para cada amuleto, que alguns foram inicialmente ligados a cultos animais primitivos e posteriormente associados a deidades específicas, enquanto outros assumem a forma de objetos naturais enterrados com os mortos para propósitos específicos. Ademais, há amuletos na forma de sinais hieroglíficos, aparentemente destinados a garantir aos falecidos as qualidades inerentes às ideias que esses sinais representam (Hamid; Sami, 2016).

Na Roma Antiga, a crença nas propriedades místicas e protetoras de certos amuletos era profundamente enraizada na sociedade. Os romanos, em sua busca por formas de se protegerem contra influências maléficas e promoverem a cura de doenças, desenvolveram práticas que envolviam amuletos peculiares. Entre eles, destaca-se o uso de amuletos contendo a cabeça do besouro *Lucanus cervus*, uma prática notável que se acreditava oferecer não apenas proteção contra energias negativas, mas também servir como remédio para diversas enfermidades (Lenk; Papavero, 1996). Segundo os autores, esses amuletos eram elaborados de forma meticulosa, com a cabeça do besouro sendo incrustada em esmeraldas e suspensa em correntes, tornando-se assim objetos de grande importância cultural e espiritual na sociedade romana. Essa prática

reflete a profunda interconexão entre as crenças espirituais e as práticas de saúde na antiguidade romana.

Os estudos de Sanborn e Watkins (1950) apresenta observações sobre a presença de taurinos na região de Siam, destacando a distribuição geográfica e as ameaças enfrentadas por esses animais, incluindo a caça e o tráfico. Embora o foco principal seja a determinação da fecundidade em pequenos mamíferos, o texto indiretamente destaca a importância da pesquisa científica para compreender a vida animal. Também menciona uma superstição relacionada ao animal. Em particular, o texto afirma que o taurino malaio significa uma mistura. E o folclore local sugere que, após a criação de todos os outros animais, o Criador usou o que sobrou para criar o taurino.

Essa explicação folclórica de Sanborn e Watkins (1950) pode refletir uma crença supersticiosa relacionada à aparência única do taurino malaio. Superstições desse tipo muitas vezes se baseiam em características distintas ou incomuns dos animais e podem influenciar as atitudes das pessoas em relação a esses animais. Portanto, o estudo de Sanborn e Watkins (1950) mostra a importância das populações de taurino e a conscientização sobre a caça e o tráfico de animais, as superstições, o que proporciona reflexões essenciais para a preservação da vida animal, destacando que naquela época existia o incentivo à caça.

Percebe-se que as superstições têm desempenhado um papel significativo nas culturas ao redor do mundo, moldando crenças e comportamentos ao longo dos séculos (Vyse, 1997). No entanto, quando essas superstições encontram seu caminho para o consumo de animais silvestres, uma série de desafios e consequências prejudiciais emerge. Esta tese irá investigar as crenças supersticiosas e/ou o ritual de superstição no consumo de animais selvagens, destacando a importância de compreender e abordar essa questão delicada. À medida que exploramos as profundezas desse fenômeno, torna-se evidente que as superstições, embora enraizadas na cultura, podem contribuir para a degradação ambiental, perda de biodiversidade e ameaças à sobrevivência de diversas espécies. Portanto, é crucial examinar de perto essa interação complexa entre tradições culturais e seu impacto nos ecossistemas globais, buscando soluções que promovam a coexistência sustentável entre humanos e a vida selvagem.

Não só ao redor do mundo as superstições desempenham um papel significativo nas culturas. Segundo Farias (2020), o papel das superstições na cultura brasileira, vem se destacando, embora as superstições possam ser identificadas globalmente, as crenças supersticiosas são, em sua maioria, intrinsecamente ligadas à cultura específica de cada região. No contexto brasileiro, há inúmeros exemplos de superstições arraigadas que impactam

diretamente a fauna e a flora, como a crença na eficácia mágica de certas partes de animais, como o uso de testículos e globos oculares de botos cor-de-rosa em práticas tradicionais (Campos, 1967; César, 1975; Souza, 1994; Farias, 2020).

No Brasil, Souza (1994) destaca o embate entre dois mundos distintos, representados por conceitos como Deus-Diabo, tradição-religiosidade popular e razão-símbolo. Seu estudo não apenas constrói o estereótipo da bruxaria nos tempos coloniais, mas também sugere que africanos, índios e mestiços recorriam à feitiçaria e a práticas mágicas como uma forma de resistência ao sistema opressor colonial. Essas práticas, segundo Souza (1994), serviam como meio de amenizar castigos, enfrentar o medo da condenação ao fogo eterno e até mesmo alcançar objetivos amorosos, por meio de orações fortes, sortilépios, cartas de tocar, simpatias e pactos explícitos. O recorte de Souza evidencia a complexidade das motivações por trás dessas práticas, conectando-as a aspectos sociais, culturais e individuais.

Ao longo do tempo, Campos (1967) investigou que a prevalência de remédios de origem vegetal em comparação com os de fonte mineral e animal tem sido notável. No entanto, práticas medicinais indígenas de diversas etnias incorporaram o uso de animais, suas partes ou subprodutos. Essas práticas envolvem o emprego de banhas e partes como dentes, garras, ossos, couro, bico, chifres e patas, que são carregados como amuletos ou transformados em pó para consumo, muitas vezes na forma de chás (Campos, 1967).

Outros contextos são os de rituais de amor, fórmulas elaboradas com órgãos específicos, como corações de pombos, testículos de coelho e de galo, fígado da hiena, olhos de gato no cio, sapos, serpentes, entre outros, que são frequentemente empregados pelos amantes, conforme mencionado por César (1975).

Diante disso, percebe-se que o uso de animais inteiros ou de suas partes em rituais pode servir a múltiplos propósitos, incluindo superstições e rituais de superstições em forma de amuletos, como indicado por (Souza, 1994; César, 1975; Lenko e Papavero, 1996).

Por fim, é notório que muitos indivíduos aderem e depositam confiança nas superstições de maneira consciente ou inconsciente, conforme discutido por Kramer e Block (2008). Diante disso, a fronteira do conhecimento nesta pesquisa envolve a avaliação do comportamento supersticioso do consumidor no contexto do consumo de animais silvestres ou partes desses animais com uso de amuletos no cenário cultural brasileiro. Esta abordagem multidisciplinar e holística busca preencher lacunas de conhecimento, promovendo um entendimento mais profundo dos complexos fatores culturais, sociais e ambientais envolvidos no consumo de animais silvestres, além de fornecer diretrizes práticas para a conservação.

## **2.3 Pesquisa Transformativa do Consumidor**

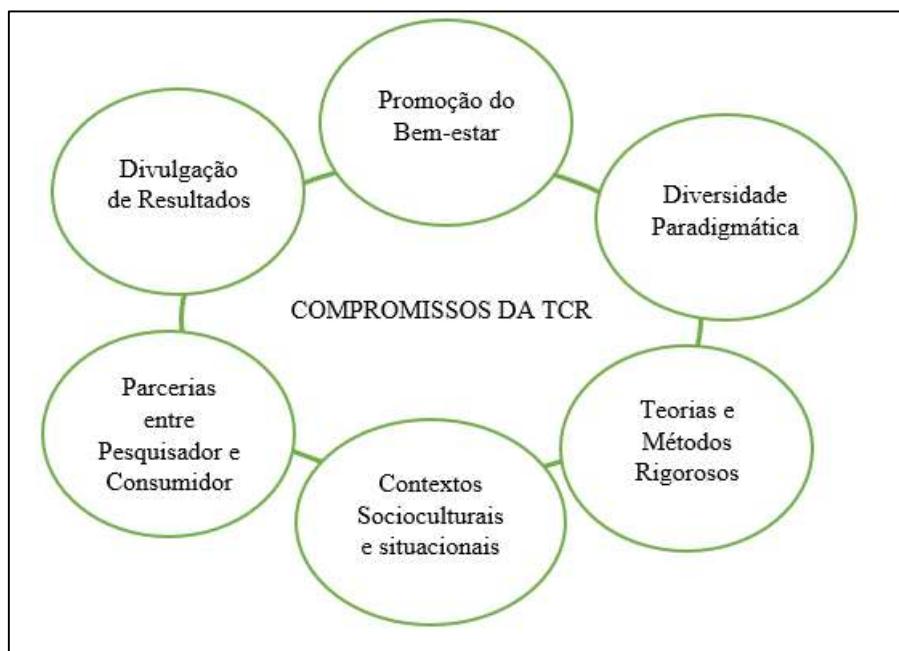
Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) é um paradigma de investigação acadêmica fundamentado em teorias, direcionado a analisar questões individuais e coletivas relacionadas ao consumo, visando aprimorar o bem-estar do consumidor. Essa abordagem busca conduzir pesquisas acadêmicas robustas que proporcionem discernimentos pragmáticos sobre problemas e oportunidades de bem-estar altamente pertinentes aos consumidores e seus contextos (Ozanne, 2015). O propósito central da TCR é gerar insights que possam resultar em mudanças positivas e construtivas, contribuindo para o benefício geral dos consumidores e de suas comunidades.

Diante disso, a TCR para o estudo desta Tese irá apresentar propostas transformadoras de bem-estar alimentar e formas de consumo pro-ambiental para a proteção da vida selvagem no Brasil. Primeiramente, serão mostrados o surgimento da *Association for Consumer Research* (ACR) e a Transformativa do Consumidor (TCR) com foco no bem-estar alimentar e consumo pro-ambiental.

A *Association for Consumer Research* (ACR), estabelecida em 1969, evoluiu para se tornar uma das maiores organizações internacionais de acadêmicos especializados no estudo do comportamento do consumidor. Seus fundadores inicialmente conceberam a missão da ACR com um enfoque nos problemas enfrentados pelos consumidores em resposta ao aumento do consumo global, governos e organizações não governamentais implementaram ações para apoiar consumidores e sociedades, como exemplo, a *Food and Drug Administration* (FDA) como organizações governamentais. Entre as organizações não governamentais mais antigas destaca-se a *National Consumers League* (NCL), que ao longo dos anos tem buscado proteger os trabalhadores em suas condições de emprego e salvaguardar os consumidores em relação ao uso de produtos (Mick , 2012).

Originada dentro do âmbito da *Association for Consumer Research* (ACR), a Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) dedica-se vigorosamente à promoção, apoio e disseminação de pesquisas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de todos os indivíduos envolvidos ou impactados por tendências de consumo e práticas globais. Neste contexto, a TCR adota seis características fundamentais, delineadas por Mick (2012) e apresentadas na Figura 5, que definem o comprometimento central desta abordagem.

**Figura 06** – Compromissos da TCR



**Fonte:** Mick (2012 p. 6)

Conforme os compromissos mencionados, torna-se evidente que a perspectiva da TCR apresenta desafios à pesquisa em marketing ao questionar abordagens tradicionais e priorizar o bem-estar coletivo. O compromisso com o bem-estar é crucial para a sociedade, e, dentro desse contexto, a investigação sobre o consumo de animais silvestres associado a crenças supersticiosas emerge como uma temática relevante. Nesse sentido, a superstição, bem-estar alimentar no consumo de animais silvestre no contexto cultural brasileiro são elementos primordiais e, portanto, estão inseridos nos objetivos desta pesquisa. A TCR, por sua vez, surge como uma abordagem promissora para catalisar mudanças na superstição, no bem-estar alimentar do consumo de animais silvestres, alinhando-se com o compromisso mais amplo com o bem-estar da sociedade.

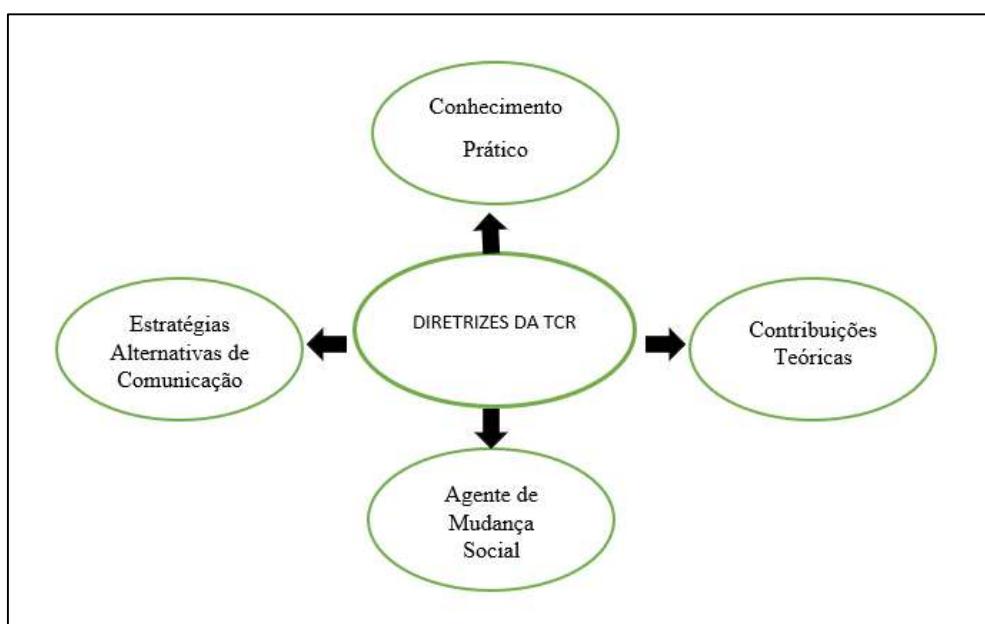
De acordo com Gomes Neto (2021) a *Transformative Consumer Research* surgiu para preencher as lacunas e superar a fragmentação no campo da pesquisa em consumo no domínio do bem-estar. Portanto, essencial para os objetivos desta Tese no intuito de mostrar comportamentos de bem-estar alimentar e pro-ambiental com intuito de reduzir o consumo de animais silvestres.

Diante desse contexto, a *Pesquisa Transformativa do Consumidor* (TCR) representa um movimento inovador concebido por acadêmicos associados à *Association for Consumer Research* (ACR) com o propósito de analisar o comportamento de consumo humano, direcionando seu foco para o bem-estar tanto individual quanto coletivo (Mick, 2006; Mick,

2012). Segundo os autores, esta abordagem compromete-se a apoiar e disseminar investigações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos os indivíduos afetados pelas dinâmicas globais de consumo. A TCR é caracterizada como uma pesquisa acadêmica fundamentada em teorias que se dedica à análise de questões e oportunidades vinculadas ao consumo, tanto em níveis individuais quanto coletivos, com o objetivo primordial de aprimorar o bem-estar do consumidor (Mick, 2006; Mick, 2012). Em consonância com esta finalidade, os adeptos da TCR buscam respeitar, sustentar e aperfeiçoar a vida em face das diversas condições, demandas, potencialidades e impactos associados ao ato de consumir (Mick, 2006; Mick, 2012).

Conforme delineado por Mick (2012), em consonância com as qualidades e compromissos da TCR, foram estabelecidas quatro diretrizes fundamentais para orientar a condução da Pesquisa Transformativa do Consumidor (Figura 6). Essas diretrizes, segundo Mick (2012), representam coletivamente a fé e a esperança no desenvolvimento contínuo da TCR.

**Figura 07 – Diretrizes da TCR**



**Fonte:** Mick (2012, p. 9)

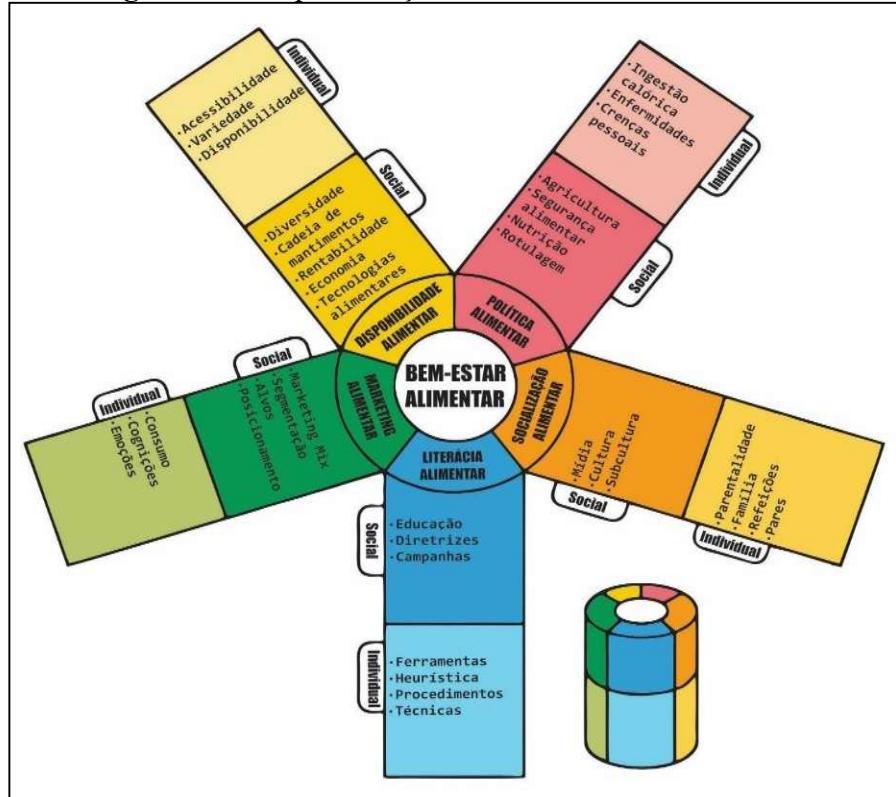
A evolução desta área de pesquisa apresenta desafios significativos para os acadêmicos, destacando-se, entre eles, a fundamentação epistemológica centrada na mudança social. Esta característica impõe a necessidade de uma adaptação dos métodos tradicionais de pesquisa, a fim de efetivamente instigar a transformação nos indivíduos (Pinto *et al.*, 2016).

Ao explorar a interconexão entre bem-estar e consumo alimentar, Block (2011) introduziram, em consonância com os princípios da *Transformative Consumer Research*

(TCR), a noção de bem-estar alimentar (*Food Well Being*). A concepção do bem-estar alimentar, foi surgida na segunda Conferência de Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) em 2009, e propôs uma mudança paradigmática do "modelo normativo paternalista e atual da relação entre comida e saúde" para uma ênfase no Bem-Estar Alimentar (FWB) (Block, 2011, p. 5). Este FWB é definido como "um relacionamento psicológico, físico, emocional e social positivo com a comida, tanto no nível individual quanto na sociedade" (Block, 2011, p. 6).

A Figura 08 apresenta o modelo de bem-estar alimentar proposto por Block (2011), ilustrando suas dimensões e subdivisões em potenciais direcionadores em ambos os níveis, individual e social. Essa representação visual, proveniente da obra de Block (2011), é essencial para a compreensão do conceito de bem-estar alimentar, fornecendo uma estrutura visual que delinea as complexas interações entre os componentes psicológicos, físicos, emocionais e sociais relacionados à relação positiva com os alimentos.

**Figura 08 – Representação do Bem-estar alimentar**



**Fonte:** Block (2011, p. 6)

A representação visual da Figura ilustra as diferentes facetas do modelo, proporcionando uma estrutura visual que facilita a análise e a compreensão das complexas interações entre os diversos componentes que influenciam a experiência alimentar.

Bublitz et al. (2013) identificaram cinco dimensões centrais que estruturam a relação dos consumidores com os alimentos: fatores sociais, aspectos econômicos, alfabetização alimentar, conhecimento emocional e características físicas e psicológicas. No contexto da análise do bem-estar alimentar (*Food Well-Being* – FWB) e de seus determinantes, é fundamental considerar as influências culturais, sociais e familiares sobre os padrões de consumo, bem como a acessibilidade a alimentos frescos e a viabilidade financeira para a adoção de uma alimentação saudável. Ainda segundo o autor, a literacia alimentar, abarca desde conhecimento declarativo até processual, surge como um componente essencial. A compreensão das influências emocionais e a gestão emocional são aspectos importantes para decisões alimentares saudáveis. Além disso, a inclusão de medidas demográficas tradicionais, indicadores de saúde e traços psicológicos, como necessidade de cognição, impulsividade e autocontrole, é essencial para compreender a relação entre consumidores e alimentos.

Ainda segundo Bublitz et al. (2013), os objetivos do consumidor relacionados à alimentação são categorizados como funcionais, simbólicos e hedônicos, representando melhorias na saúde, relações sociais e experiência sensorial, respectivamente. O bem-estar alimentar é concebido como um *continuum*, destacando a importância de pequenos avanços que, ao longo do tempo, podem impactar positivamente a experiência do consumidor. Portanto, as cinco dimensões propostas proporcionam um ponto de partida no *continuum* do FWB, oferecendo insights valiosos para compreender a relação dos indivíduos com os alimentos.

Diante disso, os fatores delineados por Bublitz et al. (2013) desempenham um papel crucial nesta Tese ao analisar o consumo de animais silvestres de uma perspectiva pró-ambiental, portanto, compreender a dimensão dos fatores culturais, e as influências culturais e sociais nos padrões de consumo de animais silvestres é fundamental para implementar estratégias de conservação. Além disso, a consideração de traços psicológicos, como necessidade de cognição, impulsividade e autocontrole, pode informar intervenções direcionadas à mudança de comportamento em direção a práticas de consumo mais sustentáveis (Block, 2011; Bublitz et al., 2013).

A terceira Conferência Bienal da TCR destaca nove áreas substanciais de pesquisa, incluindo métodos inovadores, materialismo, mercados multiculturais, mercados de pobreza e subsistência, pesquisa de serviços transformadores, alimento para o pensamento, vício, consumo sustentável, e juventude e consumo arriscado (Davis; Pechmann, 2013). Destaca-se a importância do estudo do "alimento para o pensamento" e "consumo sustentável" na pesquisa em questão, relacionando-o com o bem-estar alimentar e a superstição no consumo de animais

silvestres, abordando a influência de diferentes fatores, como cultura, amigos e família, sendo relevante para esta Tese como forma de estudar o comportamento supersticioso dos consumidores.

Os estudos de Davis e Pechmann (2013), Hill *et al.* (2016) e Davis e Ozanne (2019), desempenham um papel crucial no desenvolvimento e consolidação da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR). Davis e Pechmann (2013) apresenta uma visão geral do movimento TCR, enfatizando sua missão de melhorar o bem-estar do consumidor e da sociedade por meio do desenvolvimento teórico e da mobilização de esforços práticos. Hill *et al.* (2016), por sua vez, explora a evolução e os princípios fundamentais do movimento TCR, destacando seu compromisso com a transformação positiva nas esferas individual e coletiva. Já Davis e Ozanne (2019), aborda a mensuração do impacto da TCR, propondo a abordagem do envolvimento relacional como uma via promissora.

Ao relacionar os artigos de Davis e Pechmann (2013), Hill *et al.*, (2016) e Davis e Ozanne (2019), com o consumo de animais silvestres e a promoção do consumo pro ambiental, percebe-se que a TCR oferece uma abordagem valiosa para compreender e abordar as complexidades dessas questões. O compromisso da TCR com o bem-estar do consumidor e da sociedade alinha-se diretamente com a necessidade de investigar e transformar comportamentos de consumo que afetam a biodiversidade, como o consumo de animais silvestres (Mick, 2012). Além disso, a ênfase na mobilização de esforços práticos e na mensuração do impacto destaca a importância de desenvolver estratégias eficazes para promover práticas de consumo mais sustentáveis e pro ambientais (Dermody ,2015).

No contexto brasileiro, no que tange ao desenvolvimento da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR), Pinto *et al.* (2016) argumentam que persistem abordagens metodológicas ainda arraigadas em tradições, frequentemente caracterizadas por testes estatísticos robustos, mas com escassa conexão com a realidade nacional e o contexto social dos sujeitos investigados.

Por fim, ao relacionar os artigos de Mick (2012), Davis e Pechmann (2013), Hill (2016) e Davis e Ozanne (2019) com o consumo de animais silvestres e a promoção do consumo pró-ambiental, percebe-se que a TCR oferece uma abordagem valiosa para entender e abordar as complexidades dessas questões.

## **2.4 Consumo Pro-Ambiental de animais silvestres**

O consumo de animais silvestres pode ter implicações duplas no meio ambiente, impactando tanto o consumo para a conservação ambiental quanto as consequências ambientais do consumo: estudos destacam que o consumo de carne selvagem pelos moradores da floresta pode evitar emissões significativas de gases de efeito estufa, oferecendo incentivos para a conservação da floresta e para as comunidades locais, ao mesmo tempo que auxilia nos esforços de mitigação das mudanças climáticas (Selena, 2022).

O consumo de animais selvagens em áreas urbanas pode ser socialmente diferenciado, com certas espécies sendo consumidas mais por famílias privilegiadas, potencialmente levando à colheita excessiva e impactando moradores vulneráveis (Rizzolo, 2021). Além disso, o consumo de alimentos silvestres, incluindo animais e plantas, está profundamente enraizado na identidade cultural, contribuindo para a segurança alimentar e a qualidade da dieta, ao mesmo tempo que é vulnerável às mudanças climáticas e à perda do conhecimento ecológico tradicional (Nunes *et al.*, 2021, Chaves; Torres; Parry, 2022). Portanto, gerenciar o consumo de animais silvestres de forma sustentável é crucial para equilibrar os esforços de conservação, práticas culturais e impactos ambientais.

Dermody (2015) destaca a relevância da identidade pró-ambiental na promoção do consumo sustentável no contexto do Reino Unido e da China, o autor investiga como a identidade pró-ambiental influencia as atitudes e comportamentos de consumo sustentável, servindo como um mediador crucial nesse processo. A pesquisa dos autores revela que a identidade pró-ambiental desempenha um papel significativo na formação de atitudes pro-ambientais e, por sua vez, influencia positivamente os comportamentos de consumo sustentável. Especificamente, a identidade pró-ambiental atua como um mediador na relação entre crenças pró-ambientais e comportamentos concretos de consumo sustentável. Esses resultados indicam que a formação de uma identidade pró-ambiental é um elo crucial na cadeia de influência que leva a práticas de consumo mais sustentáveis.

Diante disso, a importância deste estudo para a mostrar formas de consumo pro-ambiental de animais silvestres, seja para consumo alimentar ou como amuletos, reside na sua ênfase na identidade pró-ambiental como um fator motivacional. A conexão entre a identidade pró-ambiental, atitudes favoráveis ao meio ambiente e comportamentos sustentáveis estabelecida por Dermody (2015) fornece uma base teórica valiosa para intervenções e políticas

que visam mitigar o impacto do consumo de animais silvestres, alinhando-se aos objetivos de conservação e sustentabilidade ambiental.

O estudo de Kadic-Maglajlic (2019) aborda a compreensão do comportamento de consumo sustentável entre jovens adultos, destacando a importância do envolvimento ativo nesse contexto. Os autores investigam as atitudes, motivações e práticas de consumo sustentável, buscando compreender os fatores que influenciam o engajamento pro-ambiental dos jovens. A pesquisa de Kadic-Maglajlic (2019) destaca a relevância do envolvimento ativo como um componente positivo no comportamento sustentável. No âmbito pro-ambiental, os autores buscam desvelar as motivações subjacentes às escolhas sustentáveis, contribuindo para o entendimento mais amplo do consumo responsável. Considerando a relevância do engajamento pró-ambiental, é possível estabelecer conexões com a importância do estudo do consumo de animais silvestres, explorando as motivações e atitudes que orientam as escolhas dos consumidores nesse contexto específico. A compreensão aprofundada desses elementos pode fornecer insights valiosos para promover comportamentos mais conscientes e sustentáveis em relação ao consumo de animais silvestres, alinhando-se aos objetivos da pesquisa transformativa do consumidor.

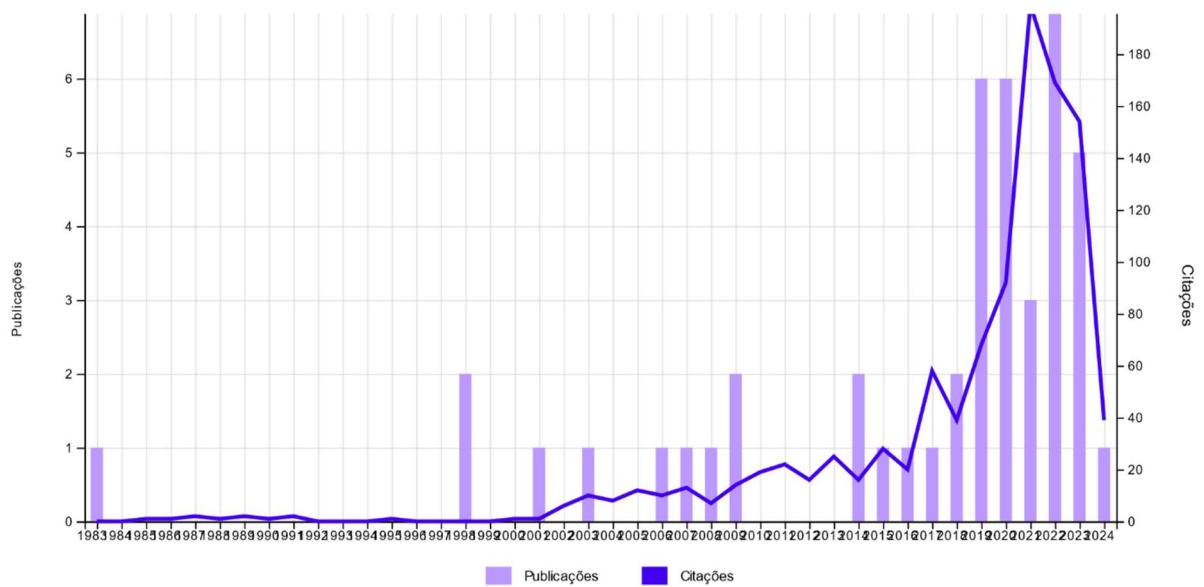
Com o objetivo de fortalecer o embasamento teórico da pesquisa e ampliar o debate científico, foi realizado um estudo bibliométrico que permitiu mapear e interpretar o campo de investigação sobre o consumo pró-ambiental de animais silvestres. Esse procedimento contribuiu para a compreensão das principais abordagens e lacunas existentes na literatura, além de reforçar a justificativa da escolha do objeto de estudo. A pesquisa foi realizada com o intuito de verificar como o consumo pró-ambiental envolvendo consumo de animais silvestres vem sendo trabalhado na comunidade acadêmica e científica. Para tanto, foram levantados artigos no banco de dados Web of Science que abordassem, de alguma forma, este assunto.

Os critérios de busca na base que foram adotados para esse estudo: “*consumption wild animal*” AND “*environmental consumption*” OR “*consumption for the environment*” em títulos, realizada em julho de 2024. Nos resultados, foram obtidas 74 publicações. O intervalo de tempo estabelecido teve fim em 2024 e sem data de início, ao final da pesquisa, observou-se que os estudos foram publicados entre 1980 e 2024. Diante da quantidade de documentos obtidos que não eram artigos, optou-se por aplicar filtros aos resultados, retirando os que não eram artigos. Foram excluídos 9 documentos de crítica literária, 12 artigos de conferências, 2 resumos de reuniões, 3 acessos antecipado, 2 cartas, 1 correção, ficando somente artigos e artigos de

revisão. Após critérios de refinamento, os anos de publicação ficaram de 1983 a 2024 e totalizaram 45 trabalhos a serem analisados.

A exclusão se justifica para refinar os resultados e focar apenas em artigos relevantes, por isso foram excluídos tipos específicos de documentos que não se enquadram no escopo do estudo. A partir dessas exclusões, a análise foi conduzida com base nos dados extraídos da base Web of Science, contemplando categorias como a evolução da produção científica ao longo dos anos, os principais países envolvidos nas publicações, temáticas recorrentes, instituições de destaque, autores mais produtivos e os periódicos com maior incidência de trabalhos relacionados ao tema.

**Figura 09** – Evolução quantitativa dos Artigos e Citações



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

### **III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa. Inicialmente, comenta-se sobre fundamentos ontológicos e epistemológicos do estudo, natureza da pesquisa, o desenho metodológico, que delinea as fases de planejamento, construção e análise dos dados empregadas no estudo. Em seguida, descreve-se o processo de implementação da investigação, abordando a seleção dos sujeitos, o contexto da pesquisa, assim como as técnicas para a construção e análise dos dados. Por fim, são apresentados os critérios de qualidade adotados.

#### **3.1 Fundamentos Ontológicos e Epistemológicos do Estudo**

A autora da tese assume uma visão em termos ontológicos neste estudo subjetivista e em termos epistemológicos, uma abordagem interpretativista do conhecimento, que segundo Burrell e Morgan (1979) desenvolveram uma matriz para analisar paradigmas sociológicos na análise organizacional, utilizando dois eixos principais: subjetividade-objetividade e mudança radical-regulação. A relação entre subjetividade e objetividade e mudança radical e regulação resulta, segundo os autores, na formação de quatro paradigmas distintos: Funcionalista, Interpretativo, Estruturalista Radical e Humanista Radical. Cada um desses paradigmas oferece uma abordagem única para a análise organizacional.

Assim, visando investigar o comportamento do consumidor em relação ao consumo de animais silvestres ou partes desses animais no contexto cultural brasileiro, o paradigma interpretativo, com uma abordagem subjetiva e foco na regulação, enfatiza a compreensão do mundo social a partir das perspectivas individuais, destacando o significado e a interpretação das interações sociais. Diante disso, a abordagem ontológica do paradigma interpretativo valoriza os significados subjetivos e sociopolíticos, bem como as ações simbólicas dos indivíduos, na construção e reconstrução da realidade, que não é simplesmente descoberta, mas continuamente criada (Orlikowski; Baroudi, 1991).

#### **3.2 Natureza da Pesquisa**

Este estudo concentra-se nas temáticas de superstição no consumo de animais silvestres em busca de comportamento pro-ambiental, alinhando-se à agenda da TCR. E a *Consumer*

*Culture Theory* (CCT) será aplicada para compreender o contexto cultural brasileiro. A CCT amplia a compreensão do comportamento do consumidor ao considerar processos e estruturas socioculturais relacionados à identidade do consumidor, culturas de mercado, padrões sociohistóricos de consumo e ideologias de mercado (Arnould; Thompson, 2005, 2007). Essa abordagem interdisciplinar fornece um panorama avançado sobre a cultura do consumo e sua influência nas escolhas e práticas individuais.

Adotando uma abordagem interpretativa para investigar o consumo de produtos derivados de animais silvestres, esta pesquisa buscou compreender o ambiente cultural a partir das experiências subjetivas dos indivíduos, reconhecendo a sociedade como um espaço de construção, manutenção e regulação de práticas culturais e simbólicas relacionadas ao consumo. Nesse contexto, foi adotada a pesquisa qualitativa, conforme Creswell (2007), com o propósito de compreender os significados atribuídos por indivíduos e grupos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres, entendido aqui como um fenômeno social e culturalmente construído. Essa abordagem destaca a singularidade das situações, contextualizando-as e reconhecendo as diferentes interações presentes em um dado contexto social, conforme preconizado por Patton (2014). Os objetivos desta tese são, portanto, alinhados à essência da TCR, explorando temas relevantes para a compreensão do consumo de animais silvestres e propondo soluções que promovam o bem-estar e a sustentabilidade em escala global.

Esta pesquisa é caracterizada como de natureza qualitativa, conforme Creswell (2007), sendo uma ferramenta para compreender os significados atribuídos por pessoas e grupos a um problema social ou humano com o qual estão envolvidos. Ao focar nas construções da realidade, a natureza qualitativa da pesquisa destaca a interação entre o pesquisador e o ambiente, bem como a importância das subjetividades dos agentes no processo, reconhecendo que essas subjetividades são elementos fundamentais da análise (Flick, 2009).

Além disso, Merriam (2009) destaca as características da pesquisa qualitativa, abordando aspectos como o foco da pesquisa, as raízes filosóficas, as questões associadas, os objetivos de investigação, o desenho do estudo, os sujeitos da pesquisa, a construção dos dados, o modo primário de análise e os resultados obtidos. Portanto, esta pesquisa adotou o delineamento de um estudo qualitativo de natureza básica, com o propósito de investigar e interpretar fenômenos, processos, bem como as percepções e concepções de mundo dos participantes envolvidos, conforme propõe Merriam (2002). Além disso, trata-se de uma pesquisa cujo intuito, conforme a classificação de Creswell (2007), é proporcionar uma

compreensão preliminar de um problema ou fenômeno, permitindo o desenvolvimento de hipóteses ou a formulação de questões mais aprofundadas para estudos subsequentes.

### **3.3 Desenho Metodológico**

Segundo Merriam (2002), o desenho metodológico representa o processo de tomada de decisões na condução da investigação, englobando o planejamento do estudo, a seleção dos sujeitos da pesquisa, a construção dos dados e as estratégias de análise. A fase de planejamento envolveu uma revisão aprofundada da literatura relacionada às temáticas que compõem a problemática da tese.

Foram estabelecidos os critérios para a escolha dos sujeitos de pesquisa, as abordagens para a produção e análise dos dados, bem como a elaboração do guia de entrevista. A seleção dos sujeitos foi voltada para o consumo de animais silvestres. Foram definidas categorias pré-estabelecidas de sujeitos que praticam o consumo de animais silvestres, considerando tempo de consumo, superstição, frequência de consumo, motivações e conhecimento dos consumidores sobre conservação, buscando compreender motivos distintos de consumo e prática desse universo. As categorias foram inicialmente definidas de forma indutiva, com a possibilidade de serem verificadas, ampliadas ou ajustadas durante o processo de análise dos sujeitos participantes da pesquisa.

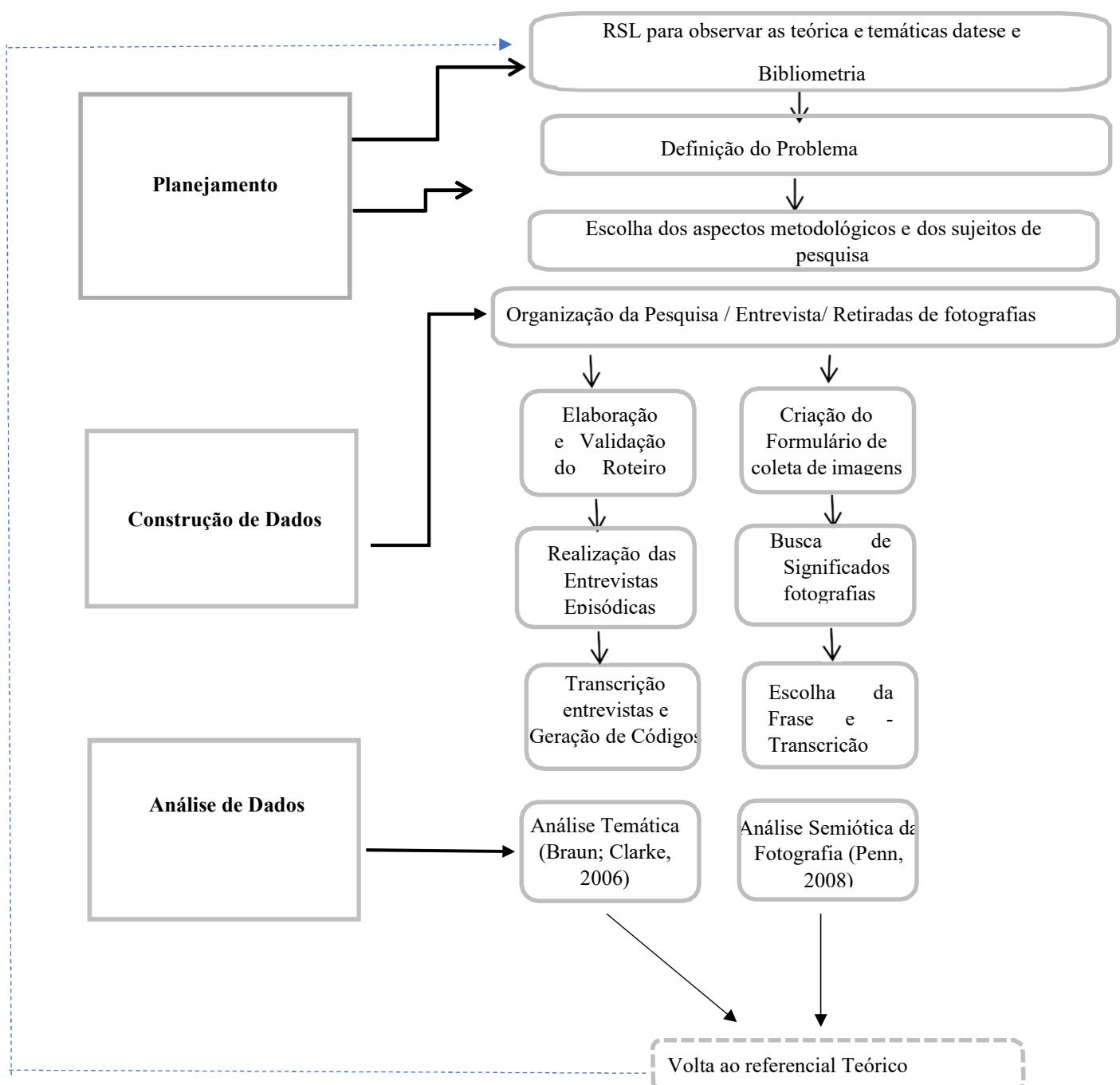
Para a construção dos dados empíricos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) a realização de entrevistas episódicas, que buscou compreender os sentidos subjetivos e sociais atribuídos à temática, focalizando o relato de episódios específicos e as narrativas construídas pelos sujeitos com base em experiências lembradas (Flick, 2008); e b) a elicição de materiais fotográficos disponibilizados pelos próprios participantes, além da coleta de imagens realizada pela pesquisadora, antes, durante ou após a realização das entrevistas. A análise foi conduzida de maneira simultânea às etapas de construção dos dados, encerrando-se quando não foram identificadas novas descobertas de pesquisa, de acordo com o princípio de saturação na pesquisa qualitativa (Patton, 2014).

Os textos derivados das entrevistas foram submetidos a uma Análise Temática, seguindo a abordagem proposta por Braun e Clarke (2006). Este processo envolveu a codificação dos dados, a identificação e agrupamento de temas com vistas a gerar aportes tanto teóricos quanto práticos. Em relação aos materiais fotográficos, foi empregada a Análise Semiótica da Imagem Estática, conforme proposta por Penn (2008), com o propósito de desvendar os significados

atribuídos às imagens a partir dos sistemas de signos que as constituem, bem como das descrições associadas oferecidas pelos sujeitos da pesquisa.

Com intuito de facilitar o entendimento do passo a passo da pesquisa, foi realizado um fluxograma com as etapas de cada processo da Figura 9.

**Figura 10 - Desenho metodológico da pesquisa**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Para a execução das técnicas e métodos, foi elaborado um protocolo de pesquisa, apresentado no Apêndice A, que orientou de forma sistemática todas as etapas do estudo.

### 3.4 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi conduzida com participantes de perfis heterogêneos, conforme proposto no desenho metodológico, permitindo uma maior diversidade de perspectivas sobre o fenômeno investigado. A caracterização desse grupo é apresentada no Quadro 3, que sintetiza idade e gênero dos entrevistados. A definição desse perfil diversificado é essencial na pesquisa qualitativa, pois contribui para a obtenção de respostas mais amplas e representativas em relação ao problema de pesquisa (Merriam, 2009). Tal caracterização evidencia a heterogeneidade da amostra, aspecto considerado fundamental para a qualidade dos resultados obtidos (Sampieri et al., 2006).

**Quadro 3 – Sujeitos da Pesquisa**

Entrevistado	Idade	Gênero
E1	52	F
E2	60	F
E3	40	M
E4	64	M
E5	30	F
E6	52	M
E7	28	M
E8	69	M
E9	28	F
E10	40	M
E11	22	M
E12	27	M
E13	71	F
E14	38	F
E15	31	M
E16	45	F
E17	23	F
E18	43	F
E19	43	F

E20	41	F
E21	18	M

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa sobre o consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro nesta Tese foi enriquecida pela consideração de um perfil heterogêneo de consumidores. Este perfil contemplou elementos demográficos, tais como faixa etária, gênero, localização geográfica, nível educacional e socioeconômico, visando discernir variações potenciais nas atitudes e comportamentos de consumo.

Em termos culturais, a investigação explorou como práticas culturais locais influenciam as escolhas de consumo de animais silvestres. No plano comportamental, inicialmente, a pesquisa se concentrou no tempo de consumo, superstição, frequência de consumo, motivações e conhecimento dos consumidores sobre conservação. Esta abordagem abrangente propiciou uma análise mais completa das complexidades inerentes ao fenômeno do consumo supersticioso de animais silvestres no contexto brasileiro, alinhando-se aos objetivos científicos deste estudo.

Ainda na análise do consumo de animais silvestres, é crucial considerar diversas características que impactam as atitudes e crenças dos consumidores. Isso envolve a avaliação das superstições culturais associadas a esse consumo, bem como a investigação da percepção dos consumidores sobre a relação entre o consumo de animais silvestres e várias fontes de consumo. Além disso, a consciência ambiental dos consumidores foi examinada para compreender o nível de entendimento em relação aos impactos negativos desse consumo sobre o meio ambiente. Identificar as principais fontes de informação que moldam as decisões de consumo, como mídia, tradições familiares ou fontes científicas, também é crucial. Por fim, essas considerações proporcionaram uma compreensão mais holística do fenômeno do consumo de animais silvestres.

Com o objetivo de viabilizar a condução da investigação, foi selecionado um participante que apresenta o perfil de consumidor compatível com os critérios estabelecidos para a análise. A estratégia de acesso aos sujeitos da pesquisa compreendeu, inicialmente, o contato direto com consumidores previamente identificados pela pesquisadora, os quais já demonstraram práticas de consumo relacionadas a animais silvestres. Complementarmente, foram realizadas visitas a mercados locais, restaurantes e estabelecimentos informais, como botequins, situados em distintas regiões geográficas do Brasil como Norte, Nordeste, sudeste e Centro Oeste, com a finalidade de ampliar a identificação e abordagem de novos participantes

que se enquadrem no perfil investigado. A partir desses participantes iniciais, foi empregada a técnica de amostragem em rede, também denominada amostragem por bola de neve (*snowball sampling*), conforme descrita por Penrod (2003). Neste método, entrevistados iniciais são utilizados para identificar novos participantes potenciais da pesquisa, e esse processo se repete sucessivamente até atingir o ponto de saturação, como discutido por Baldin e Munhoz (2011).

A seleção dos entrevistados nesta pesquisa seguiu uma abordagem inspirada na perspectiva antropológica de escolha de entrevistados, em que os participantes são considerados unidades qualitativas, dada a sua vinculação com o fenômeno investigado (Alberti, 2005). Diferentemente de uma lógica estatística, essa escolha valoriza a experiência e o envolvimento dos sujeitos com o tema central do estudo. O número de participantes foi definido de forma processual, à medida que a pesquisa se desenvolveu, sendo concluída quando se atingiu a saturação teórica dos dados, isto é, quando a coleta de novas informações deixou de acrescentar elementos significativos para a compreensão do fenômeno em análise (Morse, 2018). Isso foi possível a partir da entrevista E15.

### **3.5 Corpus da Pesquisa**

A abordagem qualitativa da pesquisa influenciou a seleção das técnicas empregadas na geração de dados conforme Creswell (2007), que se manifesta como um meio metodológico destinado a elucidar a natureza intrínseca de fenômenos sociais ou humanos, focando na compreensão aprofundada dos significados atribuídos por indivíduos e grupos envolvidos em uma determinada problemática. Essa metodologia qualitativa buscou captar a complexidade e a riqueza das experiências, percepções e interpretações dos participantes, promovendo uma apreciação mais aprofundada dos contextos e das nuances do consumo de animais silvestre.

Neste estudo, optou-se pela realização de entrevistas episódicas e obtenção de fotografias, que, permitiram a triangulação de informações. A triangulação de dados emerge como uma estratégia fundamental na pesquisa qualitativa, reforçando a robustez e a confiabilidade das conclusões obtidas por meio de diferentes fontes e métodos. Ao empregar técnicas como entrevistas, observações não participativas e fotografias, a pesquisa qualitativa buscou capturar nuances, perspectivas e contextos que não podem ser adequadamente abordados por uma única abordagem. A triangulação, ao integrar múltiplos pontos de vista e fontes de dados, contribui para a validação cruzada e enriquece a compreensão do fenômeno em estudo.

A importância da triangulação reside na mitigação de vieses e na promoção de uma visão mais abrangente e aprofundada do problema social ou humano em análise. As entrevistas, ao proporcionarem *insights* subjetivos, são complementadas pelas observações não participativas que oferecem uma perspectiva mais contextualizada do comportamento. Por sua vez, as fotografias adicionam uma dimensão histórica e documental à pesquisa, consolidando a compreensão global do fenômeno.

Assim, a triangulação não apenas fortalece a validade interna dos resultados, mas também confere maior confiabilidade às conclusões, permitindo construir uma narrativa mais completa e precisa acerca das complexidades envolvidas nas questões sociais ou humanas investigadas.

Os procedimentos relativos à entrevista e ao uso das fotografias serão expostos com maior detalhe nas próximas subseções.

### **3.5.1 Entrevistas Episódicas**

A escolha da entrevista como técnica de construção de dados teve como objetivo captar as perspectivas individuais dos participantes, permitindo uma interpretação e compreensão aprofundadas de suas experiências (Patton, 2014). Essa escolha metodológica alinha-se à perspectiva interpretativa da pesquisa, que destaca a importância de compreender o significado atribuído pelos participantes às suas experiências (Denzin; Lincoln, 2018). Nesse contexto, Flick (2009) contribui para o entendimento da pesquisa interpretativa, destacando a ênfase na interpretação dos significados sociais construídos pelos participantes, proporcionando uma abordagem mais aprofundada na compreensão das experiências humanas. A utilização da entrevista como meio interativo ressoa com a ideia central da pesquisa interpretativa, que busca capturar a complexidade e a riqueza das interpretações individuais no contexto do estudo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, sendo gravadas em aparelho digital, a partir do consenso dos participantes em utilizar os dados produzidos para transcrição, análise e publicação. Devido à disponibilidade dos sujeitos e à distância, algumas entrevistas também foram realizadas virtualmente, utilizando aplicativos como Meet e WhatsApp.

A entrevista episódica focou no sentido subjetivo e social da temática abordada, priorizando não o fato em si, mas o relato do episódio. Em outras palavras, ela valoriza a narrativa do sujeito sobre uma situação específica lembrada (Flick, 2008).

Nesta pesquisa, as etapas para a entrevista episódica seguiram as orientações de Flick (2002), que constituem as nove fases desse tipo de entrevista são eles:

- 1 - Preparação da entrevista (construção do guia e realização das entrevistas);
- 2 - Instruir o entrevistado sobre a lógica da entrevista;
- 3 - Abordar questões para as definições subjetivas de conceitos relevantes;
- 4 - Abordar questões cotidianas que levam a narrativas de episódios;
- 5 - Incentivar o entrevistado a aprofundar e enriquecer as respostas centrais ao tema;
- 6 - Evitar raciocínios muito gerais e deslocados do referencial situacional e pessoal do sujeito;
- 7 - Contato aberto para conversação, para aspectos adicionais que possam surgir;
- 8 - Documentar todas as informações adicionais além da gravação;
- 9 - Escolher um método adequado para codificação e interpretação dos relatórios.

Com base nas fases delineadas por Flick (2008), as entrevistas episódicas possibilitaram a coleta de diversos tipos de dados, além das memórias relacionadas a diferentes experiências vividas. Entre os conteúdos gerados estão: narrativas de situações situadas em distintos níveis de concretude; relatos de episódios recorrentes, mesmo que desprovidos de uma referência temporal ou espacial específica; exemplos e metáforas derivados de vivências pessoais; definições subjetivas de conceitos como o consumo de animais silvestres e crenças supersticiosas, especialmente quando solicitadas diretamente; além de formulações teórico-argumentativas, evidenciadas por meio de explicações e tentativas dos entrevistados de estabelecer conexões conceituais.

Inicialmente, o roteiro de entrevistas passou por um processo de validação nos meses de novembro e dezembro de 2024 junto a três professores Doutores em Administração, especialistas da área do Comportamento do Consumidor, com publicações relacionadas a TCR e CCT. Os professores são vinculados a diferentes instituições de ensino superior: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse procedimento teve como objetivo assegurar a clareza, pertinência e alinhamento das questões com os objetivos da pesquisa. Dois dos avaliadores sugeriram alterações, que resultaram no acréscimo de perguntas e na reformulação de alguns itens, de modo a favorecer maior aprofundamento nas respostas e ampliar a consistência do instrumento. Já a terceira avaliadora considerou o roteiro adequado em sua

versão original, elogiando sua estrutura e destacando que contemplava os objetivos propostos na tese.

Após a validação do roteiro, foi realizado um pré-teste com um participante. Com base nas respostas obtidas, foram feitos os últimos ajustes no instrumento de coleta. Em seguida, foram conduzidas as entrevistas principais, totalizando 21 entrevistados. As entrevistas ocorreram entre os dias 20 de julho e 20 de agosto de 2025, com duração média de 20 minutos. Cabe destacar que, antes das gravações, estabelecia-se um diálogo prévio mais prolongado com os participantes, visando explicar os objetivos da pesquisa e construir uma relação de confiança. Isso se fez necessário devido à resistência inicial demonstrada por muitos entrevistados, marcada por desconfiança e receio quanto ao propósito da pesquisa. Em diversas ocasiões, ao chegar às residências, os moradores perguntavam se a pesquisadora era enviada pelo IBAMA, o que evidencia o clima de apreensão relacionado ao tema da investigação. Em alguns casos, a realização das entrevistas só foi possível com o apoio de uma assistente social local que já possuía vínculos com a comunidade local, o que facilitou o acesso e a aceitação por parte dos participantes. Em síntese, a escolha de técnicas de entrevista, como a entrevista episódica com abordagens semiestruturadas, desempenhou um papel crucial na qualidade e profundidade dos dados qualitativos analisados.

A aplicação subsequente da análise temática proporcionou uma estrutura robusta para a interpretação e compreensão dessas narrativas. Ao identificar padrões, temas recorrentes e nuances nas respostas dos participantes, a análise temática permitiu uma exploração profunda das complexidades subjacentes aos relatos. Essa abordagem não apenas enriqueceu a compreensão do fenômeno em estudo, mas também ofereceu *insights* valiosos.

Assim, a combinação dessas técnicas não apenas aprimorou a qualidade dos dados coletados, mas também fortaleceu a validade e a confiabilidade das análises realizadas. A escolha cuidadosa da técnica de entrevista, alinhada à estratégia analítica adequada, potencializa a capacidade da pesquisa qualitativa de desvendar as complexidades das experiências humanas, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas de estudo.

### **3.5.1.1 Descrição das entrevistas**

Para criar perguntas de entrevista adequadas para cada fase do estudo sobre o comportamento do consumidor em relação ao consumo de animais silvestres ou partes desses

animais no contexto cultural brasileiro, baseando-se nos objetivos específicos e nas categorias de análise adotadas, foi feito um Roteiro de Entrevistas elaborado pela pesquisadora e submetido à apreciação para validação de especialistas na área de pesquisa.

O roteiro de entrevistas desenvolvido para esta pesquisa foi submetido a um processo de validação por juízo de especialistas, visando assegurar a coerência teórico-metodológica dos itens e a adequação à proposta investigativa. A validação foi realizada por três docentes com reconhecida experiência na área, vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). As sugestões recebidas contribuíram para o aprimoramento do instrumento, garantindo maior fidedignidade e alinhamento aos objetivos da pesquisa.

O roteiro de entrevista (Apêndice B) foi elaborado com base nas fases propostas por Flick (2008) para entrevistas episódicas, priorizando a coleta de dados centrada em diferentes formas de expressão subjetiva. Dentre os principais focos estão: narrativas de situações com variados níveis de concretude; relatos de episódios recorrentes, ainda que desprovidos de ancoragem espacial ou temporal clara; exemplos e metáforas oriundos das experiências vividas; bem como definições subjetivas de conceitos relevantes à pesquisa, como o consumo de animais silvestres e práticas supersticiosas conforme Quadro 4.

**Quadro 4-** Visão Geral das Fases do Roteiro da Entrevista

Fases	Objetivo
<b>1ª FASE: Preparação para a entrevista:</b>	Apresentar o objetivo geral da pesquisa sem entrar em muitos detalhes, a não ser que o entrevistado solicite; Solicitar autorização para gravação da entrevista
<b>2ª FASE: instruir o entrevistado sobre lógica da entrevista</b>	Solicitar ao participante para descrever situações que vivenciou e/ou continuidade de consumo de animais silvestres.
<b>3ª FASE: definição subjetiva ou Compreensão do problema em questão</b>	Compreender a percepção inicial e subjetiva dos entrevistados sobre o consumo de animais silvestres.
<b>4ª FASE: descrição dos episódios</b>	Obter descrições detalhadas das experiências pessoais dos entrevistados relacionadas ao consumo de animais silvestres.
<b>5ª FASE: Tópico central no cotidiano</b>	Entender como o consumo de animais silvestres se integra no cotidiano dos entrevistados e sua relevância cultural.
<b>6ª FASE: No final da entrevista</b>	Perguntar se o entrevistado possui informações adicionais que considere relevantes
<b>7ª FASE: Documentar todas as informações adicionais além da gravação;</b>	Documentar informações adicionais, e os dados obtidos com as Fotografias.

<b>8ª FASE: Escolher um método adequado para codificação e interpretação dos relatórios</b>	Foi escolhido a Análise Temática (Braun; Clarke, 2006) para Entrevista e Análise Semiótica da imagem parada (Penn, 2008)
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Nessas fases, algumas categorias de temas foram criadas para análise de entrevista, que são: **tempo de consumo, superstição, frequência de consumo, motivações e conhecimento dos consumidores sobre conservação**, que não foram somente esses os temas, pois foram gerados outros após a codificação na análise dos dados. Na sequência, apresentam-se as descrições constitutivas e operacionais para as cinco categorias constantes no Roteiro de Entrevista (Apêndice B).

1. **Tempo de Consumo:** refere-se à frequência com que os consumidores consomem animais silvestres ao longo do tempo. Isso pode variar de consumo ocasional a hábitos regulares, dependendo das práticas culturais e individuais.
2. **Superstição:** inclui as percepções e convicções dos consumidores sobre os animais silvestres, que podem ser influenciadas por tradições culturais, crenças espirituais ou práticas medicinais. Essas crenças podem determinar tanto a aceitação quanto a rejeição do consumo de animais silvestres.
3. **Frequência de Consumo:** refere-se à regularidade com que os consumidores optam por consumir animais silvestres. Alguns consumidores podem participar de práticas sazonais ou ocasionais, enquanto outros podem fazê-lo de forma mais regular, dependendo das oportunidades e preferências.
4. **Motivações:** englobam os incentivos e razões subjacentes ao consumo de animais silvestres. Isso pode incluir motivações culturais, sociais, econômicas ou até mesmo gastronômicas. Por exemplo, o consumo pode ser motivado por necessidades nutricionais, status social associado a certas iguarias, ou a busca por experiências sensoriais únicas.
5. **Conhecimento dos Consumidores sobre Conservação:** refere-se ao entendimento dos consumidores sobre os impactos do consumo de animais silvestres na conservação da biodiversidade e nos ecossistemas. Isso pode variar desde um conhecimento profundo dos riscos e benefícios até uma falta de informação sobre as consequências negativas do consumo.

Essas categorias foram cruciais para entender as dinâmicas por trás do consumo de animais silvestres, oferecendo *insights* sobre como diferentes fatores influenciam as escolhas

dos consumidores e as consequências para a conservação da fauna selvagem para a geração dos códigos a serem analisados na pesquisa. No entanto, após a realização das entrevistas e o processo de codificação inicial, observou-se que novas categorias surgiram dos dados empíricos, ampliando a compreensão do fenômeno investigado.

Algumas das categorias previamente estabelecidas no roteiro de entrevista mantiveram-se como temas principais, enquanto outras se desdobraram em subcategorias ou códigos específicos, de acordo com as recorrências e significados identificados nas falas dos participantes. Assim, além das categorias originalmente propostas, como tempo de consumo, superstição, frequência de consumo, motivações e conhecimento sobre conservação, a análise revelou novos agrupamentos temáticos, como consumo simbólico, consumo funcional/utilitário, impactos e representações, que emergiram da interpretação induutiva dos dados. Esse refinamento do sistema categorial reflete o caráter dinâmico e iterativo da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), na qual as categorias são continuamente revisitadas e redefinidas à medida que o pesquisador aprofunda sua familiarização com o material empírico.

A seguir, apresenta-se o novo quadro com as categorias temáticas resultantes da análise, as quais sintetizam os principais significados identificados nas narrativas dos entrevistados e orientam a interpretação dos resultados.

**Quadro 5 – Categorias e descrições interpretativas da análise temática**

Categoria	Descrição
Tempo de Consumo	Refere-se à trajetória temporal do consumo de produtos de animais silvestres, considerando como, quando e por que o hábito se inicia, se mantém ou se transforma ao longo do tempo. Essa categoria revela a influência familiar e cultural na formação e continuidade do comportamento de consumo.
Superstição	Abrange as crenças e significados simbólicos atribuídos ao consumo, como práticas de proteção, cura, sorte ou rituais. Mostra como fatores místicos e culturais moldam a relação entre os consumidores e os produtos derivados de animais silvestres.
Motivações	Engloba as diversas razões que levam ao consumo como econômicas, sociais, emocionais ou simbólicas. Permite compreender o que sustenta ou impulsiona o comportamento de consumir, seja por curiosidade, necessidade, tradição ou busca de benefícios.
Consumo simbólico	Representa as experiências associadas, incluindo preferências alimentares, contextos de prática (caça, lazer, tradição) e significados afetivos.

Consumo Funcional/utilitário	Reúne os modos e procedimentos relacionados ao consumo, o ato propriamente dito de consumir, os tipos de animais utilizados, as formas de preparo e as variações no uso (alimentar, medicinal, decorativo, etc.). Essa categoria revela o aspecto operacional e cultural das práticas.
Impactos e Representações	Diz respeito às consequências e percepções sociais sobre o consumo. Inclui dimensões ambientais, econômicas e éticas, além das representações coletivas sobre a legalidade, conservação e alternativas sustentáveis.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

### **3.5.2 Descrição de Fotografias**

A fotografia pode ser compreendida tanto como imagem documental quanto como representação simbólica, como discutido por Mauad (1996). No primeiro caso, ela funciona como vestígio de uma realidade passada, fornecendo elementos informativos sobre práticas e contextos históricos. No segundo, ao transmitir significados, a fotografia se torna um instrumento de construção simbólica, contribuindo para a formação de visões de mundo e se tornando relevante em diversas áreas de pesquisa. Harper (2002) acrescenta que as imagens ativam dimensões mais profundas da consciência humana em comparação às palavras, utilizando mais intensamente as capacidades cognitivas quando combinadas com discursos verbais. Assim, nesta tese, o uso da fotografia buscou acessar informações relacionadas à dimensão simbólica e supersticiosa do consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro.

Inicialmente, foram visitados mercados locais, restaurantes e boteiros em diferentes localizações geográficas do Nordeste do Brasil para retirada de fotos pela pesquisadora e/ou doadas pelos entrevistados de animais silvestres em garrafas, potes, de consumo alimentar, assim como expostos de diversas formas para o consumo. Também foi observado durante a retirada das fotografias quem são esses consumidores e foi solicitada uma entrevista, formando uma cadeia de entrevistados, também conhecida como bola de neve, conforme descrita por Penrod (2003).

Depois de conseguir o contato de alguns entrevistados e agendar as entrevistas com os participantes, foi solicitado que esses consumidores enviassem algumas fotografias (em formato digital) para que no momento da entrevista elas fossem utilizadas no estudo, no entanto, todos se recusaram a enviar antes. Como não enviaram antes as fotografias, a pesquisadora pediu permissão e retirou no dia da entrevista fotografias dos objetos de animais silvestres ou partes de animais silvestres. Essas imagens retiradas no dia da entrevista representam as

motivações adotadas para o consumo de animais silvestres e nelas conseguiu-se identificar símbolos culturais.

A fotografia foi utilizada no final da entrevista, quando a pesquisadora pediu aos entrevistados que descrevessem os objetos mostrados para retirada de foto das imagens que a pesquisadora retirou no momento, narrando os episódios relacionados a elas e explicando as razões de suas escolhas. Como os próprios participantes selecionaram as fotografias ou escolheram quais objetos foram fotografados, essa prática de elicitação é considerada autodirigida (Clark, 1999). Em seguida, foi solicitado que os participantes indicassem a imagem ou o objeto que melhor representa sua crença no consumo de animais silvestres. Foi muito difícil a escolha pelos participantes, pois a maioria tinha muitos objetos. Após a escolha da fotografia ou do objeto, a pesquisadora pediu que o entrevistado escolhesse uma frase que resuma o significado da imagem. A fotografia foi então recolhida para posterior análise semiótica da imagem estática (Penn, 2008).

Durante o momento da entrevista, foram registradas as observações da pesquisadora, coletadas as autorizações para o uso das fotografias e os relatos dos participantes sobre as imagens, por meio de um formulário próprio para coleta de imagens, cujo modelo está apresentado no Apêndice C. As descrições fornecidas pelos entrevistados foram inicialmente anotadas e, posteriormente, digitalizadas para transcrição e análise.

Ao todo, foram produzidas 80 fotografias no campo pela pesquisadora durante as visitas, e no momento da entrevista, 13 fotografias foram encaminhadas espontaneamente pelos participantes. No entanto, sete dos entrevistados optaram por não autorizar o registro fotográfico nem o envio de imagens, contribuindo apenas com os relatos dos episódios vivenciados. Essa decisão foi respeitada, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **3.6 Análise dos Dados**

Os conteúdos originados das entrevistas, assim como as fotografias reunidas antes, durante e depois das entrevistas, constituirão o conjunto de dados desta pesquisa. As análises efetuadas com base nesse conjunto são detalhadas nas próximas subseções.

### **3.6.1 Análise Temática**

Para a avaliação dos textos ou relatos de episódios, foi seguida a orientação de Flick (2008) para a aplicação de métodos de codificação temática e teórica. Dentro das diversas abordagens analíticas disponíveis, a escolha recaiu sobre a Análise Temática delineada por Braun e Clarke (2006).

Braun e Clarke (2006) oferecem um delineamento com seis etapas da Análise Temática que orientaram o desenvolvimento deste estudo. É relevante salientar que essas fases não devem ser interpretadas como regras estritas, mas sim como fontes de inspiração em consonância com a abordagem qualitativa, que valoriza a flexibilidade na apreensão dos fenômenos (Patton, 2014).

A pesquisadora deu início à Análise Temática a partir da imersão no material coletado por meio das entrevistas gravadas. A transcrição inicial dos dados foi realizada com o auxílio do *software Turboscribe*, uma ferramenta automatizada de transcrição que permite converter arquivos de áudio em texto de forma eficiente. Em seguida, a pesquisadora escutou integralmente todas as gravações, confrontando-as com as transcrições geradas pelo *software* e realizando os ajustes necessários para assegurar a fidelidade ao discurso dos participantes. Após essa etapa, foi realizada uma leitura cuidadosa e reiterada dos textos, acompanhada de anotações preliminares com o objetivo de identificar significados latentes, padrões iniciais e elementos interpretativos relevantes.

Para o processo de codificação dos dados, foi utilizado o *software Atlas.ti*, que permitiu a organização sistemática dos trechos selecionados, a criação de códigos analíticos e a posterior categorização dos dados em temas, totalizando 38 códigos. Essa fase teve como propósito captar a profundidade e o alcance dos relatos, conforme a abordagem proposta por Braun e Clarke (2006). A partir disso, os códigos foram definidos e agrupados, dando continuidade ao processo analítico. O objetivo foi identificar combinações de códigos diferentes para formar temas abrangentes, que complementem os temas inicialmente definidos para a análise das entrevistas. Estes temas incluíram: tempo de consumo, superstição, frequência de consumo, motivações e o conhecimento dos consumidores sobre conservação.

**Quadro 6 –Códigos Identificados**

Nº	Código
1	Alternativas para não consumo
2	Benefícios no Consumo
3	Conhecimento de Legislação

4	Conhecimento dos consumidores sobre conservação
5	Consumo comparando a carne de caça com outras carnes
6	Consumo Decoração-adereços-bonito
7	Prazer e sabor
8	Lúdico e Esportivo
9	Subsistência e relação histórica
10	Econômica e necessidade
11	Mágico-religioso terapêuticos
12	Religião e crença
13	Tradição familiar
14	Curiosidade e exotismo
15	Simbolismo identitário
16	Cultura regional
17	Entretenimento e sociabilidade
18	Caça por Esporte
19	Episódio: Consumo por preferência alimentar (gosto da carne)
20	Episódio: Consumo por superstição/Medo de Maldade
21	Episódio: Consumo por superstição/proteção
22	Episódio: Consumo por superstição/Ritual
23	Episódio: Consumo por superstição/Sobrenatural
24	Episódio: Consumo por superstição/Cura
25	Episódio: Consumo por superstição/sorte
26	Episódio: Consumo Tradição/Datas comemorativas
27	Episódio: Continuação do consumo
28	Episódio: Início do consumo (influência familiar)
29	Episódio: Motivação do Consumo
30	Episódio: Prazer pela prática da caça
31	Episódio: Relação afetiva com o animal
32	Frequência do Consumo
33	Impacto ambiental
34	Impacto na Economia
35	Tipos de animais que consomem
36	Tipos de Consumo
37	Tipos e preparo do consumo alimentar
38	Visão da Comunidade no consumo Animais Silvestre

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Com os códigos previamente agrupados, procedeu-se à análise temática, buscando identificar combinações de códigos que formassem temas abrangentes. Conforme Braun e Clarke (2006, p. 90), alguns códigos iniciais podem consolidar-se como temas principais, outros originar subtemas, enquanto alguns podem ser descartados ou alocados temporariamente em categorias diversas para posterior avaliação. Esse processo permitiu organizar os dados de forma sistemática, garantindo que os temas emergissem de maneira interpretativa, refletindo os significados presentes nas narrativas dos participantes.

De acordo com Braun e Clarke (2006), os temas devem refletir aspectos significativos dos dados, podendo emergir de maneira indutiva, com base nas informações coletadas, ou dedutiva, fundamentada na teoria que orienta a pesquisa. Assim, cada tema deve representar uma resposta ou um significado relevante para a questão de pesquisa.

**Quadro 7 – Categorias relacionadas aos Códigos**

Categoria	Código
Tempo de Consumo	Frequência do consumo
	Início do consumo (influência familiar)
	Continuação do consumo
Superstição	Consumo por superstição/medo de maldade
	Consumo por superstição/proteção
	Consumo por superstição/ritual
	Consumo por superstição/sobrenatural
	Consumo por superstição/cura
	Consumo por superstição/sorte
	Consumo sem crenças
Motivações	Prazer e sabor
	Lúdico e esportivo
	Subsistência e relação histórica
	Econômica e necessidade
	Mágico-religioso terapêuticos
	Religião e crença
	Tradição familiar
	Curiosidade e exotismo
	Simbolismo identitário
	Cultura regional
	Entretenimento e sociabilidade
	Caça por esporte
	Consumo por preferência alimentar (gosto da carne)
	Relação afetiva com o animal
Consumo simbólico	Consumo tradição/datas comemorativas
	Prazer pela prática da caça
	Consumo turístico /lazer
	Tipos de animais que consomem
	Tipos de consumo
Consumo Funcional/utilitário	Tipos e preparo do consumo alimentar
	Impacto ambiental
	Impacto na economia
	Visão da comunidade no consumo
	Alternativas para não consumo
	Conhecimento de legislação
	Conhecimento dos consumidores sobre conservação
Impactos e Representações	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

A análise dos dados foi estruturada considerando categorias previamente definidas e criadas depois, que permitiram organizar os códigos de forma temática e sistemática. A Categoria Tempo de Consumo contempla aspectos relacionados à duração, frequência e trajetória do consumo entre os participantes. A Categoria Superstição reúne códigos ligados a crenças, rituais e práticas associados à proteção, cura ou sorte, assim como o contraponto de consumo sem crenças. A Categoria Motivações envolve os fatores que justificam ou incentivam o consumo, como subsistência, curiosidade, benefícios percebidos, comparações entre carnes e aspectos econômicos. A Categoria Consumo simbólico concentra episódios de experiências

narrados pelos participantes, como caça esportiva, consumo por preferência alimentar, relações afetivas com os animais, tradições familiares, prazer na prática da caça e consumo turístico/lazer. A Categoria Consumo Funcional/utilitário envolve os aspectos objetivos do consumo, incluindo os tipos de animais, modalidades e formas de preparo.

A Categoria Impactos e Representações engloba os efeitos ambientais e econômicos, percepções da comunidade, alternativas ao consumo e conhecimento sobre legislação e conservação. Essa organização integrada permite uma análise temática articulando dimensões culturais, sociais, simbólicas e práticas do consumo de animais silvestres.

Por fim, nesta pesquisa, conforme Braun e Clarke (2006), a Análise Temática pôde ser conduzida a partir de duas perspectivas distintas: semântica e latente. Na perspectiva semântica, os temas foram identificados com base nos significados explícitos e superficiais presentes nos dados. Por outro lado, na perspectiva latente, os temas emergem de um processo interpretativo mais profundo, que vai além da simples descrição, envolvendo uma análise teórica dos dados.

### **3.6.2 Análise Semiótica das Imagens**

A pesquisa construiu os dados por meio da elição de imagens, utilizando fotografias retiradas no dia da entrevista e fornecidas pelos próprios entrevistados no dia da entrevista. O objetivo foi tornar explícitos os conhecimentos culturais necessários para que o leitor compreenda a imagem.

Penn (2008) delineou diversos estágios da Análise Semiótica, concentrando-se particularmente em imagens publicitárias que frequentemente combinam uma figura com uma palavra ou frase no anúncio. Neste trabalho, adotamos essas etapas de análise, examinando tanto a fotografia quanto o título atribuído pelo entrevistado para descrevê-la, a fim de revelar seu significado, e examinar os signos e símbolos presentes na imagem, buscando compreender como os significados são construídos.

Para cada um dos entrevistados participantes da pesquisa que forneceram fotografias e objetos para serem fotografados, foi selecionada ao menos uma fotografia representativa, depois foi inserida em uma planilha digital organizada com os seguintes tópicos: entrevistado, imagem, legenda, descrição da imagem pelo entrevistado, código da imagem, denotação (imagem + texto), conotação (imagem + texto) e período de registro da fotografia. Após a organização da planilha, foi iniciado o inventário denotativo, com uma descrição detalhada da imagem e do texto fornecido, identificando e catalogando os elementos presentes no material.

Em seguida, foi realizada a segunda etapa proposta por Penn (2008), onde, a partir da denotação, as conotações do material foram identificadas e interpretadas, buscando entender o conhecimento cultural implícito nas imagens. Esta fase envolveu uma análise interpretativa dos dados, elevando o nível de significância da investigação. Embora o processo não seja completamente finalizado nesta etapa, seu término será justificado pelos aspectos relevantes que contribuirão para responder às questões de pesquisa.

A partir dessa organização, procedeu-se ao inventário denotativo, no qual foi realizada uma descrição minuciosa das imagens e dos textos fornecidos, com a catalogação dos elementos presentes no material visual e verbal. Em seguida, com base no método de Análise Semiótica da Imagem Parada proposto por Penn (2008), foram identificadas e interpretadas as conotações das fotografias, buscando-se revelar os conhecimentos culturais implícitos nos registros e evidenciar como os significados relacionados ao consumo de animais silvestres são construídos nas práticas e representações dos participantes.

### **3.7 Critérios de qualidade da pesquisa e considerações éticas**

Nesta proposta de pesquisa, busca-se integrar as metodologias qualitativas discutidas anteriormente em um contexto específico, o consumo de animais silvestres ou partes de animais silvestre no contexto cultural brasileiro. A fim de explorar experiências profundas e contextualizadas, a pesquisa adotou a entrevista episódica como uma abordagem central na coleta dos dados e obtenção de fotografias, que, permitiram a triangulação de na geração de dados conforme Flick (2008). Essas ferramentas permitiram que os participantes compartilhassem episódios específicos relacionados ao fenômeno em estudo, proporcionando uma compreensão mais rica e detalhada.

Além desses aspectos, a pesquisa também buscou atender a critérios de qualidade fundamentais na investigação qualitativa. No que se refere à confiabilidade procurou-se assegurar a autenticidade da interpretação dos dados e a fidelidade aos significados emergentes, valendo-se da escuta ativa e da triangulação de dados conforme orientam Merriam (2009). A consistência foi garantida pelo alinhamento entre os objetivos, o referencial teórico e os procedimentos de coleta e análise das informações e dados coletados, mantendo coerência entre a entrevista episódica e a análise semiótica conforme Flick (2008). Por fim, a reflexividade foi incorporada por meio da constante autoavaliação da pesquisadora, reconhecendo seus vínculos

com o tema e possíveis vieses interpretativos conforme enfatiza Creswell (2007) ao destacar o papel do pesquisador como instrumento central da pesquisa qualitativa.

O anonimato dos participantes foi garantido considerando a temática investigada. Garantindo o respeito aos informantes e a capacidade de lidar com questões sensíveis que possam surgir durante as entrevistas (Saunders; Lewis; Thornhill, 2016). Para ampliar o escopo da pesquisa e garantir profundidade e consistência nos procedimentos, foi utilizada a triangulação (Flick, 2009). A triangulação envolveu a aplicação de múltiplas técnicas e fontes de dados, permitindo compensar qualquer possível viés ou limitação de um único método, teoria.

Na presente pesquisa, a triangulação foi aplicada por meio do uso de diferentes técnicas de coleta de dados, incluindo entrevistas episódicas e análise de fotografias, para garantir uma interpretação mais robusta e diversificada do fenômeno investigado. No momento da análise, os dados das fotografias foram integrados às narrativas das entrevistas. A cada imagem coletada por meio do Formulário para Coleta de Imagens (Apêndice C), procedeu-se ao cruzamento com trechos relevantes das entrevistas episódicas, buscando identificar conexões entre o conteúdo visual e os significados atribuídos verbalmente pelos participantes. Assim, cada fotografia passou a ser compreendida não apenas como registro visual isolado, mas como elemento complementar das narrativas, ampliando a compreensão dos sentidos culturais, simbólicos e afetivos atribuídos ao consumo de animais silvestres. Essa abordagem multifacetada não apenas fortaleceu a validade interna dos resultados, mas também permitiu uma análise mais abrangente e holística das complexidades inerentes ao fenômeno estudado.

Os dados coletados nesta pesquisa (gravações das entrevistas, fotos, filmagens, questionários, etc), estão armazenados em pastas de arquivo de computador pessoal da pesquisadora protegidos por senha e com acesso único da doutoranda Herlane, no endereço (Rua Antônio Vieira da Silva, 400- Jardim São Paulo-João Pessoa-58.053-175), pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa, conforme indicado pela CONEP.

Esta pesquisa foi submetida à apreciação ética por meio da Plataforma Brasil, recebendo o número de protocolo CAAE: 88716725.9.0000.5208, que foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição vinculada a este doutorado. O projeto foi aprovado conforme os critérios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do CEP/CONEP, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, e sua participação ocorreu mediante consentimento livre e esclarecido.

A pesquisadora informou aos informantes no momento das entrevistas que eles teriam total liberdade para recusar a participação no estudo, sem qualquer penalização por parte dos pesquisadores, que é obrigatório que os participantes assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constante no Apêndice D e Apêndice E (para coleta de dados virtuais). Todas as informações coletadas serão mantidas em anonimato, sem identificação dos informantes e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, sem identificar os voluntários.

Também foi informado aos entrevistados os riscos e benefícios do estudo. Como riscos: A participação nesta pesquisa envolve alguns riscos mínimos, como desconforto emocional ao responder perguntas pessoais sobre seus hábitos de consumo e crenças. Para minimizar esses riscos, garantimos que todas as informações fornecidas seriam tratadas com estrita confidencialidade e anonimato, os respondentes foram identificados por códigos (E1, E2, E3, etc.). Em qualquer momento, o entrevistado poderia optar por não responder a qualquer pergunta que cause desconforto ou interromper sua participação na pesquisa sem nenhuma penalização. Como benefícios diretos/indiretos para os voluntários: Embora não haja benefícios diretos para os participantes desta pesquisa, a contribuição reside na compreensão das práticas de consumo de animais silvestres e suas implicações ao meio ambiente e a sociedade. Espera-se que os resultados deste estudo possam beneficiar a sociedade como um todo, auxiliando na criação de políticas públicas e estratégias educativas para a preservação da biodiversidade e promoção de práticas de consumo sustentáveis.

Por fim, além das etapas de coleta e análise, o processo de elaboração e sistematização textual também contou com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial como *ChatGPT* (*OpenAI*), *SCISPACE* e *Grammarly*. Esses recursos foram empregados para auxiliar na correção gramatical e semântica do texto, bem como em ajustes de reescrita quando necessário, garantindo maior clareza, coesão e precisão na redação. Ressalta-se que tais ferramentas não substituíram a atuação crítica e reflexiva da pesquisadora, mas funcionaram como apoio técnico complementar, sempre submetido à validação, interpretação e ajustes manuais. De acordo com Almeida (2024), o uso de IA na pesquisa científica pode ampliar a produtividade e apoiar a sistematização de ideias, desde que seja guiado por princípios de transparência e responsabilidade humana. Em consonância com essas diretrizes, as ferramentas de IA foram empregadas de maneira ética, consciente e controlada, servindo como apoio técnico e não como substitutas da análise interpretativa, do rigor teórico e da reflexividade que orientaram todo o percurso metodológico.

O próximo capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados, explorando as narrativas, imagens e significados culturais associados ao consumo de produtos derivados de animais silvestres.

## **IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo apresenta a análise dos dados e informações coletadas, ressaltando os principais resultados e discutindo os achados a luz da teoria apresentada no referencial teórico. As informações coletadas nas entrevistas foram analisadas com o uso da Análise Temática, seguindo as etapas propostas por Braun e Clarke (2006), e interpretados à luz da *Consumer Culture Theory* (CCT), com o objetivo de compreender o que leva indivíduos ao consumo de derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro. Já as fotografias foram examinadas por meio da Análise Semiótica da Imagem, conforme proposta por Penn (2008), a fim de identificar símbolos e significados culturais que reforçam ou complementam as narrativas apresentadas pelos participantes. Essa abordagem permitiu captar as dimensões visuais e simbólicas, revelando como elementos expressam crenças, práticas e representações sociais relacionadas ao consumo de animais silvestres, ampliando, assim, a compreensão das motivações e valores subjacentes a essas práticas culturais.

A discussão dos resultados busca não apenas descrever os padrões encontrados, mas também oferecer uma interpretação crítica sobre como as práticas de consumo estão enraizadas em contextos históricos, sociais e culturais específicos, permitindo identificar oportunidades para estratégias transformadoras voltadas ao bem-estar humano, alimentar e ambiental.

### **4.1 Análise Temática**

A partir da Análise Temática (Braun; Clarke, 2006), foram identificadas seis categorias, que representam os sentidos e significados atribuídos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres pelos participantes: Tempo de Consumo, Superstição, Motivações, Consumo Simbólico, Consumo Funcional/utilitário e Impactos e Representações. Cada uma dessas categorias foi composta por diferentes códigos que representam pontos específicas observadas nas falas dos entrevistados, revelando tanto aspectos culturais quanto simbólicos, práticos e econômicos. A organização em categorias permitiu evidenciar não apenas os motivos e significados atribuídos ao consumo, mas também as práticas associadas, os impactos percebidos e as alternativas apontadas pelos participantes.

O Mapa Temático oferece uma sistematização e uma visão integrada dos resultados, possibilitando discutir como o consumo de animais silvestre é justificado, praticado e interpretado dentro do contexto cultural brasileiro.

**Figura 11** – Mapa Temático da pesquisa



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Com o objetivo de reforçar a interpretação qualitativa realizada a partir da análise temática, elaborou-se uma nuvem de palavras no *software* ATLAS.ti, a qual sintetiza graficamente os termos mais recorrentes nas narrativas dos participantes. Essa representação permite identificar, de forma visual, os elementos que ganharam maior relevância no discurso, evidenciando a centralidade de palavras como “animais”, “consumo”, silvestres e “produtos”. Assim, a nuvem de palavras funciona como um recurso complementar, que ilustra a frequência dos termos e confirma a consistência das categorias previamente construídas, neste caso relacionadas às motivações do consumo.

**Figura 12 – Nuvem de Palavras**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

A nuvem de palavras evidencia, de forma visual e sintética, os elementos centrais que emergiram das narrativas sobre o consumo de animais silvestres. Termos como *consumo*, *animais*, *silvestres*, *produtos*, *carnes* e *crenças* aparecem com maior destaque. Também surgem palavras associadas às motivações e significados atribuídos pelos participantes, como *sabor*, *tradição*, *proteção*, *cura* e *família*. Aparecem também referências como *impacto*, *conservação*, *extinção* e *leis* mostram que há um campo de tensões entre tradição e responsabilidade ambiental, refletindo percepções diversas sobre riscos, benefícios e moralidade da prática. Diante disso, a imagem sintetiza a complexidade do tema ao articular dimensões materiais, simbólicas e socioambientais, reafirmando que o consumo de fauna silvestre é um fenômeno multifacetado e culturalmente enraizado.

Embora muitas palavras apareçam com tamanho semelhante, indicando distribuição relativamente equilibrada de frequência, a imagem ainda oferece um panorama inicial das representações, práticas e significados mencionados pelos participantes.

#### **4.1.1 Caracterização dos Participantes da pesquisa**

Para contextualizar os participantes da pesquisa e oferecer uma visão geral sobre os perfis sociais envolvidos, apresenta-se a seguir no Quadro 8 as informações demográficas dos entrevistados. Embora a pesquisa adote uma abordagem qualitativa de natureza interpretativista, a caracterização sociodemográfica contribui para a compreensão da diversidade dos relatos e das experiências compartilhadas. O quadro inclui os seguintes dados: idade, gênero e local de ocorrência do episódio narrado. Tais informações auxiliam na análise dos sentidos atribuídos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres, considerando-se os contextos culturais e regionais que permeiam as narrativas.

**Quadro 8 – Caracterização dos Participantes da Pesquisa**

Entrevistado	Idade	Gênero	Escolaridade	Forma da realização da Entrevista	Local de ocorrência do episódio (Estado)
E1	52	F	Ensino Fundamental	Presencial	Maranhão
E2	60	F	Ensino Médio	Presencial	Maranhão
E3	40	M	Ensino Fundamental	Presencial	Maranhão
E4	64	M	Ensino Fundamental	Presencial	Maranhão
E5	30	F	Pós Graduação	Presencial	Maranhão

E6	52	M	Graduação	Presencial	Maranhão
E7	28	M	Ensino Médio	Presencial	Maranhão
E8	69	M	Ensino Fundamental	Presencial	Piauí
E9	28	F	Pós Graduação	Meet	Paraíba
E10	40	M	Ensino Médio	Presencial	Bahia
E11	22	M	Graduação	Meet	Pernambuco
E12	27	M	Pós Graduação	WhatsApp	Paraíba
E13	71	F	Pós Graduação	Presencial	Amazonas
E14	38	F	Pós Graduação	Presencial	Pará
E15	31	M	Pós Graduação	Presencial	Paraíba
E16	45	F	Pós Graduação	WhatsApp	São Paulo
E17	23	F	Ensino superior incompleto	WhatsApp	Santa Catarina
E18	43	F	Graduação	Meet	Rio de Janeiro/Mato Grosso
E19	43	F	Graduação	WhatsApp	São Paulo
E20	41	F	Pós Graduação	WhatsApp	Espírito Santo
E21	18	M	Ensino Médio Incompleto	Presencial	Paraíba

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Os nomes foram preservados e colocado códigos por ordem de entrevista para garantir o anonimato. A diversidade dos participantes entrevistados permitiu captar uma variedade de experiências, percepções e significados atribuídos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres. Observa-se um equilíbrio entre os gêneros, com presença balanceada tanto de mulheres quanto de homens, e uma ampla faixa etária, que varia entre 18 e 71 anos, o que demonstra narrativas intergeracionais. Em relação à escolaridade, há predominância de participantes com ensino fundamental e pós-graduação, evidenciando a transversalidade do fenômeno investigado em diferentes níveis de instrução.

Os episódios relatados ocorreram em diferentes estados do Brasil, com destaque para o Maranhão, que concentrou a maior parte dos relatos. Esse predomínio se explica pelo fato de a pesquisadora ser natural desse Estado, o que facilitou o acesso aos entrevistados por meio de vínculos pessoais e familiares. A participação de uma prima da pesquisadora que é assistente social, que acompanhou a pesquisadora em visitas a diversos povoados maranhenses, também foi fundamental para o ingresso em comunidades que, de outra forma, poderiam se mostrar resistentes à participação na pesquisa. Essa heterogeneidade nos perfis dos entrevistados

enriqueceu a análise temática ao trazer múltiplas camadas de interpretação sobre crenças, tradições e motivações associadas ao consumo.

#### **4.1.2 Categorias/temas identificados**

A partir da Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006), emergiram seis categorias principais que sintetizam os significados e motivações atribuídos pelos participantes ao consumo de produtos derivados de animais silvestres, que podem ser verificados na Figura 11 do Mapa Temático da pesquisa, apresentada anteriormente. Essas categorias refletem diferentes dimensões do fenômeno desde o tempo e as motivações que envolvem o ato de consumir, até as crenças supersticiosas, práticas cotidianas e percepções sobre os impactos e representações desse consumo nas comunidades. A seguir, apresentam-se as categorias identificadas e suas respectivas interpretações, ilustradas por trechos significativos das narrativas dos participantes.

##### **4.1.2.1 Tempo de Consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestre**

O tempo de consumo refere-se à frequência com que os consumidores consomem animais silvestres ao longo do tempo, e a regularidade com que os consumidores optam por consumir animais silvestres. Essa categoria permite compreender a regularidade e a intensidade do consumo, evidenciando como o hábito está integrado ao cotidiano, variando conforme disponibilidade, crenças, necessidades e contextos culturais.

O consumo eventual aparece em falas como a de E2: “*Demora. às vezes dois, três meses que aparece e a gente consome o animal silvestre*”, e de E5: “*Então eu não como com constância, mas sempre tem situações que a gente consome o animal silvestre*.” Esses relatos indicam uma baixa regularidade, associada à oferta sazonal dos animais e ao caráter oportunístico da caça, o que se aproxima das observações de Cajaíba, Silva e Piovesan (2015) sobre comunidades rurais do Pará, nas quais a caça e o consumo dependem da disponibilidade de espécies em determinados períodos do ano.

Em contraste, há menções de consumo de animais silvestres frequente ou contínuo, como relatado por E1: “*Uma vez por mês, às vezes duas vezes. Porque o menino trabalha, ele não vai diariamente.*” e por E3: “*Rapaz, se eu tiver animal silvestre, eu como todo dia.*” Tais declarações demonstram uma prática mais rotineira, especialmente em contextos nos quais a

carne silvestre representa uma importante fonte proteica e econômica. Esse padrão foi igualmente identificado por Nunes et al. (2019), que demonstraram o papel da carne de caça na segurança alimentar de comunidades amazônicas.

A fala de E4 amplia o conceito de tempo de consumo ao incluir usos simbólicos e permanentes, como o uso contínuo de um amuleto: “*Eu uso o couro de guaxinim que guardo direto na carteira e a frequência é todo dia, não sai da carteira.*” Essa dimensão cotidiana e espiritual reforça a ideia de que o consumo não se limita ao alimento, mas se estende à presença constante dos animais silvestres na vida simbólica e material das pessoas. Essa relação também dialoga com as reflexões de Nogueira Filho e Nogueira (2000), que destacam a valorização de subprodutos como couros e peles em contextos de uso doméstico e comercial, expressando múltiplas formas de interação com a fauna

Portanto, a análise temática do tempo de consumo evidencia diferentes padrões de frequência do consumo esporádico ao cotidiano, revelando motivações práticas, econômicas e simbólicas. O tema mostra como o consumo de animais silvestres é dinâmico e contextual, variando conforme a disponibilidade ambiental, os saberes locais e as significações culturais atribuídas aos animais.

#### **4.1.2.2 Superstição no consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestre**

As crenças supersticiosas compreendem um conjunto de associações culturais adquiridas por meio de processos de socialização e compartilhadas na sociedade (Devine, 1989). Quando essas superstições se misturam com o consumo de animais silvestres, observa-se que tradições culturais podem influenciar diretamente escolhas de consumo, muitas vezes promovendo a exploração dos recursos naturais. Com base nos relatos obtidos, é possível identificar diferentes formas de consumo relacionadas à superstição.

Foram identificados o consumo por superstição associado à cura ou saúde aparecendo em diversos relatos. Os entrevistados ligavam partes do animal para cura de doenças como artrose, alivios de dores menstruais, dores de barriga, reumáticas, de asmas, acreditando que ao fazer chá como o do casco de jacaré, ou até mesmo segurar o animal silvestre como o rabo, couro e pedaços do guaxinim poderiam trazer sorte de ser curado e não morrer se picado por uma cobra venenosa no mato. Também teve relatos que ao colocar partes desses animais nos locais afetados pela doença encontrariam a cura como a utilização da banha da cobra cascavel e a criação de jabuti. Por exemplo, o entrevistado E4 descreve o uso do couro de jacaré para

preparo de chá é destinado a mulheres com inchaço na barriga, dores menstruais, cólicas, evidenciando uma prática tradicional na sua região, com finalidade terapêutica, esse entrevistado nos contou que pega parte do couro de jacaré ja seco, torra ele, coloca na panela e faz um chá. De forma semelhante, E6 relata o uso da cascavel para tratamento de dores reumáticas e diabetes, que quando caçava na mata e matava a cobra cascavel, ele retirava o couro e guardava a banha para usar como tratamento de dores reumáticas e nas articulações seguindo a dica de seu pai, indicando que a função medicinal se sobrepõe ao aspecto alimentar, caracterizando o consumo por crenças em cura, conforme narrativa episódicas informada pelos entrevistados 4 e 6.

Quando a mulher está com a barriga inchada, a gente torra o couro do jacaré e faz um chá, abafava e passava para dentro para beber. (E4)

Eu uso partes da cascavel para curar a questão de diabetes. Eu pego a banha da cascavel, que serve pra passar em lesões. A carne dela serve pra cura, pra tratamento de diabetes. E dores reumáticas eu uso em mim porque eu tenho artrose (E 6)

Essa evidência empírica confirma a dimensão medicinal/ritualizada do consumo que o Skinner (1948), Catania; Cutts, (1963), Ono, (1987), Pisacreta (1998), Aeschleman, (2003) e Bloom et al. (2007) mostram como comportamentos supersticiosos podem surgir e se manter por reforços, nesta Tese, o reforço é percebido como melhora de saúde, transmissão de pai para filho como prática e relatos de episódios de cura. Diante disso, os depoimentos reforçam a noção teórica de que o reforço (real ou percebido) consolida comportamentos supersticiosos aplicados ao consumo de fauna, explicando por que práticas aparentemente não-científicas persistem apesar de conflitos com normas de conservação.

Já a Entrevistada 5 relata que o animal silvestre trouxe saúde e ajuda nas crises contra doenças asmáticas conforme episódio:

Consumo jabuti para curar minha asma por causa da minha mãe, aqui na casa da minha mãe, a gente tem dois jabutis, e esses jabutis, eles têm a nossa idade, 30 anos. Na minha idade, 30 anos, por conta que tanto eu como a minha irmã, nós somos asmáticas. Eu tenho asma, a minha irmã também faleceu já por conta da asma, mas eu nasci e me criei com a tradição de ter jabuti no quintal para a gente não dar as crises de asma. Eu demoro muito a ter essas crises, se não tomar as medicações, quando eu estou com esse jabuti eu não tenho crise. Um episódio foi quando eu estava aqui na casa da minha mãe, eu não dava crise de asma. Quando eu casei, que eu fui morar em

outra casa, e nessa casa não tinha jabuti, eu comecei a dar crise de asma constantemente mesmo com medicação. E aí eu vim e pedi um para a mãe. Mãe, eu preciso de um jabuti para poder levar para a minha casa. E aí assim que o casal daqui teve um jabuti, aí eu levei um para a minha casa. Então, quando eu saí daqui, eu comecei a sentir minha asma com mais frequência do que quando eu estava aqui com jabuti, eu não sentia (E5)

No relato de E5, a convivência com os jabutis é apresentada como um elemento central na história de enfrentamento da asma dentro da família, constituindo uma prática transmitida de geração em geração que integra cuidado, tradição e crença. A experiência narrada revela que a presença do animal vivo funciona como mediadora simbólica entre saúde, equilíbrio e proteção, reforçando a percepção de que a cura ou prevenção das crises depende da proximidade com o jabuti. A mudança de casa e o consequente retorno das crises reforçam, para a entrevistada, a eficácia simbólica do animal como parte do ambiente protetivo. Tal interpretação dialoga com autores como Alves et al. (2012), que demonstram que o uso de animais vivos ou suas partes opera como recurso terapêutico culturalmente legitimado, e se aproxima da CCT de (Arnould; Thompson, 2005, 2007) ao compreender o consumo, material ou simbólico, como prática que organiza sentidos, identidades e estratégias de enfrentamento do cotidiano.

A lógica presente nos relatos corrobora com o que Skinner (1948) descreve como reforço acidental, mecanismo responsável pela manutenção de comportamentos supersticiosos. Nas narrativas de E4, E5 e E6, por exemplo, a percepção de melhora de sintomas físicos após o uso de banha de cascavel, couro de jacaré ou convivência com jabutis funciona como reforço positivo, consolidando a crença de que a prática é eficaz. Assim como o pombo de Skinner (1948) repete comportamentos que, por coincidência temporal, parecem “produzir” alimento, os entrevistados repetem práticas porque associam alívio, cura ou proteção aos procedimentos adotados. Entretanto, diferentemente do ambiente controlado do experimento de Skinner (1948), o reforço observado nesta Tese não é apenas momentâneo, envolve herança simbólica, afeto, cuidado familiar e narrativas coletivas.

Outro tipo observado é o consumo por superstição ritualística ou sobrenatural. O relato E7 descreve a utilização de sangue animal em rituais de sacralização para obtenção de força e energia, evidenciando a inserção do consumo de animais em práticas ritualísticas que buscam proteção ou reforço de poderes sobrenaturais. Nesse caso, o consumo está claramente atrelado a crenças sobrenaturais e rituais na busca por algo que o entrevistado acredita não conseguir sem o ritual, e para conseguir esta força precisa de sangue do animal silvestre como pombo,

que embora classificado como uma praga urbana e protegido pelo IBAMA no Brasil.

Esse animal (Pombo) é sacralizado, porque como as entidades dizem, aonde há sangue há vida. Então para me dar força, para me dar vida e me revigorar daquele trabalho, para que ele possa se concretizar na vida do meu cliente, eu tenho que usar o sangue, porque o sangue é a vida. (E7)

O E7 também descreve um episódio onde faz a o ritual com o pombo como pode ser observado abaixo:

Primeiro eu coloco uma vela, se a vela chorar muito, não é feito o trabalho. Porque não existe caminho para aquilo. Então, a gente não faz a sacralização, certo? Antes do pombo passar pelo tratamento da matança, da sacralização, ele é passado por um banho de ervas, né? Esse banho de ervas e essa defumação vai cortar todas as energias do animal. A sacralização ainda é melhor do que da pessoa que trabalha no açougue, no matadouro. Porque lá ela vai apenas alimentar e fazer renda para o bolso do comerciante, né? E nós não. Nós vamos estar ajudando uma vida dando força e alimentando pessoas que têm fome

O ritual descrito, que inclui vela, banho de ervas e defumação, revela uma lógica cultural estruturada no simbolismo da vida, reforçando a crença de que o poder espiritual se materializa por meio do animal. Essa compreensão está em consonância com Adeola (1992), Lenko e Papavero (1979) e Farias (2020), que identificam consumo na fauna em rituais religiosos, práticas de cura e sistemas cosmológicos nos quais o animal ultrapassa a dimensão material, integrando processos de sacralização e pertencimento cultural. A permanência desses rituais também pode ser explicada pelos estudos de Aeschleman (2003) e Bloom et al. (2007), que destacam o papel dos reforços subjetivos na sustentação de comportamentos ritualísticos, sobretudo quando estes produzem efeitos emocionais percebidos como força, proteção e equilíbrio. Também corrobora com Adeola (1992) que evidencia na cultura nigeriana, que os animais silvestres e suas partes possuem importância simbólica e prática, estando associados a rituais religiosos, festividades e à medicina tradicional, refletindo a profunda relação entre fauna, identidade cultural e práticas de cura.

Isso demonstra o quanto o ritual é importante para o entrevistado, e esta enraizado na sua cultura, pois foi passado pela avó do entrevistado esse ritual e seu significado simbólico, que ele demonstra ao trazer força e vitalidade com a utilização do sangue e depois ainda é reutilizada a carne do pombo para alimentar quem tem fome.

Ainda segundo E7, existem benefícios nesses rituais:

Os benefícios, primeiramente, dentro do mundo espiritual, né? Onde eu vou ali alimentar o meu eixo, e nós vamos estar ajudando uma vida dando força e alimentando pessoas que têm fome, pois depois nos damos a carne do animal silvestre utilizado naquele sacrifício para alguém que tem fome.

O relato de E7 sobre o uso de sangue para “*dar força*” e a descrição do banho de ervas e defumação antes da sacralização confirmam a dimensão ritualizada tratada por Farias (2020), Adeola (1992) e Lenko e Papavero (1979). Esses relatos exemplificam a articulação entre práticas mágico-religiosas e uso da fauna, um encontro entre sacralização e consumo que Farias (2020) sinaliza como vetor de crimes contra a vida silvestre quando ritual e consumo se sobrepõem. Os estudos de Aeschleman (2003) e Bloom et al. (2007) sobre reforços ajudam a compreender por que esses rituais se mantêm: eles produzem resultados simbólicos e subjetivos (como sensação de força e eficácia espiritual) que funcionam como reforço do comportamento.

Há também o consumo por proteção, associado à prevenção de males ou fortalecimento pessoal, e até mesmo sorte ligado ao guaxinim. Alguns dos entrevistados relataram que o couro, o rabo ou partes derivadas do animal silvestre trariam algo que eles acreditam ser real, pois foi passado por gerações anteriores às suas e eles continuam aceitando e cultivando essa cultura. Como pode ser observado nos relatos abaixo:

Eu uso o couro de guaxinim como proteção dentro da carteira que é para dar sorte, espantar o mau-olhado, tirar o olho gordo. (E5)

A minha carteira antiga sempre tinha couro de guaxinim. Hoje eu ainda achei que... Porque ele tira de maus olhares. Aqui é como diz... Agora eu falei de geração pra geração, né? Meus pais sempre falavam que isso aqui protegia a gente, protegia os maus olhados. E pra criança mesmo, quem não tem... Quando nessa época que nasce a criança pega quebrante, geralmente a gente forma a pulseirinha com o couro de guaxinim, põe no braço da criança dos seus... dos seus primeiros meses de nascida até os seus cinco anos de idade. As minhas filhas usaram, espantou os maus olhados, eles vão embora na hora. Como se fosse um escudo protetor. Um amuleto, como dizem. Espanta olho gordo, olho grande, inveja. Eu tenho essa fé, porque como eu falei, né? De criança, criança é assim. (E3)

Eu uso também na carteira, que tem gente que tem inveja da pessoa, e a gente usando na carteira aí já... Pra proteção. Pra proteção. E uso no facão também, que é bem pra

#### se defender de cobra (E8)

Os relatos também dialogam com a noção de componentes conscientes e inconscientes das crenças supersticiosas discutida por Kramer e Block (2008, 2009). Para esses autores, as superstições não operam apenas no plano racional, mas influenciam emoções, percepções e comportamentos mesmo quando seus mecanismos não são completamente reconhecidos pelo indivíduo. Isso aparece claramente nos depoimentos de E3 e E8, que não apenas afirmam saber conscientemente que o couro de guaxinim oferece proteção contra mau-olhado ou cobras, como também relatam sentir coragem, tranquilidade e segurança emocional ao carregá-lo. Portanto, o objeto, que por si só não possui eficácia material, adquire força simbólica ao modular estados afetivos, alinhando-se ao argumento de que a superstição sustenta sensações de controle e bem-estar que orientam decisões práticas.

Diante disso, os relatos analisados revelam que o uso de partes de animais silvestres como sangue, couro e rabo de guaxinim, não é percebido pelos participantes apenas como um ato de consumo, mas como parte de um sistema de significados que integra fé, tradição e proteção simbólica. Quando E7 descreve o sangue que “dá força” ou os banhos ritualísticos que antecedem a sacralização, evidencia que a eficácia percebida desses rituais está menos na materialidade do animal e mais na experiência subjetiva que produz sensação de fortalecimento, equilíbrio ou segurança espiritual. Do mesmo modo, os depoimentos de E3 e E8 sobre o couro ou o rabo de guaxinim mostram como objetos aparentemente simples adquirem valor simbólicos e sobrenaturais quando inseridos em narrativas transmitidas entre gerações. O amuleto não age por si, mas porque está enraizado de crenças familiares, memórias e histórias que moldam a forma como essas pessoas interpretam o mundo e se protegem dele.

Nessa perspectiva, a proteção contra o “mau-olhado”, a garantia de sorte ou a defesa contra perigos não representam apenas superstição, mas um modo de organizar a experiência, reduzir incertezas e reafirmar pertencimento a práticas herdadas. Os entrevistados demonstram confiança nesses objetos não porque esperam deles um efeito físico direto, mas porque acreditam no poder simbólico que os conecta a seus ancestrais, à natureza e às forças invisíveis que estruturam seu cotidiano. Diante disso, os usos de partes do guaxinim configuram um campo de significação no qual natureza, espiritualidade e identidade se entrelaçam, revelando que o consumo de partes de animais não é um gesto isolado, mas parte de uma cosmologia viva que legitima, dá sentido e dá continuidade aos modos de vida dessas comunidades.

Por fim, tanto E5 quanto E3 e E8 destacam que o uso do amuleto surge como herança familiar, sendo praticado desde a infância e reatualizado ao longo da vida como parte de um

repertório cultural que integra proteção, memória e fé. A percepção de eficácia do amuleto não se centra na materialidade do objeto, mas no significado simbólico transmitido por gerações, sustentando-se na confiança e na tradição, e essa lógica confirma o que autores como Hamid e Sami (2016), William e Petrie (1914) e Alves (2012) descrevem sobre o papel dos amuletos como mediadores de segurança, ordenadores da experiência e instrumentos de construção de sentido frente às incertezas do cotidiano.

Houve também, relatos de que o couro de guaxinim trazia proteção contra outros animais no mato na hora da caça conforme descrito no episódio:

O couro de guaxinim protege contra cobra venenosa. Protege demais isso aí. Se for caçar e ver que vai se picado por uma cobra ou for picado por uma cobra venenosa e vai morrer por uma cobra, só basta você botar na sua mão e pronto. Você vai até no hospital com vida. Todo tempo que você for para o mato, você leva o couro do guaxinim. Aí segura. Se uma cobra ali picar e você não tiver ele, às vezes você está longe, é riscado você morrer lá mesmo. Aí o couro... Ele protege até no hospital. Protege até chegar no hospital. É, até chegar o contraveneno. Faz anos que tenho esse rabo de guaxinil. Ah, esse aí faz mais de 20 anos. (E4)

O couro de guaxinim eu levo mesmo é porque desde que eu me entendi por gente, eu já via falar, que usando o couro de guaxinim é pra se defender de cobra. Se defender de cobra, pra proteção. Certa vez eu fui à caçada, aí quando nós fomos caçar, aí nós é assim, a gente passando na vereda, aí quando eu ia indo assim na frente, uma cascavel, ela se levantou e disparou chucalho, e essa cobra ficou todo o tempo assim, querendo me jogar o bote, que meu coração disparou. Meu coração disparou mesmo, ela todo tempo fazendo assim como queria me jogar o bote. Meu coração disparou mesmo, e eu fiquei olhando para essa cobra, todo o tempo que eu não fiquei nem com coragem de cortar um pau para dar nela. Desse jeito assim, meio atravessada mesmo Eu estava com cor de guaxinim, mas ela vinha vindo, e eu vinha vindo, nós se encontramos, ela vinha vindo assim, só que ela vinha vindo atravessando, e eu ia indo assim. Mas aí não teve jeito não, aí eu fui indo, fui indo, fui indo, ela baixou, e ela baixou mais assim. Eu cortei uma vara que tinha assim, cortei uma vara assim, aí eu dei nela, na cabeça dela e matei. Mas eu não tenho vergonha de dizer, meu coração disparou mesmo. Qual é o que não dispara com medo? E o couro me deu coragem e me protegeu. Das caçadas que eu dei, foi a que me deu o maior susto mesmo. (E8)

Os episódios relatados por E4 e E8 mostram que o uso do couro ou rabo de guaxinim ultrapassa a função material do objeto e assume a forma como esses indivíduos interpretam risco, coragem e proteção no ambiente da mata. Nessas narrativas, o perigo representado pela cobra não é apenas um evento físico, mas uma experiência carregada de emoção, incerteza e

memória, na qual o amuleto atua como mediador simbólico entre o caçador e o mundo natural. A confiança depositada no couro ou no pedaço do rabo funciona como uma cultura de segurança, capaz de organizar a percepção do perigo e oferecer estabilidade emocional em situações de ameaça. Quando os entrevistados afirmam que o couro “protege”, “segura” ou “dá coragem”, expressam não apenas crença, mas uma lógica afetiva e prática que orienta suas ações e sustenta a sensação de controle diante do imprevisível.

Por fim, os depoimentos sobre jabutis no quintal que “*previnem crises de asma*” (E5) e o couro de guaxinim guardado na carteira como “*protetor*” (E3 e E8) ilustram a dimensão protetiva descrita por Hamid e Sami (2016), William e Petrie (1914) e Alves (2012), que abordam a função dos amuletos como objetos de proteção e sorte.

Assim como nos relatos sobre o guaxinim, outros informantes também atribuíram sentidos protetivos e preventivos a diferentes animais e suas partes, revelando que essas práticas não se limitam a um único símbolo, mas compõem um repertório mais amplo de saberes, experiências e interpretações culturais. Os episódios a seguir mostram como esses objetos atuam como mediadores de segurança, cura e equilíbrio no cotidiano, ampliando a compreensão de como a proteção é construída simbolicamente nas interações entre humanos e animais silvestre.

Quando eu caçava, eu não dava carne de animal porque acreditava que se desse e a pessoa não gostasse de mim, ele faria alguma maldade com essa carne para me prejudicar. Meu pai também dizia que a carne da caça, se você jogar ela no chão, uma mulher, que nós vimos alguns dias lá, o período dela chegar e passar por cima, diz que a pessoa não mata mais a caça. Para voltar a matar a caça, tem alguns serviços que tem que ser feito. Alguns dizem que atira em uma moça e passa correndo por dentro da moça. Outros dizem que tem que levar em algum rezadeiro. Outros dizem que tem que tomar alguns banhos. Para tirar essa maldição. Para voltar... A caçar de novo. A matar. Eu acredito que seja uma superstição. (E4)

O relato de E4 evidencia que a relação entre caça, proteção e risco é justificada por um campo simbólico, no qual a carne do animal não é apenas alimento, mas um veículo de vulnerabilidade espiritual e social. A preocupação com “maldade”, “maldição” e perda da habilidade de caçar revela um sistema de crenças no qual o sucesso na caça depende tanto de habilidades práticas quanto de rituais. As narrativas sobre banhos, rezas e prescrições simbólicas mostram que o ato de caçar é compreendido como prática que exige proteção contínua e controle sobre forças invisíveis, reforçando que a relação com os animais silvestres

é construída de significados que ultrapassam a materialidade e se inscrevem no campo da superstição, da experiência e da tradição local. A análise dialoga com Devine (1989), que destaca como crenças supersticiosas moldam práticas culturais que impactam diretamente o manejo dos recursos naturais.

Entre os participantes, algumas narrativas revelam que a relação entre humanos e o animal silvestre não se limita ao uso ritualístico ou protetivo de partes do animal, mas também se manifesta em vínculos afetivos diretos com animais vivos, que passam a ocupar papéis simbólicos dentro do espaço doméstico. Nessas situações, o animal não é apenas presença física, mas mediador de sorte, companhia e harmonia familiar, reforçando um entendimento ampliado de proteção que envolve convivência, interação e troca emocional. Nesse sentido, o episódio relatado por E1 ilustra como o papagaio se torna agente de alegria, comunicação e amparo, incorporando valores que ultrapassam o funcional e adentram o campo da experiência cotidiana e da crença, conforme episódio abaixo:

É alegria pra mim, eu gosto de cantar e criar papagaio e pássaros. Acho que o papagaio traz Sorte. Porque tem muita gente que tem a invocação, assim, porque diz que a gente criando, dizendo pro povo, que diz que ele adivinha muitas coisas, né? O papagaio conversa, chama pelo nome da gente. Aí ele diverte com a família. É, diverte também, fica... Eu acho engraçado. (E1)

**Figura 13** – Conversa com Papagaio



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025)

Por fim, é possível identificar casos de consumo sem crenças, voltados unicamente à alimentação, sem vínculo com rituais ou superstições, como relata E2 “era uma festa quando se matava uma caça, inclusive o veado, o veado é que chamava mais a atenção de todos os vizinhos que se reuniam pra gente comer o veado”. O E3: “Se você comer uma pacá, não quer comer outra carne não”. Os entrevistados E13 e E14 relatam episódios de consumo de carne de jacaré apenas pelo sabor e curiosidade, destacando que o ato não estava associado a qualquer crença ou intenção de cura, sorte ou proteção.

E as pessoas lá também, que eram tudo de fora, a gente do Rio, de São Paulo, de tudo quanto era de lugar, o Brasil inteiro, queriam conhecer também, comprar aos caçadores, não estava associado a alguma crença, era só para conhecer mesmo, curiosidade. (E13)

Não tem crença no consumo, o meu pai estava preparando uma carne que ele disse que era uma carne diferente. E eu e minha irmã pequena ficamos super curiosas em saber o que era. E ele não revelou o que era. Só revelou depois do consumo que ele queria saber se a gente achava gostosa ou não. O que a gente ia dizer. Ele preparou um cozido. E o cozido era da carne de jacaré. E na época nós achamos super deliciosa e curioso, né? Consumir carne de jacaré. Nossa, parece até que a gente tem domínio sobre a natureza. Vem essa sensação do homem predominante na natureza. Olha, o jacaré é forte e é agressivo, mas o homem conseguiu caçar. (E14)

Os relatos que apontam consumo meramente alimentar (E2, E3, E13 e E14) corroboram a observação de que o consumo de animais silvestres no Brasil não se limita à crença supersticiosa, podendo ser motivado por curiosidade, hábito ou gosto. Esse achado corrobora com achados de Wang, Oppewal e Thomas (2014), que destacam as diferenças culturais nas motivações de consumo. Esses relatos demonstram a diversidade de crenças supersticiosas ou falta de crenças no consumo de animais silvestres, confirmando que, conforme Devine (1989), as crenças supersticiosas moldam práticas culturais que podem ter impactos diretos sobre a exploração de recursos naturais, seja por motivos de saúde, proteção, ritual ou sobrenatural, mas também evidenciam a existência de consumo desvinculado de crenças, voltado puramente à alimentação, diversão e companhia, que no caso desta Tese tivemos o sabor/gosto, hábito e curiosidade.

Por fim, diante desse conjunto de narrativas, torna-se evidente que o consumo de animais silvestres não pode ser compreendido apenas como um comportamento isolado, mas

como prática cultural profundamente situada nas experiências, crenças e significados compartilhados pelos indivíduos. Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), essas práticas evidenciam como o consumo é continuamente construído a partir de estruturas simbólicas, relações sociais, tradições familiares e experiências emocionais que moldam o modo como os sujeitos percebem proteção, cura, identidade e pertencimento. E que a superstição registrada nesta Tese é um fenômeno que envolve corpo, emoção, medo, pertencimento, espiritualidade, memória familiar e modos de vida rurais.

#### **4.1.2.3 Motivações para o consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestre**

A categoria Motivações reúne os diferentes fatores que levam os entrevistados a consumirem animais silvestres ou seus derivados, revelando a vários sentidos atribuídos a essa prática. Os relatos mostram que o consumo não é explicado por uma única razão, mas por uma combinação de elementos que variam entre aspectos econômicos, como a venda da carne e a subsistência, razões subjetivas ligadas à curiosidade ou ao gosto em comparar a carne de caça com outras carnes, além de motivações simbólicas relacionadas ao uso para decoração ou adereços, enraizada em saberes tradicionais, crenças religiosas e percepções sobre natureza e saúde. Esses diferentes elementos revelam como as motivações se articulam tanto a necessidades quanto às dimensões sociais e culturais, em consonância com a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT) de Arnould e Thompson (2005).

Para alguns, o prazer e o sabor são motivações centrais para o consumo de animais silvestres ou derivados de animais silvestres, como expressam E2 e E3: “*A carne é muito gostosa, saborosa demais*”; “*É porque eu gosto mesmo, eu acho gostoso. No leite do coco não tem comida melhor.*” Essa percepção dialoga com os achados de Nunes et al. (2019) e Cajaíba, Silva e Piovesan (2015), que mostram o consumo como uma prática culturalmente valorizada, em que a carne silvestre é associada a um sabor autêntico e identitário.

Além do prazer no consumo alimentar, alguns entrevistados destacaram o caráter lúdico e esportivo da caça, como expressam E6 e E8: “*É esporte mesmo, gosto de caçar*” e “*Por que eu caçava, é por esporte e eu comia caça.*” Essas falas evidenciam que o consumo e a caça também se relacionam a formas de lazer e entretenimento, que funcionam como práticas de socialização e construção de identidade entre grupos locais. Esse comportamento conecta-se ao domínio da Cultura de Mercado da CCT, em que o consumo é visto como prática inserida em contextos culturais compartilhados, nos quais os indivíduos produzem significados e

pertencimento relacionados ao consumo desses animais silvestres (Souza et al., 2013; Arnould; Thompson, 2007).

Outros depoimentos revelam o caráter de subsistência e a relação histórica com a necessidade alimentar, como mencionado por E3: “*Antigamente era mais por necessidade... Matar uma caça assim, um animal silvestre para sustentar as famílias.*” Essa justificativa, segundo Santos (2017), analisa a caça e o uso da fauna entre povos indígenas e comunidades do semiárido nordestino como estratégias de sobrevivência, transmitidas geracionalmente e legitimadas pela cultura local. Atualmente, esse consumo de animais silvestre pra o entrevistado é mais por prazer em continuar consumindo animal silvestres, o sabor inigualável da carne de caça.

Além dessas dimensões, a necessidade aparece como motivação simbólica e moral, como afirma E7: “*A questão da necessidade.*” Em contextos rurais e interioranos, essa necessidade não se limita à sobrevivência, mas envolve também uma forma de reafirmação da autonomia e do conhecimento tradicional sobre o ambiente. Essa dimensão conecta-se ao domínio da Estrutura Sócio-Histórica de Consumo da CCT, mostrando como práticas antigas, antes associadas à carência, permanecem reconfiguradas como práticas culturais legítimas, especialmente em comunidades que mantêm vínculos com a natureza e a tradição.

Há também motivações mágico-religiosas e terapêuticas, evidentes na fala de E4: “*O couro de jacaré é pra remédio, né? Remédio e saúde.*” Segundo Alves, Rosa, Neto e Voeks (2012), práticas religiosas como as do Candomblé incorporam o uso de partes de animais (pele, ossos, gordura, penas) com significados de proteção, cura e conexão espiritual, sendo comuns oferendas e amuletos relacionados aos orixás. Já Alves, Oliveira e Rosa (2013) destacam que, na medicina popular brasileira, alimentação e cura se entrelaçam, pois muitos animais são consumidos por suas propriedades terapêuticas percebidas, demonstrando a sobreposição entre o “comer” e o “curar”.

Outros entrevistados reforçam a presença de elementos religiosos e de crença como motivações para o consumo. E7 e E14, por exemplo, afirmam: “*Uma tradição, é religiosa.*” e “*Uma motivação voltada para a religião, para a credice, para o poder que aquele animal silvestre tem e ele pode ser transferido para quem está consumindo...*” Essas falas evidenciam que o consumo assume um valor simbólico e espiritual, no qual o animal é mediador entre o mundo material e o sobrenatural. Conforme Alves et al. (2013) e Souza et al. (2013), essas práticas traduzem resistências culturais e reinterpretam o consumo como forma de proteção, fé e identidade religiosa.

A fala da entrevistada E5, já demonstrada em outras narrativas de episódios acima, revela motivações profundamente enraizadas em crenças de saúde, afetividade e tradição familiar, que ultrapassam o simples consumo alimentar e adentram o campo simbólico do cuidado e da fé popular. O uso do jabuti como aliado terapêutico contra a asma, prática aprendida com a mãe e transmitida aos filhos, exemplifica o entrelaçamento entre saberes tradicionais, crenças populares e experiências corporais de bem-estar, conforme apontam Alves, Oliveira e Rosa (2013).

A entrevistada E5 associa a presença do animal à ausência de crises respiratórias, atribuindo-lhe propriedades vitais vinculadas à “*fotossíntese*”, o que demonstra uma forma de causalidade simbólica entre natureza e saúde, típica das práticas de cura empíricas descritas por Santos (2017). Essa motivação também expressa apego emocional e continuidade geracional, evidenciada quando ela afirma que o jabuti “tem a nossa idade” e que pretende perpetuar essa tradição.

À luz da *Consumer Culture Theory* (Arnould; Thompson, 2007), tal comportamento da entrevistada E5 se insere nos Projetos de Identidade do Consumidor e nas Ideologias de Mercado, pois o animal é ressignificado como símbolo de proteção, equilíbrio e pertencimento cultural, consolidando um elo entre consumo, espiritualidade e autocuidado. Ao mesmo tempo, essa narrativa exemplifica como o consumo simbólico pode coexistir com a conservação, ao transformar o ato de criar em um gesto de afeto e cuidado com a natureza.

O consumo também é motivado por curiosidade, exotismo e desejo de experimentar o diferente, como afirmam E13 e E14: “*É conhecer a carne de animal silvestre, experimentar.*”; “*Tem pessoas que têm essa curiosidade exótica de experimentar o que é exótico.*” Essas falas refletem o que Arnould e Thompson (2005), denominam de consumo experencial, no qual o ato de consumir está ligado à busca por novidade, distinção e pertencimento cultural. Essa motivação aparece claramente nas falas de E11, E13 e E14: “*É mais uma questão de curiosidade e entretenimento*”, “*É conhecer a carne, experimentar*”, “*Tem pessoas que têm essa curiosidade exótica de experimentar o que não é acessível.*” Essas falas expressam a busca por experiências autênticas, conectadas ao domínio da Identidade do Consumidor da CCT de Arnould e Thompson (2007), em que o ato de consumir animais silvestres funciona como um rito de experimentação e distinção social, representando tanto uma curiosidade quanto uma forma de vivenciar o exótico e o proibido.

Aspectos simbólicos e identitários são outras motivações identificadas nas falas de alguns entrevistados, como E14 e E15: “*Uma motivação voltada para a religião, para a*

*crendice, para o poder que aquele animal tem... como um sacrifício religioso.” e “Eu acho que é a cultura regional.”* Tais elementos reforçam o entendimento de que o consumo de animais silvestres transcende a dimensão material, expressando crenças, tradições e vínculos culturais profundos.

O consumo também nos mostra referências culturais e regionais, conforme pontua E15: “*Eu acho que é a cultura regional.*” Essa afirmação sintetiza o entrelaçamento entre os quatro domínios da CCT, identidade, cultura de mercado, estrutura sócio-histórica e ideologias, mostrando que o consumo de animais silvestres não é apenas um ato isolado, mas uma prática culturalmente situada que combina herança, crença, experiência e pertencimento. Assim, as motivações dos entrevistados refletem as múltiplas relações entre consumo, cultura e identidade, em consonância com o modelo teórico de Arnould e Thompson (2007) e as aplicações no contexto brasileiro de Souza et al. (2013).

As motivações de consumo por entretenimento foram observadas em narrativas como da E18: “*um passeio noturno que a gente visualizava jacarés e vários outros animais silvestres [...] É mais uma questão de curiosidade e entretenimento*” Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), esse tipo de prática evidencia que o consumo não se limita ao ato material, mas envolve experiências simbólicas e emocionais que produzem prazer, curiosidade e sensação de conexão com a natureza, revelando como os indivíduos constroem significados culturais mesmo em interações lúdicas com a fauna silvestre.

A literatura sobre consumo pró-ambiental destaca que as escolhas de consumo podem ser orientadas por identidades sustentáveis, engajamento ecológico e preocupações ambientais (Dermody, 2015; Kadic-Maglajlic, 2019). Entretanto, as narrativas apresentadas nesta Tese revelam motivações distintas como cura, proteção espiritual, superstição e tradição familiar, que não se alinham diretamente às motivações pró-ambientais descritas na literatura, embora produzam efeitos ambientais significativos. Entende-se, portanto, que ao introduzir a discussão sobre consumo pró-ambiental de animais silvestres e/ou derivados de animais silvestres, torna-se possível mostrar como práticas culturalmente enraizadas podem resultar em impactos negativos para a conservação, quando não são guiadas por uma identidade ecológica explícita.

Para complementar a análise e sintetizar as interpretações apresentadas, o Quadro 9 reúne as principais motivações identificadas nas falas dos entrevistados, relacionando-as aos quatro domínios da *Consumer Culture Theory* (CCT), projetos de identidade, culturas de mercado, estrutura sócio-histórica e ideologias de mercado, conforme Arnould e Thompson (2007). Além disso, a tabela propõe, à luz da *Transformative Consumer Research* (TCR),

possíveis caminhos de intervenção e reflexão ética que visam transformar práticas culturais de consumo de fauna silvestre em ações sustentáveis e conscientes, respeitando os contextos simbólicos e socioculturais nos quais essas práticas estão inseridas.

**Quadro 9 – Síntese das Motivações, Relação com a CCT e Aplicações da TCR**

Motivações Identificadas	Descrição e Exemplos das Falas	Domínio da CCT Relacionado	Aplicação da TCR
Prazer e sabor	Apreciação do sabor e da textura da carne (“Eu acho gostoso, no leite do coco não tem comida melhor” – E3).	Projetos de Identidade do Consumidor – o consumo é uma forma de expressão de gosto, autenticidade e distinção cultural.	Promover campanhas de educação sensorial e gastronômica sustentável, substituindo o prazer pelo exótico por carnes de origem legal e ecológica.
Lúdico e Esportivo	Caça como passatempo, recreação ou costume herdado (“É esporte mesmo, gosto de caçar” – E6; “Eu caçava, é por esporte” – E8).	Culturas de Mercado – práticas coletivas e compartilhadas, com valores de status e pertencimento.	Desenvolver programas de ecoturismo e educação ambiental que transformem o lazer da caça em atividades de observação e manejo sustentável.
Subsistência e relação Histórica	Consumo como forma de sobrevivência ou complemento alimentar (“Antigamente era mais por necessidade” – E3.	Padrões Sócio-Históricos de Consumo – práticas de origem histórica que respondem a desigualdades estruturais.	Implementar políticas públicas de segurança alimentar sustentável, valorizando saberes locais, mas reduzindo a pressão sobre a fauna silvestre.
Econômica e necessidade	A necessidade surge não apenas como falta de recursos, mas como elemento simbólico, moral e cultural. Como afirma E7: “A questão da necessidade.” Em contextos rurais e interioranos, essa necessidade ultrapassa a sobrevivência e envolve a reafirmação da autonomia, do pertencimento local e do conhecimento tradicional do ambiente.	Estrutura Sócio-Histórica de Consumo – evidenciando como práticas culturalmente enraizadas moldam significados e justificativas para o consumo.	Desenvolver intervenções que valorizem saberes tradicionais ao mesmo tempo em que promovem alternativas sustentáveis, oferecendo meios para que comunidades mantenham sua autonomia simbólica sem recorrer ao consumo de animais silvestre.
Mágico-religioso terapêuticos	E4 afirma: “O couro de jacaré é pra remédio, né? Remédio e saúde.” Tais práticas são reforçadas por sistemas de crenças nos quais partes de animais (pele, ossos, gordura, penas) possuem poderes simbólicos ligados à cura, força e proteção.	Sistemas e Ideologias de Mercado – práticas de consumo moldadas por crenças religiosas e sistemas simbólicos que definem significados culturais, legitimando o uso de animais como mediadores espirituais e terapêuticos.	Propõe-se: (1) diálogo sobre riscos e ilegalidades do uso de fauna; (2) promoção de substitutos terapêuticos e simbólicos (plantas medicinais, objetos não animais, artefatos ritualísticos sustentáveis);
Religião e crença	Uso simbólico e espiritual de partes de	Ideologias de Mercado e Estratégias Interpretativas do	Promover diálogo intercultural com líderes

	animais (“O couro de jacaré é pra remédio e saúde” – E4; “Uma motivação religiosa e de credice” – E14).	Consumidor – significados espirituais e terapêuticos do consumo.	religiosos para reinterpretar práticas simbólicas, substituindo o uso de fauna por elementos simbólicos não animais.
Tradição familiar	A fala de E5 evidencia motivações profundamente vinculadas à tradição familiar, ao cuidado e aos saberes populares: o uso do jabuti como aliado terapêutico contra a asma, aprendido com a mãe e repassado aos filhos, revela o entrelaçamento entre crenças de saúde, afeto e práticas ancestrais.	Padrões Sócio-Históricos de Consumo – as práticas são moldadas por tradições aprendidas e legitimadas ao longo do tempo, integrando memória, cuidado familiar e saberes culturais.	Desenvolver ações educativas para dialogar com as famílias, valorizando a cultura, mas apresentando riscos, legislação e opções de tratamento não baseadas na fauna silvestre.
Curiosidade e exotismo	Interesse em experimentar o novo ou o proibido (“Curiosidade exótica de experimentar o que é exótico” – E14).	Projetos de Identidade do Consumidor – consumo como experiência simbólica e busca de distinção.	Incentivar narrativas alternativas de consumo consciente, explorando o exótico por meio de experiências culturais e gastronômicas éticas.
Simbolismo identitário	Aspectos simbólicos e identitários aparecem como motivações centrais em falas como as de E14 e E15: “Uma motivação voltada para a religião, para a credice, para o poder que aquele animal tem... como um sacrifício religioso.” e “Eu acho que é a cultura regional.” Esse tipo de consumo ultrapassa o valor utilitário e expressa crenças, tradições, pertencimentos e vínculos culturais, funcionando como prática ritualística marcador de identidade coletiva.	Projetos de Identidade do Consumidor – o consumo funciona como expressão simbólica de pertencimento, crença, tradição e afirmação cultural.	Desenvolver ações educativas e culturais que promovam alternativas rituais ou simbólicas que não envolvam animais silvestre, trabalhando com lideranças locais e religiosas para ressignificar práticas culturais.
Cultura regional	Herança cultural e pertencimento ao território (“Eu acho que é a cultura regional” – E15).	Padrões Sócio-Históricos e Culturas de Mercado – consumo como expressão de identidade coletiva.	Fortalecer projetos culturais e comunitários que valorizem tradições locais com foco na sustentabilidade e preservação ambiental.
Entretenimento e sociabilidade	Consumo como forma de convivência ou curiosidade social (“É mais uma questão de curiosidade e entretenimento” –	Culturas de Mercado – consumo compartilhado que reforça laços sociais.	Criar ações comunitárias de conscientização, transformando o consumo coletivo em momentos de educação ambiental participativa.

A partir das motivações identificadas, torna-se evidente que qualquer proposta de transformação deve considerar as dimensões culturais, históricas, simbólicas e afetivas que sustentam o consumo de animais silvestres, conforme já apontado pela CCT ao destacar que as práticas de consumo são indissociáveis dos significados culturais e das estruturas sociohistóricas que as moldam (Arnould; Thompson, 2005; 2007). Nesse sentido, a TCR, ao priorizar o bem-estar individual e coletivo, oferece uma estrutura teórica capaz de orientar intervenções que não apenas reduzam os impactos negativos à saúde e ao meio ambiente, mas que também valorizem e dialoguem com as identidades culturais envolvidas (Mick, 2006; Mick, 2012; Ozanne, 2015).

**Figura 14 – Mapa das Motivações**



A imagem representa, de forma integrada, o consumo de animais silvestres e/ou seus derivados como um fenômeno social complexo, no qual as motivações ocupam uma posição central e estruturante. As motivações posicionadas no interior do esquema simbolizam os fatores subjetivos, culturais, simbólicos e emocionais que orientam as decisões individuais de consumo, como prazer e sabor, religião e crença, tradição familiar, subsistência, curiosidade, simbolismo identitário e cultura regional. Esses elementos internos funcionam como forças propulsoras que se projetam para fora da imagem, influenciando diretamente as práticas observáveis de consumo, tais como o consumo funcional/utilitário, simbólico, supersticioso ou voltado ao entretenimento, bem como a frequência, o contexto temporal e os impactos ambientais, sociais e econômicos associados. Dessa forma, a imagem evidencia que as práticas externas de consumo não são aleatórias, mas resultam da internalização de valores, crenças, necessidades e significados socialmente construídos, reforçando a ideia de que compreender as motivações internas é fundamental para analisar, interpretar e intervir nos padrões de consumo representados nos níveis mais visíveis e concretos.

Entende-se, portanto, que ao articular os achados desta pesquisa com os princípios transformativos, especialmente no que tange ao bem-estar humano e alimentar e às práticas pró-ambientais, dimensões da agenda da TCR (Block, 2011; Bublitz et al., 2013), abre-se espaço para propor alternativas alimentares, ações educativas, estratégias pró-conservação e políticas culturalmente sensíveis. Essas propostas alinham-se tanto aos compromissos transformativos delineados por Mick (2012) quanto às necessidades reais das comunidades brasileiras que convivem com a animais silvestre, respeitando seus saberes locais ao mesmo tempo em que promovem caminhos de mudança social.

#### **4.1.2.4 Consumo Simbólico de animais silvestre e/ou produtos derivados de animais silvestre**

O consumo de animais silvestres e/ou derivados de animais silvestres representa o ato propriamente dito de consumir e as experiências associadas, incluindo preferências alimentares, contextos de prática como caça, lazer, tradição e significados afetivos, revelando dimensões simbólicas, afetivas e culturais que ultrapassam a mera satisfação de uma necessidade biológica. As falas dos informantes indicam que o consumo de animais silvestres é permeado por sentidos diversos, que vão do prazer sensorial ao vínculo emocional, da reafirmação de tradições à busca por distinção social, configurando-se como um fenômeno múltiplo, imerso em valores, rituais

e identidades locais. Essa perspectiva dialoga CCT proposta por Arnould e Thompson (2005), segundo o qual o consumo é uma prática social carregada de significados, articulando experiências, desejos e contextos culturais.

A análise identificada nesta Tese evidencia que as práticas de consumo de animais silvestres, embora enraizadas em tradições, afetos e experiências sensoriais, geram tensões importantes quando relacionadas às discussões sobre consumo pró-ambiental. O consumo de animais silvestre pode apresentar implicações socioambientais ambíguas, ora associado à subsistência e à segurança alimentar em comunidades tradicionais (Nunes et al., 2021; Chaves; Torres; Parry, 2022), ora vinculado à sobre-exploração de espécies e à pressão sobre populações vulneráveis, sobretudo em contextos urbanos (Rizzolo, 2021). Essas práticas de manejo sustentável e consumo local de carne de caça podem contribuir para reduzir emissões de gases de efeito estufa em regiões florestais (Selena, 2022), reforçando a importância de considerar essas dinâmicas no debate sobre conservação. Relacionando tais achados à realidade deste estudo, observa-se que o consumo simbólico de animais silvestre e/ou produtos derivados de animais silvestre como caça por esporte, consumo alimentar, relação afetiva com animal e consumo por datas comemorativas coexistem com práticas que podem impactar negativamente a fauna, revelando um campo de disputa entre sentidos culturais e necessidades ecológicas.

### **Caça por esporte**

A caça por esporte surgiu nas narrativas dos entrevistados como uma prática que ultrapassa a dimensão utilitária do consumo de animais silvestres, revelando-se como uma expressão cultural, identitária e emocional. Diferente das motivações associadas à necessidade, ao alimento ou ao uso medicinal, a caça esportiva está relacionada a experiências de lazer, desafio, pertencimento e construção de masculinidade, especialmente em contextos rurais. A partir da perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), essas práticas podem ser compreendidas como manifestações culturais nas quais os sujeitos demonstram significados sociais, reforçam identidades e constroem narrativas de si mesmos. Desse modo, a análise dos episódios evidencia que a caça, enquanto ato e experiência, funciona como um ritual que organiza relações sociais, memórias e modos de ser, sendo consumida não apenas no produto final (o animal caçado), mas no processo simbólico que envolve aventura, risco e prestígio, conforme evidenciados nos relatos dos entrevistados:

O interesse é estar matando, andando por um mato, caçando. Para meu marido, meus filhos e genro, caçar é um... É um gosto que eles gostam. (E1)

Caçar é tipo um hobby [...], que formam uma caravana de 10 pessoas pra ir caçar (E3)

Tempo que eu usava espingarda. E eu andava nos matos e o que eu achava eu matava (E4)

Eu sempre gostei de caçar, como eu já morava no interior. Caçava, pescava, mas por esporte. Hoje eu já não faço mais esses esportes. A verdade é que todas elas já são um troféu, porque não é fácil. Não é fácil caçar. Mas... Até ver a gente chegar no mato, passar a noite chovendo. Não tem como não matar nada. Passar a noite no mato é cansativo, sair praticamente para um hospital, mas satisfatório porque pegou uma caça. (E6)

Eu gostava de ir pro mato, caçar com seu pai. Eu sempre adoava também de ir com algum amigo [...], aí eu adoava quando ele ia, porque tinha caça que eu não comia. Caçar é esporte (E8)

O consumo foi a prática da caça em si, foi mais motivada pelo entretenimento e por diversão, o consumo foi muito mais uma consequência esportiva. (E11)

Esses episódios demonstram que a prática da caça por esporte observada nos relatos demonstra que, mais do que uma atividade utilitária, ela carrega significados simbólicos relacionados ao desafio, à conquista e ao prazer da experiência. Nesse caso, o ato de caçar torna-se um ritual de afirmação de masculinidade, coragem e pertencimento a um grupo, aspectos culturalmente transmitidos, que sob a perspectiva da CCT, esses relatos revelam que a caça não é percebida apenas como prática de obtenção de alimento, mas como experiência cultural carregada de significados, prazeres e rituais compartilhados. Para E1, E3, E4, E6, E8 e E11, caçar constitui um espaço de sociabilidade, desafio, aventura e reafirmação identitária, funcionando como *hobby*, esporte ou tradição familiar transmitida entre gerações. A narrativa de “*andar no mato*”, “*matar*”, “*formar caravana*”, ou enfrentar noites inteiras sob chuva para alcançar o “*troféu*” (E6) evidencia que o valor da caça está menos no animal consumido e mais na vivência, nas emoções, no pertencimento ao grupo, na sensação de competência e na memória afetiva da atividade.

Por fim, os relatos sobre a caça por esporte divergem com a literatura de consumo pró-ambiental, que enfatiza práticas sustentáveis, manejo responsável e redução da pressão humana sobre a fauna (Selena, 2022; Rizzolo, 2021). Enquanto a literatura aponta a necessidade de equilibrar consumo, conservação e impactos ecológicos, as narrativas apresentadas nesta Tese

relacionado a caça por esporte revelam um consumo motivado por desafio, lazer e pertencimento, sem referência à conservação, indicando uma divergência significativa em relação aos comportamentos pró-ambientais. Sob a ótica da TCR, que defende intervenções voltadas ao bem-estar coletivo e à proteção ambiental (Mick, 2012; Ozanne, 2015), esse tipo de prática evidencia a necessidade de estratégias transformativas que dialoguem com identidades locais e com o valor simbólico da caça, ao invés de abordagens coercitivas. Ao mesmo tempo, esses achados ampliam a literatura da CCT ao mostrar como a caça por esporte como práticas ainda enraizadas na sociedade cultural brasileira afetam diretamente a biodiversidade, apontando desafios para conciliar cultura e conservação.

### **Consumo por Preferência Alimentar**

Consumo por preferência alimentar refere-se à escolha de determinados alimentos baseada no gosto, hábito, prazer sensorial ou valorização culinária, e não em fatores simbólicos, religiosos, supersticiosos, terapêuticos ou rituais. Nesse tipo de consumo, o indivíduo seleciona e consome um alimento porque aprecia seu sabor, tem curiosidade gastronômica, ou está socialmente habituado àquele item, atribuindo-lhe valor sobretudo pela experiência que esse consumo proporciona.

O consumo por preferência alimentar foi identificado em diversas falas como pode ser observado:

Não como o animal silvestre para subsistência, ou porque estou com fome, é porque gosto da carne, porque a carne é boa. A gente gosta, a carne é boa (E1)

Eu comi um tatu, já tem acho que um ano que eu comi esse tatu, em uma zona rural, em uma festividade de batizado, é muito gostoso (E5)

Até hoje, eu ainda como quando eu vou a Paraíba ou quando minha mãe vem. Às vezes, ela deixa congelado, e eu como. Eu lembro o sabor (E9)

E algo tão natural que pra gente é igual comer uma galinha, um boi, um porco. Eu vejo o consumo desses animais silvestres como normal, as pessoas não comem galinha, que são animais também. O motivo das pessoas consumirem esses animais eu acho que é a cultura regional. Como sempre, é um tira-gosto delicioso, a gente chega lá na praia, o barzinho é bem pé na areia, pé molhado, e a gente pede, eles oferecem. Tem caranguejo, tem ensopado de tubarão, ensopado de arraia, e a gente come, normal. (E15)

Nos relatos do Entrevistado E2: *Comia a caça com a família, meus irmãos, todos gostam, os vizinhos, era uma festa quando se matava uma caça, inclusive o veado, o veado é que chamava mais a atenção de todos os vizinhos que se reuniam pra gente comer o veado. Fazia tipo uma festa, muito gostoso a carne de veado, gostoso demais.*

O consumo motivado por preferência alimentar revela um conjunto de práticas em que o valor atribuído ao animal silvestre está diretamente ligado ao prazer pelo alimento como evidenciado por E1 e E5, ao hábito (E9) e às experiências culinárias compartilhadas como fazer festa em família para consumir o animal (E5 e E15). Sob a perspectiva da CCT, esse tipo de consumo evidencia como os significados culturais são incorporados ao cotidiano por meio dos rituais alimentares, das tradições familiares e das interações sociais que moldam o gosto. Nas narrativas, o animal silvestre não aparece associado a proteção, cura ou rituais, mas como um alimento apreciado, “uma carne boa”, “natural como comer uma galinha” (E1; E15), mostrando que o gosto é socialmente aprendido e legitimado nos grupos a que pertencem e fazendo comparação a outros tipos de carnes encontradas facilmente no comércio, mas não tão saborosa quanto a carne de caça.

As falas de E2 e E5 também reforçam que o consumo adquire dimensão festiva, comunitária, criando momentos de sociabilidade em que o alimento funciona como mediador de união e celebração. Portanto, a preferência alimentar, entendida pela CCT como prática situada culturalmente, demonstra que o gosto não é apenas biológico, mas resultado de experiências compartilhadas, memórias e repertórios culturais que estruturam a relação desses consumidores com a fauna silvestre.

Por fim, os achados sobre o consumo baseado em preferência alimentar corroboram estudos que mostram que parte significativa do consumo de fauna silvestre está ligada ao sabor, à tradição culinária e à memória social (Nunes et al., 2021; Chaves; Torres; Parry, 2022). Contudo, divergem das recomendações do consumo pró-ambiental, que enfatizam a necessidade de substituir práticas de risco ambiental por alternativas sustentáveis e culturalmente adequadas (Dermody, 2015). A TCR, ao propor melhorias de bem-estar alimentar (Block, 2011; Bublitz et al., 2013), oferece um caminho para pensar substituições gradativas que respeitem a identidade alimentar desses grupos, mas reduzam a pressão sobre espécies silvestres. Diante disso, os resultados nos mostram a complexa convergência entre gosto, cultura e conservação, ampliando a discussão sobre o papel da culinária na sustentabilidade.

## **Relação afetiva com animal silvestre**

A relação afetiva com animais silvestres refere-se aos vínculos emocionais, simbólicos e interacionais que indivíduos estabelecem com esses animais, atribuindo-lhes papéis de companhia, alegria, proteção ou presença significativa no cotidiano. Essa relação afetiva com animal silvestre também foi encontrada nos relatos dos entrevistados como pode ser identificado na fala dos episódios abaixo, onde o E1 comenta sobre o animal silvestre de estimação:

É, porque o papagaio conversa, chama pelo nome da gente. Aí ele diverte com a família. É, diverte também, fica... Eu acho engraçado. (E1)

O relato de E1 evidencia que o papagaio ultrapassa a condição de animal silvestre e se insere no universo doméstico como um agente relacional, desempenhando funções de companhia, humor e interação social. Na perspectiva da CCT, essa relação revela que consumo é entendido como convivência e cuidado com o animal, produz significados afetivos que moldam a dinâmica familiar e reforçam identidades coletivas. O papagaio, ao chamar pelo nome e interagir com as pessoas, torna-se mediador de sociabilidade e afeto, contribuindo para a construção de uma atmosfera doméstica marcada pelo riso, pelo vínculo e pela presença compartilhada. Entende-se que o animal não é valorizado por sua utilidade material, mas por sua capacidade de gerar experiências emocionais, reforçando a noção de que o consumo é também uma prática de produção de significados e pertencimento cultural. Isso reforça o que as falas de Sánchez (2022) que em seu estudo exploraram a cultura de consumo na intenção das pessoas em manter psitacídeos como animais de estimação e essas crenças e valores em relação à posse e ao cuidado dessas aves são influenciados pela cultura local, moldando atitudes e comportamentos relacionados aos animais de estimação.

Em outro episodio o E1 demonstrou a relação afetiva com animal envolvendo toda a família (papagaio):

É porque ele gosta muito de me chamar, né? Quando está todo mundo, quando a gente começa a conversar, ele começa a chamar. Sentamos aqui na varanda e o papagaio começa a chamar a minha rosa, a minha flor. É ai a gente conversa com ele. E a minha rosa, a minha flor, ela fica alegre demais. Ela responde ai a família toda fica sentada aqui olhando e conversando: meus meninos, meu marido. (E1)

Nesse relato de E1 o papagaio aparece como sujeito de encontros familiares, reunindo as pessoas na varanda e provocando interações afetivas com sua fala e comportamento. Conforme a da CCT, essa narrativa revela que os consumidores constroem mundos simbólicos

em torno do animal, que passa a funcionar como elo que fortalece laços emocionais entre os membros da família. O papagaio não é apenas um ser que entretém, mas um “ator social” que participa da vida doméstica, sendo percebido como sujeito capaz de influenciar o humor, estimular conversas e organizar momentos compartilhados. O animal, portanto, se torna parte emocional que sustenta a identidade familiar, exemplificando como práticas de consumo podem configurar espaços de convivência e experiências coletivas de afeto.

Já o relato de E4 expressa uma forma a de antropomorfização, na qual o macaco-prego é percebido como “filho”, reforçando laços de cuidado, responsabilidade e proximidade emocional. De acordo com a CCT, essa narrativa demonstra como os consumidores projetam sentidos humanos nos animais, construindo relações simbólicas que preenchem necessidades emocionais, identitárias e de companhia. O fato de o entrevistado dividir o alimento, evitar deixá-lo sozinho e declarar afeto explícito revela que o animal integra sua estrutura de vida como entidade significativa, não como recurso. Nesta narrativa o animal silvestre ocupa papel de sujeito social e afetivo, e essa forma de relação reafirma que os significados culturais atribuídos aos animais são centrais para compreender práticas cotidianas e formas de construção de identidade.

Eu comecei a criar meus bichos de estimação (macaco prego). Esses aí são meus filhos para mim. Eu crio o macaco prego, não acredito que ele traga nada de crença para mim, é porque eu gosto deles. É bem tratado, não deixo passar fome, nem sede. E o que eu como e eles comem também. Não deixo ele sozinho. E eu gosto deles também. Muito, muito, muito deles, é como meu filho. (E4)

O relato de E5 evidencia uma forma de relação baseada em cuidado, rotina e responsabilidade, elementos tradicionalmente associados às relações de afeto. Para a CCT, o ato de criar e cuidar do jabuti se tornam expressões de identidade e emoções. O jabuti, ao ser alimentado e cuidado “direitinho”, torna-se parte do mundo emocional da entrevistada, servindo como mediador de estabilidade, companhia e continuidade afetiva. Essa relação demonstra que, mesmo sem características comunicativas marcantes como as de um papagaio (E1), o animal ocupa lugar simbólico de valor, reforçando que a afetividade não depende apenas da interação verbal, mas da experiência cotidiana de cuidado compartilhado.

Eu crio jabuti, porque a gente cuida direitinho, dá os alimentos corretamente, e aí a gente se apega, tem a questão da afetividade, do emocional. (E5)

Em contrapartida, o relato de E21 revela que o coelho cumpre uma função emocional

central: ser companhia e gerar sensação de renovação dentro do ambiente doméstico, que sob a ótica da CCT, esse episódio demonstra como consumidores mobilizam animais para produzir experiências subjetivas desejadas, como conforto, leveza e conexão afetiva. O termo “renovação” indica que o animal opera como símbolo de vitalidade e mudança emocional, contribuindo para o bem-estar de quem o cria. O coelho, portanto, deixa de ser apenas um ser presente no lar e se torna parte do processo de construção de experiências significativas, evidenciando a dimensão simbólica do consumo e a forma como coelho é incorporado à vida cotidiana para mediar emoções, identidade e relações familiares.

É tipo uma renovação criar este coelho, eu acho legal, é uma companhia pra mim e minha mãe dentro de casa (E21)

A presença de vínculos afetivos entre humanos e animais silvestres observada nas narrativas remete à dimensão emocional do consumo e ao papel simbólico dos bens vivos nas relações sociais. Nesse sentido, os animais criados como membros da família representam mais do que posse: tornam-se mediadores de afeto e pertencimento. Essa afetividade reforça a tese de que o consumo não se restringe à materialidade, mas envolve práticas de cuidado, memória e emoção, observado no relato do episódio abaixo:

Complementando as narrativas anteriores, o entrevistado E5, também demonstrou afetividade com criação de outro animal no passado conforme relato abaixo:

A minha mãe tinha uma preguiça. Aqui em casa a gente já morou com uma preguiça. Ela era um membro mesmo da família, a gente pintava as unhas dela. Acho que até um tempo depois você tinha a foto dela, a Melissa, o nome a preguiça. E aí ela convivia com a gente, só que como ela veio beber pra cá, com o tempo ela começou a ficar agressiva, a querer machucar a gente, a machucar o rosto. E uma vizinha falou que a mãe ia pegar três anos de cadeia. Aí ela devolveu pro mato. Ficou com medo de ficar presa. (E5)

Esse relato de E5 sobre a convivência com uma preguiça demonstra um quadro ainda mais complexo da relação afetiva entre humanos e animais silvestres. A preguiça, tratada como “membro da família”, recebendo nome próprio, cuidados estéticos e convivendo cotidianamente no ambiente doméstico, evidencia a extensão dos laços simbólicos que estruturam essas relações, que analisando sob a ótica da CCT, tal prática revela que os animais são incorporados como sujeitos de afeto, participando das dinâmicas familiares e contribuindo

para a construção de identidade, memória e pertencimento. O afastamento forçado da preguiça, motivado pelo medo de punição legal, já mostra a tensão entre valores afetivos e normas sociais, evidenciando como práticas culturais e emocionais entram em conflito com discursos institucionais de conservação. Outro ponto que chamou atenção na narrativa episódica foi a tristeza implícita na devolução ao mato, que indica que o vínculo estabelecido supera a dimensão utilitária, manifestando uma lógica emocional que inscreve o animal como parte da vida social e afetiva da família.

De forma geral, os relatos analisados revelam que a relação afetiva estabelecida com animais silvestres emerge como prática cultural profundamente enraizada, na qual esses animais são integrados às experiências cotidianas, às memórias familiares e à construção de identidades. Sob a ótica da CCT, esses vínculos demonstram que o consumo é entendido como convivência, cuidado e apropriação simbólica, que configura mundos relacionais onde os animais atuam como companheiros, mediadores de emoções, fontes de alegria e até “membros” da família (Werther, 2008). Esses laços afetivos não apenas atribuem sentido às práticas, mas também evidenciam a forma como os indivíduos negociam valores, identidades e pertencimentos culturais em meio a tensões entre tradição, afeto e regulamentação ambiental. Com isso, se percebe um aumento no hábito das pessoas de manter animais de estimação diferentes de cães e gatos domésticos por novos animais de estimação silvestres/selvagens como mamíferos, aves, répteis.

Por fim, as relações afetivas identificadas entre humanos e animais silvestres ampliam a literatura sobre consumo pró-ambiental, pois demonstram que o vínculo emocional, embora não envolva consumo alimentar, pode gerar tanto práticas de cuidado quanto riscos à conservação, como a retirada de animais da natureza para companhia (Rizzolo, 2021). Esses achados divergem da perspectiva pró-ambiental ao revelar que o afeto pode, motivar práticas prejudiciais à fauna. A partir da TCR, que defende a construção de alternativas de bem-estar culturalmente sensíveis (Mick, 2012; Ozanne, 2015), torna-se evidente a necessidade de intervenções educativas que considerem o valor simbólico desses vínculos, evitando abordagens punitivas.

### **Consumo por Tradição e datas comemorativas**

O consumo por tradição e datas comemorativas refere-se às práticas alimentares e simbólicas que são reproduzidas ao longo do tempo e que se vinculam a festas, rituais familiares e celebrações coletivas. Nessas situações, o consumo de determinados animais silvestres não se

apresenta como decisão individual isolada, mas como parte de um repertório cultural transmitido entre gerações, carregado de significados afetivos, identitários e de pertencimento. À luz da CCT, esse tipo de consumo expressa como as tradições estruturam modos de vida e orientam escolhas, reforçando valores compartilhados, memórias familiares e experiências coletivas que dão continuidade às práticas herdadas.

O consumo de proteína de animais silvestres por tradição e em datas comemorativas foi encontrado nos relatos dos episódios de:

Na verdade, aqui na nossa cidade é muito cultural, essa questão do consumo de animais silvestres. Então, como é algo cultural aqui no município, a última vez que eu consumi foi uma carne de tatu e um almoço de batizado. Aqui tem muito de quando as pessoas vão se batizar, tem essa questão de comer comida de caça. Nesse dia, eu comi um tatu, já tem acho que um ano que eu comi esse tatu, em uma zona rural, em uma festividade de batizado. (E5)

O relato de E5 revela que o consumo de animais silvestres em datas comemorativas, como batizados, não é percebido como uma escolha individual, mas como parte de um repertório tradicional que estrutura a vida social e marca momentos significativos na comunidade. Nesse contexto, o tatu servido no almoço de batizado é mais do que um alimento: ele funciona como um símbolo de pertencimento e continuidade cultural, reafirmando laços familiares e comunitários. À luz da CCT, esse episódio evidencia como as práticas de consumo se inscrevem em performances rituais que reforçam identidades coletivas, celebram memórias compartilhadas e legitimam tradições herdadas.

Por fim, o consumo de animais silvestres em rituais e datas comemorativas corrobora estudos que demonstram o papel das tradições na continuidade das práticas alimentares e culturais (Nunes et al., 2021). No entanto, esse padrão contraria recomendações pró-ambientais que destacam que tradições precisam ser repensadas diante das vulnerabilidades ecológicas e pressões sobre espécies (Selena, 2022). A TCR, com sua ênfase em intervenções com responsabilidade (Mick, 2012; Ozanne, 2015), indica que mudanças só serão possíveis quando considerarem o significado ritual desse consumo. Portanto, os resultados desta Tese ampliam a literatura ao evidenciar que tradições culinárias e religiosas são barreiras e, simultaneamente, possíveis pontos de entrada para abordagens transformativas.

## **Consumo pelo Prazer de caçar**

O consumo pelo prazer de caçar refere-se às práticas em que o ato da caça se constitui como atividade de lazer, desafio, pertencimento e construção identitária, mais do que como uma necessidade alimentar ou motivação ritual. Nessa perspectiva, caçar torna-se uma experiência culturalmente situada, marcada por emoções, vínculos sociais e significados que ultrapassam a obtenção da carne de animal silvestre. A partir da CCT, comprehende-se que a caça pode funcionar como performance simbólica na qual indivíduos reafirmam masculinidades, habilidades, tradições familiares e sentidos de aventura. O prazer pela prática da caça foi identificado nos episódios :

Eu me lembro que eu cheguei e veio o pessoal correndo atrás desse veado, correndo pra pegar, eu era criança, mas eu me lembro da carreira que deram, com muita luta conseguiram pegar, mas é um bicho muito brabo, pra pegar não é fácil. Vários vizinhos correndo atrás, até que conseguiram pegar. Outro episódio foi quando meu irmão pegava cutia e tratava a gente comia, muito bom, meu pai criava catitum, catitum é um porco também do mato, muito brabo, ele criava e dava prazer caçar para comer. (E2)

Não teve ritual nenhum não, só sei da capivara, a capivara que eu mesmo matei. Fui pescar um dia, fui arrastar a rede e ela veio na rede.

Aí eu, facão nela, matei ela mesmo, deu quase cinquenta quilos de carne, muita carne. Só venho para ver como é a comida. Na época eu tinha foto.(E3)

O jacaré é quando eu era tipo um caçador, né? Tempo que eu usava espingada. E eu andava nos matos e o que eu achava eu matava. Capivara, o que eu via eu matava. Agora não, que eu já estou de idade já, eu não frequento mais, né? Mas quando eu era novo, eu matei muitos bichos. (E4)

Os relatos de E2, E3 e E4 evidenciam que o prazer de caçar não está apenas no resultado da carne obtida, mas sobretudo na experiência vivida, marcada por emoção, desafio e sociabilidade. À luz da CCT, a caça aparece como prática carregada de significados culturais e identitários, funcionando como ritual de pertencimento a um modo de vida que valoriza coragem, habilidade e conexão com o ambiente natural. No episódio de E2, a lembrança da comunidade inteira correndo atrás do veado revela a caça como evento coletivo, festivo e formador de memória familiar, mostrando que o ato ultrapassa a função alimentar e se inscreve no campo das narrativas que reforçam laços sociais. Para E3, a captura da capivara durante uma pescaria transmite um sentido de oportunidade e domínio sobre a natureza, enquanto o relato

de E4 demonstra como a juventude, a masculinidade e a ideia de “ser caçador” moldaram sua identidade em determinado período da vida.

Percebe-se nesses episódios, que a caça funciona como prática de consumo simbólico na qual o prazer, a aventura e o orgulho de narrar o feito constituem elementos centrais, confirmando que, para esses indivíduos, consumir o animal é secundário à performance cultural e emocional que acompanha o ato de caçar.

Por fim, os relatos motivados pelo prazer de caçar reforçam a ideia, presente na CCT, de que a caça opera como performance simbólica ligada à aventura e memória coletiva. Entretanto, esse tipo de prática diverge claramente da lógica pró-ambiental, já que envolve a retirada direta de animais da natureza sem pensar no manejo sustentável (Rizzolo, 2021). A literatura pró-ambiental aponta para a necessidade de reduzir essas práticas em prol da biodiversidade (Selena, 2022). Já a TCR oferece um caminho para lidar com essa tensão, pois reconhece que mudanças só serão possíveis quando articuladas ao bem-estar e às identidades culturais, não por mera regulação coercitiva (Mick, 2012). Portanto, os achados ampliam a discussão do consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestres ao mostrar que a caça é tanto prática cultural quanto desafio ambiental, exigindo intervenções transformativas alinhadas às realidades locais.

### **Consumo Turístico/lazer**

O consumo turístico e de lazer relacionado aos animais silvestres refere-se às experiências nas quais indivíduos buscam contato, observação ou vivência recreativa envolvendo animais silvestres, sem necessariamente haver captura, uso ritualístico ou consumo alimentar. Nesse tipo de motivação, o animal silvestre integra práticas de entretenimento, aventura e descoberta, geralmente associadas a passeios, viagens ou atividades ao ar livre que despertam curiosidade e prazer. Essas experiências configuram uma forma de consumo simbólico na qual o valor está na vivência e na emoção do encontro com o animal, seja observando, fotografando ou participando de atividades que envolvem presença e interação com elementos da vida silvestre.

A seguir, apresenta-se relato que ilustram como esse tipo de consumo se manifesta nos participantes da pesquisa, especialmente por meio de práticas de passeio, contemplação e lazer.

Eu e meu marido, no ano de 2013, nós viajamos para uma região de Bonito, no Mato Grosso do Sul. E lá a gente ficou hospedado numa fazenda, acho que era a Fazenda X. E nessa fazenda tinha um passeio noturno que a gente visualizava jacarés e vários

outros animais silvestres. E ele passava assim, era um passeio noturno, a gente ia dentro como se fosse um caminhão. E tudo escuro, tudo apagado. Daqui a pouco ele acendia um farol e iluminava. Aí era um cervo passando. Aí era uma onça pintada, um jacaré. O jacaré, eu lembro que tinha um rio com só os olhinhos brilhando, vários olhinhos brilhando dos jacarés. E esse passeio marcou muita gente. Ela fica no Pantanal, mas é um pouco distante de Bonito. (E18)

A narrativa de E18 sob a perspectiva da CCT, para esse tipo de prática evidencia que o valor do consumo não está no uso material do animal, mas na vivência estética e emocional proporcionada pelo encontro com a natureza onde encontram-se os animais silvestres. O passeio noturno, o suspense do ambiente escuro, o farol que revela lentamente os animais e a sensação de proximidade com jacarés, cervos e até onça-pintada formam uma experiência de encantamento que reforça a identidade do turista como alguém que busca aventura e contato com o “selvagem”. O episódio também mostra como o consumo turístico envolvendo animais silvestres se estrutura como uma experiência simbólica, marcada por emoção, descoberta e envolvimento sensorial com a natureza.

Por fim, a análise mostra que mesmo quando não há consumo material ou predatório, os animais silvestres continuam sendo mobilizados como recurso simbólico, sustentando práticas que expressam valores emocionais, estéticos e sociais atribuídos à natureza dentro da cultura contemporânea. As práticas de turismo envolvendo observação de fauna, como relatado por E18, aproximam-se da literatura pró-ambiental ao demonstrar formas de interação não predatória com animais silvestres, que podem incentivar a conservação e promover educação ambiental (Nunes et al., 2021). Contudo, alguns modelos de turismo desordenado podem gerar impactos indiretos, como estresse sobre as espécies e pressão sobre habitats (Chaves; Torres; Parry, 2022). Esses achados parcialmente corroboram e parcialmente ampliam o que estudos pró-ambientais indicam. Já a TCR, ao enfatizar práticas que aumentem bem-estar coletivo (Mick, 2012; Ozanne, 2015), ajuda a posicionar o turismo como oportunidade transformativa, desde que manejado de forma ética e sustentável.

#### **4.1.2.5 Consumo Funcional/utilitário de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestre**

As práticas de consumo observadas nesta pesquisa revelam não apenas os modos pelos quais os animais silvestres são utilizados, mas também os sentidos culturais e simbólicos que

sustentam essas ações. Essa dimensão envolve tanto o aspecto operacional, como o tipo de animal, a forma de preparo e o uso destinado, quanto o aspecto cultural, que expressa hábitos, crenças e saberes transmitidos entre gerações. As narrativas dos participantes indicam que o consumo assume diferentes finalidades, como alimentar, medicinal ou decorativa, e que essas escolhas estão profundamente vinculadas às representações sociais de poder, saúde, tradição e prazer conforme demonstrados em seguida.

### **Tipos de animais que consomem**

Nos tipos de animais consumidos, observa-se a reprodução de costumes tradicionais associados à caça e à alimentação, além da criação de espécies como forma de vínculo afetivo e simbólico. Essa prática confirma a concepção teórica de que o consumo se relaciona às construções culturais e à transmissão de saberes, nos quais os animais assumem funções que ultrapassam o caráter material, sendo vistos como elementos de identidade, status e pertencimento. Ao relatar o consumo de espécies como paca, veado, tatu, jacaré e cutia, os entrevistados revelam não apenas preferências alimentares, mas também o valor social e simbólico atribuído ao ato de consumir e compartilhar tais alimentos em contextos familiares e comunitários.

De acordo com o entrevistado E1 os animais que mais consomem são:

Papagaio, arara e pássaros, eu compro no mercado, ai tem gente que vem vender aqui na porta. Já sabe que eu gosto e já vem aqui oferecer (E1).

O relato de E1 evidencia um tipo de consumo marcado pela aquisição prática e rotineira, no qual a compra de animais silvestres como papagaios, araras e outros pássaros se integra ao cotidiano como parte de um hábito consolidado e socialmente reconhecido em sua comunidade. A menção de que “já sabe que eu gosto e já vem aqui oferecer” revela não apenas a preferência pessoal, mas um mercado informal estruturado por relações de proximidade, onde vendedores conhecem o gosto do consumidor e reproduzem ciclos de oferta e demanda sustentados por vínculos sociais.

Sob a perspectiva da CCT, esse episódio mostra como o consumo de animais silvestres é moldado por sistemas culturais e redes sociais que naturalizam a prática, transformando-a em algo comum e socialmente legitimado. O ato de comprar esses animais não é percebido apenas como aquisição de um bem, mas como extensão de identidades, gostos e estilos de vida vinculados ao afeto, ao prazer de criar e ao status simbólico do animal como companheiro

doméstico. Portanto, o consumo se configura como consumo por preferência e conveniência, reforçado por relações comunitárias e por um mercado que opera no âmbito do cotidiano, e não como prática clandestina percebida como transgressão.

Outros episódios revelam outros tipos de animais que consomem:

Já comi quase todas as caças, mas a que mais eu gosto é tatu, a carne também de veado, veado do mato. Já comi paca, paca também é uma carne muito gostosa, cutia, cutia foi muito, meu irmão inclusive, meu irmão pegava cutia e tratava a gente comia, muito bom, meu pai criava catitu, o catitu é um porco também do mato, muito brabo, ele criava (E 2)

Ja comi de tudo... É porque eu gosto mesmo, eu acho gostoso principalmente a paca, para mim a melhor é a paca. É melhor que muitas comidas convencionais, muita carne convencional. Meu amigo não tem nada melhor não. Se você comer uma paca, não quer comer da carne não. Também comi tatu, capivara, veado, cutia, todos. Ali mesmo no meu frízer, ali eu tenho veado, eu tenho paca, eu tenho cutia, eu tenho jacaré... (E3)

Os relatos de E2 e E3 revelam um padrão de consumo por preferência alimentar, no qual o animal silvestre é valorizado sobretudo pelo sabor e pela percepção de superioridade gastronômica em relação às carnes convencionais. A repetição de expressões como “a que mais eu gosto”, “muito gostosa”, “melhor que muitas comidas convencionais” e “não tem nada melhor não” evidencia que o prazer sensorial e o gosto pessoal constituem o principal motor desse tipo de consumo, mais do que necessidades nutricionais ou crenças simbólicas.

Sob a perspectiva da CCT, essa preferência não é um ato isolado, mas parte de uma cultura alimentar compartilhada, construída dentro de redes familiares e comunitárias. As memórias evocadas sobre o pai que “criava catitu” ou o irmão que “pegava cutia e tratava” mostram como o hábito de comer caça é socializado desde a infância, naturalizando a prática e inscrevendo o gosto como elemento identitário. Trata-se de um consumo enraizado em experiências afetivas e coletivas, que reforça pertencimento a um modo de vida no qual a caça é associada à fartura, celebração e gastronomia valorizada localmente.

O E3 também mantém carnes de veado, paca, cutia e jacaré armazenadas no freezer, que o entrevistado mostra cada pacote retirado do freezer com prazer, isso evidencia como o consumo é incorporado à rotina doméstica, funcionando como extensão de um repertório alimentar que combina disponibilidade, hábito e prazer. Nessa lógica, o animal silvestre não é percebido como algo exótico, mas como “comida normal”, reafirmando o argumento central da

CCT de que os consumidores constroem seus significados e práticas a partir dos contextos socioculturais em que vivem.

Os relatos evidenciam que o consumo de animais silvestre envolve uma ampla diversidade de espécies, utilizadas não apenas para alimentação, mas também para criação, coleta de partes anatômicas e outras finalidades culturais. A diversidade de animais mencionados nas falas abaixo reforça que o contato com a animais silvestres ou derivados de animais silvestre ocorre de maneira ampla e diversificada, integrando a vida cotidiana dos participantes de diferentes formas, observados do E4 “*Eu crio o macaco prego, e eu andava nos matos e o que eu achava eu matava, Capivara, guaxinim, o jacaré, (E4), do E5: Jabuti e preguiça; E6: Eu gostava muito de pegar o jacaré vivo, preguiça, pato, teba, veado, tatu e nambu. Já o E7 consumia veado e pomba.* Outro entrevistado falou que “*já consumi tatu, teju, paca, porco espinho*”. (E10)

A narrativa do E8 mostra de forma detalhada tanto a diversidade de espécies consumidas quanto o valor simbólico atribuído às partes dos animais. Em suas palavras:

Aí quando eu cheguei lá um rapaz me disse, já assiste, eu vou te botar por lá no pé de pique que tu mata veado lá. Basta chegar lá, tu mata veado. Eu disse, não, pra mim o que eu ia matar era jacu. Aí ele disse, rapaz, tu vem pra um lugar, vai me dizer o que quer matar, jacu. Eu matei tatu, veado catingueiro. É. Eu tenho o chucalho de cascavel, eu tenho o chifre do veado catingueiro, eu tenho o chifre do veado sultinga, eu tenho as presas da paca e a pata, eu tenho o rabo do tatu, deixa eu ver o que é mais que eu tenho, deixa eu ver se eu lembro. Ah, o couro da cascavel, couro do guaxinim, isso tudo é resultado da caça (E8)

Esses relatos evidenciam que o consumo de animais silvestres não se limita à ingestão da carne, mas envolve um conjunto de práticas que incluem captura, criação, manipulação de partes corporais e conservação de artefatos provenientes de animais e/ou derivados, compondo um mosaico de usos que atravessa dimensões alimentares, simbólicas e culturais.

A diversidade de espécies mencionadas pelos entrevistados revela que o consumo de animais silvestres não se restringe a casos isolados, mas compõe um repertório amplo e culturalmente estruturado, que inclui mamíferos (veado, paca, tatu, capivara, porco-espinho, macaco-prego, preguiça), répteis (jacaré, teju, cascavel), aves (pomba, jacu, nambu, pato) e quelônios (jabuti). Entende-se, portanto, que a variedade de espécies consumidas reflete mais do que disponibilidade ambiental: expressa modos de vida, valores culturais e regimes de significados compartilhados em torno da caça, da alimentação e da convivência com os animais.

E este fato é preocupante, pois entre os animais citados pelos entrevistados, alguns encontram-se oficialmente classificados como ameaçados de extinção pela *Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção*, estabelecida pela Portaria MMA nº 148/2022.

Os relatos mostram que cada espécie ocupa um lugar próprio na cultura de consumo local, seja como alimento valorizado, como animal de companhia, como portador de atributos simbólicos (proteção, força, sorte) ou como objeto ritual. A amplitude dessa lista indica que o consumo se organiza dentro de um ecossistema cultural, no qual o que se caça, cria, consome ou guarda como amuleto está diretamente ligado à história familiar, à socialização comunitária e às experiências individuais dos entrevistados.

A diversidade de animais mencionados nos episódios abaixo, demonstram que estes são animais terrestres, aquáticos, insetos e aves, isso mostra que o consumo não é homogêneo, mas diverso, situado e enraizado em experiências locais e memórias de vida. Tal diversidade também evidencia diferentes regimes de significação cultural associados ao consumo: desde a disponibilidade ambiental, passando por tradições regionais, até preferências pessoais e identificações comunitárias. Assim, os episódios apresentados a seguir ilustram como cada entrevistado mobiliza diferentes espécies no seu repertório de práticas de consumo Funcional/utilitário.

A gente, na zona rural, tinha muitos formigueiros, então já era um evento. Depois, correr, pegar a Tanajura, porque elas voam e tudo mais. Aí, depois, colocava na água, fritava, ia se alimentar. (E9). Eu consumo tanajura, eu não vejo nenhum tipo de problema, até pelo fato de elas se reproduzirem rápido. (E12)

Uma vez em que um conhecido meu vizinho e na parte do muro de casa, estava com vários pássaros em gaiolas e caiu um pássaro silvestre por lá, uma coruja, a coruja já estava doente e permaneceu lá por algum tempo. Se acostumou um tanto com o ambiente, ao ponto de ficar mais ou menos em uma parte, como se fosse daquele porta-chapéu, que é só um cabide de madeira, e ela permanecia lá em cima para descansar, ficou ate morrer e hoje é objeto de decoração. (E11)

Eu comi paca, porco da mata, porco da mata, capivara, às vezes pegavam capivara e coisa assim. Agora, muito pouco capivara, era mais na mata mesmo, aqueles bichos mais tipo porco do mato e tipo é meu marido é que sabe mais dessas coisas, porque ele que vivia em contato com os caçadores, sabe? A eles que convivia mais com eles, ele comprava os caçadores e levava pra casa a carne. (E13)

da PB que a gente come muito o que o pessoal pesca. Lula, tubarão, arraia, tartaruga, várias espécies de peixe. O consumo é só marinho, tubarão, arraia, às vezes tartaruga, mas o mais comum mesmo é arraia e tubarão (E15)

Comi peixe chamado pacu, que é um peixe muito da região, tinha pirapitanga também e pirarucu. (E18). Eu comi fezes de um pássaro. Animais silvestres que já experimentei: paca, anta, jacaré, jabuti, tracajá, jacu. (E20). Eu consumo coelho com minha família. (E 21)

Esses relatos demonstram que o consumo de animais silvestres e/ou produtos derivados de animais silvestre abrange uma variedade de espécies e práticas, que variam conforme o território, a história familiar, as relações comunitárias e a disponibilidade ambiental. Assim, os tipos de animais consumidos revelam não apenas preferências individuais, mas também modos de viver e interpretar o mundo, em consonância com a abordagem da CCT que comprehende o consumo como expressão simbólica, histórica e relacional.

**Quadro 10 - Animais silvestres citados pelos entrevistados**

Categoria	Espécies citadas	Entrevistados
Mamíferos terrestres	Veado / veado do mato / veado catingueiro / veado sultinga	E2, E3, E6, E8, E10
	Paca	E2, E3, E10, E20
	Tatu	E2, E3, E6, E8, E10
	Capivara	E3, E4, E13
	Cutia	E2, E3
	Porco-do-mato / Catitu	E2, E13
	Porco-espinho	E10
	Anta	E20
	Macaco-prego	E4
	Preguiça	E5, E6
Aves	Coelho (criado e consumido)	E21
	Papagaio/Arara	E1
	Pássaros diversos	E1, E11
	Pomba	E7
	Jacu	E8, E20
	Nambu	E6
	Pato	E6
Répteis	Coruja	E11
	Jacaré	E3, E4, E6, E13, E14, E20

	Cascavel	E3,E6, E8
	Teju	E10
Quelônios (répteis com casco)	Jabuti	E5, E20
	Tracajá	E20
	Tartaruga marinha	E15
Peixes	Tubarão/Arraia	E15
	Pacu/ Pirapitanga/ Pirarucu	E18
Invertebrados (insetos)	Tanajura	E9, E12
Outros derivados	Fezes de pássaro (uso alimentar/ritual)	E20

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A diversidade de animais mencionados pelos entrevistados confirma o que a literatura já descreve sobre a amplitude e a complexidade do uso de animais silvestre no Brasil. Os relatos dialogam diretamente com os achados de Alves (2013, 2017), que identificam centenas de espécies utilizadas como comida e remédio, e com De Carvalho (1999), que aponta o consumo de diferentes grupos animais, incluindo mamíferos, répteis, aves e invertebrados. Da mesma forma, a variedade de peixes citados pelos participantes se alinha às análises de Hayata; Bornatowski; Freitas (2021), que mostram padrões de consumo marcados por disponibilidade ecológica e hábitos regionais. Assim, os resultados desta pesquisa reforçam que o consumo de animais silvestre no Brasil é amplo, historicamente enraizado e culturalmente estruturado, revelando continuidades entre práticas locais e os padrões já descritos pela literatura especializada.

Diante disso, o consumo de animais silvestres e/ou derivados de animais silvestre é preocupante, alguns encontram-se oficialmente classificados como ameaçados de extinção pela Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, estabelecida pela Portaria MMA nº 148/2022, que atualiza e consolida a legislação brasileira sobre conservação da fauna. No grupo dos mamíferos, espécies de veados incluem categorias como “Vulnerável” e “Em Perigo”, especialmente em razão da caça e da perda de habitat. Entre os répteis mencionados, o jacaré-açu e alguns quelônios, como tartarugas marinhas, constam na lista como ameaçados, sendo protegidos por legislação específica. Nas aves, espécies como o jacu apresentam populações pressionadas pela caça, constando em categorias de ameaça em algumas regiões. Outros, diversos animais citados como tatu, paca, capivara, preguiça, nambu e cutia, embora não estejam classificados como ameaçados em nível nacional, são considerados espécies de fauna silvestre protegidas, cuja captura, consumo, transporte e comercialização são proibidos

pela Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Portanto, os relatos mostram que parte das espécies consumidas integra grupos oficialmente ameaçados, enquanto os demais são protegidas por legislação federal, o que reforça a relevância de compreender o consumo como prática cultural que colide com normas de conservação da biodiversidade brasileira.

Além das legislações brasileiras que protege espécies ameaçadas, o debate internacional reforça ainda mais a urgência de repensar práticas de consumo envolvendo a fauna silvestre. Na COP30, realizada em Belém, as discussões enfatizaram que a perda de biodiversidade está diretamente associada ao avanço das mudanças climáticas e à degradação dos ecossistemas, destacando a necessidade de proteger florestas, espécies nativas e modos de vida tradicionais. Segundo comunicação oficial da COP30, “proteger florestas e oceanos não é um ato de caridade, mas uma responsabilidade legal e moral e também uma decisão economicamente inteligente” (GOVERNO DO BRASIL; COP30, 2025). Ao propor um pacto pela vida das florestas, oceanos e da humanidade, a conferência evidenciou que a conservação da fauna não é apenas uma questão ambiental, mas também climática e civilizatória. Nesse sentido, os relatos analisados nesta pesquisa refletem desafios concretos enfrentados pelo Brasil no cumprimento das metas globais de preservação, reforçando a importância de políticas públicas, educação ambiental e alternativas socioeconômicas que reduzam pressões sobre espécies já ameaçadas ou vulneráveis.

Por fim, essa diversidade de animais silvestre consumidos confirma, conforme a CCT, que o consumo de animais silvestres é moldado por significados socialmente compartilhados, vinculados a histórias familiares, pertencimento territorial, tradições e afetos. Cada espécie ocupa um lugar simbólico particular, compondo um repertório complexo de usos que ultrapassa a função material e dialoga com identidades culturais e modos de vida locais.

### **Tipos de consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestres**

A partir da análise temática das entrevistas, foi possível identificar diferentes tipos de consumo relacionados aos animais silvestres, que refletem práticas culturais, afetivas, simbólicas e alimentares. Esses consumos variam desde a caça por esporte até o consumo motivado por tradição ou gosto pessoal. Como nas sessões anteriores já ficou subtendido os vários tipos de consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestres, o quadro 11 sistematiza os principais tipos de consumo emergidos nas falas dos entrevistados, acompanhados de trechos representativos que ilustram a diversidade de significados atribuídos ao ato de consumir ou se relacionar com animais silvestres.

**Quadro 11 – Síntese dos tipos de consumos**

<b>Tipo de Consumo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Trechos Ilustrativos dos Entrevistados</b>
<b>Alimentar</b>	Refere-se ao consumo de carne ou partes de animais silvestres como fonte de alimento, geralmente associado ao sabor, costume ou acesso.	Agora, a carne, vou dizer uma coisa, a carne de animal selvagem é uma carne muito consistente. É uma carne dura, muito dura mesmo, não é como essas carnes de boi que a gente come, nem essas coisas, não, não é. É duro mesmo, é muito diferente. (E13)
<b>Medicinal / Terapêutico</b>	Refere-se ao uso de partes ou derivados de animais silvestres para fins de cura, alívio de dores ou fortalecimento da saúde, com base em saberes populares.	“Eu já usei gordura de jiboia pra dor nas costas, minha avó dizia que era bom pra reumatismo.” (E6)
<b>Ritualístico / Religioso / Simbólico</b>	Consumo vinculado a práticas de fé, proteção espiritual ou rituais simbólicos que associam os animais a forças sobrenaturais ou energias.	“O consumo às vezes é mais pela tradição de fé, tem quem use carne de bicho em promessa ou em ritual pra afastar maldade.” (E7)
<b>Decorativo</b>	Uso de partes de animais (penas, dentes, cascos, couros) como adereços, ornamentos ou elementos de decoração, valorizando estética e simbolismo.	“Uma vez caiu uma coruja no meu quintal, ela ficou por lá e quando morreu virou objeto de decoração.” (E11) / “Eu tenho as presas da paca, o rabo do tatu e o couro da cascavel.” (E8)
<b>Econômico / Comercial</b>	Prática de compra, venda ou troca de animais e produtos derivados, como forma de renda ou economia doméstica.	“Papagaio, arara e pássaros eu compro no mercado, tem gente que vem vender aqui na porta.” (E1) / “Meu marido comprava dos caçadores e levava pra casa a carne.” (E13)
<b>Turístico / Lazer</b>	Envolve o contato com animais silvestres em experiências turísticas, excursões ou passeios voltados à observação ou vivência da fauna.	“Nós viajamos pra Bonito e fizemos um passeio noturno pra ver jacarés e cervos no Pantanal.” (E18)

<b>Esportivo</b>	A caça é realizada por prazer, competição ou desafio, sendo o ato de caçar mais valorizado que o consumo em si.	“Caçava, pescava, mas por esporte. Era um troféu, porque não é fácil caçar.” (E6) / “O interesse é andar pelo mato, caçando, é um gosto deles.” (E1)
<b>Curioso / Experimental</b>	Consumo motivado pela curiosidade ou desejo de experimentar algo novo, sem vínculo cultural direto.	“Eu comi fezes de um pássaro, só pra ver como era.” (E20) / “Já experimentei anta, jabuti e tracajá.” (E20)
<b>Cultural / Tradicional</b>	Relacionado a costumes locais e práticas alimentares herdadas, como festas e celebrações comunitárias.	“Aqui na nossa cidade é muito cultural comer carne de tatu em batizado.” (E5) / “A gente comia veado com os vizinhos, era uma festa.” (E2)
<b>Subsistência</b>	Refere-se ao consumo como necessidade alimentar básica, geralmente em áreas rurais ou de menor acesso a recursos.	“A gente pegava tanajura, fritava e ia se alimentar.” (E9) / “Eu consumo tanajura, não vejo problema, até porque elas se reproduzem rápido.” (E12)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Os diferentes tipos de consumo identificados também refletem a diversidade de significados atribuídos aos animais silvestres/produtos derivados de animais silvestres. O consumo alimentar, medicinal, ritualístico e decorativo mostra como os indivíduos reinterpretam práticas antigas em contextos atuais, demonstrando a continuidade cultural e a ressignificação de saberes populares. O uso medicinal e ritual, por exemplo, confirma a presença de crenças relacionadas à saúde, proteção e sorte, destacadas no referencial como expressões de uma cultura que mantém laços profundos entre natureza e espiritualidade. Tais práticas revelam que, mesmo diante de transformações sociais e ambientais, a crença no poder simbólico e curativo dos animais permanece viva nas experiências dos consumidores.

À luz da TCR, esses tipos de consumo de animais e/ou derivados de animais silvestre demonstram a complexidade transformativa do consumo, pois os relatos evidenciam que os comportamentos relacionados à animais e/ou derivados de animais silvestre não são apenas escolhas individuais, mas práticas enraizadas por afeto, simbolismo, tradição, memórias familiares, sociabilidade e identidade. Além disso, ampliam a literatura transformativa ao reforçar o argumento de Kadic-Maglajlic (2019) de que o engajamento pró-ambiental depende de um conjunto de fatores socioculturais que ultrapassam a mera intenção individual. Nesse

sentido, alinhamp-se também a Ozanne et al. (2016), ao demonstrar que políticas públicas e práticas educativas só serão eficazes se dialogarem com as estruturas simbólicas que sustentam o uso cultural da fauna.

Por fim, as narrativas revelam um padrão diversificado de consumo de animais e/ou derivados de animais silvestre que diverge da literatura sobre consumo pró-ambiental, especialmente no que se refere à conservação ambiental e aos impactos ecológicos associados às práticas de caça e captura. Estudos como Selena (2022) indicam que o consumo de fauna pode, em determinados contextos, favorecer práticas de conservação quando ocorre de maneira controlada e integrada à floresta; no entanto, o que se observa nos relatos é a normalização da exploração de espécies, algumas inclusive ameaçadas, sem indicadores de manejo sustentável, o que contraria as diretrizes discutidas por Nunes et al. (2021) e Chaves, Torres e Parry (2022) sobre vulnerabilidade ecológica e perda de biodiversidade.

### **Tipo de preparo do consumo alimentar**

No tipo de preparo alimentar, as descrições dos entrevistados mostram a importância das técnicas culinárias tradicionais e da valorização do sabor local. A preparação de pratos com tatu, paca e tanajura, utilizando ingredientes típicos como o leite de coco, expressa uma prática que, além de alimentar, reforça vínculos afetivos e identitários. Já a preparação de carnes como paca, tatu, capivara ou tanajura evidencia uma culinária enraizada no território, marcada por ingredientes regionais, métodos tradicionais e simbolismos associados ao sabor, à hospitalidade e à convivialidade. Assim, o preparo não é apenas uma etapa técnica, mas parte central da experiência de consumo, carregando memórias, afetos e práticas que legitimam culturalmente o uso de animais silvestres.

A carne de tatu, cortou todinho, pedaço por pedaço, temperou, lavou bem lavado, escaldou e fez no leite de coco. Aí todos nós consumimos essa carne. (E2)

Para mim a melhor é a paca, no leite do coco babaçu não tem comida melhor. (E3)

Quando está na temporada das tanajuras, começam a sair aquelas formigas vermelhas. E no dia que chove, dá trovão, e no outro faz sol, é certo elas saírem. Aí eles já vão para esses bueiros e pegam garrafas e mais garrafas de litros. Traz para a gente tratar, que esse tratado é tirar o ferrão e as assas.(E12)

A tanajura sai na primeira grande chuva do ano... Depois, correr, pegar a Tanajura,

porque elas voam e tudo mais. Aí, depois, colocava na água, fritava, ia se alimentar (E9)

Sempre que chegavam visitas vindo de todo lugar do Brasil, eles preparavam churrasco de Paca, porco da mata, porco da mata ou capivara. É feito o churrasco na panela de pressão, se você fosse cozinar na panela, ia demorar muito, muito mesmo. Então era melhor fazer churrasco. Fazer churrasco ou cozinar na panela de pressão. (E13)

Não tem um motivo específico para o consumo, é mais para comer mesmo, alimentar, almoçar. Quando a gente está bebendo, usa como tira gosto, como eu já falei não preparamos, compramos. (E 15)

Ei fui visitar um restaurante no Mato Grosso, e depois de fazer um passeio ecoturista fomos comer, eu e meu esposo íamos comer comida normal ai eles me ofereceram Pacu, Jacaré, Gia e Pirarucu, por curiosidade comemos o Pacu e Pirarucu. (E18)

Observa-se que o preparo dos alimentos funciona como uma prática cultural que dá sentido ao consumo de animais silvestres. As narrativas mostram que técnicas como escaldar, cozinar no leite de coco, fritar tanajuras ou preparar churrascos para receber visitas não são escolhas aleatórias, mas repertórios herdados, compartilhados e continuamente reafirmados. A CCT ajuda a compreender que esses modos de preparo reforçam identidades locais e articulam experiências de pertencimento, memória e sociabilidade. Cozinhar a caça torna-se, assim, um ato que envolve tradição, afeto e performance cultural, uma forma de produzir significados sobre quem se é, a que grupo se pertence e como se vive. Dessa forma, o preparo dos alimentos não é apenas operacional, mas simbólico, revelando como práticas culinárias estruturam e legitimam o consumo de animais silvestres no cotidiano dos entrevistados.

Outro ponto importante sobre os modos de preparo são que ao cozinhar paca e tatu no leite de coco, fritar tanajuras, escaldar carnes e preparar churrascos para celebrações, demonstram que essas a práticas culinárias tradicionais divergem dos princípios do consumo pró-ambiental, especialmente porque reforçam uma culinária baseada na exploração constante de animais silvestre. Embora a literatura reconheça que identidades alimentares podem se articular a práticas sustentáveis quando há manejo adequado dos recursos (Selena, 2022), os relatos apresentados não apontam para nenhum alinhamento com conservação ambiental ou responsabilidade ecológica. Pelo contrário, reproduzem padrões consolidados de uso de animais silvestres que ignoram riscos de sob exploração e conservação, divergindo do que

Nunes et al. (2021) e Chaves, Torres e Parry (2022) discutem sobre vulnerabilidade ecológica e perda de biodiversidade.

#### **4.1.2.6 Impactos e Representações**

Impactos e Representações aborda como o consumo de animais silvestres ultrapassa o âmbito individual e se projeta sobre dimensões ambientais, econômicas, sociais e simbólicas. Aqui são analisados, à luz das narrativas dos entrevistados, os efeitos desse consumo sobre a biodiversidade, as dinâmicas locais de mercado, as percepções comunitárias e o conhecimento que a população possui sobre legislação e conservação. Também são discutidas as alternativas mencionadas pelos próprios participantes para reduzir ou substituir o consumo de fauna, revelando tensões entre tradição, desejo, necessidade e consciência ambiental.

##### **Impacto ambiental**

Durante as entrevistas, observou-se que muitos participantes demonstraram uma percepção distorcida ou limitada sobre os impactos ambientais do consumo de animais silvestres e/ou derivados desses animais silvestres. Em diversas falas, os entrevistados associaram esse consumo a algo “bom” ou “natural”, justificando que, não haveria prejuízo ao meio ambiente. Expressões como “é bom porque traz alimento” (E1) ou “pra natureza é muito bom” (E2) revelam uma compreensão simplificada da relação entre alimentação e conservação ambiental, onde a prática de consumo é percebida apenas como fonte de sustento, desconsiderando os efeitos ecológicos, como a redução de populações silvestres e o desequilíbrio de ecossistemas. Esse tipo de resposta sugere uma lacuna de conhecimento ambiental e evidencia como as práticas culturais e alimentares podem se sobrepor à consciência ecológica, legitimando o consumo sem reflexão sobre suas consequências.

Alguns entrevistados demonstram uma percepção confusa quanto aos efeitos ambientais do consumo de animais silvestres, associando o impacto a algo “bom” ou “positivo”, sem distinguir benefícios individuais e consequências ecológicas. O entrevistado E4, por exemplo, afirma: “Pra animal não é bom, né? Porque é preso, né? Eu acho que natureza é melhor pro animal. Na natureza o macaco-prego tá solto”, expressando um entendimento superficial de que o bem-estar do animal livre seria melhor, mas sem estabelecer relação direta com a conservação ambiental. Já E5 afirma: “Depende muito. Eu vejo como impacto positivo. Tipo, tem gente que come jabuti. Já eu tenho pavor de pessoas que comem jabuti, mas a carne do

*jabuti aqui, eu já vi várias pessoas comendo jabuti. Inclusive, tem gente que diz que embaixo daquele casco é só carne*”. Essa fala revela ambiguidade entre reprevação moral e aceitação cultural, além de evidenciar falta de consciência ambiental crítica, confundindo impacto positivo com valor social e alimentar.

Outros participantes demonstram conhecimento intermediário, reconhecendo a existência de impactos, mas condicionando-os a fatores como controle da caça. O entrevistado E6 observa: “*Sendo a caçada, fora de controle, é um impacto que acontece. Pode entrar em extinção, alguns animais podem entrar em extinção. Mas, sendo controlado, não vai impactar nada, não.*” Essa fala indica a noção de que o problema ambiental decorre da falta de regulação, e não necessariamente do ato de consumo em si, expressando uma percepção instrumental da conservação.

De modo semelhante, E15 relativiza o problema ao afirmar: “*Eu acho que como não são animais que estão ameaçados em extinção, eu acho que é indiferente. E como não é também um consumo em larga escala, mas um consumo popular regional, eu acho que não oferece riscos, não.*” Aqui, nota-se uma visão limitada, em que o entrevistado não reconhece os impactos cumulativos das práticas locais nem a interdependência dos ecossistemas. Já E18 demonstra maior entendimento: “*Eu acho que, se for uma coisa muito usual, vai ter prejuízos no meio ambiente. Se o pessoal quiser consumir demais, todo mundo quiser ter uma calopsita agora dentro de casa, vai ser complicado.*” Essa fala evidencia consciência do desequilíbrio ambiental causado pelo consumo excessivo, embora ainda condicional.

Algumas falas revelam interpretações simbólicas ou religiosas sobre o impacto ambiental, nas quais o consumo é ressignificado como algo que “retorna à natureza”. O entrevistado E7 exemplifica essa visão ao dizer: “*Eu acho positivo, porque assim, nada é estragado. No caso, né? Se a gente fez uma oferenda, fez aquela sacralização, aquele sangue vai naquela oferenda, aquele animal vai ser voltado para a natureza novamente. Outros animais vão poder se alimentar daquele animal, né? Que já está morto ali.*” Essa narrativa demonstra um entendimento espiritualizado da relação com a natureza, em que o ato de consumo é legitimado por rituais e crenças de circularidade da vida, substituindo uma compreensão ecológica por uma cosmovisão simbólica e cultural.

Por outro lado, há entrevistados que expressam consciência ambiental mais crítica, reconhecendo explicitamente os efeitos negativos do consumo para a biodiversidade. O participante E8 afirma: “*Negativo sim, porque em minha opinião, matar os bichos não compensa não.*” Já E9 amplia essa reflexão, dizendo: “*Não vejo como positivo só do ponto de*

*vista da cultura daquele lugar. Mas, como qualquer outra cultura, ela pode ser repensada, né? Ela pode ser transformada se a gente ver que aquilo hoje não é legal, não apenas atrapalha. Então, pode ser do ponto de vista da extinção desses animais e da saúde das pessoas.”*

O entrevistado E13 reforça a crítica ao comportamento humano, afirmando: “*Péssimo, né? Eu acho que é péssimo, porque a natureza, ela é... É a curiosidade, infelizmente, o ser humano destrói muito as coisas da natureza, né? Por curiosidade e às vezes é por interesse financeiro.*” Nessa fala, há reconhecimento direto da destruição ambiental e das motivações humanas, refletindo um nível mais elaborado de compreensão sobre os impactos ecológicos.

Já o entrevistado E14 demonstra evolução de consciência, comparando passado e presente: “*Hoje em dia, a consciência mudou muito. Naquela época, eu era uma criança e a percepção era de curiosidade. Nossa, que legal, que bacana ter acesso a tudo isso e poder consumir algo diferente. Mas, hoje em dia, a consciência é diferente. A percepção é de que o consumo exacerbado ou sem fiscalização causa prejuízo [...] há um prejuízo para o consumidor e para a natureza também.*” Essa fala indica um amadurecimento crítico, resultado de um processo reflexivo sobre o próprio comportamento de consumo.

Alguns entrevistados revelaram desconhecimento explícito sobre o tema, sem conseguir formular opinião a respeito. É o caso dos entrevistados E20 e E21, que responderam apenas: “Desconheço.” Essa ausência de percepção reforça a necessidade de educação ambiental e de ampliação do debate público sobre as consequências ecológicas do consumo de animais silvestres.

À luz da TCR, tais percepções tornam-se ainda mais relevantes, pois reforçam a urgência de intervenções que considerem o bem-estar coletivo (Mick, 2006; Mick, 2012; Ozanne et al., 2013), especialmente em populações em que a consciência ambiental é contraditória. Diante disso, os achados apontam para a necessidade de ações educativas culturalmente sensíveis que promovam comportamentos pró-ambientais e reduzam impactos ecológicos, articulando saberes locais com a agenda consumo.

Por fim, as percepções ambientais reveladas nas narrativas mostram um distanciamento entre o consumo cotidiano de animais silvestres e a compreensão pública sobre conservação, o que diverge das discussões sobre consumo pró-ambientais presentes na literatura, que enfatizam a necessidade de consciência ecológica, identidade pró-ambiental e comportamentos orientados à sustentabilidade (Dermody, 2015; Kadic-Maglajlic, 2019). A predominância de justificativas baseadas na tradição, na naturalização da caça e na espiritualização do consumo demonstra que os significados culturais associados a esses animais moldam a prática de consumo simbólicos,

ao destacar que consumidores agem a partir de contextos simbólicos e socioculturais (Arnould; Thompson, 2005).

### **Impacto econômico**

As percepções dos entrevistados sobre os impactos econômicos do consumo de animais silvestres revelam diferentes níveis de entendimento e justificativas, variando entre a valorização comercial, a geração de renda e a crítica à prática predatória. Alguns participantes reconhecem impactos econômicos positivos, principalmente relacionados à venda da carne e à movimentação financeira local. O entrevistado E2 afirma que “*a carne, se é uma carne mais cara, pra quem vai vender é muito bom, agora pra quem vai comprar se torna cara a carne*”, destacando o lucro para o vendedor e o encarecimento para o consumidor. Essa visão é reforçada por E5, que reconhece que “aqui tem muita gente que vive disso, da venda da caça... muita gente vende a carne do tatu, do veado...”

Já E7 também percebe um benefício financeiro: “*a gente vai estar ajudando tanto a pessoa que a gente compra na mão dela, no caso, o comerciante... já tem criatórios específicos para isso*”. Da mesma forma, E18 recorda que, em localidades turísticas, “*os pescadores vendem para os restaurantes, e para a economia era bom*”, demonstrando que, em certas regiões, o consumo pode representar uma forma de sustento.

Por outro lado, outros entrevistados consideram que os impactos econômicos são negativos ou irrelevantes, enfatizando a informalidade e a falta de regulamentação dessas práticas. O entrevistado E6 destaca que “*a caça não é tão fácil pra você sair matando, sair cabrando... isso aí não vai crescer nada na economia*”.

Já E9 observa que “*não vejo a economia muito movimentada por esse tipo de animal*”, explicando que apenas alguns restaurantes comercializam produtos derivados da fauna silvestre, sem impacto significativo. De modo semelhante, E10 e E11 expressam à relevância econômica da atividade, sendo que E10 afirma “*na economia, vejo que não há necessidade*”, enquanto E11 complementa: “*eu não acho que tenha uma busca necessariamente para a manufatura ou produção envolvendo animais silvestres... é mais a existência do animal em si*”.

Em termos sociais, há uma divergência entre visões de aceitação cultural e de condenação ética. Parte dos entrevistados associa o consumo a hábitos locais, tradições e curiosidades alimentares. Para E2, o impacto social é “*muito bom, porque geralmente todos da sociedade gostam, consomem, e é uma carne muito conservada*”. Já E13 relaciona o consumo com a própria estrutura de sobrevivência das comunidades amazônicas, ao afirmar que “*os*

*índios vivem da natureza... o homem vai caçar, ganha dinheiro com aquilo, vendia carne de caça, de tartaruga, de peixe... ”.*

Por outro lado, outros entrevistados demonstram consciência dos efeitos negativos para a coletividade, associando o consumo à ilegalidade e à destruição ambiental. O entrevistado E4 foi categórico ao dizer que “*pra sociedade é ruim*”, enquanto E7 declarou que o impacto é “*muito ruim, porque já passei umas duas vezes, a polícia já veio até questionar sobre essa questão*”. A entrevistada E15 acrescenta que, embora o consumo possa ter significado econômico para determinadas populações, “*na sociedade é indiferente, porque não alimenta uma produção em larga escala, é algo mais concentrado naquela região*”.

Alguns participantes, como E17 e E20, adotam uma postura mais reflexiva ou de desconhecimento sobre o tema. E17 ressalta as consequências negativas como o “*desequilíbrio ambiental, o risco de doenças e o comércio ilegal*”, ampliando a análise para o contexto ético e de saúde pública. Já E20 e E21 admitem não possuir informações suficientes para opinar sobre os impactos econômicos e sociais, o que evidencia um desconhecimento generalizado e a ausência de debate público sobre o tema em parte da população entrevistada.

De forma geral, observa-se que os discursos evidenciam três padrões principais: uma percepção econômica utilitarista, que reconhece o consumo como meio de renda e sustento; uma visão cultural e social de aceitação, que normaliza o ato de consumir animais silvestres; e uma visão crítica ou informada, que denuncia os prejuízos ecológicos, sociais e éticos da prática. Essa diversidade de interpretações reflete as contradições existentes entre tradição, necessidade econômica e consciência ambiental no contexto do consumo de animais silvestres.

Sob a perspectiva da TCR, isso reforça a necessidade de políticas que conciliem renda, tradição e preservação, promovendo estratégias de desenvolvimento local que não reproduzam ciclos predatórios. Os achados, portanto, convergem com a (Mick, 2006; Ozanne et al., 2013) ao apontar que transformações econômicas eficazes devem envolver educação, alternativas sustentáveis e fortalecimento da identidade pró-ambiental, alinhando bem-estar comunitário (Bublitz et al., 2013).

Além disso, os discursos sobre o impacto econômico revelam um cenário diversificado, no qual o consumo de animais silvestres aparece, simultaneamente, como fonte de renda, prática cultural e atividade marginalizada pela ausência de regulamentação. Tal ambiguidade dialoga com as contribuições da CCT ao demonstrar como práticas de mercado se entrelaçam a estruturas comunitárias, valores sociais e modos de vida (Arnould; Thompson, 2005), mostrando que o consumo não é motivado apenas por utilidade econômica, mas também por

significados culturais e identitários. Entretanto, essas narrativas evidenciam a ausência de alinhamento entre valor cultural e sustentabilidade, já que as práticas econômicas descritas não incorporam princípios de conservação, elementos centrais nas abordagens de consumo sustentável (Dermody et al., 2015; Peattie; Peattie, 2009).

### **Visão da comunidade e conhecimento de legislação**

A visão da comunidade em relação ao consumo de animais silvestres revelou-se, em grande parte, naturalizada e socialmente aceita, sobretudo em regiões interioranas. Alguns entrevistados expressaram que o hábito é amplamente compartilhado entre vizinhos e familiares, sendo visto como algo comum e culturalmente enraizado. O entrevistado E2 afirmou: “*Eu gosto, todos gostam. Todos têm um hábito de consumir... mesmo sendo proibido, todos consomem. Se encontrar, compra.*” Esse relato reflete uma prática socialmente disseminada, na qual a proibição legal não atua como barreira efetiva. Da mesma forma, E3 destacou: “*É uma cidade pequena, como chamam, no interior, isso é normal.*” Esses depoimentos reforçam que, em determinadas localidades, o consumo é visto não como transgressão, mas como continuidade de tradições alimentares e culturais.

Outros entrevistados relataram que, embora reconheçam o caráter ilegal, ainda há grande aceitação social, seja por hábito ou crenças associadas. O E4 observou que “*se sofrer e alguma coisa e ser um vizinho e tiver passando mal, só da um chá de jacaré, todo mundo toma*”, evidenciando que o consumo pode estar associado a rituais de cura e crenças medicinais populares. Em outras falas, como a de E5, o interesse pela posse e reprodução de animais, como o jabuti, mostra uma dimensão afetiva e de status: “*A mamãe fala que ela tem uma fila de espera de filhote jabuti... os vizinhos estão esperando esse jabuti nascer.*” Já o E9 apontou que o consumo ainda é interpretado como “*normal*”, embora reconheça que “*a própria sociedade não tem essa visão crítica da importância daquele animal ali*”, sugerindo certa transição entre o hábito cultural e uma consciência ambiental emergente.

Alguns participantes associaram o consumo à curiosidade ou à tradição regional, como destacou E13: “*Os nativos de lá tinham o hábito mesmo de comer. Era a carne deles.*” Em contraste, E20 mencionou que, em sua comunidade, o ato é visto como “*algo absurdo e até nojento*”, mostrando que, em contextos urbanos ou com maior acesso à informação, há uma tendência a considerar o consumo como prática inadequada. Essa diversidade de percepções revela que o consumo de animais silvestres no Brasil é fortemente condicionado por fatores

culturais, geográficos e simbólicos.

Em relação ao conhecimento das leis e políticas ambientais, observou-se que a maioria dos entrevistados tem apenas noções superficiais ou incorretas sobre a legislação vigente. Vários participantes limitaram-se a afirmar que “é proibido”, sem detalhar as sanções ou reconhecer os fundamentos legais. O E2 declarou: “*Só sei que é proibido, é. Não pode mais matar, pegar na mata.*” De modo semelhante, E3 afirmou: “*Não sei, não vou observar tanto assim... Mas é bom a gente olhar, porque a gente pode ser preso.*” Essas respostas indicam que, embora exista um reconhecimento difuso da proibição, há uma lacuna significativa quanto ao entendimento do porquê dessa restrição e de seus impactos ecológicos.

Alguns entrevistados, como E5, demonstraram um conhecimento mais pontual, ainda que limitado: “*Sei de alguns, que é crime... leva de três a quatro anos de prisão alguns animais.*” Mas referente ao jabuti eu nunca vi nada específico.” Outros, como E7, associaram o tema a uma ideia genérica de proteção: “*A gente tem uma lei que revigora essa situação de nos proteger... antigamente era mal visto.*” Já E14 expressou uma percepção mais ampla, embora baseada no senso comum: “*Sei que hoje em dia é proibido... existem leis para proteger... se existe fiscalização suficiente, aí já é outra história.*” Essa fala demonstra a consciência da existência de mecanismos legais, mas também desconfiança quanto à efetividade da aplicação.

Alguns participantes reconheceram a gravidade dos crimes ambientais, ainda que de modo parcial, como E18: “*Sei que existe pena... punição quando é pego.*” Entretanto, outros, como E20 e E21, declararam total desconhecimento: “*Desconheço.*” Essa falta de informação reforça a necessidade de políticas de educação ambiental voltadas para o esclarecimento da população sobre a importância da legislação de proteção à fauna silvestre e as consequências ecológicas e penais do consumo de animais e seus derivados.

Por fim, a visão da comunidade sobre consumo de animais silvestres e/ou derivados de animais silvestre revelada pelas narrativas dos episódios mostra que o consumo de animais silvestres permanece amplamente naturalizado e socialmente legitimado em muitos contextos, mesmo quando reconhecido como ilegal. Essa normalização reforça os pensamentos de Arnould e Thompson (2005, 2007) que práticas de consumo são socialmente construídas e sustentadas por hábitos, tradições e redes simbólicas que conferem legitimidade cultural às escolhas dos indivíduos.

Essas narrativas quando comparada ao consumo pró-ambiental de Dermody (2015) revela um desalinhamento entre valores comunitários e comportamentos sustentáveis, pois a identidade pró-ambiental é essencial para a adoção de práticas responsáveis, e esses episódios

ainda não se expressa de forma significativa entre os entrevistados. Sob a ótica da TCR, a ausência de conhecimento sobre legislação ambiental demonstra uma vulnerabilidade informacional e limita o desenvolvimento de práticas de bem-estar coletivo, reforçando a necessidade de intervenções educativas transformativas que promovam compreensão crítica sobre conservação, biodiversidade e ilegalidade. Diante disso, a análise evidencia que políticas públicas e estratégias de educação ambiental devem considerar os significados culturais que sustentam o consumo, articulando-os com uma agenda formativa que fortaleça comportamentos pró-ambientais.

### **Alternativas para não consumo e conhecimento dos consumidores sobre conservação**

As falas dos entrevistados evidenciam um baixo nível de conhecimento sobre leis e políticas de conservação ambiental relacionadas ao consumo de animais silvestres. A maioria reconhece apenas que o ato é “proibido”, sem compreender o alcance da legislação ou as razões ecológicas e éticas por trás dessa proibição. O E1, por exemplo, afirmou não saber sobre as leis, demonstrando total desconhecimento sobre o tema. Da mesma forma, o E2 declarou: “*Só sei que é proibido, é. Não pode mais matar, pegar na mata.*” Essas respostas indicam que, embora exista uma percepção de ilegalidade, falta entendimento sobre a importância da conservação da natureza e o papel das políticas públicas na proteção das espécies. Em outros casos, como no relato do E3, percebe-se uma consciência parcial: “*Tem muitos animais extintos já, né? Por causa dessas matanças.*” Apesar da confusão conceitual, há um reconhecimento empírico da relação entre o consumo e o desaparecimento de espécies.

Quanto às alternativas ao consumo, as respostas variaram entre sugestões práticas e reflexões educativas. Alguns entrevistados propuseram mudanças de comportamento baseadas em educação e conscientização, como o E5, que enfatizou a importância de “*levar conhecimento nas escolas e redes de comunicação, internet, sobre as leis, o que pode, o que não pode.*” Essa visão também foi compartilhada pelo E14, que destacou o papel da educação na prevenção: “*Tudo que a gente ensina, o risco, a consequência desse consumo... acredito que a gente previne a prática ilegal da caça e da venda ilegal.*” Outros apontaram soluções socioeconômicas e culturais, como E8, que sugeriu substituir o consumo por criação doméstica de galinhas, bodes ou gado, e E19, que reforçou a ideia de “*trocar por algum animal criado para consumo como gato, cachorro.*” Já o E9 defendeu um processo de reeducação não agressiva, respeitando os costumes locais, e reconheceu a necessidade de políticas que

conciliem cultura e conservação.

Algumas falas ainda apresentaram concepções ambíguas. O E4, por exemplo, considerou negativo manter o animal silvestre preso, embora reconhecesse que “é *bem cuidado*”, refletindo uma visão de afeto e posse mais do que de preservação. Em contrapartida, E11 associou as alternativas à valorização da cultura local e práticas sustentáveis, como o uso de materiais naturais na produção artesanal, que poderiam substituir o consumo animal. Outras menções, como a de E20, trouxeram o papel de organizações e projetos ambientais, exemplificando o Projeto Tamar como referência de educação e conservação ambiental.

De modo geral, observa-se que o conhecimento sobre conservação ainda está no incio, mas há indícios de consciência emergente quanto à necessidade de mudança de práticas. Isso dialoga com consumo pró-ambiental, que aponta o engajamento, o conhecimento e a identidade ecológica como preditores essenciais de comportamentos sustentáveis (Kadic-Maglajlić et al., 2019). Ao mesmo tempo, as tensões entre tradição, necessidade e conservação refletem os pressupostos da CCT de Arnould e Thompson (2005), o que explica a dificuldade de substituir hábitos profundamente enraizados.

Sob a perspectiva da TCR, as alternativas propostas pelos entrevistados reforçam o potencial transformativo de ações educativas, intervenções comunitárias e políticas sensíveis às realidades locais (Mick, 2006; Ozanne et al., 2013), alinhando-se ao objetivo maior de promover bem-estar, reduzir danos ambientais e apoiar práticas de consumo responsáveis. Assim, os achados confirmam a literatura ao demonstrar que mudanças sustentáveis exigem não apenas informação, mas também estratégias que considerem os contextos simbólicos, culturais e socioeconômicos nos quais os consumidores estão inseridos. Segundo Bublitz et al., (2013), as alternativas sugeridas pelos entrevistados apontam caminhos possíveis educação, substituição alimentar e fortalecimento de políticas públicas que poderiam contribuir para a redução do consumo e para a promoção de uma convivência mais equilibrada entre seres humanos e fauna silvestre.

**Quadro 12 - Síntese das percepções dos entrevistados sobre conservação e alternativas ao consumo de animais silvestres**

Entrevistado	Conhecimento sobre conservação e leis	Alternativas sugeridas
E1	Não possui conhecimento	Não apresentou alternativas
E2	Reconhece apenas que é proibido	Considera difícil mudar o hábito
E3	Relaciona consumo à diminuição de espécies e desmatamento	Defende fiscalização e controle

E4	Reconhece que manter animal preso não é bom, mas o faz por cuidado	Não apresentou alternativas concretas
E5	Destaca a importância da educação e comunicação sobre o tema	Educação ambiental, campanhas e fiscalização
E6	Conhecimento limitado e restrito ao senso comum	Não apresentou alternativas
E7	Considera os rituais religiosos como indispensáveis, sem alternativas viáveis	Nenhuma alternativa
E8	Sugere criação de animais domésticos (galinha, bode, gado) em vez de silvestres	Criação doméstica e afastamento do animal silvestre
E9	Reconhece risco ecológico e sanitário	Reeducação e acesso alimentar básico
E10	Se houvesse a conscientização, poderia viver em equilíbrio.	Eu acredito que não há
E11	Valoriza práticas culturais e sustentáveis (artesanato, cultura local)	Educação cultural e criação de pets em vez de silvestres
E12	Considera que espécies de reprodução rápida não causam problema	Nenhuma sugestão concreta.
E13	Reconhece o papel da fiscalização na redução do consumo	Sugere aumento da presença militar e controle
E14	Relaciona consumo controlado à preservação	Educação e conscientização da população
E15	Não, eu sei que existem leis que punem, que multam, que dependendo da situação você pode ser preso	Lá, nessa região, não vai existir
E16	Deveria ser mais dialogado	Multas, palestras
E17	Não conheço as leis sobre esse tema	Acredito que deveriam existir leis com multas altas ou até prisão para evitar esse tipo de prática
E18		
E19	Sugere substituição por animais criados para consumo	Incentivo à criação doméstica
E20	Conhece o papel de ONGs e projetos ambientais (Projeto Tamar)	Incentivar turismo e educação ambiental
E21	Não conheço	Não sei informar

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

De modo geral, as respostas indicam que o conhecimento sobre conservação e legislação ambiental entre os entrevistados é limitado, o que contribui para a continuidade do consumo de

produtos de origem silvestre. A maioria reconhece a existência de proibições, mas sem compreender suas implicações ecológicas e legais, e poucos sugerem alternativas viáveis. As soluções apontadas concentram-se em educação ambiental, fiscalização e incentivo à criação doméstica, revelando a necessidade de políticas públicas mais efetivas de conscientização e controle sobre o uso da fauna silvestre.

Nota-se, portanto, que o debate sobre o consumo de animais silvestres e sua relação com a conservação requer um esforço mais amplo de informação, diálogo e educação, capazes de promover mudanças comportamentais sustentadas pelo respeito à cultura e pela valorização da fauna como patrimônio natural.

#### **4.1.3 A Superstição à Luz da CCT e da TCR: Entre Cultura e Transformação Social**

A partir das respostas dos entrevistados, torna-se evidente a necessidade de uma proposta transformativa que ultrapasse o simples diagnóstico do desconhecimento e das percepções fragmentadas sobre o consumo de produtos derivados de animais silvestres. A pesquisa propõe, portanto, o desenvolvimento de ações educativas e comunicacionais voltadas à sensibilização sobre os impactos ambientais e éticos desse consumo, considerando os contextos culturais e simbólicos que o sustentam. Busca-se estimular a reflexão crítica por meio da educação ambiental e alimentar, de campanhas participativas e da valorização de práticas culturais sustentáveis que promovam o bem-estar humano, social e ecológico. Essa abordagem transformativa visa contribuir para a construção de formas de consumo mais conscientes e pró-conservação, fomentando um diálogo entre saberes populares e científicos e reforçando o papel da cidadania na preservação de animais silvestre no Brasil.

Ao interpretar o consumo supersticioso de produtos derivados de animais silvestres por meio da *Consumer Culture Theory* (CCT), foi possível compreender que o ato de consumir não se resume a uma escolha racional ou funcional. Ele está profundamente inserido em contextos culturais, simbólicos e identitários. Conforme Arnould e Thompson (2005), a CCT examina como os significados culturais são incorporados nas práticas de consumo, revelando que os objetos consumidos adquirem significados além do uso prático, passam a representar pertencimento, proteção, cura ou espiritualidade, o que foi identificado em muitas narrativas episódicas. Já a *Transformative Consumer Research* (TCR) ofereceu um olhar complementar ao propor que as pesquisas em consumo devem buscar impacto positivo na vida das pessoas e nas comunidades, incentivando reflexões éticas e inclusivas (Mick et al., 2012).

Ao aplicar essa perspectiva, comprehende-se que soluções impositivas como a criminalização direta dessas práticas supersticiosas, são insuficientes e potencialmente prejudiciais. A TCR propõe a criação de diálogos interculturais e estratégias educativas que respeitem os saberes locais, ao mesmo tempo em que promovem consciência crítica sobre os impactos ambientais. Apesar de entender que mudanças sociais e culturais enraizadas são muito difíceis, entende-se que com reeducação e políticas sensíveis com cuidado intercultural podem trazer mudanças significativas. Para propor mudanças transformativas, precisa-se entender a relação da CCT, com a TCR e o consumo supersticioso conforme demonstrado abaixo:

**Quadro 13-** Relação entre CCT, TCR e o Consumo Supersticioso

Dimensão	<i>Consumer Culture Theory</i> (CCT)	<i>Transformative Consumer Research</i> (TCR)	Aplicação ao Consumo Supersticioso
Foco central	Cultura como prática de consumo	Consumo como ferramenta de bem-estar coletivo	Compreensão simbólica versus impactos sociais/ambientais
Objetivo analítico	Entender os significados culturais atribuídos ao consumo	Promover justiça e transformação por meio da pesquisa em consumo	Reconhecer tradições e refletir sobre sua transformação consciente
Instrumento teórico	Análise simbólica, narrativa, identitária e contextual	Pesquisa com propósito social, ética e responsabilidade coletiva	Mapeamento de crenças, significados e possibilidades de mediação ética
Relação com a tradição	Valida as tradições como formas legítimas de cultura	Questiona práticas que possam causar dano, sem impor negação cultural	Equilibra respeito às crenças com promoção de consciência crítica
Implicações éticas	Não julgadoras, mas interpretativas	Engajadas, orientadas à transformação consciente	Evita reducionismo, estimula diálogo intercultural

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025)

O quadro 13 sintetiza como as abordagens da CCT e da TCR contribuem para um entendimento ampliado do consumo supersticioso. A *Consumer Culture Theory* entende o consumo como um fenômeno cultural profundamente arraigado em narrativas coletivas, práticas simbólicas e expressões identitárias (Arnould; Thompson, 2005). Assim, o uso de

derivados de animais silvestre não é meramente funcional ou supersticioso no sentido pejorativo, mas integra uma lógica simbólica de pertencimento e proteção, como indicam Alves e Rosa (2005). Portanto precisa-se de um cuidado ao propor as intervenções e propostas transformativas.

Por outro lado, a *Transformative Consumer Research* propõe uma agenda ética voltada à mudança social por meio do estudo do consumo (Mick et al., 2012). Ela incentiva os pesquisadores a atuarem como agentes de transformação positiva, buscando soluções que respeitem os saberes tradicionais, mas que também considerem seus impactos sobre o bem-estar coletivo, a fauna e o equilíbrio ambiental. Esta Tese propõe com cuidado algumas alternativas baseadas na TCR (APÊNDICE F). Portanto, a análise comparativa mostra que é possível, e necessário, adotar uma perspectiva não reducionista, que compreenda as tradições sem as descartar, mas que também promova reflexão crítica, abrindo caminho para possíveis transformações culturais sustentáveis.

Segundo Arnould e Thompson (2005), dos Projetos de Identidade do Consumidor, os entrevistados da pesquisa revelaram que o consumo de animais silvestres ou seus derivados serve como meio de afirmação pessoal ou grupal (“gosto mesmo... acho gostoso”, “uma curiosidade exótica de experimentar”), o que demonstra como os consumidores constroem narrativas de si por meio dos significados que atribuem ao consumo, alinhando-se à ideia de que os sujeitos atuam como produtores de significado no consumo. Na dimensão das Culturas de Mercado, observamos que o consumo forma práticas coletivas inseridas em micro-culturas, redes informais de abastecimento ou comunidades de consumo que compartilham a norma do “saber comer selvagem”, o que confirma o caráter de “mercado mediado pela cultura” destacado por Souza et al. (2013).

Quanto ao Padrão Sócio-Histórico de Consumo, os relatos sinalizam que o consumo está inserido em trajetórias de vida, história familiar e tradições regionais (“antigamente era mais por necessidade”, “cultura regional”), revelando condicionamentos históricos e estruturais que vão além das escolhas individuais, conforme proposto por Gaião, Souza, Leão (2014). Por fim, no domínio das Ideologias de Mercado e Estratégias Interpretativas do Consumidor, os relatos mostram a presença de crenças simbólicas e valores (“couro de jacaré ... remédio e saúde, tradições religiosas”), bem como a negociação e interpretação individual do mercado e das ofertas simbólicas, o que ilustra o papel das ideologias mediadas pelo mercado e das estratégias interpretativas dos consumidores, conforme descrito pelo *framework* da CCT.

Por fim, a adoção da CCT no contexto brasileiro, tal como defendem Souza et al. (2013)

permite compreender o consumo de animais silvestres não apenas como ato utilitário ou econômico, mas como prática cultural complexa, que articula identidade, cultura, história e sistema de mercado,

#### **4.1.4 Propostas de Ações Transformativas Orientadas ao Bem-Estar Humano, Alimentar e Ambiental**

Com base nas análises e interpretações, torna-se evidente a necessidade de desenvolver ações transformativas que articulem o respeito às tradições culturais com a promoção do bem-estar humano, alimentar e ambiental. A pesquisa revelou que o consumo de produtos derivados de animais silvestres é amparado por várias dimensões simbólicas, no qual se misturam crenças religiosas, valores identitários, práticas de subsistência entre outras. Assim, intervenções puramente proibitivas mostram-se insuficientes, pois desconsideram o significado cultural dessas práticas e podem acentuar o distanciamento entre as políticas de conservação e as comunidades locais.

Nessa perspectiva, as ações transformativas propostas no (APÊNDICE F) buscam conciliar conservação e cultura, atuando de forma educativa e participativa, conforme os princípios da TCR. A primeira dimensão refere-se à educação ambiental e cultural, que deve ser incorporada a escolas, comunidades, levadas pelos Assistentes Sociais e Agentes de Saúde, e mídias locais por meio de programas de sensibilização sobre os impactos ecológicos do consumo de fauna silvestre. Tais programas devem adotar uma abordagem com diálogos e exemplos locais, valorizando os saberes tradicionais e permitindo que os sujeitos compreendam as consequências ambientais sem sentir que suas práticas e identidades estão sendo deslegitimadas.

Outra ação transformativa diz respeito à educação alimentar, com ênfase na valorização de alimentos regionais sustentáveis e na ampliação de práticas culinárias que mantenham o valor simbólico da tradição, mas que utilizem ingredientes alternativos de origem não animal, sugere-se oficinas gastronômicas comunitárias, feiras culturais e eventos educativos que podem funcionar como espaços de recriação simbólica e aprendizado coletivo, estimulando o consumo consciente e o fortalecimento da segurança alimentar local.

A terceira dimensão envolve o incentivo a alternativas simbólicas e artesanais, que preservem o sentido espiritual e cultural das práticas sem recorrer ao uso de partes de animais. A produção de réplicas artesanais de amuletos, adornos e objetos rituais com materiais

sustentáveis pode ressignificar o valor simbólico do animal, mantendo viva a tradição sem comprometer a biodiversidade. Essa proposta pode ser integrada a programas de empreendedorismo sustentável e economia criativa, gerando renda local e fortalecendo o vínculo entre cultura e conservação.

Também se propõe o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, que articulem órgãos ambientais, instituições educacionais, organizações culturais e comunidades tradicionais. A criação de redes colaborativas e de observatórios de práticas culturais e ambientais pode ampliar o alcance das ações e promover a participação social na formulação de estratégias de conservação. A comunicação pública, nesse contexto, deve priorizar campanhas de conscientização que abordem o tema de forma sensível e contextualizada, evitando discursos moralizadores e criminalizadores.

No quadro 14, são apresentadas sugestões inspiradas na lógica da TCR, que considera o papel da pesquisa como meio de transformação social. A proposta aqui não é negar a legitimidade cultural dessas práticas, mas sim pensar caminhos viáveis que preservem os significados simbólicos sem causar danos à biodiversidade. Essa postura se alinha ao que propõem Costa-Neto (2004) e Alves (2012), ao defenderem que a etnozoologia não pode ser abordada apenas sob o viés punitivista, mas deve reconhecer os saberes locais como válidos e dialogar com eles.

**Quadro 14- Caminhos de Reflexão e Diálogo Propostos pela TCR**

Prática atual	Impacto reconhecido	Possível abordagem transformativa (TCR)
Uso de dentes de animais para força/adereços/decoração	Pressão sobre fauna silvestre	Oficinas sobre simbolismo animal e uso de representações simbólicas alternativas
Banha de jacaré/cobra para doenças	Crueldade animal e tráfico ilegal	Diálogo com agentes de saúde sobre crença, cura e práticas compatíveis
Couro de guaxinim para proteção/sorte etc...	Retirada ilegal da natureza	Proposição de artefatos simbólicos produzidos localmente
Consumo alimentar de carne de tatu, paca, jabuti, veado ou tanajura	Redução de populações silvestres, desequilíbrio ecológico e risco sanitário	Promoção de educação alimentar sustentável, estímulo à substituição por proteínas de criação doméstica e valorização de receitas regionais com ingredientes alternativos

Uso de chocalho de cascavel como proteção espiritual	Retirada de partes animais e reforço do comércio ilegal	Valorização do sentido ritual por meio de representações simbólicas (réplicas artesanais) e oficinas sobre espiritualidade e conservação
Criação doméstica de animais silvestres (jabuti, papagaio, calopsita) como companhia	Captura ilegal e tráfico de animais	Educação ambiental comunitária sobre guarda responsável e estímulo à adoção de animais domésticos ou de criatórios legalizados
Guarda de partes corporais (mandíbula, couro, presas) como troféu ou recordação de caça	Incentivo à caça predatória e manutenção de práticas ilegais	Oficinas intergeracionais sobre memória e identidade cultural com uso de fotografias, narrativas e arte sem uso de fauna
Caça esportiva e por curiosidade	Redução da biodiversidade e reforço de práticas ilegais	Campanhas educativas e experiências ecoturísticas que substituam a caça por observação e registro fotográfico da fauna
Uso de ossos e chifres em rituais religiosos e oferendas	Extração de partes de animais silvestres e perpetuação de práticas ilegais	Diálogo entre líderes religiosos e órgãos ambientais para incentivar o uso de materiais simbólicos e sustentáveis
Venda de carnes e produtos de origem silvestre em feiras e restaurantes	Comércio ilegal e riscos à saúde pública	Fiscalização educativa, além de campanhas de conscientização sobre consumo ético
Tanajura como alimento ritual e de celebração familiar	Prática cultural com possível risco à fauna local, mas baixo impacto em pequena escala	Valorização gastronômica sustentável e registro como patrimônio imaterial, com manejo controlado e educação ambiental sobre coleta responsável
Uso medicinal de sangue, gordura ou ossos para cura espiritual	Sofrimento animal e perpetuação de crenças desinformadas	Oficinas educativas com líderes religiosos e agentes de saúde para apresentar alternativas compatíveis com a fé e o cuidado ambiental
Exposição e comércio de animais silvestres vivos em feiras locais	Tráfico de fauna e maus-tratos	Ações educativas sobre legislação ambiental, incentivo ao turismo de observação e apoio a criadouros legalizados

Transmissão familiar de crenças sobre sorte e proteção ligadas a partes animais	Reforço cultural de práticas ilegais	Produção de material educativo e audiovisual que ressignifique as crenças, mostrando formas de proteção e fé desvinculadas da exploração animal
---	--------------------------------------	---

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

A transformação sugerida por Mick et al. (2012) não é coercitiva, mas educativa e dialógica. Por exemplo, a substituição do uso de penas de coruja por réplicas artesanais, ou a orientação em saúde pública sobre alternativas não animais à banha de jacaré, permitem preservar os sentidos espirituais e sociais do consumo sem reforçar o ciclo de exploração da fauna. Essas estratégias também fortalecem a identidade cultural, ao incentivar a criatividade local na produção de artefatos simbólicos, com base nos significados tradicionais.

Por fim, as ações transformativas devem buscar o bem-estar integral, compreendido como a harmonia entre o ser humano, o alimento e o ambiente. Isso implica promover práticas alimentares e culturais que respeitem o equilíbrio ecológico e favoreçam a saúde física, emocional das comunidades. O diálogo entre ciência e tradição, mediado pela educação e pela ética do cuidado, constitui o caminho para a construção de uma cultura de consumo mais consciente e pró-conservação. Assim, a transformação proposta não se restringe à mudança comportamental, mas visa à reinterpretação cultural do consumo, orientada por valores de sustentabilidade, empatia e respeito à vida em todas as suas formas.

#### 4.2 Análise e Discussão das Fotografias

As fotografias coletadas ao longo das 21 entrevistas configuram-se como objetos privilegiados para investigar práticas relacionadas ao consumo de animais silvestres, situando-se no cerne das representações culturais construídas pelos entrevistados. Como Croghan et al. (2008) evidenciam, imagens são indicadoras significativas do estilo de vida e formas de interação com a comunidade, e, neste trabalho, funcionam como indicadores da relação dos sujeitos com a fauna silvestre. As fotografias selecionadas pelos entrevistados e associadas aos títulos desenvolvidos por eles, permitiram a aplicação da Análise Semiótica da Imagem Parada proposta por Penn (2008), com vistas a revelar sentidos culturais subjacentes ao consumo de animais silvestres.

Na etapa inicial descrita por Penn (2008), foi feita a análise denotativa, as fotografias foram examinadas em seus componentes visuais sem inferência de significado: identificaram-

se espécies silvestres (como papagaio, pacas ou tatu etc.), os recipientes para transporte ou preparo (cestos, sacolas, panelas) desses animais silvestres, ambientes de abate ou consumo (fogões, áreas externas da casa), e atores em geral, caçadores, processadores ou consumidores engajados em atividades relacionadas ao consumo desses animais.

Na segunda etapa de Penn (2008), buscou-se interpretar os significados construídos por meio da associação entre imagem e título. Títulos atribuídos pelos entrevistados como E1: “é alegria pra mim”, E3: “preparo pro almoço em família” ou E2: “tradição passada de avô a neto”, instigam interpretações relacionadas à dimensão cultural e afetiva da prática de consumo. Nesse sentido, as imagens denotam mais do que simples cenas de consumo: elas revelam tradições intergeracionais, categorização dos animais como alimento e/ou remédio (zooterapia), e laços entre gerações.

As fotografias fornecidas pelos entrevistados ou retiradas no momento da entrevista compuseram um material visual relevante para a análise do consumo de animais silvestres nesta pesquisa. Cada imagem, acompanhada de título e descrição elaborados pelos participantes, foi analisada segundo as etapas propostas por Penn (2008), permitindo identificar os elementos denotativos e conotativos presentes. A seguir, apresentam-se as fotografias selecionadas de cada entrevistado, juntamente com suas respectivas análises interpretativas, que buscam revelar os significados culturais e simbólicos associados às práticas registradas.

**Figura 15:** E1: É alegria pra mim, o bichinho gosta de cantar, eu gosto de cantar e criar eles.



**Fonte :** E1 – Imagem 01



**Fonte:** E1 – Imagem 02

A análise denotativa das fotografias destacou elementos visíveis como o ambiente

doméstico, o uso de gaiolas, a presença de aves, sobretudo papagaios e outros pássaros, e os espaços de convivência comunitária, como varandas e quintais. Nas imagens, identificaram-se estruturas simples de alvenaria, utensílios cotidianos, compondo um cenário que remete ao cotidiano de comunidades rurais. A associação entre o espaço físico e os elementos materiais revelou práticas culturais de sociabilidade, lazer e cuidado com os animais, reforçadas pelos títulos atribuídos às imagens, que expressaram sentimentos como alegria, orgulho e satisfação.

Na etapa conotativa, conforme Penn (2008), as fotografias e seus textos revelam valores e significados partilhados socialmente. O canto do pássaro, frequentemente citado pelos entrevistados, surgiu como contentamento e harmonia. As gaiolas penduradas remeteram, por um lado, ao domínio humano sobre a natureza, e por outro, ao zelo e à manutenção de tradições culturais relacionadas à criação de aves. As imagens comunicaram, assim, mais do que registros objetivos: elas evidenciaram práticas identitárias e o modo como os sujeitos atribuem sentido ao mundo ao seu redor.

Esses resultados convergem com as observações de Sánchez (2022), ao evidenciarem que a criação de aves, especialmente papagaios e pássaros canoros, está profundamente associada a valores culturais e afetivos que moldam as atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação aos animais de estimação. Assim como o autor descreve que crenças e tradições locais influenciam a posse e o cuidado com psitacídeos, as fotografias analisadas nesta pesquisa revelam práticas semelhantes, nas quais o ambiente doméstico, as gaiolas e os espaços de convivência expressam vínculos de sociabilidade, lazer e identidade comunitária. Essa correlação reforça que o ato de criar aves ultrapassa a função ornamental, configurando-se como uma prática cultural que simboliza pertencimento e continuidade de saberes locais.

Dessa forma, a relação entre homem, natureza e espaço construído se tornou visível por meio da articulação dos elementos fotográficos e discursivos, permitindo compreender os sentidos atribuídos às práticas cotidianas dos entrevistados.

A partir dessa compreensão das práticas de criação de aves como expressão de vínculos afetivos, lazer e identidade cultural, torna-se possível avançar para outras formas de relação com a fauna silvestre que se manifestam de maneira distinta no cotidiano dos entrevistados. Nesse sentido, a próxima fotografia amplia o foco analítico ao deslocar o olhar da criação e convivência com animais para o consumo alimentar da fauna silvestre, evidenciando práticas de caça, preparo e ingestão da carne como elementos centrais da tradição familiar e da memória intergeracional.

**Figura 16: E2:** Caçar: a carne mais gostosa é tatu.



**Fonte:** E2- Imagem 01

O entrevistado E2 começa falando “ meu pai gostava de caçar e aí matava, a que mais eu gosto é tatu, e é uma caça muito gostosa”. Na análise denotativa, a fotografia apresenta pedaços de tatu cortados e dispostos em uma tigela de plástico vermelha. As partes do animal, em cortes circulares, evidenciam a carapaça característica do tatu, com suas placas bem visíveis e um tom esbranquiçado, com traços de sangue nos pontos de corte. O texto associado, fornecido pelo entrevistado, faz menção ao ato de caça realizado por seu pai ser uma tradição, hoje o pai já falecido não caça mais, ele continua comprando e passou essa tradição aos seus filhos, que hoje são eles que compram e levam para ela, dando continuidade ao consumo de animais silvestre e à preferência pelo consumo do tatu, descrito como uma carne "muito gostosa".

A combinação visual e verbal da imagem remete ao consumo de animal silvestre como prática cultural e alimentar que carrega um sentido de continuidade familiar e tradição, evidenciado pela referência ao pai caçador. A imagem da carne já cortada e pronta para o preparo transmite a naturalização do consumo do tatu como alimento, reforçando o caráter corriqueiro e a tradição dessa prática na comunidade do entrevistado. Quando perguntada sobre superstição, a entrevistada nos informou que “*tatu é bicho remoso, que se a mulher comer em tempo de gravidez, ou próximo dos dias menstruais ela fica inflamada*”, demonstrando uma crença no consumo deste animal. A fala do entrevistado, ao dizer que o impacto do consumo para a natureza é positivo, revela um entendimento local no qual o ato de consumir está integrado a um ciclo cultural e econômico legitimado pela tradição, ainda que potencialmente

conflituoso com discursos conservacionistas.

Os resultados apresentados mostram convergência com as observações de El Bizri et al. (2023), ao evidenciarem que o consumo e a caça de animais silvestres, exemplificados pelo tatu, estão profundamente inseridos em práticas culturais e familiares que estruturam a relação das comunidades locais com a fauna. Portanto este estudo aponta que fatores sociais e culturais influenciam as dinâmicas de consumo e comércio de carne silvestre, o relato e a fotografia analisados nesta pesquisa demonstram que a caça e o consumo do tatu são práticas herdadas e naturalizadas, associadas à memória familiar e à manutenção de tradições.

Embora o consumo alimentar de animais silvestres, como o tatu, se apresente fortemente ancorado em tradições familiares e práticas culturais naturalizadas, as relações com a fauna não se restringem à dimensão nutricional. A fotografia a seguir introduz uma outra forma de apropriação simbólica dos animais silvestres, na qual partes do corpo do animal são ressignificadas e utilizadas como objetos de proteção espiritual, revelando a presença de crenças e práticas supersticiosas que atravessam o consumo e ampliam seus significados culturais.

**Figura 17: E3- “Parte do guaxinim para proteger do mau-olhado”.**



**Fonte:** E3 – Imagem 01, 02, 03

Análise denotativa: a imagem apresenta dois pequenos pedaços de pelo escuros, dispostos sobre uma folha de papel branco colocada pela entrevistadora para melhorar a visualização, já que a mesa e o chão do entrevistado eram escuros. Os pelos, de tonalidade marrom-escura, são identificados pelo entrevistado como provenientes de guaxinim, conforme a legenda e o contexto da entrevista. O texto associado evidencia o uso do material como amuleto de proteção.

A combinação da imagem com o texto revela um símbolo de crença e proteção,

associado ao uso tradicional de partes do animal como amuleto contra o "mau-olhado". O guaxinim, neste contexto, transcende sua condição de fauna silvestre e assume a função espiritual e protetiva. A cena reflete um conhecimento cultural transmitido entre gerações e associado a práticas populares de defesa simbólica.

Os resultados da imagem mostram relação com as observações de Alves et al. (2012) e de Damisch, Stoberock e Mussweiler (2010), ao evidenciarem o uso simbólico de partes de animais silvestres como amuletos de proteção. Assim como descrito por Alves et al. (2012), o relato do entrevistado sobre o uso do couro de guaxinim contra o “mau-olhado” reflete práticas culturais enraizadas nas quais elementos da fauna são incorporados às crenças populares e aos rituais supersticiosos transmitidos entre gerações. Essa prática demonstra a intersecção entre o valor espiritual e o uso material do animal, revelando um sistema de significados que ultrapassa o aspecto físico e alcança dimensões simbólicas de proteção e fé.

Entretanto, essas práticas coexistem com usos pragmáticos e cotidianos da fauna silvestre, vinculados à subsistência e à organização doméstica. Assim, a próxima fotografia retoma a dimensão alimentar do consumo, enfocando o armazenamento e a conservação da carne de caça como parte integrante das estratégias familiares de segurança alimentar e continuidade das práticas tradicionais.

**Figura 18:** E3 - Carne da caça conseguida na pesca ou no mato ou ganhada



**Fonte:** E3 – Imagem 04



**Fonte:** E3: Imagem 05

Na fotografia, um homem sorri enquanto exibe dois sacos plásticos com carne congelada de tatu e paca, em um ambiente doméstico simples. Ao fundo, um freezer compõe o cenário de destaque deste tipo de consumo. A posição das mãos e o sorriso do entrevistado evidenciam o ato de prazer ao mostrar o produto obtido. A imagem da mesa ao lado mostra uma mesa plástica com sacos de carne congelada empilhados, com carne de tatu, paca, pato, jacaré, cutia, caititu, entre outros tipos de carne de animais silvestres.

A cena sugere orgulho e satisfação relacionados ao ato de obter e armazenar carne de caça, reforçando a prática como normalizada e legitimada no cotidiano da comunidade. O congelamento da carne evidencia o preparo para consumo posterior, associado ao aproveitamento e planejamento alimentar da família. A disposição da carne e o contexto doméstico evidenciam o consumo como prática regular e aceita. A imagem também reforça o valor dado ao estoque e à conservação do alimento, vinculados à segurança alimentar da família. Portanto, demonstra que há um senso de autossuficiência e continuidade de práticas tradicionais.

Dando prosseguimento a essa dimensão funcional do consumo de animais silvestres, a próxima fotografia aprofunda o olhar sobre o acondicionamento da carne de tatu e paca, destacando a organização doméstica e a naturalização dessas espécies como parte integrante da dieta familiar.

**Figura 19:** E3 - "Essa carne de tatu e paca a gente guarda pra quando precisar, aqui tem de tudo."



**Fonte:** E3: Imagem 06



**Fonte:** E3: Imagem 07

A imagem 06 mostra pedaços de tatu congelado dentro de um saco amarelo sobre a mesa. Os cortes exibem a carapaça e a carne em blocos. A imagem 07 mostra o corpo de um animal congelado, disposto sobre uma bandeja branca no chão de cerâmica. A posição do corpo revela patas e a cabeça, parcialmente cobertas por gelo.

A imagem 06 mostra que acontecerão um preparo e uma organização para o consumo. O tatu aparece como elemento naturalizado na dieta, reforçando o sentido de normalidade e prazer associado ao seu consumo, conforme relatado pelo entrevistado. A imagem 07 reforça a prática de caça como fonte de alimento e orgulho pela autossuficiência.

Os resultados observados se relacionam com as conclusões de El Bizri et al. (2023), que destacam que o consumo e o comércio de carne de animais silvestres em comunidades rurais amazônicas estão profundamente ligados a fatores sociais e culturais que estruturam o cotidiano e a sobrevivência das famílias. Assim como apontado pelos autores, a fotografia analisada nesta pesquisa revela o consumo de carne silvestre como prática normalizada e integrada à rotina doméstica, associada ao planejamento alimentar, à autossuficiência e à continuidade de tradições locais. O ato de armazenar e conservar a carne, apresentado com orgulho pelo entrevistado, reforça a dimensão simbólica e funcional desse comportamento, expressando valores de subsistência, identidade comunitária e segurança alimentar.

Embora o consumo alimentar e o armazenamento da carne silvestre revelem aspectos fundamentais da subsistência e da autossuficiência familiar, as relações com a fauna extrapolam o campo da alimentação. A fotografia seguinte amplia essa compreensão ao apresentar práticas nas quais animais silvestres são incorporados a preparos artesanais de bebidas, evidenciando usos simbólicos, rituais e terapêuticos que reforçam a tradição e a identidade cultural dos entrevistados.

**Figura 20:** E3 - "Meu acervo de cachaças artesanais."



Fonte: E3 – Imagem 08



Fonte: E3 – Figura 09,10,11

O entrevistado E3 mostra com entusiasmo sua coleção: "*Essas são minhas garrafas artesanais feitas com raízes, frutas e cobras. Guardo com cuidado, é tradição de família*". A primeira imagem mostra prateleiras de madeira presas a uma parede verde-limão, contendo diversas garrafas de vidro com líquidos de coloração variada (do âmbar claro ao escuro), rótulos artesanais e itens como raízes, frutas e animais no líquido da garrafa. Da segunda imagem até a quarta imagem, são garrafas de vidro transparente contendo cobras submersas em aguardente ou cachaça. Uma das garrafas possui tampa de rolha; a outra, metálica. As cobras estão completamente imersas, preservadas como parte do conteúdo. As imagens transmitem visualmente uma coleção de bebidas, e o texto reforça o caráter tradicional e pessoal da prática.

As imagens analisadas revelam uma forte relação com a tradição e a identidade cultural, evidenciada pela presença de cobras nas garrafas, elemento que remete a práticas antigas de preparo de bebidas alcoólicas misturadas a ingredientes naturais com fins místicos, medicinais ou simbólicos. Trata-se de um saber transmitido por gerações, fortemente enraizado em contextos regionais e populares. O cenário representado remete a um ambiente de convivência predominantemente rural, onde o consumo dessas bebidas ultrapassa a mera ingestão: torna-se um ritual de pertencimento, um espaço de partilha e memória afetiva. A inclusão de animais conservados dentro das garrafas pode causar estranhamento para quem observa de fora, mas expressa um exotismo que, longe de ser gratuito, representa uma forma de resistência cultural e afirmação identitária. Por fim, há uma clara valorização do saber popular, pois o entrevistado reconhece nessas garrafas não apenas um produto, mas recipientes de conhecimento, tradição familiar e saberes acumulados, tornando-as guardiãs de práticas que desafiam o tempo e a

padronização cultural.

Observa-se, portanto, que essa prática está profundamente associada à tradição e à transmissão intergeracional de saberes, em que o consumo ultrapassa o aspecto alimentar e assume significados rituais e espirituais. Essa interpretação dialoga com o referencial teórico apresentado por Alves (2013; 2017), que aponta o uso de animais silvestres, suas partes tanto na alimentação quanto na medicina tradicional, revelando a coexistência entre práticas culturais e usos terapêuticos no Brasil. Assim como descrito por Alves (2009) e Mendes (2020), o consumo de fauna silvestre em diferentes regiões do país, incluindo répteis e outras espécies, reflete não apenas a busca por alimento, mas também valores culturais, simbólicos e espirituais.

No caso da coleção de cachaças artesanais, o uso de cobras nas garrafas expressa uma forma de preservação e ressignificação cultural, aproximando-se do que Alves (2012) descreve como o entrelaçamento entre crença, tradição e o uso simbólico de animais como amuletos ou elementos de cura. Tal como ocorre nas práticas medicinais e supersticiosas observadas em diferentes contextos, o preparo dessas bebidas representa um ritual de pertencimento e memória afetiva, reafirmando laços comunitários e a resistência cultural frente à padronização dos costumes.

As formas de interação com a fauna não se restringem a objetos ou preparos simbólicos. A fotografia a seguir desloca o foco analítico para a convivência direta com o animal vivo, evidenciando práticas de cativeiro marcadas por discursos de afeto, cuidado e pertencimento no contexto doméstico.

**Figura 21** - "Macaquinho como parte da família para brincar e cuidar."



Fonte: E4 - Imagem 12

A imagem mostra um macaco-prego (*Sapajus sp.*) atrás de grades enferrujadas em uma estrutura de metal e arame. O tutor do animal segura a mão do macaco-prego, demonstrando cuidado e afeto pelo animal. O fundo da imagem revela um ambiente simples, com parede de alvenaria crua.

A imagem evidencia a prática do cativeiro como parte de uma relação de afeto e posse, naturalizada no discurso do entrevistado. O ato de “cuidar” está associado à manutenção do animal preso, simbolizando o domínio humano sobre a fauna silvestre e a valorização do animal como companhia ou entretenimento. Culturalmente, reflete um entendimento local em que o animal silvestre, mesmo preso, integra a vida doméstica e familiar.

De acordo com Alves (2009; 2013; 2017), o uso e a convivência com animais silvestres extrapolam a dimensão alimentar, abrangendo também valores sociais, afetivos e identitários que consolidam práticas de posse e domesticação culturalmente legitimadas. Assim como ocorre com o consumo de carne ou o uso medicinal, a manutenção de animais silvestres em ambiente doméstico representa uma forma de interação que reflete tanto a afetividade quanto o domínio humano sobre a natureza, perpetuando tradições e vínculos emocionais herdados de gerações anteriores.

A relação afetiva estabelecida com o animal mantido em cativeiro evidencia uma forma particular de apropriação da fauna silvestre, legitimada por discursos de cuidado e convivência. Contudo, essa interação também se manifesta por meio do uso de partes do animal após a caça, especialmente em práticas terapêuticas e medicinais. Nesse sentido, a próxima fotografia introduz o uso do couro de jacaré como elemento associado à cura, ampliando a análise para os saberes populares relacionados à saúde.

**Figura 22 - “Couro de Jacaré para cura”**



Fonte: E4 - Imagem 13

A fotografia mostra o couro de um jacaré (*Caiman sp.*), pendurado verticalmente. O ambiente ao fundo é doméstico e rústico, com utensílios de cozinha, garrafas plásticas e estrutura de madeira.

O couro do jacaré, pendurado e exibido, simboliza o aproveitamento integral do animal não apenas como adereço, mas como parte de um saber tradicional que associa a pele ao preparo de chás e remédios caseiros para diferentes males. Essa prática ilustra o vínculo entre caça, medicina popular e identidade cultural, preservando no objeto um valor funcional para a saúde.

O resultado apresentado dialoga com as observações de Adeola (1992), ao evidenciar que o uso do couro de jacaré ultrapassa o aspecto decorativo e se insere em um contexto simbólico e terapêutico semelhante ao descrito na cultura nigeriana. Assim como Adeola (1992) identifica a integração entre fauna, práticas religiosas e medicina tradicional, o relato dos entrevistados demonstra que, no contexto brasileiro, o aproveitamento das partes do animal, neste caso, o couro, também carrega significados culturais e funcionais, reforçando a relação entre saberes populares, saúde e identidade local.

Complementando essa dimensão simbólica e medicinal, a fotografia seguinte apresenta outros elementos corporais de animais silvestres empregados como objetos de proteção e fé, reforçando a presença de crenças supersticiosas e práticas espirituais no cotidiano dos entrevistados.

**Figura 23 - "Partes do guaxinim para proteção e pra fé."**



Fonte: E4 - Imagem 14

A foto apresenta duas mãos: uma segurando tufos de pelos escuros (identificados como

rabo do guaxinim) e a outra imagem segurando tiras de couro do guaxinim. A imagem associa os elementos naturais (pelo e couro) ao uso simbólico como amuletos de proteção, vinculados a crenças populares sobre o poder de afastar os bichos e cobras quando estavam no mato e energias negativas. Culturalmente, os itens materializam uma prática de fé herdada e mantida na comunidade como forma de autoproteção.

Conforme apontam Damisch, Stoberock e Mussweiler (2010), tais comportamentos se fundamentam em crenças que, mesmo sem base lógica evidente, visam influenciar positivamente a vida cotidiana, expressando o poder da superstição na construção das experiências culturais e emocionais dos indivíduos.

As práticas de proteção e fé evidenciadas pelo uso do pelo e do couro de guaxinim revelam a dimensão simbólica e espiritual da relação com a fauna silvestre. Contudo, essas formas de apropriação não se limitam ao campo espiritual, articulando-se também a usos funcionais vinculados à saúde e ao cuidado do corpo. Nesse sentido, a fotografia seguinte introduz o uso do jabuti no contexto doméstico, evidenciando práticas terapêuticas baseadas em saberes tradicionais que integram fauna, medicina popular e cotidiano familiar.

**Figura 24 – "Jabutis a gente cria no quintal, e serve pra remédio"**



**Fonte :** E5- Imagem 15



**Fonte :** E5 – Imagem 16

A fotografia apresenta dois jabutis (*Chelonoidis carbonarius*) no chão de terra batida. As carapaças dos animais são claramente visíveis, com os típicos desenhos amarelos. A cena reflete o convívio naturalizado entre humanos e animais silvestres no espaço doméstico. A imagem articula o cuidado e a apropriação do animal como recurso terapêutico no contexto doméstico. O jabuti aparece como símbolo de um saber tradicional em que o animal, além de

parte do ambiente familiar, integra práticas medicinais destinadas ao alívio da asma. O destaque dado ao animal na cena reforça seu valor cultural e funcional na rotina da entrevistada e na rede de saberes locais. A referência ao uso medicinal revela um conhecimento tradicional que atribui propriedades curativas ao animal, integrando-o à prática de saúde popular. Culturalmente, o jabuti aparece como recurso terapêutico, reforçando a relação de apropriação funcional da fauna.

Conforme aponta Alves (2009; 2013; 2017), o uso de espécies silvestres na medicina popular é uma das dimensões da relação entre comunidades humanas e a fauna, revelando uma complexa rede de saberes locais que associa o animal tanto ao cuidado quanto à cura. A fala da entrevistada , “serve pra remédio”, reforça o que Alves (2017) denomina medicamentos alimentares, práticas em que o consumo ou o uso de partes de animais silvestres é motivado por crenças de eficácia terapêutica.

Esse resultado também se alinha ao que Mendes (2020) e Devine (1989) descrevem sobre o papel das crenças e tradições na manutenção dessas práticas: ainda que o uso de animais silvestres para fins medicinais tenha implicações ambientais, ele é legitimado por valores culturais e pela transmissão intergeracional do conhecimento. O caso dos jabutis exemplifica essa continuidade, revelando o entrelaçamento entre saber popular, espiritualidade e saúde, em um contexto em que o animal é simultaneamente parte da família e recurso funcional.

A fotografia seguinte desloca o olhar para a utilização de partes de animais silvestres como objetos de proteção espiritual e sacralização, introduzindo práticas em que o consumo simbólico da fauna se materializa em amuletos de uso cotidiano.

**Figura 25-** "Chaveiro feito da patinha de veado, como proteção e sacralização do animal."



Fonte: E7 – Imagem 17



Fonte: E7 – Imagem 18

As fotografias mostram uma mão segurando um chaveiro composto por uma pequena pata de animal silvestre (veado), com pelagem marrom e casco, fixada ao chaveiro metálico junto da chave de um veículo. O objeto assume valor simbólico de proteção, ligado ao contexto religioso e espiritual informado pelo entrevistado. A pata no chaveiro representa não apenas um adereço, mas um elemento que materializa a sacralização do animal no ritual e a crença em sua capacidade de proteger o portador contra energias negativas. A imagem expressa a interseção entre o consumo simbólico da fauna e práticas religiosas, diferenciando-se do uso comercial de partes de animais por carregar um sentido de oferenda e espiritualidade.

As imagens simbolizam a crença na força protetora atribuída às partes do animal, integrando o uso do objeto à prática espiritual. O entrevistado associa o amuleto ao conceito de sacralização, no qual o animal, ao ser destinado a um fim religioso, assume uma função de mediação entre o humano e o sagrado. O uso do chaveiro como item de uso diário reforça a ideia de proteção do sagrado na rotina do portador.

Conforme discutido por Alves (2012), Devine (1989), o entrevistado atribui à pata um valor simbólico de proteção espiritual e sacralização, prática que, segundo Alves (2012), é uma manifestação cultural enraizada em diversas regiões brasileiras. O uso de partes de animais como amuletos ou talismãs reflete a crença na capacidade dessas substâncias naturais de afastar o mal e proteger o portador, articulando-se a um sistema de significados que une natureza, espiritualidade e tradição popular.

Essa prática também se relaciona à compreensão de Damisch, Stoberock e Mussweiler (2010) e de Block e Kramer (2009), que apontam a influência das crenças supersticiosas no comportamento humano, orientando ações e decisões cotidianas mesmo sem base racional direta. A presença constante do objeto no cotidiano, como no caso do chaveiro, simboliza uma forma de apropriação simbólica do animal e a continuidade de valores espirituais herdados, legitimados socialmente.

O chaveiro feito com a pata do animal revela a presença de crenças religiosas e práticas de sacralização que atribuem poder protetivo às partes da fauna silvestre. Em contraste com essa dimensão espiritual, a próxima fotografia apresenta um uso distinto das partes animais, marcado não pela fé ou proteção, mas pela memória e pela valorização da experiência da caça como elemento constitutivo da identidade do entrevistado.

**Figura 26:** "Mandíbula de caititu que guardei de uma das minhas caçadas como recordação."



**Fonte:** E8 - Imagem 19

A fotografia mostra a mandíbula de um caititu (*Pecari tajacu*), com dentes preservados. O osso apresenta resíduos de terra, indicando coleta no ambiente natural. O objeto funciona como marca material de um passado ligado ao esporte da caça. A mandíbula representa o triunfo e a memória da aventura no mato, sendo evocada como símbolo do caçador e de sua relação com a fauna. O significado cultural recai no valor simbólico da recordação, não havendo associação direta com crenças espirituais, mas sim com a tradição e com o relato oral das experiências vividas.

A mandíbula de caititu guardada como recordação remete à dimensão simbólica da caça como prática de memória e identidade, semelhante ao que ocorre em diferentes regiões brasileiras, principalmente no Nordeste, onde partes de animais são preservadas como testemunhos de experiências e habilidades (Alves, 2009). O objeto representa o vínculo entre o caçador e o ambiente natural, funcionando como marcador cultural de pertencimento e resistência, mesmo quando desprovido de função ritualística ou espiritual.

A mandíbula de caititu, preservada como recordação, evidencia a caça como prática de memória, orgulho e pertencimento. Essa lógica de preservação simbólica se estende a outros artefatos associados à experiência no mato. A fotografia seguinte aprofunda essa dimensão ao apresentar outra parte animal guardada como troféu, reforçando o vínculo entre identidade do caçador, território e tradição.

**Figura 27** - "Pé de catingueiro que guardo como lembrança de caçada no Maranhão."



**Fonte:** E8 - Imagem 20

A imagem exibe o pé preservado de um veado catingueiro (*Mazama gouazoubira*). Os cascos e parte da estrutura óssea são visíveis. O pé do catingueiro é guardado como troféu simbólico do ato de caça, ligado ao esporte e ao orgulho de antigas práticas. O objeto reforça a memória da destreza do caçador e da aventura, funcionando como um marcador de identidade que já habitou o ambiente de mato. A ausência de função utilitária ou crenças diretas associadas revela seu valor como memória visual e material da experiência.

O pé de veado catingueiro guardo como troféu, materializa a tradição de valorizar o ato da caça como demonstração de coragem e destreza, o que se aproxima das descrições de práticas culturais que integram a fauna às narrativas de vida e orgulho comunitário (Mendes, 2020). A guarda dessas partes reforça a construção da identidade do caçador, articulando memória, habilidade e relação com o território.

O pé de veado catingueiro, mantido como lembrança de caçada, reafirma o valor simbólico atribuído às partes dos animais como marcadores de experiência e destreza. Essa prática de conservar elementos da fauna como memória se repete em diferentes formas, como evidencia a fotografia seguinte, que apresenta outros fragmentos corporais preservados como emblemas da trajetória do caçador.

**Figura 28** - "Presas e pata de pacá que guardo como memória das caçadas que já fiz."



**Fonte:** E8 -Imagen 21

A fotografia apresenta presas (dentes caninos) e uma pata de pacá (*Cuniculus paca*). As peças estão secas, em bom estado de conservação. As partes da pacá constituem emblemas de recordação das caçadas e do vínculo do entrevistado com o mato. Esses objetos adquirem valor simbólico como narradores silenciosos das histórias de caça e da interação com o ambiente natural. A imagem remete ao saber tradicional da caça por esporte, com forte caráter de memória e identidade pessoal, desvinculado de fins comerciais ou religiosos.

As presas e a pata de pacá expressam o mesmo sentido de continuidade da tradição e da lembrança da caça como experiência de vida. Assim como em diversas comunidades rurais, o ato de conservar partes de animais traduz o respeito ao saber ancestral e à transmissão oral de práticas que uniam sobrevivência, lazer e reconhecimento social (Alves, 2013).

As presas e a pata de pacá funcionam como narradores silenciosos das histórias de caça e da relação com o ambiente natural. A próxima fotografia amplia essa lógica simbólica ao introduzir um artefato que, além de memória, incorpora valores atribuídos ao próprio animal, como força, agilidade e resistência, reforçando o caráter identitário dessas práticas.

**Figura 29 - "Isso aqui é do veado catingueiro... ele é valente e ligeiro"**



**Fonte:** E8 -Imagem 22



**Fonte:** E8 -Imagem 23

A imagem na figura 29 do E8, representadas pela fonte de imagem 22 e 23 do formulário de coleta de imagem é formada por um chifre de veado. O chifre apresenta curvatura acentuada, tonalidade marrom escura, e superfície áspera, evidenciando o desgaste natural. O veado catingueiro, além de representar a fauna local, simboliza a conexão entre os moradores e o ambiente da Caatinga. A fala do entrevistado revela respeito e admiração pelo animal, não apenas como recurso alimentar, mas como símbolo de astúcia e sabedoria. Ao mesmo tempo, essa relação tradicional de caça, antes marcada por critérios de necessidade e celebração, hoje enfrenta forte repressão legal, refletindo a tensão entre modos de vida tradicionais e políticas ambientais que, frequentemente, desconsideram as particularidades culturais das populações que vivem em áreas de biodiversidade sensível.

O relato do entrevistado reforça que o chifre de veado não se limita a ser uma peça física, carrega significados associados à agilidade, resistência e proteção. O chifre do veado simboliza coragem e destreza. Esse artefato expressa um saber que ultrapassa gerações e enfrenta o conflito entre a preservação da cultura e a rigidez da legislação ambiental. O chifre de veado, então, torna-se resistência simbólica frente à modernização e às restrições legais, mantendo viva uma relação ancestral com o ambiente.

O chifre de veado revela o entrelaçamento entre práticas tradicionais e crenças protetivas. A atribuição de sorte e resistência a esses objetos reflete a valorização simbólica do animal como portador de força e sabedoria (Devine, 1989). A combinação de crença e memória manifesta uma forma de expressão cultural que resiste à homogeneização imposta por normas ambientais e pela modernidade.

O chifre do veado catingueiro, enquanto símbolo de coragem e destreza, evidencia a sobreposição entre memória, admiração pelo animal e resistência cultural frente às restrições legais. Essa articulação entre tradição e crença se intensifica na fotografia seguinte, que apresenta um objeto explicitamente associado à proteção espiritual e ao afastamento de forças negativas.

**Figura 30** - "O chocalho da cascavel é pra espantar mau-olhado, protege de olho gordo e de doença ruim."



**Fonte:** E8 -Imagem 24

O chocalho da cascavel apresenta estrutura segmentada, de coloração bege amarelada, com aparência ressecada e rígida. É formado por anéis sobrepostos que emitem som assim que agitados. O entrevistado evidencia uma dimensão espiritual no uso do chocalho, interpretado como amuleto contra forças negativas. O objeto carrega o poder simbólico da própria cascavel,

um réptil temido e respeitado, transferindo suas qualidades de alerta, proteção e defesa para quem o possui. Contudo, sua utilização materializa um ponto de fricção: enquanto reforça práticas culturais e crenças locais, colide diretamente com as normativas ambientais que vedam a utilização de partes de animais silvestres, revelando os desafios da convivência entre tradição e conservação.

O chocalho de cascavel, utilizado como amuleto contra o mau-olhado, exemplifica a existência de crenças supersticiosas que associam partes de animais à proteção e à energia espiritual, conforme observado em diversas práticas populares brasileiras (Alves, 2012). O uso do artefato reforça a ligação entre espiritualidade, natureza e defesa simbólica.

O chocalho da cascavel, utilizado como amuleto contra o mau-olhado, revela a força das crenças supersticiosas na atribuição de poderes simbólicos às partes dos animais. A fotografia seguinte mantém essa lógica de proteção, mas desloca o foco para o uso do couro da cascavel, evidenciando a combinação entre funcionalidade artesanal e significados espirituais.

**Figura 31** - "Isso aqui é couro de cascavel... É bom pra fazer cinta, chapéu, bainha de faca... O couro da cascavel é forte, bonito e quem usa fica protegido. O bicho tem força, e a gente carrega um pouco dessa força com ele."



**Fonte:** E8 -Imagem 25

O couro da cascavel apresenta textura rugosa e padrão de escamas em forma de losangos, alternando tons de bege, marrom e cinza. Está esticado, evidenciando um cuidado no

preparo artesanal. O couro da cascavel, segundo o relato, não é apenas matéria-prima, mais também um símbolo de força e proteção. A crença de que portar esse material transfere parte da “força” do animal revela uma cosmovisão em que natureza e cultura estão profundamente entrelaçadas. Todavia, esse uso artesanal e simbólico, hoje criminalizado pela legislação, expressa as tensões entre o direito cultural das populações tradicionais e as imposições de modelos conservacionistas que não dialogam com esses saberes locais.

O couro da cascavel, interpretado como material de força e proteção, reflete a lógica cultural que atribui aos animais silvestres qualidades transferíveis aos humanos. Essa crença, ainda comum em regiões rurais, expressa o reconhecimento da vitalidade e do poder simbólico da fauna como mediadora entre homem e natureza (Damisch, Stoberock e Mussweiler, 2010).

O couro da cascavel, interpretado como material de força e proteção, expressa uma cosmovisão que associa qualidades animais ao corpo humano. Essa atribuição simbólica também se manifesta em outras espécies, como demonstra a fotografia seguinte, que apresenta o couro de guaxinim associado à durabilidade, à sorte e à astúcia do animal.

**Figura 32** - "O couro do guaxinim é usado pra fazer coisa que dura: bainha, bolsa, capa de faca."



Fonte: E8 -Imagem 26

Trata-se de um pedaço de couro com pelagem densa, macia, predominantemente marrom, com manchas pretas e marrons. A peça mantém o formato irregular, típico de cortes manuais. A fala do entrevistado reforça a atribuição simbólica do guaxinim como animal associado à inteligência, astúcia e resistência. O couro não é apenas um recurso utilitário, mas também um talismã que carrega as qualidades do animal. Ao mesmo tempo, essa prática carrega

consigo os dilemas contemporâneos: a necessidade de preservar tradições culturais de populações locais e, por outro lado, a pressão de leis ambientais que criminalizam o uso de animais silvestres, sem oferecer alternativas viáveis de conciliação cultural e ecológica.

O couro de guaxinim, valorizado por sua durabilidade e sorte atribuída, traduz o entrelaçamento entre funcionalidade e crença. A ideia de que o uso do material confere resistência e esperteza reafirma o papel dos saberes populares na interpretação simbólica dos animais e de suas propriedades (Alves, 2017).

A valorização do couro de guaxinim como objeto funcional e talismã evidencia o entrelaçamento entre utilidade prática e crença simbólica. A fotografia seguinte aprofunda essa dimensão protetiva ao apresentar presas de caititu utilizadas como adornos pessoais, tradicionalmente associadas à coragem, à sorte e à identidade dos caçadores.

**Figura 33** – "Presas do caititu... Quem anda com isso tá protegido, tem coragem, sorte na caça e espanta coisa ruim."



**Fonte:** E8 -Imagem 27

O entrevistado afirma que antigamente, todo caçador tinha uma dessas no pescoço ou no chapéu. O par de presas do caititu apresenta coloração marfim com leve tom amarelado, polidas, com superfície lisa, formato curvo e pequenos orifícios, sugerindo uso como pingente ou adorno. As presas do caititu, segundo a narrativa, são objetos de proteção e identidade, fortemente vinculadas à tradição dos caçadores locais. Funcionam como símbolos de bravura, resistência e sorte. No entanto, esse uso reflete os atuais embates socioambientais, em que práticas antes comuns e socialmente aceitas são hoje criminalizadas, tensionando as relações entre conservação ambiental, respeito à fauna e preservação das práticas culturais locais.

As presas de caititu associadas à coragem e à sorte refletem a apropriação de partes animais como elementos de identidade e proteção pessoal. Tal prática, recorrente entre caçadores, exemplifica a crença no poder transferido do animal ao homem, configurando um elo simbólico entre tradição, masculinidade e natureza (Adeola, 1992).

As presas de caititu, carregadas como símbolos de bravura e proteção, reforçam a permanência de práticas culturais que atribuem poder às partes da fauna silvestre. Encerrando esse conjunto de imagens, a fotografia seguinte apresenta o rabo de tatu como amuleto protetivo, sintetizando a relação entre observação do comportamento animal, crença popular e construção simbólica da proteção no cotidiano.

**Figura 34** – "O rabo de tatu é pra proteção. Tem quem amarre na moto, na porta de casa."



**Fonte:** E8 -Figura 28

O entrevistado afirma que espanta olho gordo e mau agouro. É porque o tatu se fecha todo, se protege... a gente aprende com ele O objeto consiste na cauda segmentada de um tatu, com placas rígidas sobrepostas, coloração marrom clara e textura áspera. As articulações permanecem preservadas, conferindo flexibilidade à peça. O simbolismo do rabo de tatu está diretamente relacionado à defesa e proteção, tanto física quanto espiritual. Sua estrutura articulada, que permite ao animal se resguardar, é reinterpretada culturalmente como amuleto

contra perigos e energias negativas. Contudo, mais uma vez, essa prática, profundamente enraizada nas crenças e nos modos de vida locais, colide com as legislações ambientais que priorizam a proteção da fauna, sem, muitas vezes, considerar as dimensões culturais e espirituais desses usos.

O rabo de tatu, utilizado como amuleto contra o mau-olhado, representa a continuidade de crenças populares que interpretam comportamentos e características animais como lições de proteção e defesa. O uso cotidiano desses objetos, mesmo em contextos modernos, mostra como a superstição e o saber tradicional permanecem articulados à experiência cultural e à convivência com a fauna (Block e Kramer, 2009).

O rabo de tatu, interpretado como amuleto de proteção e defesa simbólica, encerra um conjunto de imagens marcado por crenças supersticiosas, usos protetivos e apropriações espirituais da fauna silvestre. Contudo, a relação com os animais não se limita a esses significados simbólicos, manifestando-se também de forma direta na alimentação e nas práticas culinárias tradicionais. Nesse sentido, a fotografia seguinte desloca o olhar analítico para o consumo alimentar de insetos, introduzindo a tanajura como elemento central de práticas familiares, afetivas e ritualizadas no contexto doméstico.

**Figura 35 – " Tanajuras já preparadas para o consumo pela mamãe"**



**Fonte:** E9 -Imagen 29

A imagem revela tanajura em um prato branco numa mesa com toalha xadrez. Já o relato da entrevistada sobre o preparo feito por sua mãe e tios em momentos de chuva, como parte de

um "evento familiar". A prática continua viva quando ela retorna à Paraíba, sendo a tanajura congelada e guardada como um presente culinário.

A apresentação da tanajura em um prato de porcelana remete ao tratamento da iguaria como algo digno de celebração. A toalha colorida reforça o tom doméstico, alegre e familiar, enquanto o prato branco exalta o contraste entre o cotidiano e a excepcionalidade do alimento, Prevelando respeito e valorização cultural.

A tanajura apresentada como alimento preparado no ambiente familiar evidencia o caráter afetivo, memorial e celebrativo dessa prática culinária, fortemente associada à convivência e à tradição. Dando continuidade a essa dimensão alimentar, a próxima fotografia aprofunda o olhar sobre o processo de preparo artesanal do inseto, destacando as técnicas, os utensílios e os saberes tradicionais envolvidos na torrefação, bem como a dimensão coletiva e ritualística que acompanha o consumo da tanajura em diferentes contextos.

**Figura 36** – “Tanajuras prontas para o consumo após o processo de torrefação artesanal”



**Fonte:** E12 -Imagem 29

**Fonte:** E12 -Imagen 30

**Fonte:** E12 -Imagen 31

A análise denotativa mostra uma pessoa em pé (visão do próprio corpo) segurando uma colher de madeira, mexendo uma panela com tanajuras sobre uma grelha. Na imagem seguinte, uma panela de alumínio com tanajuras torradas sobre grelha metálica em cima de um fogareiro. Os insetos estão escuros, indicando cocção avançada. Na terceira imagem, uma colher metálica com tanajuras tostadas sobre a panela preta. O entrevistado descreve que o consumo da tanajura está relacionado a uma época específica do ano, em que há expectativa e mobilização para a coleta. A imagem expressa visualmente esse momento de abundância e preparo que ele vivencia

desde a infância.

A análise conotativa evidencia uma forte relação com a cultura rural e saberes tradicionais. O uso do pilão, do chão de pedra e da colher de pau remete à ancestralidade e à memória coletiva das práticas alimentares do interior. O preparo do alimento é um processo artesanal, reforçando a estética da rusticidade e do saber popular. A imagem destaca o alimento como algo valioso, colocando-o no centro da atenção. A rusticidade da parede e da panela reforça o cenário doméstico rural.

O consumo da tanajura, evidenciado nas entrevistas dos participantes E9 e E12, revela um símbolo cultural compartilhado que transcende a simples alimentação. Ambos os entrevistados, ainda que com experiências distintas, o entrevistado E9 com experiências mais voltada à memória, o E12 voltado à prática ativa, atribuem à tanajura um significado afetivo, ritualístico e identitário. A análise semiótica das imagens fornecidas por cada um evidencia não apenas o gesto de comer, mas o valor simbólico de uma prática coletiva enraizada na tradição familiar e regional.

O consumo de tanajuras, tal como descrito nas imagens, expressa práticas culturais que ligam alimentação, memória e identidade regional. A preparação realizada por familiares, especialmente em períodos de chuva, reflete a transmissão de saberes tradicionais e a importância simbólica do alimento como elemento de união e celebração. Essa prática, profundamente enraizada no cotidiano rural, demonstra o papel dos insetos na dieta e na cultura alimentar brasileira, tal como identificado por Alves (2009) ao destacar o consumo de espécies silvestres no semiárido nordestino como forma de subsistência e tradição.

O preparo artesanal da tanajura, utilizando instrumentos como pilão, grelha e colher de pau, remete ao saber popular e à ancestralidade, aproximando-se das descrições de Mendes (2020) sobre o consumo de animais silvestres como manifestação da relação entre cultura, ambiente e identidade local. A valorização do processo de torrefação e o cuidado no preparo reforçam o caráter ritualístico do ato de consumir, revelando uma forma de pertencimento cultural que ultrapassa o aspecto alimentar.

A persistência dessa prática, tanto na memória afetiva de E9 quanto na execução ritual do E12, confirma o que Alves (2013) aponta sobre a multiplicidade de usos e significados atribuídos à fauna nas culturas regionais do Brasil. O consumo das tanajuras não se restringe à nutrição, mas constitui um símbolo de continuidade cultural, que expressa vínculos familiares e respeito pelos saberes tradicionais transmitidos entre gerações.

A seguir, o quadro resume essas convergências e especificidades pelos entrevistados E9

e E12.

**Quadro 15-** Práticas, memórias e significados simbólicos no consumo da tanajura (E9 x E12)

Elemento	E12 – Participação ativa	E9 – Memória e continuidade
<b>Prática</b>	Prepara e consome a tanajura regularmente	Consome ocasionalmente, ligada à mãe e à infância
<b>Contexto visual</b>	Quintal rústico, utensílios manuais, relação direta	Ambiente doméstico, prato servido, recepção familiar
<b>Cultura e memória</b>	Aprendeu com familiares, mantém a prática	Rememora eventos coletivos da infância rural
<b>Simbolismo das imagens</b>	Participação ativa, transmissão intergeracional	Preservação afetiva, valorização da origem cultural

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Dessa forma, percebe-se que, mesmo com variações no modo de vivência e frequência de consumo, a tanajura funciona como um marcador de pertencimento sociocultural. A prática alimenta não apenas o corpo, mas também a memória coletiva e os vínculos intergeracionais. Essa intersecção entre imagem, narrativa e tradição evidencia como os elementos da cultura alimentar podem resistir ao tempo e às transformações sociais, mantendo-se vivos tanto na prática cotidiana quanto nas lembranças afetivas.

Cada uma tem um valor simbólico, medicinal ou cultural."Por fim, o conjunto das análises reforçou a relevância do método para a compreensão das subjetividades e das práticas culturais dos participantes, oferecendo subsídios para interpretar o entrelaçamento entre imagem, palavra e contexto social na construção dos significados atribuídos às fotografias.

#### 4.2.1 Integração de Multiplos Elementos

As imagens analisadas expressam dimensões interconectadas que ultrapassam o simples registro do consumo de animais silvestres, articulando memória afetiva, práticas tradicionais, crenças espirituais e pertencimento cultural. Conforme Penn (2008) e Croghan et al. (2008), a leitura semiótica permite compreender como o signo visual, o objeto, o animal ou o utensílio adquire significado a partir de sua inserção em práticas cotidianas e discursos sociais.

Nos casos analisados, as fotografias integram elementos materiais e simbólicos, revelando quatro núcleos de sentido recorrentes:

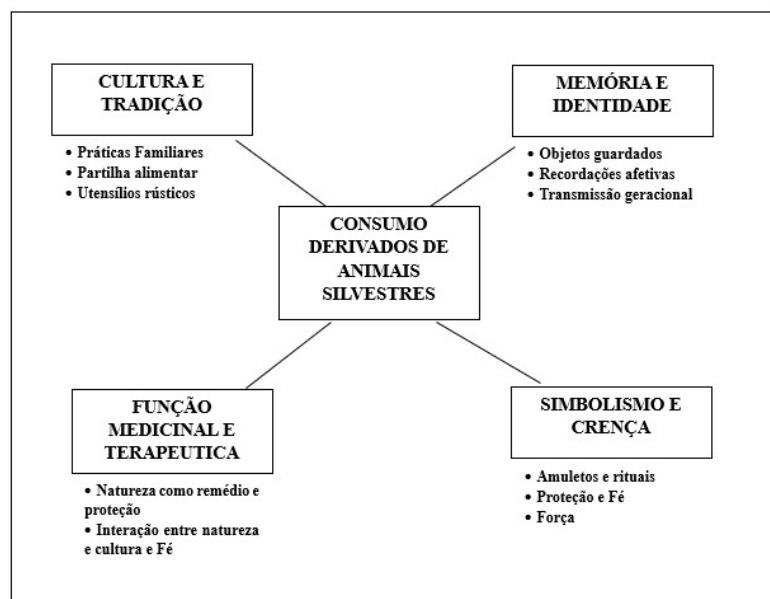
1. **Cultura e tradição familiar** — evidenciadas nas práticas herdadas de caça, preparo e

uso ritual dos animais, como nas imagens do E2, E9 e E12, que representam o *ato de cozinhar, partilhar e relembrar* o alimento como herança intergeracional.

2. **Memória e identidade** — observada nos objetos guardados (mandíbula, couro, presas, rabo, amuletos), que funcionam como **arquivos de experiência e pertencimento**.
3. **Simbolismo e sacralização** — presente nas imagens dos entrevistados ligados a práticas religiosas ou de proteção espiritual (E6, E8), nas quais o animal se converte em mediador entre o humano e o sagrado.
4. **Função medicinal e zooterápica** — perceptível em E4 e E5, nos quais o animal é integrado ao saber curativo popular, conferindo à natureza uma dimensão terapêutica e espiritual.

A Figura 37 reúne visualmente esses quatro núcleos interpretativos, permitindo observar como as práticas de consumo, memória, cura e simbolismo se articulam no cotidiano dos participantes. Ao integrar elementos materiais, afetivos e rituais, a figura evidencia a complexidade cultural atribuída aos derivados de animais silvestres, funcionando como um mapa conceitual que amplia a compreensão das relações entre tradição, identidade e significados simbólicos presentes na pesquisa.

**Figura 37 – Mapa dos elementos extraídos da análise das imagens**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Essas dimensões se sobrepõem e formam um sistema de significados complexos, em que o consumo, o uso ou a preservação de partes animais são práticas carregadas de afeto, fé e

resistência cultural. Tal integração reflete o que Alves (2012) denomina “ecologia simbólica”, na qual a fauna silvestre é simultaneamente natureza, remédio, alimento e amuleto, e esta tese denomina “cosmologias simbólicas do consumo” .

#### **4.2.2 Reflexões achados das fotografias**

As descrições oferecidas pelos entrevistados enriquecem profundamente a leitura dos signos presentes nos objetos, revelando que cada peça carrega não apenas uma função material, mas também uma carga simbólica, afetiva e espiritual. Esses artefatos não são apenas produtos do extrativismo, mas expressões de uma cosmologia própria, onde natureza, cultura, espiritualidade e identidade estão interligadas.

As tensões entre conservação ambiental e preservação cultural são um fenômeno complexo, que revela o choque entre legislações ambientais formuladas a partir de modelos urbanos, ocidentais e universalizantes e os modos de vida tradicionais que incorporam práticas culturais relacionadas ao uso de animais silvestres (Adeola, 1992; Alves, 2012). Essas legislações, muitas vezes rígidas e punitivas, acabam por criminalizar saberes e práticas ancestrais, que não apenas configuram formas de subsistência e alimentação, mas também sustentam identidades e cosmovisões comunitárias (BRASIL, 1998; Cajaiba; Silva; Piovesan, 2015).

Tal criminalização assume um caráter simbólico profundo, pois a negação dessas práticas representa uma deslegitimização do pertencimento cultural e da transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais (Alves, 2009; Da Câmara Cascudo, 2017). Além disso, a comercialização e o consumo de carne de animais silvestres, embora controversos sob a ótica da conservação da biodiversidade e dos riscos zoonóticos (Cantlay; Ingram; Meredith, 2017; Chaves et al., 2019), são práticas culturais e econômicas que garantem a segurança alimentar em comunidades rurais e indígenas (El Bizri, 2020; Mack, 2018).

As superstições e crenças associadas ao uso de partes animais em rituais e medicina popular também são elementos que reforçam a dimensão cultural desses hábitos (Farias, 2020; Hamid; Sami, 2016). Portanto, a tensão se manifesta não apenas em um plano jurídico ou ecológico, mas também em um plano epistemológico e simbólico, exigindo abordagens que conciliem a conservação da fauna com o respeito à diversidade cultural e à autonomia dos povos tradicionais, reconhecendo a complexidade dos processos de consumo e produção de bens culturais e alimentares (Fromentin et al., 2023; Davis; Ozanne, 2016; Askegaard; Linnet, 2011).

A transformação do consumo, nesse contexto, implica uma reavaliação crítica dos paradigmas que guiam políticas ambientais, promovendo diálogos interculturais e estratégias participativas que possam harmonizar as demandas socioambientais com os direitos culturais, visando o desenvolvimento sustentável e o bem-estar comunitário (Davis et al., 2013; Kadic-Maglajlic, 2019).

Por fim, a análise integrada dos depoimentos e imagens revela que o consumo de animais silvestres, em suas múltiplas formas, como alimentar, medicinal, simbólica e ritualística, está profundamente enraizado em práticas cotidianas e crenças transmitidas entre gerações. Ainda que as motivações variem entre os entrevistados, observa-se que a cultura, a tradição familiar e os saberes populares são aspectos centrais para a legitimação dessas práticas. Ao mesmo tempo, o simbolismo atribuído aos objetos e imagens reforça o papel desses elementos como marcadores de pertencimento, identidade cultural e resistência, mesmo em contextos de crescente urbanização e regulação ambiental.

#### **4.2.2.1 Como o simbolismo e a cultura são descritos pelos entrevistados nas fotos?**

Por meio das imagens analisadas, percebe-se que o simbolismo associado às partes de animais silvestres reflete uma construção cultural profundamente enraizada nos saberes tradicionais e nas práticas cotidianas dos entrevistados. Cada objeto carrega significados que vão além de sua materialidade, funcionando como marcadores de identidades, proteção espiritual, força, sorte e conexão com a natureza. Nos relatos, os entrevistados atribuem valores simbólicos claros. O couro e a banha de cascavel, por exemplo, são descritos como um amuleto contra o mau-olhado e energias negativas; o chocalho da cascavel representa força e proteção; as presas do caititu simbolizam coragem e resistência; e o rabo de tatu é visto como um instrumento de sorte e proteção.

Esse entendimento está alinhado às discussões de Alves (2012), que destaca como a fauna, especialmente no contexto brasileiro, desempenha papel central nas práticas mágicas, religiosas e terapêuticas, sendo os animais vistos como detentores de propriedades que transcendem o físico, ocupando um lugar de destaque no imaginário coletivo e na cosmologia local. Da mesma forma, Adeola (1992) observa que, em diversas culturas, os animais e suas partes são elementos indispensáveis na mediação entre o mundo material e o espiritual, funcionando como instrumentos de proteção, cura e manutenção da ordem social e espiritual. Esses discursos revelam uma visão de mundo em que a natureza não é apenas fonte de recursos,

mas também de poder simbólico e espiritual. Tal percepção ecoa as reflexões de Askegaard e Linnet (2011), que argumentam que o consumo cultural não se limita a funções utilitárias, mas constitui um campo de significados, onde os objetos, neste caso, partes de animais, são carregados de narrativas, crenças e identidade. Este consumo simbólico está intrinsecamente ligado às estruturas socioculturais e à construção de sentido dentro dos grupos sociais.

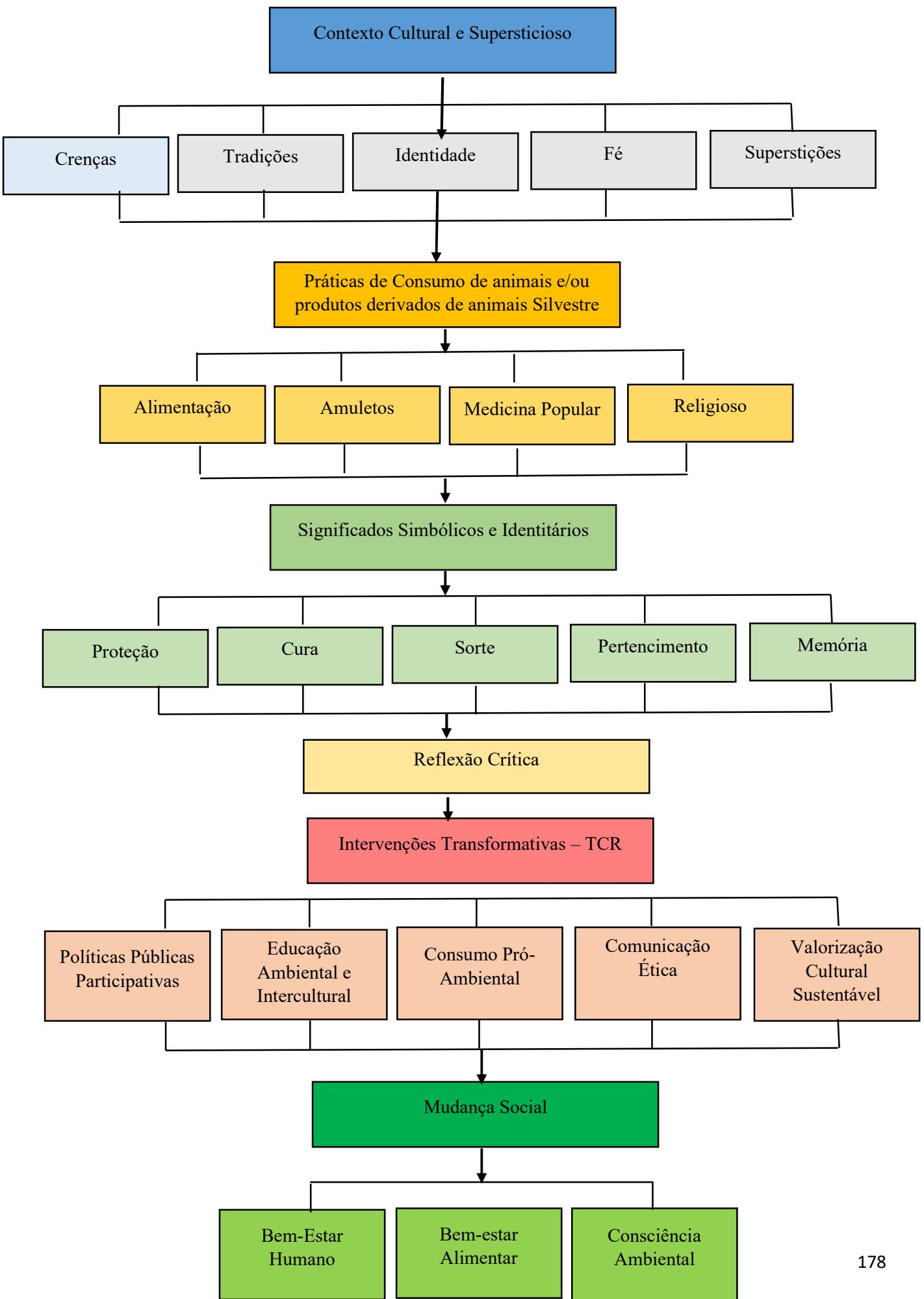
Ao mesmo tempo, a narrativa revela um sentimento de pertencimento e continuidade cultural, no qual esses objetos são transmitidos entre gerações como heranças materiais e imateriais. Esse processo reflete o que Campos (1967) e Da Câmara Cascudo (2017) já apontavam nas tradições populares do Nordeste, onde elementos naturais são convertidos em símbolos de proteção, saúde e sorte, integrando práticas que atravessam gerações.

Essa relação evidencia que, para os entrevistados, os animais não são vistos apenas como seres biológicos, mas como portadores de atributos espirituais e culturais indispensáveis na manutenção de suas práticas, crenças e modos de vida. Contudo, como salientam Blair, Le e Sterling (2017) e Bennett e Robinson (2000), este uso tradicional entra frequentemente em tensão com as legislações ambientais contemporâneas, que não consideram, em muitos casos, os significados culturais e simbólicos atribuídos pelos grupos locais. Isso levanta discussões cruciais sobre a necessidade de construir políticas de conservação que dialoguem com os saberes tradicionais e com as práticas culturais, evitando a criminalização pura e simples de tradições ancestrais.

#### **4.3 Framework Teórico-Transformativo do Consumo de Animais Silvestres**

Com base nos achados da tese, o framework a seguir sintetiza a articulação entre os elementos culturais, simbólicos e supersticiosos que sustentam o consumo de produtos derivados de animais silvestres e os caminhos transformativos propostos pela abordagem da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR). O modelo representa o processo de transformação que parte da compreensão das crenças e práticas culturais em direção à promoção do bem-estar humano, alimentar e ambiental, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade e da ética do cuidado.

**Figura 38** – Framework Teórico-Transformativo do Consumo de Animais Silvestres



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

O framework propõe uma leitura integrada do fenômeno do consumo de animais silvestre e/ou derivados de animais silvestres sob a ótica da CCT e da TCR. Na base do modelo encontram-se os contextos culturais e supersticiosos que moldam as crenças e práticas de consumo, revelando dimensões simbólicas de identidade, memória e pertencimento. Essas práticas, muitas vezes legitimadas por tradições familiares e regionais, expressam valores de fé, proteção e poder simbólico. O núcleo do framework é a 'reflexão crítica', mediada pela pesquisa e pela educação, que permite reinterpretar essas práticas à luz de valores sustentáveis e éticos. A partir daí emergem as 'intervenções transformativas' da TCR, programas de educação intercultural, políticas públicas sensíveis, comunicação ética e ações colaborativas, que visam promover o bem-estar humano, alimentar e ambiental. O movimento resultante configura um ciclo de transformação social, onde o conhecimento acadêmico e o saber

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, desenvolvida na perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da *Transformative Consumer Research* (TCR), permitiu compreender o consumo de animais silvestres e/ou produtos derivados de silvestres no Brasil como um fenômeno cultural de várias maneiras, mostrando as dimensões simbólicas, afetivas e identitárias que dialogam com tradições, crenças e modos de vida locais. Os resultados evidenciam que o consumo ultrapassa o aspecto utilitário, configurando-se como prática de memória, pertencimento e resistência cultural, ainda que envolta em dilemas éticos e ambientais. A partir dessa compreensão, o estudo oferece contribuições teóricas e contribuições sociais ao propor caminhos educativos e dialógicos que conciliem conservação ambiental, respeito cultural e bem-estar coletivo.

### 5.1. Lacuna Teórica

A tese preenche uma lacuna teórica ao integrar, de forma inédita no contexto brasileiro, a Teoria da Cultura de Consumo (CCT) e a Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) para compreender o consumo de produtos derivados de animais silvestres.

Até o momento, a literatura nacional e internacional sobre o tema tem se concentrado em abordagens biológicas, econômicas ou legais, discutindo o tráfico, o consumo alimentar ou o impacto ecológico da fauna silvestre, negligenciando as dimensões simbólicas, supersticiosas e culturais que sustentam tais práticas.

A lacuna teórica, portanto, reside na ausência de estudos que articulem o consumo supersticioso e os significados culturais atribuídos aos animais silvestres dentro da estrutura interpretativa da CCT, e que ao mesmo tempo utilizem a TCR como eixo de transformação social e ambiental.

Enquanto a CCT permite compreender as práticas de consumo como expressão de identidade, memória e pertencimento cultural, a TCR amplia o escopo analítico ao propor ações orientadas ao bem-estar coletivo e à sustentabilidade. Assim, a tese preenche um vazio entre a interpretação cultural do consumo e a aplicação prática de princípios transformativos, um espaço teórico até então pouco explorado na literatura de marketing e comportamento do consumidor.

Essa integração teórica inaugura uma perspectiva inovadora: a análise do consumo supersticioso de fauna silvestre como prática cultural que pode ser transformada eticamente, sem deslegitimar suas raízes simbólicas. Ao articular tradição, crença e sustentabilidade, o

estudo propõe um novo eixo dentro do campo da CCT, o consumo supersticioso amplia os horizontes epistemológicos da área.

## 5.2 Contribuições teóricas

A presente tese buscou responder à pergunta de pesquisa: o que leva indivíduos, na atualidade, ao consumo de produtos derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro? A pesquisa analisou como a cultura popular molda e legitima essas práticas, e de que forma é possível promover transformações éticas e educativas sem desconsiderar os saberes tradicionais. Os resultados revelaram que o consumo de fauna silvestre transcende a dimensão alimentar, sendo permeado por crenças de cura, proteção, pertencimento e identidade. Assim, a pesquisa amplia a compreensão do consumo de produtos derivados de animais silvestres ao interpretá-lo sob as perspectivas da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da *Transformative Consumer Research* (TCR).

A presente tese teve como objetivo central compreender o que leva indivíduos, na atualidade, ao consumo de produtos derivados de animais silvestres no contexto brasileiro. A análise das entrevistas e imagens coletadas evidenciou que esse consumo não se reduz a uma prática alimentar ou econômica racional, mas reflete um fenômeno sociocultural profundamente enraizado em crenças, tradições e significados simbólicos. Os entrevistados revelaram em suas falas que o ato de consumir animais silvestres está associado à memória familiar, ao prazer sensorial, ao pertencimento e à continuidade de saberes locais, demonstrando que o consumo é também uma forma de expressar identidade, afetividade e resistência cultural diante das transformações sociais e ambientais contemporâneas.

No que se refere ao primeiro objetivo específico de compreender os motivos que levam os consumidores a adquirir ou consumir animais silvestres e seus derivados, observou-se que as justificativas vão além da necessidade material. As práticas relatadas foram motivadas por aspectos simbólicos e emocionais, como o valor atribuído à tradição, à curiosidade e à busca por distinção ou autenticidade cultural. O consumo, em muitos casos, aparece como expressão de vínculos afetivos e de pertencimento a uma coletividade que mantém a fauna como parte integrante de sua vida cotidiana e de suas práticas culturais.

Quanto ao segundo objetivo de interpretar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo de animais selvagens ou partes desses animais, os resultados revelaram que as superstições exercem papel central na legitimação dessas práticas. O uso de partes

animais em amuletos, chás ou oferendas foi relatado como forma de proteção, cura e fortalecimento espiritual. Essas práticas se sustentam diversas formas na qual o animal é visto como conjunto de crenças, valores e explicações simbólicas mediador entre o humano e o sagrado, dotado de força vital e poder simbólico. As crenças supersticiosas, portanto, não devem ser compreendidas como irracionais, mas como parte de um sistema cultural de significação que orienta comportamentos e organiza a relação com o mundo natural.

Em relação ao terceiro objetivo, propor ações transformativas voltadas ao bem-estar humano, alimentar e ambiental, a pesquisa aponta a necessidade de estratégias educativas e comunicacionais que conciliem respeito cultural e conservação da biodiversidade. Propõe-se o desenvolvimento de campanhas de educação ambiental e alimentar que valorizem os saberes tradicionais, mas que também estimulem a reflexão crítica sobre os impactos ecológicos e éticos do consumo de fauna silvestre. A partir da perspectiva da TCR, essas ações devem ser dialógicas e participativas, incentivando alternativas sustentáveis, como o uso de réplicas artesanais, substitutos vegetais e práticas simbólicas não predatórias.

A partir da aplicação da Análise Temática de Braun e Clarke (2006), observou-se que as práticas relatadas pelos entrevistados expressam modos de vida e sistemas de crenças enraizados em tradições locais, revelando interações complexas entre natureza, cultura e identidade. O tema Tempo de Consumo demonstrou que a relação com a fauna silvestre se configura em temporalidades distintas, do uso esporádico ao contínuo, e que a regularidade do consumo está condicionada à disponibilidade ambiental, às condições socioeconômicas e à presença de saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Essa variabilidade temporal indica que o consumo não é apenas uma resposta à escassez de recursos, mas também um marcador de pertencimento e continuidade cultural, que mantém vivas formas de interação com o meio natural.

A categoria Superstição revelou o peso das crenças populares e religiosas como força estruturante das práticas de consumo, associando o uso de partes animais à cura, proteção e sacralização. A presença de amuletos, o uso terapêutico de carnes e gorduras e os rituais de sacralização evidenciam a coexistência de rationalidades simbólicas e empíricas no cotidiano das comunidades. Tais práticas, ainda que hoje confrontadas por discursos legais e científicos, sustentam formas de resistência cultural que reafirmam valores ancestrais e modos de compreender o corpo, a saúde e o sagrado. Nesse contexto, a superstição se revela como elemento de mediação entre o humano e o não humano, legitimando a continuidade de práticas tradicionais diante de um cenário de crescente criminalização.

As Motivações para o Consumo confirmam que o ato de consumir animais silvestres não pode ser explicado de forma linear. Ele envolve uma teia de razões que vão do prazer sensorial e da curiosidade ao sentido de necessidade, religiosidade e identidade. O consumo aparece, portanto, como prática situada e dotada de sentido, construída socialmente e reinterpretada à luz das experiências individuais e coletivas. À semelhança do que propõe a *Consumer Culture Theory* (Arnould; Thompson, 2007), os resultados evidenciam que os entrevistados atribuem significados que transcendem a materialidade do consumo, integrando-o à memória, à espiritualidade e à estética do viver. Assim, o animal silvestre, seja como alimento, remédio ou símbolo, representa uma ponte entre a tradição e o presente, entre o cuidado e o domínio, entre a necessidade e o afeto.

A categoria Consumo Simbólico evidenciou que o ato de consumir vai além da materialidade, funcionando como um marcador de status, distinção e pertencimento. A caça por esporte e o consumo por preferência alimentar revelam uma dimensão estética e simbólica do prazer, associada ao desafio e à celebração coletiva. O consumo por tradição e em datas comemorativas, como batizados e festas familiares, insere o alimento silvestre no campo ritual da sociabilidade, reforçando laços comunitários e a continuidade das práticas regionais. O vínculo afetivo com os animais silvestres, observado em narrativas de criação doméstica, revela a humanização do animal e a transformação de práticas de posse em relações de cuidado e afeto, nas quais o animal passa a ocupar um lugar simbólico de companheirismo e memória familiar.

As práticas de Consumo Funcional/utilitário confirmam a diversidade de formas de uso e o enraizamento cultural dessas ações. O consumo alimentar, medicinal, ritualístico e decorativo reflete múltiplas relações entre humanos e animais, nas quais o corpo animal é simultaneamente recurso e símbolo. A continuidade dessas práticas expressa o valor da tradição e o papel das representações culturais na legitimação do consumo. As técnicas de preparo culinário, como o uso de leite de coco, churrascos e torrefação de tanajuras, demonstram a importância do saber culinário local e o valor afetivo atribuído à alimentação compartilhada. Já o consumo turístico e o experimental evidenciam novas formas de interação simbólica com a fauna, nas quais o contato com o “exótico” e o “natural” assume significados de distinção, curiosidade e pertencimento a um imaginário ambiental contemporâneo.

A dimensão dos impactos e representações amplia essa compreensão ao evidenciar como os entrevistados constroem diferentes percepções sobre as consequências ambientais, econômicas e sociais desse consumo. As falas revelam uma consciência ambiental fragmentada, onde o ato de consumir animais é frequentemente percebido como natural ou benéfico, sem

reconhecimento pleno dos desequilíbrios ecológicos causados pela prática. Essa visão reforça o distanciamento entre o saber tradicional e a noção científica de conservação, demonstrando que a relação com a natureza permanece mediada por valores simbólicos, religiosos e culturais que legitimam o uso da fauna como fonte de sustento e significado.

Os impactos econômicos e sociais observados nas narrativas reforçam o papel ambíguo do consumo na dinâmica comunitária. Para alguns entrevistados, a prática é vista como oportunidade de renda e sobrevivência, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica. Para outros, ela representa uma atividade sem relevância econômica significativa e associada à informalidade e à ilegalidade. Essa ambiguidade reflete a coexistência de três padrões principais: uma visão utilitarista, que entende o consumo como meio de subsistência; uma visão cultural, que o reconhece como expressão de tradição e identidade; e uma visão crítica, que associa a prática a riscos ambientais, sanitários e éticos. A diversidade dessas interpretações confirma que o consumo de fauna silvestre é um fenômeno social e culturalmente situado, fortemente condicionado por fatores econômicos, simbólicos e geográficos.

A percepção comunitária e o conhecimento da legislação ambiental revelam outro aspecto central. As falas mostram que, em muitas regiões, o consumo é socialmente aceito, sendo interpretado como prática cultural legítima, mesmo diante de sua proibição legal. Essa naturalização demonstra que o discurso jurídico ainda não dialoga de forma efetiva com as práticas locais, produzindo distanciamento entre a norma e o cotidiano. A maioria dos entrevistados reconhece que “é proibido”, mas desconhece as razões ecológicas e éticas dessa restrição, o que evidencia uma lacuna informacional e educativa. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à educação ambiental e cultural, que promovam uma compreensão crítica sobre a importância da conservação da fauna e das consequências do consumo.

As alternativas ao consumo apresentadas pelos participantes apontam caminhos de transformação possíveis, baseados em educação, substituição alimentar e valorização cultural. As falas indicam o desejo de preservação das tradições, desde que mediadas por novas formas de convivência sustentável com a natureza. As sugestões de criação doméstica de animais de corte, o incentivo à conscientização escolar e a promoção de campanhas educativas revelam o potencial de mudança comportamental quando há acesso à informação e diálogo respeitoso com as comunidades. Essas propostas se alinham à abordagem transformativa da pesquisa, que busca conciliar o respeito à cultura com a necessidade de conservação ambiental.

A aplicação da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da *Transformative Consumer*

*Research* (TCR) possibilitou entendimento e crítica das práticas observadas. A CCT permitiu compreender que o consumo de animais silvestres é também uma prática de construção identitária, na qual os indivíduos expressam pertencimento, distinção e crenças. O consumo se articula com microculturas locais, redes simbólicas e tradições familiares que moldam o comportamento e o significado atribuído aos animais. Por sua vez, a TCR ofereceu o aporte para refletir sobre o papel social e ético da pesquisa, propondo que as investigações em consumo busquem contribuir para o bem-estar humano, social e ambiental. Sob essa perspectiva, a transformação não deve ser imposta, mas construída de modo dialógico, respeitando o tempo e o sentido das culturas envolvidas.

As análises fotográficas complementaram as interpretações obtidas nas entrevistas ao permitir uma leitura visual das relações simbólicas, afetivas e culturais que sustentam o consumo de animais silvestres. As imagens, ao lado dos relatos orais, evidenciaram como os sujeitos constroem significados que atravessam dimensões materiais e imateriais do cotidiano. As representações visuais revelaram não apenas práticas de caça, criação ou consumo, mas também expressões de identidade, memória, fé e pertencimento, confirmando que o vínculo entre humanos e fauna é mediado por valores simbólicos profundamente enraizados.

As fotografias analisadas mostraram que o uso de animais silvestres e de seus derivados se manifesta de múltiplas formas, variando entre a alimentação, a zooterapia, o amuleto protetor, o troféu e o artefato de recordação. Essas práticas, visualmente registradas e narradas pelos próprios entrevistados, evidenciam um *continuum* entre necessidade, tradição e espiritualidade. As cenas domésticas e os objetos guardados, como couros, presas, chocinhos e partes corporais, revelam um sistema de significados em que o animal é simultaneamente matéria e símbolo, utilidade e crença. Essa sobreposição de sentidos confirma a presença de uma cosmologia local em que natureza, cultura e espiritualidade coexistem em equilíbrio dinâmico.

A leitura semiótica das imagens reforça que o consumo e a apropriação da fauna silvestre não podem ser compreendidos apenas a partir de parâmetros normativos ou ecológicos. A interpretação simbólica atribuída pelos participantes evidencia a permanência de práticas que expressam modos de vida, valores coletivos e formas de conhecimento transmitidas entre gerações. As imagens de cativeiro, de preparo culinário, de uso medicinal e de coleções artesanais ilustram não apenas a materialidade dessas práticas, mas sua legitimidade cultural. Tal perspectiva converge com a abordagem da *Consumer Culture Theory*, ao demonstrar que os objetos e as práticas de consumo constituem veículos de expressão identitária e

pertencimento, e com a *Transformative Consumer Research*, ao indicar a necessidade de uma leitura ética e educativa que favoreça a transformação social sem romper os vínculos culturais.

A associação entre o discurso e a imagem torna visível que as práticas envolvendo a fauna são atravessadas por tensões entre tradição e conservação, afeto e proibição, identidade e legislação. O uso simbólico de partes de animais como elementos de proteção, cura ou memória revela uma forma de resistência cultural frente à padronização dos modos de vida e à rigidez das normas ambientais. Ao mesmo tempo, essa resistência não se traduz em oposição à conservação, mas em um pedido de reconhecimento das múltiplas rationalidades que orientam o viver e o consumir nas comunidades locais.

A análise das fotografias também confirma que o consumo de animais silvestres é uma forma de comunicação cultural, na qual os objetos, alimentos e rituais carregam narrativas de quem os produz e utiliza. As imagens, portanto, funcionam como mediadoras entre o visível e o invisível, revelando uma poética da relação homem-fauna que ultrapassa as fronteiras do utilitarismo. Esse conjunto visual, articulado aos depoimentos, compõe um retrato sociocultural de práticas que, embora marcadas por contradições, expressam a vitalidade e a complexidade do imaginário popular brasileiro.

Assim, ao reunir as dimensões discursivas e visuais, esta pesquisa reafirma que o consumo de produtos derivados de animais silvestres no Brasil é um fenômeno cultural denso, em que crença, afeto e tradição se entrelaçam a questões ambientais e éticas. As análises apontam que qualquer intervenção transformativa precisa considerar não apenas os impactos ecológicos, mas também o repertório simbólico que sustenta tais práticas. A educação ambiental e cultural emerge, portanto, como instrumento fundamental de mediação entre conservação e cultura, capaz de promover novas formas de diálogo e de pertencimento.

Este estudo amplia os debates da *Consumer Culture Theory* (CCT) ao incorporar o consumo supersticioso e simbólico de animais silvestres como uma forma de expressão cultural complexa, historicamente marginalizada no campo dos estudos de consumo. Ao considerar essas práticas como parte de sistemas culturais significativos, a pesquisa contribui para revelar dimensões pouco exploradas das relações entre crença, identidade e mercado.

Além disso, o trabalho introduz o conceito de consumo supersticioso pró-ambiental, propondo que práticas culturais enraizadas podem ser reinterpretadas sob a lógica do bem-estar e da sustentabilidade. Essa perspectiva sugere que tradições não precisam ser vistas apenas como obstáculos às políticas ambientais, mas também como oportunidades para diálogo, ressignificação e engajamento comunitário.

O estudo integra a CCT e a TCR em um modelo teórico que busca a reconciliação entre tradição e conservação, oferecendo uma nova lente analítica para pesquisas interessadas em compreender e transformar práticas de consumo culturalmente sensíveis. Essa articulação amplia o escopo interpretativo dos estudos de consumo e fortalece abordagens comprometidas com impactos sociais e ambientais positivos.

Diante disso, as análises confirmam a necessidade de políticas e ações educativas que respeitem os contextos culturais e incentivem práticas de consumo conscientes, sustentáveis e pró-conservação, sem deslegitimar os saberes locais. Dessa forma, a transformação proposta por esta pesquisa não se restringe à mudança comportamental, mas propõe um movimento de reconciliação entre tradição e sustentabilidade, permitindo que a herança simbólica e o cuidado com a vida possam coexistir em um mesmo horizonte de bem-estar humano, social e ambiental.

Por fim, a pesquisa evidencia que o consumo supersticioso de produtos de origem animal não pode ser reduzido a uma prática irracional ou ilegal. Ele reflete um sistema simbólico complexo, em que os objetos e substâncias de origem animal são investidos de poder, cura e proteção. Ao mesmo tempo, a compreensão transformativa sugere que é possível preservar os significados espirituais e sociais dessas práticas por meio de alternativas criativas e sustentáveis, como o uso de réplicas artesanais e a substituição de produtos de origem animal por equivalentes culturais simbólicos. Esse processo implica em diálogo entre ciência, tradição e política pública, de modo a construir estratégias de conservação que respeitem a diversidade cultural.

### **5.3 Contribuição Acadêmica**

A contribuição acadêmica da tese é metodológica e social e transformativa, alinhada à proposta transformativa da TCR:

#### **5.3.1. Contribuição metodológica**

A pesquisa utilizou uma triangulação metodológica ao combinar entrevistas episódicas com análise semiótica de imagens. Essa abordagem integrada permitiu captar simultaneamente as narrativas discursivas dos participantes e as representações simbólicas associadas ao consumo supersticioso, ampliando a compreensão sobre como práticas culturais são construídas, justificadas e experienciadas. A utilização de múltiplas fontes de dados enriqueceu o processo interpretativo e fortaleceu a robustez analítica do estudo.

Além disso, o trabalho demonstra como uma pesquisa de orientação interpretativista, quando conduzida com base em princípios transformativos, pode gerar conhecimento voltado não apenas à compreensão teórica, mas também à promoção de mudança social. Ao articular interpretação cultural e compromisso ético, o estudo evidencia o potencial das abordagens qualitativas para iluminar problemas sociais complexos e propor caminhos para práticas mais conscientes, críticas e sustentáveis.

### 5.3.2. Contribuição social e transformativa

O estudo propõe intervenções práticas fundamentadas na TCR, direcionadas à educação intercultural, à comunicação ética e à formulação de políticas públicas participativas que respeitem os contextos culturais locais. Ao reconhecer a importância das tradições, crenças e simbolismos que permeiam o consumo supersticioso, as recomendações apresentadas valorizam o diálogo entre saberes e promovem estratégias mais sensíveis às realidades socioculturais das comunidades envolvidas.

Além disso, a pesquisa contribui para ampliar o papel da TCR no Brasil, aproximando o campo do comportamento do consumidor das agendas globais de sustentabilidade e bem-estar social. Ao articular temas como conservação da fauna, cultura e práticas de consumo, o trabalho reforça a necessidade de abordagens transformativas que ultrapassem a análise teórica e incidam diretamente na promoção de mudanças sociais significativas.

Por fim, o estudo fortalece o debate relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 15), “Vida terrestre”, ao oferecer bases teóricas e evidências empíricas para a formulação de ações de conservação sensíveis à cultura. Nesse sentido, demonstra que práticas tradicionais podem ser reinterpretadas e trabalhadas de forma colaborativa, contribuindo simultaneamente para a proteção da biodiversidade e para o respeito às identidades culturais.

## 5.4 Implicações práticas e sociais

Os resultados desta pesquisa apresentam implicações práticas e sociais relevantes para a compreensão e o enfrentamento do consumo de produtos derivados de animais silvestres no contexto brasileiro. Em primeiro lugar, evidenciam a necessidade de ações educativas e comunicacionais que dialoguem com os saberes locais e não apenas imponham discursos conservacionistas. As falas dos entrevistados mostram que o consumo de fauna silvestre está enraizado em tradições, afetos e crenças, sendo frequentemente legitimado por valores

simbólicos e espirituais. Assim, políticas públicas e campanhas de conscientização devem reconhecer essa complexidade, adotando uma abordagem sociocultural e dialógica, que une conservação e respeito às tradições.

Do ponto de vista prático, a pesquisa indica que a transformação de hábitos de consumo só será possível por meio da construção de pontes entre ciência, cultura e fé. O diálogo com líderes comunitários, religiosos e agentes de saúde pode favorecer a substituição de práticas prejudiciais à fauna por alternativas compatíveis com o bem-estar humano e ambiental. Programas de educação ambiental participativa podem promover o reconhecimento das espécies ameaçadas e incentivar formas de consumo sustentáveis, integrando o conhecimento científico aos saberes tradicionais.

As implicações sociais também se manifestam no campo da inclusão produtiva e valorização cultural. Oficinas de artesanato sustentável, turismo de observação da fauna e gastronomia regional sem uso de espécies silvestres são caminhos para transformar práticas tradicionais em oportunidades de renda ética e sustentável. Essas ações contribuem para o fortalecimento das identidades locais e para a redução da vulnerabilidade econômica de comunidades que dependem do comércio informal de animais e seus derivados.

Além disso, a pesquisa revela que a crença em poderes protetores e curativos de partes animais reflete uma busca por equilíbrio, saúde e espiritualidade. Nesse sentido, há implicações diretas para políticas públicas de saúde e cultura, que devem incorporar uma visão intercultural e integrativa, considerando as dimensões simbólicas das práticas populares. A aproximação entre agentes de saúde e comunidades tradicionais pode ampliar o acesso à informação e promover o respeito à diversidade cultural sem negar o cuidado com o meio ambiente.

Por fim, as implicações sociais desta pesquisa reforçam a urgência de estratégias transformativas de educação e sensibilização, que articulem conservação da fauna, respeito à cultura e bem-estar coletivo. A pesquisa mostra que é possível construir um caminho de reconciliação entre tradição e sustentabilidade, promovendo a coexistência harmônica entre humanos e animais, entre o simbólico e o ecológico, entre o saber popular e o científico.

## 5.5 Limitações

Como toda investigação de natureza qualitativa e interpretativista, esta tese apresenta limitações inerentes ao seu desenho metodológico e aos recortes teóricos e empíricos adotados. A primeira limitação refere-se à restrição do número de participantes e ao recorte geográfico da pesquisa, que foram conduzidos em contextos culturais específicos do território brasileiro, o

que possibilitou compreender com profundidade os significados atribuídos ao consumo de produtos derivados de animais silvestres, mas não permite a generalização dos resultados para outros contextos regionais ou culturais.

Outra limitação está relacionada ao caráter subjetivo da interpretação dos dados. Por adotar uma abordagem hermenêutica e interpretativista, as análises dependem da mediação do pesquisador na construção de sentidos a partir das narrativas e das imagens. Ainda que se tenham seguido rigorosamente os critérios de qualidade da pesquisa qualitativa como coerência, reflexividade e triangulação metodológica, reconhece-se que as interpretações resultam de um processo intersubjetivo entre pesquisador e participantes, sujeito, portanto, a vieses de percepção e contexto.

Além disso, o estudo privilegiou dimensões simbólicas, culturais e supersticiosas do consumo, não explorando de maneira aprofundada aspectos econômicos, mercadológicos ou epidemiológicos associados à comercialização e ao consumo de fauna silvestre. Essa delimitação foi necessária para manter a coerência teórica com a perspectiva da Consumer Culture Theory e da Transformative Consumer Research, mas limita o escopo de compreensão do fenômeno em sua totalidade socioeconômica.

Outro ponto a considerar diz respeito à delimitação temporal e contextual do estudo. As práticas de consumo e os significados culturais são dinâmicos, podendo sofrer alterações em virtude de transformações sociais, políticas, legais e ambientais. Assim, os resultados refletem as percepções e discursos vigentes no período e contexto em que a pesquisa foi realizada, o que implica a necessidade de revisitar o tema em estudos futuros.

Outra limitação foram o acesso aos participantes mostrou-se desigual, em muitas comunidades, a receptividade inicial foi limitada devido ao receio de represálias ou à percepção de fiscalização ambiental, o que gerou timidez e reticência nas respostas. A presença de assistentes sociais ou de membros das próprias comunidades foi, em alguns casos, determinante para que fosse possível estabelecer confiança e acesso aos objetos de estudo, indicando uma dependência de mediadores locais que pode ter influenciado as interações.

Em mercados e contextos urbanos, embora o acesso físico tenha sido relativamente fácil, persistiu a resistência de muitos participantes em se manifestar, o que pode ter limitado a diversidade de perspectivas coletadas. Além disso, a pesquisa foi concentrada inicialmente em localidades específicas, zona rural, comunidades ribeirinhas e mercados e restaurantes selecionados, e a partir disso por bola de neve (*snowball sampling*), que restringe a generalização dos achados para outras regiões do país. Finalmente, o caráter sensível do tema,

envolvendo o consumo de fauna silvestre, pode ter levado a subnotificação de práticas ou à apresentação de narrativas socialmente desejáveis, refletindo um viés potencial nas informações obtidas.

Outra limitação relaciona-se à obtenção de registros visuais. Muitos participantes não possuíam fotografias prévias dos animais ou de seus derivados, o que exigiu que as imagens fossem capturadas durante as próprias entrevistas. Embora a maior parte dos entrevistados tenha autorizado a produção de fotos no momento da coleta, houve dificuldades tanto na seleção das imagens quanto na formulação de legendas ou frases que expressassem o significado simbólico dos objetos. Essa situação evidenciou a necessidade de orientação e mediação por parte da pesquisadora, além de demonstrar que a comunicação visual e a tradução do simbolismo em palavras nem sempre são processos naturais para os participantes, podendo ter limitado a riqueza e a diversidade das informações visuais coletadas.

Por fim, o caráter eminentemente interpretativo da pesquisa implica que as proposições transformativas apresentadas devem ser compreendidas como pontos de partida para ações e políticas de mudança, e não como soluções universais. A aplicabilidade dessas proposições requer adaptações locais, acompanhamento longitudinal e validação empírica por meio de abordagens complementares, como pesquisas-ação ou estudos quantitativos.

Apesar dessas limitações, a tese oferece uma contribuição ao aprofundar a compreensão cultural e simbólica do consumo de animais silvestres e ao propor caminhos transformativos alinhados à ética, ao bem-estar e à sustentabilidade, fundamentos centrais da TCR.

## **5.6 Sugestões de Pesquisas Futuras**

Considerando os resultados obtidos e as reflexões emergentes desta investigação, abrem-se diversas possibilidades para o aprofundamento do tema em estudos futuros. A natureza interpretativista e exploratória desta tese revelou a complexidade simbólica e cultural do consumo de produtos derivados de animais silvestres, indicando a necessidade de ampliar a compreensão desse fenômeno sob diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e contextuais.

Em primeiro lugar, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes regiões e culturas do Brasil, de modo a investigar as variações simbólicas, identitárias e religiosas associadas ao consumo de fauna silvestre. Essas pesquisas poderiam revelar nuances regionais nas práticas de consumo supersticioso, bem como nas percepções de legitimidade cultural e moral dessas práticas.

Outra vertente promissora diz respeito à realização de pesquisas de caráter longitudinal, capazes de acompanhar transformações nas crenças, atitudes e comportamentos dos consumidores ao longo do tempo, especialmente diante de políticas públicas, campanhas educativas e intervenções transformativas baseadas na TCR. Esse acompanhamento permitiria avaliar o impacto real das ações propostas sobre o bem-estar individual, comunitário e ambiental.

Sugere-se também a integração de métodos quantitativos e mistos em estudos subsequentes, a fim de mensurar a prevalência de crenças supersticiosas e o grau de influência de fatores culturais, religiosos e identitários sobre o comportamento de consumo. Pesquisas survey ou experimentais poderiam complementar a abordagem qualitativa, oferecendo dados generalizáveis e evidências empíricas sobre os efeitos de crenças simbólicas nas decisões de compra.

Do ponto de vista teórico, há espaço para aprofundar a interface entre a *Consumer Culture Theory*, a *Transformative Consumer Research* e os estudos decoloniais, ampliando o debate sobre a valorização dos saberes tradicionais e o diálogo entre epistemologias locais e globais na formulação de práticas sustentáveis de consumo. Essa linha de investigação pode contribuir para uma compreensão mais inclusiva das dinâmicas culturais e para o fortalecimento de políticas sensíveis às realidades socioculturais brasileiras.

Além disso, recomenda-se a exploração de perspectivas interdisciplinares, envolvendo campos como antropologia, sociologia ambiental, psicologia cultural e estudos de políticas públicas. Essa abordagem pode favorecer o desenvolvimento de estratégias educativas, comunicacionais e regulatórias mais eficazes, capazes de conciliar a preservação da biodiversidade com o respeito às identidades culturais.

Outra possibilidade é a análise do papel das mídias digitais e das redes sociais na construção e difusão de significados associados à fauna silvestre. Estudos futuros podem investigar como narrativas visuais, memes, vídeos e discursos midiáticos influenciam a legitimação ou contestação do consumo supersticioso, e como as plataformas podem ser mobilizadas para ações transformativas voltadas à conscientização ambiental.

Pesquisas futuras também poderiam aprofundar a dimensão educativa das práticas de consumo de fauna silvestre, investigando como saberes, crenças e rituais são transmitidos e reinterpretados ao longo das gerações. Nesse sentido, seria relevante analisar de que maneira crianças, jovens e adultos internalizam os significados simbólicos dos animais e como a educação formal ou comunitária pode contribuir para o desenvolvimento de práticas mais

conscientes e sustentáveis. Esse tipo de investigação permitiria compreender não apenas a perpetuação de tradições, mas também os processos de transformação cultural em resposta a demandas sociais e ambientais contemporâneas, oferecendo subsídios para estratégias de educação transformativa que conciliem tradição, identidade e conservação.

Além disso, pesquisas futuras poderiam avaliar o impacto de programas educativos e iniciativas de pesquisa transformativa na percepção e no comportamento das comunidades em relação ao uso de animais silvestres. A compreensão de como intervenções pedagógicas e ações de conscientização ambiental podem promover práticas de consumo mais conscientes, sem deslegitimar saberes locais, contribuiria para o desenvolvimento de estratégias que conciliem tradição, bem-estar humano e conservação ambiental.

O uso de tecnologias digitais, como fotografia, vídeo e redes sociais, também apresenta potencial para estudos futuros, tanto como ferramenta de registro e comunicação das práticas culturais quanto como meio de refletir sobre o simbolismo atribuído aos animais. Investigar como a mediação digital influencia a representação cultural e a apropriação simbólica pode oferecer insights sobre novas formas de engajamento e educação transformativa.

Estudos comparativos internacionais poderiam contribuir para a compreensão de práticas culturais relacionadas ao consumo de fauna silvestre em diferentes contextos legais, sociais e ambientais. Essa perspectiva permitiria analisar semelhanças e diferenças entre países, oferecendo subsídios para estratégias globais de conservação que considerem a diversidade cultural, os valores simbólicos e a necessidade de promover transformações éticas e educativas.

Por fim, sugere-se a implementação de pesquisas-ação que envolvam comunidades locais, órgãos ambientais e instituições educacionais em processos colaborativos de transformação social. Essas iniciativas podem testar, em contextos reais, as proposições transformativas apresentadas nesta tese, permitindo avaliar sua efetividade e adaptabilidade a diferentes realidades culturais e ecológicas.

## REFERÊNCIAS

- ADEOLA, Moses Olanre. Importance of wild animals and their parts in the culture, religious festivals, and traditional medicine, of Nigeria. *Environmental conservation*, 1992, 19.2: 125-134.
- AESCHLEMAN, Stanley R.; ROSEN, Christopher C.; WILLIAMS, Melissa R. The effect of non-contingent negative and positive reinforcement operations on the acquisition of superstitious behaviors. *Behavioural Processes*, 2003, 61.1-2: 37-45.
- ALMEIDA, Virgílio; NAS, Elen. Desafios da IA responsável na pesquisa científica. *Revista USP*, 2024, 141: 17-28. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/225204>. Acesso em: 19 out 2025.
- ALVES, Rômulo RN, Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. *Journal of ethnobiology and ethnomedicine*, 2009, 5: 1-16. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/1746-4269-5-1>. Acesso em 15 de set 2023.
- ALVES, Rômulo RN, Animals for the gods: magical and religious faunal use and trade in Brazil. *Human Ecology*, 2012, 40: 751-780.
- ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega, Wild animals used as food medicine in Brazil. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, 2013, 2013.
- ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega, Trends in medicinal uses of edible wild vertebrates in Brazil. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, 2017, 2017.
- ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega; OLIVEIRA, Maria de Fátima; ROSA, Ierecê L. Propriedades medicinais e usos terapêuticos da fauna na medicina popular brasileira. *Interciencia*, v. 38, n. 8, p. 543–549, 2013.
- ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega; ROSA, Ierecê L.; NETO, Natália Alves; VOEKS, Robert. Animals for the gods: Magical, religious and medicinal uses of animals in Brazil. *Human Ecology*, v. 40, n. 1, p. 25–47, 2012. Disponível em: [https://agris.fao.org/search/en/providers/122535/records/65dff86ab766d82b1803be46?utm\\_source=chatgpt.com](https://agris.fao.org/search/en/providers/122535/records/65dff86ab766d82b1803be46?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 01 ago. 2022.
- ARES, G., GIMÉNEZ, A., VIDAL, L., ZHOU, Y., KRYSTALLIS, A., TSALIS, G., DELIZA, R. Do we all perceive food-related wellbeing in the same way? Results from an exploratory crosscultural study. *Food Quality and Preference*, 52, p. 62-73, 2016.
- ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Consumer Culture Theory (CCT): Twenty years of research. *Journal of Consumer Research*, v. 31, n. 4, p. 868-882, 2005.
- ARNOULD, E. J. Should consumer citizens escape the market? The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 611, n. 1, p. 96-111, 2007.
- ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Consumer culture theory (and we really mean theoretic): Dilemmas and opportunities posed by an academic branding strategy. *Research in Consumer Behavior*, v. 11, p. 3-22, 2007.

ARNOULD, E. J.; PRICE, L. L.; MOISIO, R. Making contexts matter: Selecting research contexts for theoretical insights. In: THOMPSON, C. J.; ARNOULD, H. R.; GABRIEL, T. M. (Eds.). *Handbook of Consumer Behavior*. p. 63-79, 2008.

ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Consumer Culture Theory: Ten years gone (and beyond). *Research in Consumer Behavior*, v. 17, p. 1-21, 2015.

ASKEGAARD, Søren; LINNET, Jeppe Trolle. Towards an epistemology of consumer culture theory: Phenomenology and the context of context. *Marketing Theory*, 2011, 11.4: 381-404.

BHARGAVA, Nitya, Advances in application of ultrasound in food processing: A review. *Ultrasonics sonochemistry*, 2021, 70: 105293.

BASSOTTO, Leandro Carvalho, Fatores que Influenciam o Consumo de Carnes Exóticas: Percepções de Consumidores sobre a Carne de Coelhos. *Revista Ciências Administrativas*, 2022, 28: e11833-e11833.

BLAIR, Mary E.; LE, Minh D.; STERLING, Eleanor J. Multidisciplinary studies of wildlife trade in primates: Challenges and priorities. *American journal of primatology*, 2017, 79.11: e22710.

BENNETT, Elizabeth L.; ROBINSON, John G. Hunting of wildlife in tropical forests: implications for biodiversity and forest peoples. 2000.

BLOCK, L. G. From Nutrients to Nurturance: A Conceptual Introduction to Food Well-Being. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 30, n. 1, p. 5–13, abr. 2011.

BLOCK, Lauren; KRAMER, Thomas. The effect of superstitious beliefs on performance expectations. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 2009, 37: 161-169.

BLOOM, C. M., Non-contingent positive and negative reinforcement schedules of supersitious behaviors. *Behavioural Processes*, 2007, 75.1: 8-13.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Brasília: Plataforma ODS Brasil, 2017. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BUBLITZ, M. G., Promoting positive change: Advancing the food well-being paradigm. *Journal of Business Research*, v. 66, n. 8, p. 1211–1218, ago. 2013.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life. London: Heinemann, 1979.

CAJAIBA, Reinaldo Lucas; DA SILVA, Wully Barreto; PIOVESAN, Paulo Ricardo R. Animais silvestres utilizados como recurso alimentar em assentamentos rurais no município de Uruará, Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 2015, 34.

CAMPOS, E. Medicina Popular do Nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.

CANTLAY, Jennifer Caroline; INGRAM, Daniel J.; MEREDITH, Anna L. A review of zoonotic infection risks associated with the wild meat trade in Malaysia. *EcoHealth*, 2017, 14: 361-388.

CATANIA, A. Charles; CUTTS, David. EXPERIMENTAL CONTROL OF SUPERSTITIOUS RESPONDING IN HUMANS 1. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 1963, 6.2: 203-208.

CATANIA, A. C. *Contemporary research in operant behavior*. Scott-Foresman, 1968.

CAWTHORN, Donna-Mareè; HOFFMAN, Louwrens C. Controversial cuisine: A global account of the demand, supply and acceptance of “unconventional” and “exotic” meats. *Meat science*, 2016, 120: 19-36.

CÉSAR, Getúlio. *Crendices: suas origens e classificação*. Ministério da Educação e cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1975.

CHAVES BAÍA JÚNIOR, Pedro; GUIMARÃES, Diva Anelie; LE PENDU, Yvonnick. Non-legalized commerce in game meat in the Brazilian Amazon: a case study. *Revista de biología tropical*, 2010, 58.3: 1079-1088.

CHAVES, Willandia A.; MONROE, Martha C.; SIEVING, Kathryn E. Wild meat trade and consumption in the Central Amazon, Brazil. *Human Ecology*, 2019, 47: 733-746.

CHAVES, Willandia A., et al. Investigating illegal activities that affect biodiversity: the case of wildlife consumption in the Brazilian Amazon. *Ecological Applications*, 2021, 31.7: e02402.

CHAVES, Willandia A.; TORRES, Patricia Carignano; PARRY, Luke. The species-specific role of wildlife in the Amazonian food system. *Ecology and Society*, 2022. DOI: 10.5751/ES-14051-280228.

CLAYTON, Lynn; MILNER-GULLAND, E. J. The trade in wildlife in North Sulawesi, Indonesia. *Hunting for sustainability in tropical forests*, 2000, 473-496.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007.

CURTIN, Susanna. The self-presentation and self-development of serious wildlife tourists. *International Journal of Tourism Research*, 2010, 12.1: 17-33.

DA CÂMARA CASCUDO, Luís. *História da alimentação no Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

DA SILVEIRA, Ronis; THORBJARNARSON, John B. Conservation implications of commercial hunting of black and spectacled caiman in the Mamirauá Sustainable Development Reserve, Brazil. *Biological conservation*, 1999, 88.1: 103-109.

DAMISCH, Lysann; STOBEROCK, Barbara; MUSSWEILER, Thomas. Keep your fingers crossed! How superstition improves performance. *Psychological Science*, 2010, 21.7: 1014-1020.

DAVIS, B.; PECHMANN, C. Introduction to the Special Issue on transformative consumer research: Developing theory to mobilize efforts that improve consumer and societal well-being. *Journal of Business Research*, v. 66, n. 8, p. 1168–1170, ago. 2013.

DAVIS, B.; OZANNE, J. L.; HILL, R. P. The Transformative Consumer Research Movement. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 35, n. 2, p. 159–169, set. 2016.

DAVIS, B.; OZANNE, J. L. Measuring the impact of transformative consumer research: The relational engagement approach as a promising avenue. *Journal of Business Research*, v. 100, p. 311–318, jul. 2019

DAVIES, Glyn. Bushmeat and international development. *Conservation biology*, 2002, 16.3: 587-589.

DE CARVALHO, Fábio Martins Vilar, Diet of small mammals in Atlantic Forest fragments in southeastern Brazil. *Revista Brasileira de Zoociências*, 1999, 1.1, 2.

DEVINE, Patricia G. Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of personality and social psychology*, 1989, 56.1: 5.

DE MOURA FILHO, João Bosco. Mais proteína na minha refeição: um estudo sobre a intenção do consumo de inseto à luz da Teoria do Comportamento Planejado e da Neofobia Alimentar. In: *CLAV 2020*. 2020.

DERMODY, Janine, Advancing sustainable consumption in the UK and China: The mediating effect of pro-environmental self-identity. *Journal of Marketing Management*, 2015, 31.13-14: 1472-1502.

DRURY, Rebecca. Hungry for success: urban consumer demand for wild animal products in Vietnam. *Conservation and Society*, 2011, 9.3: 247-257.

ECODEBATE. *Tráfico de animais silvestres ameaça mais de 4 mil espécies em todo o mundo*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/05/20/trafico-de-animais-silvestres-ameaca-mais-de-4-mil-especies-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 19 abr. 2025. 2024.

EL BIZRI, Hani R., Social and biological correlates of wild meat consumption and trade by rural communities in the Jutaí River basin, central Amazonia. *Journal of Ethnobiology*, 2020, 40.2: 183-201.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. *Writing ethnographic fieldnotes*. University of Chicago press, 2011.

FA, Julia E.; PERES, Carlos A.; MEEUWIG, Jessica. Bushmeat exploitation in tropical forests: an intercontinental comparison. *Conservation biology*, 2002, 16.1: 232-237.

FARIAS, Salomao A. The inescapable effects of superstition and sacrifice on crimes against wildlife. *Psychology & Marketing*, 2020, 37.12: 1656-1663.

FERNANDES, J. L.; MAIA, H. de O.; HORTA, P. M do V. Coelho: do campo à mesa. *Revista de Gastronomia*, Juiz de Fora - MG, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2019.

FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. História da alimentação.[trad. Luciano Vieira Machado e Guilherme JF Teixeira] *Estação Liberdade*. São Paulo, 1998.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FROMENTIN, Jean-Marc, et al. Status, challenges and pathways to the sustainable use of wild species. *Global Environmental Change*, 2023, 81: 102692.

GAIÃO, Bruno Fernandes da Silva; SOUZA, Ildembergue Leite de; LEÃO, André Luiz M. de Souza. *Consumer Culture Theory (CCT) – já é uma escola de pensamento em marketing?* Revista Brasileira de Marketing – REMark, v. 13, n. 4, p. 1–16, 2014.

GOMES NETO, Manoel Bastos, Análise da Produção Científica sobre Transformative Consumer Research e Transformative Service Research. *Organizações & Sociedade*, 2021, 28: 77-111.

GOVERNO DO BRASIL; COP30. *Cúpula do Clima de Belém – sessão “Clima e Natureza: Florestas e Oceanos”*. Belém, 6 nov. 2025. Comunicação oficial da COP30.

HAYATA, Maiara A.; BORNATOWSKI, Hugo; FREITAS, Renato HA. Patterns and partitioning of food resources by elasmobranchs in southern Brazil. *Environmental Biology of Fishes*, 2021, 104: 437-450. Disponível em: [https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/na-cupula-do-clima-lula-destaca-que-cop30-propoe-pacto-pela-vida-das-florestas-oceanos-e-da-humanidade?utm\\_source=chatgpt.com](https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/na-cupula-do-clima-lula-destaca-que-cop30-propoe-pacto-pela-vida-das-florestas-oceanos-e-da-humanidade?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 25 nov. 2025.

HAMID, Abdel; SAMI, Doha. Some Remarkable Amulets in Ancient Egyptian Art. *Journal of Association of Arab Universities for Tourism and Hospitality*, 2016, 13.4: 11-21.

IBAMA. Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/cites-e-comercio-exterior/convencao-sobre-comercio-internacional-das-especies-da-flora-e-fauna-selvagens-em-perigo-de-extincao-cites#sobreacites>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres. Disponível em:  
[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2013/dec\\_legis\\_387\\_2013\\_aprova\\_conven%C3%A7%C3%A3o\\_conserva%C3%A7%C3%A3o\\_especies\\_migratorias\\_animais\\_silvestres\\_cms.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2013/dec_legis_387_2013_aprova_conven%C3%A7%C3%A3o_conserva%C3%A7%C3%A3o_especies_migratorias_animais_silvestres_cms.pdf). Acesso em: 14 de abril de 2023.

IGLESIAS PASTRANA, Carlos, Camel Genetic Resources Conservation through Tourism: A Key Sociocultural Approach of Camelback Leisure Riding. *Animals*, 2020, 10.9: 1703.

KADIC-MAGLAJLIC, Selma, Being engaged is a good thing: Understanding sustainable consumption behavior among young adults. *Journal of business research*, 2019, 104: 644-654.

KASTNER, C. L. Principles and practices of modern meat technology. *Journal of food protection*, 1982, 45.12: 1145-1148.

KRAMER, Thomas; BLOCK, Lauren. Conscious and nonconscious components of superstitious beliefs in judgment and decision making. *Journal of Consumer Research*, 2008, 34.6: 783-793.

KEINAN, Giora. The effects of stress and desire for control on superstitious behavior. *Personality and social psychology bulletin*, 28.1: 102-108, 2002.

LAMBERT, Helen, et al. Chains of Commerce: A Comprehensive Review of Animal Welfare Impacts in the International Wildlife Trade. *Animals*, 2025, 15.7: 971.

LENKO, K.; PAPAVERO, N. Insetos no Folclore. 2 edição. *Plêiade/FAPESP*. 468p, 1996.

LODY, Raul GM. Alimentação ritual. *Ciência & Trópico*, 1977, 5.1.

MACK, Andrew L., Ten thousand tonnes of small animals: wildlife consumption in Papua New Guinea, a vital resource in need of management. 2018.

MARÇAL, Karoline Silva, et al. Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024, 10.10: 3350-3360.

MARIETTO, Marcio Luiz; MACCARI, Emerson Antonio. Estudos da estratégia como prática na perspectiva estruturacionista: exemplo de contribuição metodológica. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 2015, 14.1: 90-107.

MARIETTO, Márcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestões de diretrizes para aplicação de dois métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 2018, 17.4:05-18.

MENDES, Fabrício Lemos de Siqueira. Comercialización ilegal de carne de animales salvajes en mercados abiertos en algunas ciudades del estado de Amazonas (Brasil). *Revista Colombiana de Ciencia Animal-RECIA*, 2020, 12.2: e765-e765.

MERRIAM, S. B. *Qualitative Research in Practice: Examples for discussion and analysis.* New York: Jossey-Bass, 2002.

MERRIAM, S. B. *Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation.* San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MICK, David Glen. Meaning and mattering through transformative consumer research. *Advances in Consumer Research*, v. 33, n. 1, p. 1-4, 2006.

MICK, D.; PETTIGREW, S.; PECHMANN, C.; OZANNE, J. **Origins, qualities, and envisionments of Transformative Consumer Research.** In: MICK, D.; PETTIGREW, S.; PECHMANN, C.; OZANNE, J. (Eds.) *Transformative Consumer Research for personal and collective well-being: reviews and frontiers.* NY: Routledge, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

MOLINOWSKI, Bronislow. Magic, science and religion. *Death, mourning, and burial: a cross-cultural reader.*: John Wiley & Sons, 2009, 19-22.

MORSE, WoH; SKINNER, Burrhus Frederic. A second type of superstition in the pigeon. *The American Journal of Psychology*, 1957, 70.2: 308-311.

MICK, D.; PETTIGREW, S.; PECHMANN, C.; OZANNE, J. *Origins, qualities, and envisionments of Transformative Consumer Research.* In: MICK, D.; PETTIGREW, S.; PECHMANN, C.; OZANNE, J. (Eds.) *Transformative Consumer Research for personal and collective well being: reviews and frontiers.* NY: Routledge, 2012.

MOWEN, John C.; CARLSON, Brad. Exploring the antecedents and consumer behavior consequences of the trait of superstition. *Psychology & Marketing*, 20.12: 1045-1065, 2003.

NEURINGER, Allen J. SUPERSTITIOUS KEY PECKING AFTER THREE PECK-PRODUCED REINFORCEMENTS 1. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 1970, 13.2: 127-134.

NEKARIS, K. Anna I., Exploring cultural drivers for wildlife trade via an ethnoprimateological approach: a case study of slender and slow lorises (Loris and Nycticebus) in South and Southeast Asia. *American Journal of Primatology*, 2010, 72.10: 877-886.

NIJMAN, Vincent. An overview of international wildlife trade from Southeast Asia. *Biodiversity and conservation*, 2010, 19.4: 1101-1114.4

NIJMAN, Vincent; NEKARIS, K. Anne-Isola. Traditions, taboos and trade in slow lorises in Sundanese communities in southern Java, Indonesia. *Endangered Species Research*, 2014, 25.1: 79-88.

NOGUEIRA-FILHO, Sérgio Luiz Gama; NOGUEIRA, SS da C. Criação comercial de animais silvestres: produção e comercialização da carne e de subprodutos na região sudeste do

Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, 2000, 31.2: 188-195.

NUNES, André Valle, Irreplaceable socioeconomic value of wild meat extraction to local food security in rural Amazonia. *Biological Conservation*, 2019, 236: 171-179.

PETRESCU, Dacinia Crina; PETRESCU-MAG, Ruxandra Malina. Consumer behaviour related to rabbit meat as functional food. *World Rabbit Science*, 2018, 26.4: 321-333.

OUWERKERK, J. W.; VAN DIJK, W. W.; VONKEMAN, C. C.; SPEARS, R. When we enjoy bad news about other groups: A social identity approach to out-group schadenfreude. *Group Processes & Intergroup Relations*, p. 1–19, 2016.

PATTON, M. *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

PENN, G. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. 7<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 319-342.

VALLE NUNES, André; PERES, Carlos A.; ARAUJO LIMA CONSTANTINO, Pedro de; FISCHER, Erich; REINHARDT NIELSEN, Martin. Wild meat consumption in tropical forests spares a significant carbon footprint from the livestock production sector. *Scientific Reports*, 2021. DOI: 10.1038/S41598-021-98282-4.

ONO, Koichi. Superstitious behavior in humans. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 1987, 47.3: 261-271.

OZANNE, Julie L., Transformative consumer research. *Wiley Encyclopedia of Management*, 2015, 1-4.

PENSAMENTO VERDE. *Tráfico de animais silvestres no Brasil*. Disponível em: [https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/trafico-de-animal-selvagens-tem-dados-alarmantes-no-brasil-e-no-mundo/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/trafico-de-animal-selvagens-tem-dados-alarmantes-no-brasil-e-no-mundo/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em 10 Jun 2024

PINTO, Marcelo R. Transformative Consumer Research (TCR): Reflexões, diretrizes e uma análise do campo no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 6,p. 54-66,2016.

PISACRETA, Richard. Superstitious behavior and response stereotypy prevent the emergence of efficient rule-governed behavior in humans. *The Psychological Record*, 1998, 48: 251-274.

PRUVOT, Mathieu, Toward a quantification of risks at the nexus of conservation and health: The case of bushmeat markets in Lao PDR. *Science of the total environment*, 2019, 676: 732-745.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; CORÇÃO, Mariana. O consumo da carne no brasil: entre valores sócios culturais e nutricionais. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*, 2013, 8.3: 425-438.

RIZZOLO, Jessica Bell. Wildlife tourism and consumption. *Journal of Sustainable Tourism*, 2021. DOI: 10.1080/09669582.2021.1957903.

SANBORN, Colin Campbell; WATKINS, A. Rush. Notes on the Malay Tapir and other game

animals in Siam. *Journal of Mammalogy*, 1950, 31.4: 430-433.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. Negotiating access and research ethics. In: SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research Methods for Business Students*. Harlow: Pearson, 2016, Chapter 6.

SAZIMA, Ivan; D'ANGELO, Giulia B. Range of animal food types recorded for the tegu lizard (*Salvator merianae*) at an urban park in South-eastern Brazil. *Herpetology Notes*, 2013, 6: 427-430.

SELENA, Ahmed; TERESA, Warne; ALYSSA, L., Stewart; CARMEN, Byker Shanks; VIRGIL, Dupuis. Role of Wild Food Environments for Cultural Identity, Food Security, and Dietary Quality in a Rural American State. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 2022. DOI: 10.3389/fsufs.2022.774701.

SKINNER, Burrhus Frederic. 'Superstition'in the pigeon. *Journal of experimental psychology*, 1948, 38.2: 168.

SKINNER, B. F. "Superstition" in the pigeon. In B. F. Skinner Cumulative Record (3rd ed.) (pp. 524-528). New York: AppletonCentury-Crofts. Publicado originalmente em 1948, 1972.

SKINNER, Burrhus Frederic. Ciência e comportamento humano. 2003.

SOUZA, Laura de Mello. diabo e a terra de Santa Cruz. 1986.

SOUZA, Ildembergue Leite de; GAIÃO, Bruno Fernandes da Silva; SILVA, Joana dos Santos; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. *Uma abordagem alternativa para a pesquisa do consumidor: adoção da Consumer Culture Theory (CCT) no Brasil*. Revista Brasileira de Marketing – REMark, v. 12, n. 2, p. 1–22, 2013.

TRAJANO, M. C.; CARNEIRO, L. P. Diagnóstico da Criação Comercial de Animais Silvestres no Brasil. Brasília: Ibama. 56p, 2019. Disponível em:  
<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/ibama-publica-diagnostico-inedito-sobre-a-criacao-comercial-de-animal-silvestres-no-pais>. Acesso em 04 set 2023.

UNEP; UNICRI. O estado de conhecimento dos crimes com graves impactos ao meio ambiente, 2018. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/25713>. Acesso em: 05 set 2023.

UNITED NATIONS -ONU. *Sustainable Development Goals*. Disponível em:  
<https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 31 out. 2024.

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). *Relatório Global sobre Crimes contra a Vida Selvagem 2024*. Disponível em:  
[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/wildlife/2024/Wildlife2024\\_Final.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/wildlife/2024/Wildlife2024_Final.pdf). Acesso em: 14 jun 2024.

VYSE, Stuart A. Believing in Magic: The Psychology of Superstition. 1997.

VYSE, Stuart A. *Believing in magic: The psychology of superstition-updated edition*. Oxford University Press, USA, 2014.

VYSE, Stuart. Superstition, ethics, and transformative consumer research. *Journal of the Association for Consumer Research*, 3.4: 582-590, 2018.

WANG, Di; OPPEWAL, Harmen; THOMAS, Dominic. Exploring attitudes and affiliation intentions toward consumers who engage in socially shared superstitious behaviors: a study of students in the east and the west. *Psychology & Marketing*, 2014, 31.3: 203-213.

WERTHER, KARIN. Semiologia de animais silvestres. *Semiologia Veterinária: a arte do diagnóstico*. Roca, São Paulo, 2008, 655-718.

WILLIAM, M.; PETRIE, Flinders. *Amulets: illustrated by the Egyptian collection in University College, London*. Constable, 1914.

WOLFE, Nathan D., Bushmeat hunting, deforestation, and prediction of zoonotic disease. *Emerging infectious diseases*, 2005, 11.12: 1822.

XIE, Xiaoru, Generational differences in perceptions of food health/risk and attitudes toward organic food and game meat: The case of the COVID-19 crisis in China. *International journal of environmental research and public health*, 2020, 17.9: 3148.

Y.-U., Zaitsev., V., D., Sobko., V.N., Kozhevnikova., O., Lobanova., Andriy, Kyrylchuk. Classification of processes that cause land degradation. *Agroekologičeskij žurnal*, 2022. doi: 10.33730/2077-4893.3.2022.266420

ZHANG, Zhongyi, Behavioral Intention to Resist the Consumption of Wild Animals in China: Netizen Survey. *Diversity*, 2022, 14.5: 343.

## APÊNDICE A – Protocolo de pesquisa qualitativa

<b>Fontes</b>	<b>Atividade</b>
Objetivo geral	Investigar o que leva indivíduos na atualidade ao consumo de animais silvestres no contexto cultural brasileiro.
Questões norteadoras	<p>Qual é a relação entre cultura e o consumo de animais selvagens?</p> <p>O que explica o consumo supersticioso de animais silvestres no contexto cultural brasileiro?</p> <p>Quais são os motivos para o consumo de animais selvagens?</p> <p>Qual é a relação cultural entre superstições e/ou rituais e o consumo de animais selvagens?</p> <p>Como a Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) pode contribuir para a compreensão e redução do consumo de animais selvagens, considerando a influência de superstições e/ou rituais?</p> <p>Quais são as implicações das descobertas desta pesquisa para o desenvolvimento de marketing, políticas públicas e campanhas governamentais voltadas para a redução do consumo de animais selvagens?</p>
Fontes de informação	<p>Contato pessoal com consumidores previamente conhecidos pela pesquisadora e que se enquadram no perfil de consumidores de animais silvestres;</p> <p>Entrevistas com consumidores de animais silvestres;</p> <p>Entrevista com vendedores de animais silvestres;</p> <p>Entrevista com pessoas que estão visitando mercados locais, restaurantes e bares em diferentes localizações geográficas do Brasil para consumo de animais silvestres;</p> <p>Referências bibliográficas.</p>
Atividades	<p>Elaboração do diário de campo;</p> <p>Elaboração dos roteiros de entrevistas; Elaboração do guia de história oral;</p> <p>Contato com os possíveis participantes da pesquisa;</p> <p>Realização das entrevistas presencial e/ou <i>on line</i>;</p> <p>Transcrição e organização das entrevistas presenciais e/ou i;</p> <p>Organização dos dados;</p> <p>Codificação dos dados;</p> <p>Análise dos dados.</p>
Agendamento de entrevistas	<p>Contato pessoal com consumidores previamente conhecidos pela pesquisadora e que se enquadram no perfil de consumidores de animais silvestres;</p> <p>Identificar participantes em potencial a partir do contato inicial com o campo;</p> <p>Solicitar a permissão aos consumidores;</p> <p>Entrar em contato com os mediadores das entrevistas;</p> <p>Entrar em contato com mercados locais, restaurantes e bares em diferentes localizações geográficas do Brasil;</p> <p>Apresentar a pretensão da tese e seu objetivo.</p>
Realização de entrevistas com consumidores previamente conhecidos pela pesquisadora;	<p>Explicar o motivo da entrevista;</p> <p>Solicitar o preenchimento do TLCE;</p> <p>Pedir permissão para gravar em áudio/vídeo;</p> <p>Utilizar um roteiro como guia.</p>
Visitar mercados locais,	Conhecer o local;

restaurantes e botebos em diferentes localizações geográficas do Brasil;	Anotar as impressões do espaço físico; Quando permitido, fotografar o local
Visitar as instituições participantes Realização de entrevistas - história oral com os consumidores de animais silvestres;	Explicar o motivo da entrevista; Solicitar o preenchimento do TLCE; Pedir permissão para gravar em áudio/vídeo; Deixar que os sujeitos fiquem à vontade para expressar suas histórias; Contatá-los em outros momentos para realizar um acompanhamento da dinâmica de consumo.
Análise dos dados coletados	Transcrever os áudios das entrevistas realizadas; Organizar os dados; Codificar os dados; Criar categorias a partir dos códigos; Analisa os dados obtidos pelas transcrições por meio da análise temática a partir das categorias que emergirão do campo e das que foram pré estabelecidas com base na revisão de literatura.
Devolução dos achados	Elaborar um documento com a síntese dos achados; Contatar as organizações participantes da tese; Encaminhar a síntese dos achados da tese para os participantes e as organizações/instituições interessadas.
Considerações Finais	Propor soluções pro- ambiental com base na TCR.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

## **APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

### **1<sup>a</sup> FASE: Preparação para a entrevista:**

- a) Apresentar o objetivo geral da pesquisa sem entrar em muitos detalhes
- b) **Solicitar autorização para gravação da entrevista:** Ressaltar que as respostas serão sigilosas e os respondentes não serão identificados pelos resultados.

### **2<sup>a</sup> FASE: Instruir o entrevistado sobre lógica da entrevista**

- a) **Explicação inicial ao participante:** Nesta entrevista, eu pedirei repetidamente para descrever situações que vivenciou e/ou continuidade de consumo de animais silvestres. É importante entender se você considerou em algum momento a existência de alguma crença nesse processo, bem como a influência de alguém nas suas decisões e ações.
- b) Conte um pouco da sua história de vida
- c) Descreva pra mim situações de consumo de animais silvestres.
- d) Você considerou em algum momento da existência de alguma crença nesse processo, bem como a influência de alguém nas suas decisões e ações.

### **3<sup>a</sup> FASE: Definição subjetiva ou compreensão do problema em questão**

**Objetivo:** Compreender a percepção inicial e subjetiva dos entrevistados sobre o consumo de animais silvestres.

1. Você consome ou já consumiu animais silvestre ou partes de animais silvestres? Consome carnes de animais silvestre. Quais são esses animais silvestres?
2. Como você vê o consumo de animais silvestres ou partes deles?
3. O que você acha que motiva as pessoas a consumirem produtos de animais silvestre?
4. Quais são suas opiniões sobre o impacto (negativo/positivo) do consumo de animais silvestres na conservação da natureza?
5. Quais são suas opiniões sobre o impacto do consumo desse tipo de alimento? Na economia? Na natureza? Na sociedade?
6. Você acredita que existam benefícios no consumo de animais silvestres? Se sim, quais seriam?

#### **4<sup>a</sup> FASE: Descrição dos episódios**

**Objetivo:** Obter descrições detalhadas das experiências pessoais dos entrevistados relacionadas ao consumo de animais silvestres.

1. Pode descrever uma ocasião em que você ou alguém que você conhece consumiu um produto de animais silvestre
2. Fale sobre esse consumo (motivos, situação, crenças/superstições, contexto familiar, frequência)
3. Quais são os principais motivos que levam você a consumir ou evitar produtos de animais silvestre?
4. Você pode falar se esse consumo estava associado a alguma crença/superstição?
5. Desde quando você ou sua família consome produtos ou derivados de animais silvestre?
6. Com que frequência você participa ou testemunha o consumo de produtos de animais silvestre

#### **5<sup>a</sup> FASE: Tópico central no cotidiano**

**Objetivo:** Entender como o consumo de animais silvestres se integra no cotidiano dos entrevistados e sua relevância cultural.

1. Como as pessoas da sua comunidade veem esse tipo de consumo?
2. Quais são as principais crenças e/ou superstições relacionadas ao consumo de animais silvestres no seu círculo social?
3. Como você vê a relação entre as práticas de consumo de animais silvestre e a conservação ambiental?
4. O que você sabe sobre as leis e políticas de conservação relacionadas ao consumo de animais silvestre?
5. Você poderia sugerir alternativas para não consumo de produtos de animais silvestre

#### **6<sup>a</sup> FASE: No final da entrevista:**

- a) Perguntar se o entrevistado possui informações adicionais que considere relevantes.
- b) Reforçar que todas as informações serão tratadas de forma confidencial, assegurando o anonimato dos entrevistados ao longo de toda a análise dos dados obtidos nas entrevistas.
- c) Agradecer pela entrevista e colocar-se à disposição para esclarecimentos ou possíveis perguntas.

## **APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA COLETA DE IMAGENS**

Imagen nº:

Data da coleta: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome do indivíduo/nº da entrevista: \_\_\_\_\_

Período em que a fotografia foi tirada: \_\_\_\_\_

Formato da Imagem: \_\_\_\_\_

Título da Imagem: \_\_\_\_\_

Breve descrição da fotografia:

---

---

Autorização da imagem: Eu, \_\_\_\_\_, AUTORIZO o uso de minha fotografia, constante na pesquisa de Herlane Chaves Paz, com o fim específico de análise e publicação acadêmica, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da (O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma investigação transformativa.), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) (Herlane Chaves Paz, com endereço na Rua Antônio Vieira da Silva, 400 e CEP: 58.053-175 – Telefone: (83) 9 9944-4178 e e-mail: herlanepaz@hotmail.com (inclusive ligações a cobrar), e está sob a orientação de: Salomão Alencar de Farias, e-mail: salomao.farias@ufpe.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o que leva indivíduos ao consumo de derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro à luz da Teoria da Cultura de Consumo - CCT. Adicionalmente, os objetivos específicos incluem Identificar os motivos pelo qual os consumidores compram / consomem animal silvestre / produtos derivados de animal silvestre; Interpretar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo de animais selvagens ou partes desses animais; Apresentar proposta transformadora orientada ao bem-estar humano, alimentar e ambiental, que respeitem os contextos culturais locais e incentivem formas de consumo mais conscientes, sustentáveis e pró-conservação da fauna silvestre no Brasil.

O desenho metodológico representa o processo das escolhas realizadas na investigação, incluindo o planejamento do estudo, seleção dos sujeitos da pesquisa, a forma de construção dos dados e suas análises. Na fase de planejamento envolveu a revisão de literatura das temáticas que fazem parte da problemática da tese. A seleção dos sujeitos de pesquisa foi voltada para um consumo específico, animais silvestres, buscando compreender motivos distintos de consumo e prática desse universo. Na construção dos dados, serão realizados os seguintes procedimentos: a) entrevistas episódicas que se atem ao sentido subjetivo e social da temática abordada, se interessando pelo relato do episódio, pela narrativa do sujeito de uma situação específica lembrada e; b) elicitação dos materiais fotográficos disponibilizados pelos sujeitos e coleta das fotografias antes ou depois das entrevistas e retiradas pela autora.

As entrevistas poderão ser realizadas presencialmente ou online, conforme sua preferência. A coleta de dados ocorrerá em uma sessão única, com duração estimada de 30 a 45 minutos, em um local tranquilo e reservado ou por meio de uma plataforma virtual segura.

**RISCOS:** A participação nesta pesquisa envolve alguns riscos mínimos, como desconforto emocional ao responder perguntas pessoais sobre seus hábitos de consumo e crenças. Para minimizar esses riscos, garantimos que todas as informações fornecidas serão tratadas com estrita confidencialidade. Em qualquer momento, você pode optar por não responder a qualquer pergunta que cause desconforto ou interromper sua participação na pesquisa sem nenhuma penalização.

**BENEFÍCIOS** diretos/indiretos para os voluntários: Embora não haja benefícios diretos para você ao participar desta pesquisa, sua contribuição será valiosa para compreender melhor as práticas de consumo de animais silvestres e suas implicações. Os resultados deste estudo poderão beneficiar a sociedade como um todo, auxiliando na criação de políticas públicas e estratégias educativas para a preservação da biodiversidade e promoção de práticas sustentáveis.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador Herlane Paz e Orientador Salomão Farias), no endereço Rua Antônio Vieira da Silva, 400 e CEP: 58.053-175, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Involvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).

---

(assinatura do pesquisador)

#### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo (O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma investigação transformativa.), como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Impressão  
digital

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

## **APÊNDICE E- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **COLETA DE DADOS VIRTUAL**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa (O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma investigação transformativa), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) (Herlane Chaves Paz, com endereço na Rua Antônio Vieira da Silva, 400 e CEP: 58.053-175 – Telefone: (83) 9 9944-4178 e e-mail: herlanepaz@hotmail.com (inclusive ligações a cobrar), e está sob a orientação de: Salomão Alencar de Farias, e-mail: salomao.farias@ufpe.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o que leva indivíduos ao consumo de derivados de animais silvestres no contexto cultural brasileiro à luz da Teoria da Cultura do Consumo - CCT. Adicionalmente, os objetivos específicos incluem Identificar os motivos pelo qual os consumidores compram / consomem animal silvestre / produtos derivados de animal silvestre; Interpretar as crenças supersticiosas e/ou ritual de superstição no consumo de animais selvagens ou partes desses animais; Apresentar proposta transformadora orientada ao bem-estar humano, alimentar e ambiental, que respeitem os contextos culturais locais e incentivem formas de consumo mais conscientes, sustentáveis e pró-conservação da fauna silvestre no Brasil.

O desenho metodológico representa o processo das escolhas realizadas na investigação, incluindo o planejamento do estudo, seleção dos sujeitos da pesquisa, a forma de construção dos dados e suas análises. Na fase de planejamento envolveu a revisão de literatura das temáticas que fazem parte da problemática da tese. A seleção dos sujeitos de pesquisa foi voltada para um consumo específico, animais silvestres, buscando compreender motivos distintos de consumo e prática desse universo. Na construção dos dados, serão realizados os seguintes procedimentos: a) entrevistas episódicas que se atem ao sentido subjetivo e social da temática abordada, se interessando pelo relato do episódio, pela narrativa do sujeito de uma situação específica lembrada e; b) elicitização dos materiais fotográficos disponibilizados pelos sujeitos e coleta das fotografias antes ou depois das entrevistas e retiradas pela autora.

As entrevistas poderão ser realizadas presencialmente ou online, conforme sua preferência. A coleta de dados ocorrerá em uma sessão única, com duração estimada de 30 a 45 minutos, em um local tranquilo e reservado ou por meio de uma plataforma virtual segura.

**RISCOS:** A participação nesta pesquisa envolve alguns riscos míнимos, como desconforto emocional ao responder perguntas pessoais sobre seus hábitos de consumo e crenças. Para minimizar esses riscos, garantimos que todas as informações fornecidas serão tratadas com estrita confidencialidade. Em qualquer momento, você pode optar por não responder a qualquer pergunta que cause desconforto ou interromper sua participação na pesquisa sem nenhuma penalização.

**BENEFÍCIOS:** diretos/indiretos para os voluntários: Embora não haja benefícios diretos para você ao participar desta pesquisa, sua contribuição será valiosa para compreender melhor as práticas de consumo de animais silvestres e suas implicações. Os resultados deste estudo poderão beneficiar a sociedade como um todo, auxiliando na criação de políticas públicas e estratégias educativas para a preservação da biodiversidade e promoção de práticas sustentáveis.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em pastas de arquivo de computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador Herlane Paz e Orientador Salomão Farias no endereço Rua Antônio Vieira da Silva, 400 e CEP: 58.053-175, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

---

(Assinatura do Pesquisador)

#### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo (O Consumo de produtos derivados de Animais Silvestres – uma investigação transformativa.), como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

Aceito Participar da pesquisa

Não aceito participar da pesquisa

## **APÊNDICE F - PROPOSIÇÃO TRANSFORMATIVA BASEADAS NA TCR**

Com base na análise da tese e nos princípios da Pesquisa Transformativa do Consumidor (*Transformative Consumer Research – TCR*), a seguinte proposição transformativa é sugerida para integrar a conclusão do estudo. Ela tem como finalidade promover mudanças culturais, comportamentais e institucionais orientadas ao bem-estar humano, alimentar e ambiental, alinhando-se à ética do cuidado, à sustentabilidade e à valorização da diversidade cultural.

À luz dos achados empíricos desta tese, especialmente das análises das entrevistas e das narrativas visuais, observa-se que o consumo de animais silvestres não se restringe a uma dimensão funcional ou alimentar, mas se ancora em significados culturais, afetivos e simbólicos profundamente enraizados nas práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse contexto, a Promoção do Bem-Estar Alimentar emerge como uma via transformativa estratégica, pois permite deslocar o foco da interdição para a ressignificação do consumo, articulando cultura, memória e sustentabilidade. Em consonância com os pressupostos da Pesquisa Transformativa do Consumidor (*Transformative Consumer Research – TCR*), orienta-se por uma abordagem dialógica, participativa e ética, que reconhece os consumidores como agentes ativos do processo de mudança. Assim, o plano de ação a seguir busca fomentar práticas alimentares conscientes, valorizando saberes locais e alternativas simbólicas sustentáveis, com vistas à ampliação do bem-estar individual, coletivo e ambiental.

### **PLANO DE AÇÃO TRANSFORMATIVO**

#### **Promoção do Bem-Estar Alimentar e do Consumo Consciente**

##### **1. Objetivo Geral**

Promover o bem-estar alimentar (*Food Well-Being*) e o consumo consciente em comunidades que mantêm práticas culturais relacionadas ao consumo de animais silvestres, por meio da valorização de alimentos regionais, saberes culinários tradicionais e alternativas simbólicas sustentáveis, alinhadas aos princípios da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR).

##### **2. Objetivos Específicos**

- Sensibilizar a comunidade sobre os impactos ambientais, legais e éticos do consumo de fauna silvestre.

- Valorizar alimentos regionais e práticas alimentares culturalmente significativas e sustentáveis.
- Estimular a ressignificação simbólica do consumo, preservando a identidade cultural sem dependência de produtos de origem animal silvestre.

### **3. Público-alvo**

- Comunidades tradicionais e rurais do Nordeste brasileiro (com ênfase em localidades do Maranhão).
- Mulheres responsáveis pelo preparo alimentar familiar.
- Jovens e lideranças comunitárias.
- Educadores locais e agentes culturais.

### **4. Local de Execução**

- Centros comunitários.
- Escolas públicas locais.
- Associações comunitárias.
- Espaços abertos (praças, feiras livres e eventos culturais regionais).

A escolha dos locais prioriza espaços de convivência cotidiana, reforçando o princípio da imersão contextual, central à TCR (Mick et al., 2012).

### **5. Duração e Cronograma**

Tempo total de execução: 6 meses, dividido em Fases:

1. Diagnóstico participativo – 1 mês
2. Planejamento colaborativo das ações – 1 mês
3. Execução das oficinas e eventos comunitários – 3 meses
4. Avaliação participativa e devolutiva social – 1 mês

### **6. Atividades Propostas**

#### **6.1 Diagnóstico Participativo**

- Rodas de conversa com moradores para mapear práticas alimentares, crenças, significados culturais e motivações simbólicas associadas ao consumo de fauna silvestre.
- Registro etnográfico (diários de campo, fotografias e relatos orais).

Essa etapa respeita o princípio da voz do consumidor, central na TCR, valorizando o conhecimento local como ponto de partida da transformação.

## **6.2 Oficinas Culinárias Culturais**

- Oficinas práticas de preparo de pratos regionais sustentáveis, utilizando alimentos locais e de fácil acesso.
- Discussão coletiva sobre memória alimentar, afetividade, tradição e bem-estar.
- Inclusão de receitas simbólicas que substituam ingredientes de origem animal silvestre.

## **6.3 Feiras Culturais e Alimentares**

- Organização de feiras comunitárias para exposição e degustação dos alimentos produzidos.
- Valorização de produtores locais e da economia solidária.
- Espaço para narrativas orais sobre comida, cultura e identidade.

## **6.4 Campanhas de Comunicação Participativa**

- Produção de materiais visuais (cartazes, fotografias, vídeos curtos) criados junto à comunidade.
- Uso de narrativas visuais sensíveis, evitando abordagens moralizantes ou punitivas.
- Divulgação em mídias comunitárias e redes sociais locais.

Essa ação se ancora na comunicação transformadora, promovendo empatia e reflexão crítica alinhados a TCR.

## **7. Atores Envolvidos**

- Pesquisadora (mediação, acompanhamento e sistematização científica).
- Moradores e lideranças comunitárias.
- Nutricionistas e educadores alimentares.
- Artesãos e produtores locais.
- Assistente Social.

A atuação em rede reforça a lógica de responsabilidade compartilhada, típica da TCR.

## **8. Metodologia de Acompanhamento e Avaliação**

- Observação participante.

- Avaliação qualitativa baseada em mudanças de percepção, discurso e práticas alimentares.

O foco não está apenas na mudança comportamental imediata, mas na transformação simbólica e cultural ao longo do tempo.

## **9. Resultados Esperados**

- Ampliação da consciência crítica sobre consumo e sustentabilidade alimentar.
- Redução simbólica da centralidade do consumo de fauna silvestre.
- Fortalecimento do bem-estar alimentar e cultural.
- Ressignificação de práticas tradicionais de forma sustentável.
- Produção de conhecimento aplicado com impacto social positivo.

## **10. Alinhamento com a TCR**

Este plano de ação está alinhado aos princípios da Pesquisa Transformativa do Consumidor ao:

- Priorizar o bem-estar humano, social e ambiental;
- Valorizar a participação ativa dos consumidores;
- Promover transformação ética, contextual e não impositiva;
- Integrar pesquisa, ação e devolutiva social;
- Reconhecer o consumo como prática cultural, simbólica e relacional.